



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

LUÍS MIGUEL RIBEIRO FERRAZ

**As Aparições de Fátima
e o seu impacto local (1917-1927)**
**Leitura histórico-teológica
a partir do semanário *O Mensageiro***

**Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Paulo Fontes**

**Lisboa
2012**

Dedicatória

Agradeço

Ao Professor Doutor Paulo Fontes, a orientação e a disponibilidade

Ao Seminário de Leiria e à Universidade Católica, a formação e a oportunidade

À Diocese de Leiria-Fátima, na pessoa do seu Bispo, o acolhimento e a ajuda

Ao Doutor Luciano Cristino, a partilha de sabedoria e a amizade

Aos meus familiares e amigos, a “força” e a compreensão

Aos meus pais António e Helena, a vida e o caminho mostrado

À minha esposa Célia e aos meus filhos Patrícia, Samuel e Simão,

o tempo cedido, a paciência demonstrada e o amor partilhado

A Deus, por tudo.

Índice

Introdução	7
O facto	7
Impacto local a partir de <i>O Mensageiro</i>	9
Periodização	10
Esquema	10
Questões metodológicas	12

I – Contextualização geral

1. O tempo e o espaço.....	15
1.1 – Caracterização sociopolítica em Portugal e panorama internacional	15
1.2 – O momento religioso: a diocese extinta de Leiria	17
1.2.1 – Relação entre a Igreja e o Estado em Leiria	19
1.2.2 – Assaltos e violência	23
1.2.3 – Consequências da Lei da Separação	25
1.2.4 – A censura à imprensa.....	28
1.3 – A região serrana de Fátima: modos de vida	29
1.3.1 – Vila Nova de Ourém e Fátima em <i>O Mensageiro</i>	34
2. A fonte: <i>O Mensageiro</i>	37
2.1 – Imprensa regional na época	37
2.2 – A fundação de <i>O Mensageiro</i> : o padre Lacerda e a restauração da diocese	41
2.2.1 – O padre José Ferreira de Lacerda	41
2.2.2 – A extinção da diocese de Leiria e os “inconformados”	43
2.2.3 – O renascimento da causa da restauração e a proposta de um jornal.....	46
2.2.4 – <i>O Mensageiro</i> : a campanha da restauração... e não só.	49
2.2.5 – Da restauração à nomeação do bispo.....	53
2.3 – Papel e estatuto da imprensa católica: a “Boa Imprensa”	56

II – O impacto local das aparições em *O Mensageiro*

1. Os primeiros textos	61
1.1 – Da reserva inicial ao conflito noticioso	61
1.2 – Da publicação das entrevistas ao silêncio.....	67

2. A crescente importância dos acontecimentos de Fátima	73
2.1 – O silêncio dos primeiros anos	73
2.2 – Um novo fôlego: o Processo Canónico Diocesano	77
2.3 – Em conflito com a hierarquia: quem “manda” em Fátima?.....	91
2.4 – “Dignas de crédito”, mais de três anos antes de o serem.....	98

III – Leitura histórico-teológica das aparições em *O Mensageiro*

1. Núcleos temáticos.....	101
1.1 – A Restauração da Diocese, antes e depois	101
1.2 – A questão política e a revitalização do catolicismo português	104
1.3 – A I Grande Guerra.....	111
1.4 – Relação com outras aparições	123
2. Impactos históricos	134
2.1 – O impacto na imprensa	134
2.2 – O impacto na população.....	140
2.3 – O impacto na administração política e na hierarquia da Igreja.....	143
3. Pistas para uma leitura teológica	148
3.1 – Teologia Dogmática	149
3.2 – Teologia Prática	160
Conclusão	165
Bibliografia.....	173
Anexos.....	177
Anexo 1 – <i>O Mensageiro</i> , 85, de 17 de Maio de 1916, cortado pela censura.	179
Anexo 2 – <i>O Mensageiro</i> , 85, de 17 de Maio de 1916, sem os cortes da censura.....	180
Anexo 3 – <i>O Mensageiro</i> , 1, de 7 de Outubro de 1914.	181
Anexo 4 – <i>O Mensageiro</i> , 147, de 25 de Julho de 1917, primeira notícia das aparições. ...	182
Anexo 5 – Estampa “Nossa Senhora da Paz (Recordação da Fátima)”	183
Anexo 6 – Estampa “Nossa Senhora da Paz (Recordação da Fátima)”	184
Anexo 7 – <i>O Mensageiro</i> , 158, de 18 de Outubro de 1917, as aparições na 1. ^a página.	185
Anexo 8 – <i>O Mensageiro</i> , 159, de 25 de Outubro de 1917, aparições voltam à 1. ^a página. 186	
Anexo 9 – <i>O Mensageiro</i> , 274, de 23 de Abril de 1920, nomeação do bispo D. José.....	187
Anexo 10 – <i>O Mensageiro</i> , 373, de 13 de Maio de 1922, Provisão sobre Fátima.	188
Anexo 11 – <i>O Mensageiro</i> , 377, de 10 de Junho de 1922, a Comissão Diocesana.....	189
Anexo 12 – <i>O Mensageiro</i> , 421, de 19 de Maio de 1923, notícia “imponente” de Fátima. 190	
Anexo 13 – Comunicado do padre Lacerda sobre a revista <i>Fátima</i>	191
Anexo 14 – Carta de D. José Alves Correia da Silva ao padre Lacerda.....	192

LUÍS MIGUEL RIBEIRO FERRAZ

**As Aparições de Fátima
e o seu impacto local (1917-1927)
Leitura histórico-teológica
a partir do semanário *O Mensageiro***

**Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Paulo Fontes**

Introdução

A 20 quilómetros de minha casa, dentro da minha Diocese, Fátima fez parte da minha vivência de fé, desde a infância, e sempre me fascinou. Quando comecei a questionar-me sobre a dissertação a fazer no âmbito do Mestrado Integrado em Teologia, esse tema surgiu como incontornável, sobretudo numa questão: como era no princípio?

Como jornalista do semanário católico leiriense *O Mensageiro*, desde 1996, também esta publicação estava no meu coração e despertava em mim o desejo de estudar a sua história. Fundado em 1914, poderia oferecer a resposta àquela primeira questão: o princípio de Fátima estaria espelhado nas suas páginas.

Juntando estes dois interesses e tendo como ponto de partida a pergunta inicial, surgiu esta temática: as aparições de Fátima e o seu impacto local, a partir de *O Mensageiro*.

O facto

Na noite de 13 de Maio de 1917, uma história extraordinária entrou numa casa de Aljustrel e, no dia seguinte, corria pelas ruas desta pequena aldeia rural da freguesia de Fátima, concelho de Vila Nova de Ourém e distrito de Santarém. Os irmãos Francisco e Jacinta Marto, de 9 e 7 anos de idade, respectivamente, e a sua prima Lúcia de Jesus, de 10 anos, afirmavam terem visto naquele dia, ao meio dia, uma “senhora mais bela do que o sol”, que lhes apareceu vinda do Céu e lhes falou de cima de uma azinheira.

A “senhora” pedira que voltassem durante mais cinco meses, no mesmo dia, à mesma hora e no mesmo local, a inóspita e despovoada depressão da Cova da Iria, na serra de Aire, a uns dois quilómetros da sua residência. Ali lhes falaria de novo, lhes contaria alguns segredos do Céu e lhes diria no fim o que queria. Para já, pedia que rezassem o terço e oferecessem sacrifícios pela conversão dos pecadores e pelo fim da guerra.

A história correu célere e rapidamente se transformou num problema para os pais, que exigiam dos filhos, sem sucesso, a confissão da mentira, um grave pecado moral e social na escala de valores do povo mais simples.

O problema acabaria por tornar-se mais grave com o súbito crescimento do número dos que afirmavam acreditar nas crianças e as questionavam sobre todos os pormenores da proclamada aparição. Assim, logo no mês seguinte, eram já dezenas as pessoas que acompanhavam os videntes, e em Julho seriam já da ordem dos milhares.

Os jornais começavam a falar no assunto e nascia um problema para as autoridades locais, cuja missão republicana era proibir qualquer manifestação religiosa pública. E também para a Igreja local que, através do pároco, acompanhou de início os acontecimentos e tentou evitar a sua expansão e as consequentes complicações que se adivinhavam.

Em Agosto, o administrador de Ourém afastou os pequenos videntes do local e haveria de tentar afastar também as multidões por muitos outros expedientes, mais ou menos violentos, mas a onda de adesão a esta suposta manifestação sobrenatural não parava de aumentar. Em Setembro, repetia-se o fenómeno, já na presença de vários milhares de pessoas, e os pastorinhos afirmavam que no mês seguinte haveria um grande milagre para todos acreditarem.

O mês de Outubro marcou a despedida da visão e também o verdadeiro início desta história, quando várias dezenas de milhares de pessoas (os jornais adiantam números entre as 30 e as 50 mil) afirmavam ter presenciado o milagre do sol a “bailar”, a mudar de cores, a comportar-se de uma forma nunca vista e inexplicável à luz da ciência. Sobretudo, ainda que de coisa natural se tratasse, o milagre de as três crianças o terem previsto com meses de antecedência.

Para crentes e descrentes, este foi um facto que marcou indelevelmente os tempos conturbados deste início do século XX, tanto a nível social, como político e, claro, religioso.

Impacto local a partir de *O Mensageiro*

Neste estudo, propõe-se uma abordagem a estes acontecimentos no contexto espaço-temporal em que ocorreram, nomeadamente, no seu território eclesial: a Diocese de Leiria, que à época se encontrava extinta, divididas as suas paróquias entre Coimbra e Lisboa. A partir da leitura do ambiente social, na sua necessária ligação ao panorama nacional e internacional, e do olhar sobre os acontecimentos supostamente extraordinários registados, sobretudo, entre Maio e Outubro de 1917, deseja-se verificar como foi recebido o facto nesta Igreja local, desde o povo mais simples à hierarquia eclesiástica: como foram acolhidos e entendidos esses acontecimentos; que movimentos provocaram, tanto de defesa como de ataque; qual a reacção mais imediata e que evoluções se registaram ao longo do tempo; etc.

Escolhemos como fonte principal o semanário católico leiriense *O Mensageiro*, que então se publicava e ainda hoje subsiste. Interessa-nos perceber como um jornal católico leu e transmitiu os factos, como espelhou a reacção dentro e fora da Igreja e se, de alguma forma, foi condicionado ou condicionou o desenrolar dos acontecimentos. Para o percebermos no seu contexto global, faremos desta fonte, de certa forma, também objecto do nosso estudo. Na medida em que isso ajudará à leitura da abordagem aos acontecimentos de Fátima, interessa-nos verificar o seu posicionamento no contexto da imprensa local da época, captar as razões da sua fundação, muito marcadas pela personalidade do seu fundador, e analisar o seu “programa” editorial, profundamente ligado à causa da restauração da Diocese, à “defesa” dos católicos e à promoção da “boa imprensa”.

Apesar de se pretender uma espécie de “estudo de caso”, não deixaremos de partir para algumas outras fontes da época, identificadas na *Documentação Crítica de Fátima*, que o Santuário está a publicar sequencialmente desde 1992. Procuraremos nesta fonte complementar, sobretudo, o que se relacione mais directamente com a fonte principal adoptada, ou que sirva de ajuda a uma leitura mais rigorosa de alguns temas por aquela abordados.

Periodização

Podendo ser muito variadas as opções de delimitação temporal deste estudo, optámos pela primeira década (1917-1927), desde as aparições até à primeira celebração oficial presidida pelo bispo de Leiria (26-06-1927) e à criação da “Capelania permanente no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima” (12-07-1927), quando estava já praticamente concluído o Processo Canónico Diocesano e tomada a decisão episcopal de declarar as aparições dignas de crédito, apesar do atraso que ainda viria a verificar-se até à publicação da respectiva Carta Pastoral “A Divina Providência” (13-10-1930).

Pretende-se, por um lado, evitar uma demasiada extensão temporal e conseqüente dispersão, superficialidade ou demasiado alongamento do texto. Por outro, procura-se um percurso suficientemente alargado para a análise evolutiva das reacções ao fenómeno, até à fase em que está já consolidado o quadro de referências que levará ao reconhecimento de autenticidade das aparições pelo bispo de Leiria.

Tendo em conta o propósito de contextualização atrás enunciado, teremos necessidade, em alguns momentos, de recuar a nossa abordagem a um período ligeiramente anterior ao definido para o objecto central. Este exercício será mais evidente, nomeadamente, em relação ao jornal *O Mensageiro* como fonte/objecto deste estudo, que nos forçará a partir da data da sua fundação, a 7 de Outubro de 1914, e à causa de restauração da Diocese, ainda anterior.

Esquema

Para atingir os objectivos enunciados, começaremos por uma contextualização geral (Capítulo I) do tempo e do espaço em que ocorreram as aparições (Ponto 1), partindo do ambiente sociopolítico nacional e internacional, bem como do momento religioso que se vivia, em especial, nesta região da ex-diocese de Leiria.

Analisaremos, ainda, com algum pormenor a fonte deste trabalho (Ponto 2), também aqui, começando pelo panorama geral da imprensa da época, sobretudo regional. O contexto e

o programa que motivaram a fundação de *O Mensageiro*, nomeadamente, a causa da restauração do bispado de Leiria, bem como a personalidade do seu fundador, o padre José Ferreira de Lacerda, permitirão uma compreensão mais clara de algumas opções editoriais tomadas e, mesmo, uma breve análise ao papel e estatuto próprios da “imprensa católica” do início do século XX.

Entraremos depois na análise concreta ao tema central do trabalho (Capítulo II), começando pelos primeiros textos publicados (Ponto 1), onde se perceberão as reservas iniciais e os conflitos que rapidamente se inflamaram com outros órgãos de informação, as posições assumidas pelos vários agentes sociais, políticos e eclesiais, e o tipo de abordagem feita por *O Mensageiro*, até à opção do seu director de entrevistar pessoalmente os videntes.

Após o fulgor inicial, perscrutaremos o desenrolar dos acontecimentos ao longo do tempo (Ponto 2), os silêncios e as notícias que vão sendo publicadas, a evolução registada nos movimentos de defesa e ataque à veracidade dos fenómenos e os “altos e baixos” do seu crescimento – seja na massificação descontrolada própria das manifestações da religiosidade popular, seja na organização de um combate racional mais estruturado ao que se acusava de manipulação clerical, seja ainda no sentido da sua “institucionalização” pelas estruturas da Igreja local.

Partindo dessas leituras mais diacrónicas, procuraremos então construir algumas linhas de reflexão histórico-teológica sobre a abordagem das aparições em *O Mensageiro* e outras derivações temáticas encontradas (Capítulo III). O primeiro exercício será o de encontrar alguns temas nucleares que permitam o aprofundamento da análise aos textos publicados (Ponto 1). Temas que se cruzarão com as grandes causas assumidas pelo jornal, como a restauração da Diocese, a revitalização do catolicismo e mesmo da identidade nacional, a presença e o papel da Igreja no contexto da Primeira Guerra Mundial, e até a relação com outros fenómenos similares no País e no estrangeiro (sobretudo, Lourdes).

Num segundo momento, faremos uma abordagem mais sistemática aos vários “impactos” das aparições (Ponto 2) – seja na própria imprensa, seja na população local, seja ainda nas estruturas de governo civil e eclesial – procurando consolidar a informação sobre o que verdadeiramente estava em causa na mente das pessoas e das instituições que viveram esta primeira década depois das aparições.

Finalmente, abriremos algumas pistas de reflexão teológica sobre os conteúdos históricos relatados nesta época, anterior à definição do corpo temático que viria a constituir a futura “Mensagem de Fátima” (Ponto 3). Indicaremos algumas das possíveis linhas de desenvolvimento deste trabalho nos âmbitos da Teologia Dogmática e da Teologia Prática, sem a pretensão de um levantamento exaustivo de todas as questões e, menos ainda, de encontrar as respectivas respostas, o que serviria, por si só, para um outro estudo bem mais vasto.

Questões metodológicas

Este trabalho segue a ortografia portuguesa anterior ao disposto no Novo Acordo Ortográfico, entre outras razões, por ter começado a ser redigido antes da “oficialização” dessa norma.

As transcrições de *O Mensageiro* e outras fontes de época respeitarão a sua ortografia original, exceptuando a correcção de algumas “gralhas” tipográficas que nitidamente não afectem o seu sentido ou conteúdo. Como se verá, não havia um critério uniformizado, aparecendo grafias diversas das mesmas palavras, por vezes dentro de uma mesma frase.

Ao contrário de outra bibliografia, para efeitos práticos de identificação e evitar a profusão de notas de rodapé, a fonte *O Mensageiro* será referenciada entre parêntesis no corpo do texto, usando-se a sigla “OM”, seguida dos números da edição e da página. Não será incluída a respectiva data, optando-se por fazer a situação cronológica de cada citação no próprio corpo do texto. Para uma mais fácil consulta, quando os mesmos artigos se encontrem

publicados na *Documentação Crítica de Fátima*, também esta fonte será indicada, com a sigla “DCF”, seguida dos números do volume e da página. Quando se cita esta fonte isoladamente, a referência segue em nota de rodapé, mas com o mesmo método de referência.

Uma última nota para o uso de termos como “aparição”, “fenómeno”, “milagre” “extraordinário”, “vidente” e outros que poderão ter uma leitura classificativa. A não ser quando utilizados em fontes que assim os consideram, o seu emprego neste trabalho visa apenas identificar objectivamente os factos que assim foram denominados e dessa forma são universalmente conhecidos. Não se pretende aqui avaliar a veracidade das aparições ou classificar a natureza dos acontecimentos, mas apenas analisar a sua percepção como factos históricos assim relatados.

I – Contextualização geral

1. O tempo e o espaço

1.1 – Caracterização sociopolítica em Portugal e panorama internacional

O início do século XX português foi marcado pela profunda viragem política do regime monárquico para o republicano, num processo de gradual afirmação de novos ideais, que terá os primeiros germens na revolução liberal de 1820, ganhou especial alento com o movimento republicano dos anos 70 e 80 do século XIX, e culminou com a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910.

Baseado na trilogia “liberdade, igualdade, fraternidade” da Revolução Francesa, o novo regime assentava nos ideais do iluminismo e racionalismo, defendendo a evolução da sociedade, sobretudo, a partir da educação do povo e da sua libertação da opressão intelectual que se atribuía ao modo como a Igreja mantinha o controlo sobre as pessoas. No republicanismo nascente

“postulavam ao mesmo tempo o princípio da soberania nacional, a prática de eleições livres, a adopção de uma constituição votada pelos representantes do povo, a subordinação do poder executivo ao poder legislativo, exercido por esses mesmos representantes”¹.

Mas o radicalismo com que se pretendeu implementar a mudança de paradigma social, nomeadamente, tomando a Igreja como inimigo desse objectivo, veio a fazer com que a prática não correspondesse à teoria.

¹ A. REIS, “Republicanismo”, in J. PEREIRA, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990, vol. II, 162.

“O regime republicano cedo se revelou uma realidade desfocada face à nação que tinha de governar: limitado, à direita, pela ameaça da contra-revolução, e à esquerda pela ameaça da revolução social, o seu apoio veio sempre de uma minoria”².

Como resultado, os primeiros anos da I República foram marcados pela instabilidade de sucessivos governos, golpes de estado, tentativas de ditaduras, greves, divisões e lutas civis entre as várias cisões do Partido Republicano (democráticos, evolucionistas e unionistas) e outros movimentos monárquicos e mesmo anárquicos. O povo, que nos anos anteriores contestara o despesismo da coroa e o descontrolo das instituições de governo da Nação, foi percebendo que a sua situação não melhorara com a mudança de regime. Os arautos das promessas de desenvolvimento não conseguiam fazê-las cumprir, a paz democrática era afinal um somar de guerrilhas políticas, tanto a nível nacional como local, a vida continuava difícil e sem horizonte para a massa pobre, analfabeta e sem voz, que constituía a maioria da população.

A isto somava-se a conjuntura nada favorável do panorama internacional. A Europa conhecia a Primeira Grande Guerra, na qual Portugal entrou em 1916, o que veio agravar a situação interna, nomeadamente, com a carestia do nível de vida e a fome nas populações mais pobres.

Neste contexto, o ano de 1917 pode ser considerado o pior da I República,

“quer por causa dos pesados custos económico-sociais da participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial, quer por causa do crescente divórcio entre o regime e o País, provocado pela desadequação entre o vanguardismo jacobino daquele e o conservadorismo tradicionalista deste”³.

De facto, a somar à constante instabilidade política pós-1910 e à já frágil situação económica e financeira herdada dos últimos anos da monarquia, com a agricultura depauperada e a indústria fracamente desenvolvida, a entrada na guerra veio agravar a

² J. SARDICA, “Sociedade Portuguesa”, in AZEVEDO, Carlos; CRISTINO, Luciano (coords.), *Enciclopédia de Fátima*, Princípia, Cascais, 2007, 545.

³ IDEM, “Estado e Fátima”, in *Enciclopédia de Fátima*, 191.

inflação, a fome e a miséria do povo, o desemprego, a falta de condições de higiene e salubridade, a mortalidade por doenças epidémicas, etc. Pior ainda, as notícias que chegam da mortandade no mal preparado exército português na Flandres semeiam a dor em muitos lares que tinham visto os seus familiares partir para os campos de batalha. Em consequência deste cenário, o descontentamento social era enorme, multiplicavam-se as greves, as contendas, os assaltos a estabelecimentos comerciais e todo o tipo de manifestações de oposição à “República afonsista”, abrindo caminho ao sucesso da revolta de Sidónio Pais, em Dezembro de 1917⁴.

1.2 – O momento religioso: a diocese extinta de Leiria

A radicalização do processo político teve especial impacto no âmbito do religioso, visando consolidar o processo de laicização da sociedade.

“Efectivamente, desde o final do século XIX que, na perspectiva da afirmação de um ideal regenerador de sociedade, o combate político contra a Monarquia esteve associado a uma visão messiânica da própria República que, a vários níveis, se propunha funcionar como uma espécie de concepção religiosa de substituição, assente no ideal livre-pensador”⁵.

Nessa linha, com a instauração da República, foi desde logo definido um novo enquadramento jurídico para as relações do Estado com a Igreja, começando por restaurar as leis de expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal e de extinção das ordens religiosas de 1834 e culminando na aprovação da Lei da Separação do Estado das Igrejas, em Abril de 1911. Entretanto, verificaram-se episódios de perseguição a membros da Igreja, especialmente clérigos e religiosos, confiscação de edifícios e outros bens da Igreja, deportação de bispos

⁴ Cf. IDEM, “Sociedade Portuguesa”, 544-547

⁵ P. FONTES, “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in AZEVEDO, Carlos (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 3, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, 137.

das suas dioceses, proibição do ensino religioso nas escolas, abolição do juramento religioso nos tribunais, legalização do divórcio, extinção dos feriados religiosos, etc.

A reacção a este ataque veio despertar o espírito militante dos católicos, que viria a desenvolver-se como recomposição da sua própria identidade, tanto a nível interno, na mais clara compreensão de corpo (até na colegialidade episcopal), como a nível externo, nas suas relações com as instituições e os movimentos sociais⁶. O descontentamento dos católicos manifesta-se a vários níveis e vai-se agudizando ao longo do tempo. Desde o povo mais humilde, que protesta por não poder celebrar publicamente as suas mais enraizadas tradições religiosas, até aos padres que recusam maioritariamente as associações culturais e as pensões do Estado, e sobretudo aos bispos, que publicam pela segunda vez uma Pastoral Colectiva, precisamente contra uma legislação que consideram de ódio e ataque à Igreja Católica, e acabam por vir a ser todos desterrados das respectivas dioceses. Ao mesmo tempo, a elite cultural católica vai também reagindo contra as políticas consideradas injustas, numa acção que ganha especial voz nas diversas associações, centros académicos e na União Católica – donde viria a surgir o Centro Católico Português (1917) –, bem como nos meios de comunicação social da “boa imprensa”.

A este estado de descontentamento geral, na região de Leiria havia um motivo acrescido: a diocese de Leiria, que havia sido criada em 22 de Maio de 1545 pelo Papa Paulo III, estava extinta desde Setembro de 1882, por execução da bula de Leão XIII de Setembro do ano anterior.

O seu território estava dividido pelas dioceses de Coimbra e de Lisboa, uma situação com que muitos católicos leirienses nunca se conformaram, com destaque para as figuras dos padres José Ferreira de Lacerda⁷ (1881-1971) e Júlio Pereira Roque⁸ (1876-1928), que estão

⁶ Cf. *Ibidem*, 136-177.

⁷ Ver biografia em I, 2.2.1.

⁸ Nascido em Alqueidão da Serra, a 7 de Maio de 1876, veio a falecer a 18 de Outubro de 1928. Foi um dos pioneiros lutadores pela causa da restauração da Diocese, colaborador em muitos jornais nacionais e locais, com destaque para *O Portomosense*, de que chegou a ser director. Foi braço direito do padre Lacerda, desde a

na génese do jornal *O Mensageiro*, o primeiro como fundador e director, o segundo como seu braço direito e colaborador permanente. Nos textos que publicam neste semanário se espelha bem o “sofrimento” da diocese extinta e os movimentos de restauração e dotação do bispado que motivaram muitos padres e fiéis⁹.

Também a partir dos textos de *O Mensageiro*, poderemos observar com mais pormenor o ambiente que se vivia nesta região e nesta época¹⁰.

1.2.1 – Relação entre a Igreja e o Estado em Leiria

Tal como no resto do País, também em Leiria terá havido perseguição a membros do clero e a leigos católicos, com especial incidência àqueles que se destacavam no activismo social, como era o caso dos dois padres e do jornal citados. Sabemos que houve espoliação de bens da Igreja, entre os quais alguns templos e o paço episcopal, então transformados em quartéis militares ou ocupados por entidades estatais. E são frequentes as trocas de acusações e palavras azedas, sobretudo nos jornais republicanos – com destaque para o *Leiria Ilustrada*¹¹, em frequente contenda com *O Mensageiro*.

Na edição de 25 de Novembro de 1914, num texto intitulado “Ao comércio de Leiria”, refere-se que este “viu desaparecer há quatro anos importantes factores”, sem ter recebido, como prometido, “recompensa alguma”. No elenco, alguns bens da Igreja: “Viu desaparecer a brigada, o seminário, os colégios da portela [franciscano] e de Santo Estevam, Sant’Ana”. Interessante verificar que, no mesmo texto, se afirma: “Não é nosso desejo censurar mas apenas mostrar o que Leiria perdeu e nada lucrou” (OM 8, 2).

primeira hora, em *O Mensageiro*, substituindo-o na direcção do jornal em diversas ocasiões. Assinava na imprensa com o pseudónimo de Jupero, que passaremos a utilizar.

⁹ A primeira campanha pela restauração foi dirigida por Vitorino Silva Araújo, logo em 1885, com a publicação do livro *Um bispo segundo Deus*. A segunda será encabeçada pelo padre Júlio Roque, em 1904, e a terceira pelo padre Lacerda. Este tema da extinção e restauração da Diocese, dada a sua relação com a fundação e temática principal de *O Mensageiro*, será desenvolvido pormenorizadamente em I, 2.

¹⁰ Embora seja uma perspectiva unifocal, apesar de cruzada com mais algumas fontes, é a que nos interessa verdadeiramente neste estudo, já que é a da nossa fonte, que será também a usada como perspectiva de análise do tema central.

¹¹ Ver identificação em I, 2.1.

Na rubrica sobre a dotação da diocese, que é regular nos primeiros anos de publicação, surgem frequentemente referências à espoliação dos bens que eram da antiga diocese, tanto por altura da sua extinção, como pela Lei da Separação. Como exemplo, o que se refere na edição de 3 de Fevereiro:

“Não possuímos absolutamente nada; o pouco que a monarquia constitucional deixou ás mitras, mas que ainda assim era suficiente para a congrua sustentação dum Prelado, foi chamado pela Republica para os cofres do estado como *res nullius* deixando as Igrejas, os Prelados e o clero lutando com as maiores dificuldades para não dizermos com a fome e a miseria” (OM 18, 1).

A mesma acusação de roubo aos bens da Igreja é feita com fervor no artigo “Bens da Igreja – Quanto o sr. Afonso Costa tirou á Igreja Católica para entregar ao estado”, publicado em 5 de Maio de 1915, onde se acusa o autor da Lei da Separação de ódio à doutrina e de “garotice” por querer “espoliar a Igreja do que possuía dando lauto bodo a correligionarios” (OM 31, 1).

Ainda assim, partindo dos textos publicados em *O Mensageiro*, podemos afirmar que os ataques da administração pública local, e mesmo de populares mais radicais, não terão sido tão violentos como na capital e em algumas outras regiões do País. Embora sejam permanentes as referências à perseguição, ao saque de igrejas, aos sacerdotes pensionistas, à censura dos jornais, etc., a maioria das situações reportam ao Governo da Nação ou a administradores de territórios afastados de Leiria¹².

Logo na primeira edição, no texto “O nosso programa”, assinado pela redacção, afirma-se que “não poucas vezes os catolicos teem sido postergados nos seus direitos, vexados nas suas crenças, insultados no que os mesmos mais apreciam, na sua fé”, e logo se adianta que “justiça é dizê-lo, as autoridades civis de Leiria não se teem prestado á perseguição baixa e mesquinha, que se tem dado noutros concelhos e noutros distritos” (OM 1, 1).

¹² É curioso o levantamento que Costa Brochado vai fazer na primeira publicação que se afirma com intenção de análise histórica sobre os acontecimentos de Fátima. Na descrição dos “ataques” dos republicanos, enumera uma lista de “males” praticados às igrejas, precisamente a partir de *O Mensageiro* (cf. C. BROCHADO, *Fátima à luz da história*, Portugália Editora, Lisboa, 1948, 141-146).

Também na segunda edição, a propósito da nomeação do novo administrador interino do concelho de Leiria, se deseja que “não encontre embaraços alguns no exercício do seu cargo” e se pede que “não desmereça de seus antecessores no exercício de suas funções” (OM 2, 3), o que denota, pelo menos, a convivência pacífica com a administração local.

Na quarta edição, nova referência à mudança de administrador na região, desta vez no concelho de Porto de Mós, onde se diz:

“Sahiu hoje, entregando a administração do concelho ao respectivo secretario, o sr. Victor Surgy, que no desempenho do seu cargo de administrador se esforçou por manter uma linha de independencia e imparcialidade que muito o honra” (OM 4, 3).

Mas esse estado de coisas não seria tão linear. Ou o padre Lacerda estava a tentar começar o jornal com cortesia e pacifismo, ou foi o próprio jornal que espoletou o ataque, já que, logo nessa terceira edição, de 21 de Outubro de 1914, o administrador do concelho de Leiria mandou apreender o jornal e atrasou a sua distribuição aos assinantes, argumentando que “o artigo em que lembrava ou pedia ao governo para enviar capelães eclesiasticos na expedição, dá a entender que o governo descara os nossos soldados”. O director do periódico passou ao ataque:

“Facil nos seria demonstrar a avidéz daquele cidadão [administrador] em busca de popularidade. O seu áto, pensou o mesmo, guinda-lo-ia ás culminancias do poder e de ouvidor de queixas passaria, nós sabemos lá! a governador civil, a ministro, a presidente da Republica!” (OM 4, 1).

De facto, já nessa célebre terceira edição, Jupero tinha avisado numa “Nota Politica”, que viria a repetir duas semanas depois:

“Não foi este jornal creado para se envolver nas lutas e intrigas que são o cibo quotidiano de que se alimenta essa Messalina alarvemente suja, denominada *politica*. Não está todavia vedado de, uma vez ou outra, aqui, [...] se façam ligeiros commentos sobre a marcha da *coisa publica*” (OM 3, 1 e OM 5, 1).

Daí a semanas, a 18 de Novembro, o director de *O Mensageiro* dá conta em primeira página de que tinha sido intimado a comparecer perante a autoridade por “versar certos assuntos”, sem adiantar pormenores, mas levantando a questão: “poderão os nossos colegas locais *Leiria Ilustrada* e *O Radical*¹³ fazer o favor de nos dizer se também foram intimados para... não dizer mal nem bem? Gostava de saber... cá por coisas” (OM 7, 1).

Aparecem algumas críticas ao facto de os governantes virem de fora, em vez de se escolherem leirienses, mas repete-se com frequência o apreço pelos escolhidos. A 30 de Dezembro, por exemplo, uma nota sobre o novo administrador do concelho, Alípio Pedro de Mesquita: “Não é a primeira vez que o nomeado vai exercer aquele cargo e gostosamente dizemos que na sua anterior gerencia os catolicos não foram agravados com medidas providas daquela autoridade” (OM 13, 2).

Outra sobre a saída do Governador Civil interino, tratado como “nosso amigo sr. dr. Tavares Pimentel” (OM 13, 2).

Mais um exemplo, na edição de 10 de Fevereiro de 1915, na notícia da nomeação do médico militar Baeta Neves como Governador Civil:

“Ao apresentarmos a s. ex.^a os nossos cumprimentos, fazemos para que o reinado da anarquia, da perseguição e do insulto que tem reinado nalguns concelhos e nalgumas freguesias tenha terminado. Longe de nós o pensamento de atribuirmos aos chefes do districto, antecessores de s. ex.^a os desmandos praticados e as perseguições feitas aos catolicos principalmente nos concelhos de Alcobaça e Nazareth, mas não podemos deixar de atribuir aos mesmos a nomeação de delegados que em lugar de procurarem investigar a verdade, procuravam esconde-la. Sabemos ser o novo governador civil dotado dos melhores sentimentos e por isso, felicitando-nos, felicitamos todo o districto” (OM 19, 1).

Na edição seguinte, a propósito da tomada de posse deste responsável, corrobora: “Ninguém pode lançar sôbre o seu carácter qualquer suspeita por ter praticado qualquer ação que o deslustre” (OM 20, 1).

¹³ Ver identificação em I, 2.1.

Mas a crítica directa a um administrador do concelho surge em 11 de Julho de 1917. O dr. Mateus – ex-padre – autorizara o acompanhamento religioso de um defunto ao cemitério, mas proibira o regresso dos padres com vestes sacerdotais. Lembrando que, nos últimos cinco meses, o anterior administrador autorizara por três vezes a cerimónia e o regresso dos padres paramentados, acusa-se o novo administrador de querer ridicularizar os sacerdotes, obrigando-os a mudar de roupa em público, já que a capela do cemitério tinha sido transformada em casa de autópsias (cf. OM 145, 2).

1.2.2 – Assaltos e violência

Quanto a outro tipo de ataques, é interessante o relato publicado na quarta edição, a propósito de uma manifestação pública de fé na Vieira de Leiria:

“A procissão, que percorreu as principais ruas, oferecia um aspecto imponente de grandesa, não só pela sua extensão, mas sobretudo por ser esta a primeira festividade em que foi permitido sair a procissão depois do novo regímen. [...] Convem registar que não houve por parte fosse de quem fosse a menor provocação que porventura podesse ofender directamente os brios dos devotos” (OM 4, 3).

Mas, daí a duas semanas, uma correspondência de Alcobaça informa: “passou-se quasi despercebido nesta vila o dia de finados, porque a *ilustre* autoridade administrativa desta terra não permite toques de finados em tempo algum. Caprichos bem escusados” (OM 6, 3).

Ainda em carta de Alcobaça, passadas outras duas semanas, noticiava-se que

“o povo do lugar de Chãos, freguesia de Aljubarrota, sabendo que a Junta de freguesia tinha vendido umas oliveiras da capela do dito lugar, levantou-se em massa contra isso e foram apanhar toda a azeitona das oliveiras, para concertos [sic] da capela que está em ruínas e que a Junta também queria vender” (OM 8, 3).

Alcobaça deveria ser uma região mais complicada, quem sabe se pela maior proximidade à capital. Na edição de 16 de Dezembro, volta a surgir uma notícia de graves incidentes quando se celebravam no Mosteiro as exéquias por Pio X. Segundo relato escrito

pelo pároco, estando reunido quase todo o clero e muito fiéis na celebração, surgiu um grupo de homens que, com gritos de morte ao padres e vivas à República, apontaram armas, tocaram sinos a rebate, bateram nas portas, soltaram cães, rebentaram explosivos e obrigaram todos a fugir. Foi pedido ao administrador que garantisse a ordem e o respeito dentro da igreja, mas este afirmou que não conseguia manter a ordem e a cerimónia devia acabar de imediato. Conclui o pároco que

“não ha uma unica prisão, cobrindo-se todos estes desrespeitos e insultos com a impunidade, esfrangalhando-se desta forma a constituição da republica portugueza que diz garantir a liberdade de cultos, ninguem poder ser perseguido por motivos religiosos e castigar com penas severas quem tentar perturbar o culto religioso e interno” (OM 11, 2).

Na edição seguinte, transcreve-se um texto de *O Radical*, que, apesar de republicano, critica estes actos dos democráticos como “selvajaria intolerável”. Transcreve-se também o texto do democrático *Leiria Ilustrada*, que desculpa a ocorrência como “grandiosa manifestação liberal levada a efeito por toda a população liberal e republicana daquela vila” (OM 12, 2).

Concretamente na cidade de Leiria, na edição de 30 de Dezembro, vários textos referem a prisão, na noite de Natal, de três cidadãos, um deles padre, acusados sem fundamento nem provas de estarem envolvidos na revolta de Mafra. Uma noite triste e de luto para três famílias, com toda a cidade a pedir piedade e o regresso dos visados como inocentes. Refere-se que as autoridades leirienses não encontraram qualquer culpa e foi de Lisboa que veio a ordem de prisão e expulsão, de Portugal para Vigo (cf. OM 13, 1). O assunto seria retomado durante algumas semanas.

São frequentes as referências à acção escondida e “cobarde” dos informadores e espões do regime, da famosa Formiga Branca. Um exemplo: são publicados muitos relatos de assaltos a igrejas e destruição de alfaias litúrgicas, mas, como referimos, quase sempre em localidades distantes. Quanto a ocorrências nesta região, aparece na edição de 26 de Julho de 1916, uma “igreja assaltada e sacrário profanado” em Regueira de Pontes, referindo-se que

“ha muito que no concelho de Leiria se não praticavam roubos como este, o que veio aumentar a sensação produzida” (OM 95, 1). Só um ano depois, em Julho de 1917, aparece o relato de outro assalto na região, a uma igreja de Porto de Mós (cf. OM 144, 1). Nova ocorrência noticiada a 1 de Agosto seguinte, à igreja dos Marrazes (cf. OM 148, 1), parece indicar a intensificação destes casos em Leiria neste ano, como adiante veremos em relação a outras perseguições e acções imputadas à maçonaria local.

1.2.3 – Consequências da Lei da Separação

Vão aparecendo nas primeiras edições algumas referências directas à Lei da Separação e a algumas das consequências.

Logo na segunda edição, por exemplo, no texto em que se inicia a campanha para a “Dotação do Prelado”, faz-se uma referência às pensões, à espoliação dos bens e ao facto de a Lei da Separação ter já “milhares de remendos”, longe da sua rigidez original, mas cujos efeitos perduram:

“Com a vitoria do partido liberal, extintos os dizimos, o Estado tomou sôbre si o encargo da sustentação do culto e dos seus ministros, até que um decreto, que para aí existe com milhares de remendos, se *apoderou*, passe o termo, de tudo, não nos deixando nada, nem tão pouco paramentos” (OM 2, 2).

Na mesma edição, aparece uma crítica a três padres do Oeste que, na resposta ao pedido de assinatura deste semanário, terão justificado a sua recusa com o argumento de não quererem “tomar compromissos para os sucessores”. O director compara essa “traição” à causa católica com a que seria a aceitação das pensões:

“Se os colegas quizessem receberiam a pensão do Estado, deixariam perder o costume de cada fogo vos dar o alqueire de milho ou de trigo, terieis menos trabalho, menos fadigas, menos canção e quando os vossos sucessores viessem que trabalhassem e que pedissem a pensão ao Estado” (OM 2, 3).

Pelo contrário, na edição de 3 de Fevereiro de 1915, cita um texto do diário católico *Liberdade* com o “bom exemplo” do retratamento de um padre que aceitou a pensão, mas que agora a recusava, pedindo perdão por esse “mau passo” (cf. OM 18, 1).

Uma curiosa e humorística referência à Lei da Separação aparece na edição de 9 de Dezembro de 1914, que revela o local exacto onde Afonso Costa terá escrito o decreto: uma capela! Citamos:

“O Sr. Grandela éra mesmo um doidinho pelo sr. dr. Afonso Costa. Eram passeatas, jantares, *macavenquices*, divertimentos, eu sei lá..., o sr. Grandela era mesmo um perdido, era um louco pelo sr. dr. Afonso Costa, até lhe ofereceu um chalet. [...] Pois bem o sr. Grandela gostava tanto do sr. dr. que até secularizou uma capela numa das suas quintas, capela cremos bem que sagrada pelo sr. patriarca de Lisboa e onde o sr. dr. aboborou a *lei de separação*. Vejam bem onde a dita foi feita, numa capela «ou vat-il se nicher»! Retiradas as imagens, os altares, os quadros, brotou um ino [sic] ao autor da lei, o sr. dr., e uma lápide comemorando o local da *factura* da tal ali foi colocada” (OM 10, 1).

O texto prossegue em tom irónico, referindo que o sr. Grandela, que tinha estátuas e quadros de Afonso Costa por todas as suas propriedades, terá comprado um caixão e sepultado nele uma dessas estátuas¹⁴.

Na linha que atrás identificámos, de paz com os republicanos locais e ataque ao que se passava na Nação, surge, na edição de 6 de Janeiro de 1915, um louvor ao deputado evolucionista, “nosso presado amigo e antigo condiscipulo Ribeiro de Carvalho”, pela defesa mantida no parlamento e no jornal *O Radical* quanto aos interesses dos católicos.

Mas afirma-se que este não pode confundir-se com o partido evolucionista, que no parlamento não contestou o desterro dos bispos, o encerramento do seminário da Guarda, a profanação de igrejas por “pseudo padres”, a perseguição aos padres pelos ateus das cultuais, a espoliação das igrejas e seu conteúdo, a falta de assistência religiosa aos soldados em Moçambique, etc.

¹⁴ O autor volta a confirmar a história na edição de 1 de Setembro de 1915 (cf. OM 48, 1).

E, quanto a este último tema, citam-se as palavras do ex-ministro da Justiça Sousa Monteiro, publicadas na *Revista Colonial* de 28 de Dezembro anterior, onde defendia que

“dos diplomas do Governo Provisório, o que mais urgentemente carece de revisão é sem sombra de duvida o de 20 de Abril de 1911: a chamada Lei da Separação do Estado das Igrejas. Foi indiscutivelmente este diploma o que mais perturbou e tem continuado a perturbar a vida nacional. [...] É minha convicção, muitas vezes expendida, que enquanto o referido diploma se não modificar de forma a tornal-o aceite pela maioria dos catholicos portuguezes, não será possivel entre nós a harmonia e a tranquillidade publica de que tanto carecemos, sobretudo no actual momento, de verdadeira crise mundial”.

Daí a acusação, que é um curioso resumo da opinião do padre Lacerda sobre o assunto:

“Inutilisada ou revista toda a obra realizada pelo chefe evolucionista no governo provisório, a obra verdadeiramente anti-patriotica, anti-liberal e anti-republicana elaborada pelo chefe democratico na famosa *lei de separação das igrejas para o Estado* (??) ahi se pavonêa” (OM 14, 2).

Um ano depois, na edição de 26 de Abril de 1916, um artigo com o título “Lei de Separação” dá conta de que o governo autorizara as procissões e outras celebrações pascais, incluindo a visita pascal dos párocos. O director elogia a atitude, mas refere: “embora não sejam só estas as arestas da *lei de separação* é necessário ir cortando-as. Tem feito peor a *lei de separação* a Portugal do que todas as incursões monarquicas”.

Acusando a lei de tratar os cidadãos como “uns filhos legitimos e outros bastardos”, pede direitos e deveres iguais para todos e que

“o governo atente na liberdade de ensino, culturais, beneplacito, habitos talaes, etc. etc. Os cinco anos de *lei* (?) devem ter mostrado a todos que os catholicos não cedem ao que lhes pertence, não pedindo favores mas exigindo justiça” (OM 82, 2).

Outro ano depois, em 7 de Março de 1917, circula a notícia de que chegara a Leiria um republicano com a missão do “cabal cumprimento da Lei de Separação” (OM 127, 1). A sua missão seria a venda dos passais das igrejas paroquiais, terrenos e outras parcelas que haviam sido doadas às igrejas e que tinham sido preservadas pelos párocos. Apesar dos altos e baixos

ao longo dos anos, em 1917 a Lei da Separação parecia ainda ter força para novas investidas. Por esta altura, as edições de *O Mensageiro* trazem imensos artigos sobre a acção nefasta da maçonaria, através do Grémio Gomes Freire, de Leiria, na acção dentro das escolas a proibir os alunos de participar em actos religiosos, na promoção da venda dos passais, na distribuição de um panfleto a apelar aos liberais contra a visita pascal que o pároco de Leiria se preparava para fazer e que fora autorizada pelo Governo, etc. (cf. OM 127ss).

Em 25 de Abril de 1917, é publicada uma referência ao “documento notavel” que é a Pastoral Colectiva do episcopado português daquele ano, trazendo as “lições [...] como bases indestructiveis da verdade religiosa, para a solução dos ingentes problemas da questão social, que no fundo é sempre o problema religioso” (OM 134, 1).

1.2.4 – A censura à imprensa

Uma breve nota, ainda, para a questão da censura, uma vez que terá condicionado, tanto directa, como indirectamente, aquilo que no jornal se publicava sobre o estado da situação na região.

É na edição de 3 de Maio de 1916 que aparecem as primeiras manchas brancas do corte da censura, numa coluna de “Cartas do Brasil”. Nas edições dos dois meses seguintes, passam a ser frequentes, sobretudo em textos sobre a fome que grassava, a campanha dos “celeiros paroquias”, a guerra e os capelães militares¹⁵. Depois, parece ser evidente o cuidado em

¹⁵ Na pesquisa efectuada às edições de *O Mensageiro* no arquivo da biblioteca do Seminário de Leiria, deparámos com uma descoberta curiosa: existem duas versões impressas da edição 85, de 17 de Maio de 1916, uma cortada pela censura, outra com os textos integrais sem qualquer corte (Ver: Anexos 1 e 2). Esse facto permite-nos verificar quais os excertos que foram alvo do “lápiz azul”. Os textos em causa são, maioritariamente, sobre as questões da guerra, da iminência da partida de soldados portugueses para os campos de conflito na Europa e da incúria do Governo em cuidar do seu acompanhamento religioso por parte de capelães militares. Um deles, intitulado “Nota Política”, na rubrica “Pela Semana”, foi cortado por completo. Tratava-se uma “Carta a uma Senhora de Leiria” assinada pelo director do jornal, onde apelava à intervenção da destinatária, presumivelmente uma benemérita influente, para o envio de capelães militares: “Promovei uma representação, solicitando capelães militares, ao menos durante a guerra, para os nossos soldados, que o governo atenderá o vosso pedido, porque outro pedido êle vos fez e vós, generosa e boa acedestes logo”. Outro texto muito cortado, também em primeira página, com o título “Capelães militares”, versava o mesmo assunto. Da leitura das versões integrais, não é fácil perceber o motivo dos cortes, até porque nos restantes excertos e textos publicados os mesmos assuntos são veiculados e as críticas às opções do Governo da Nação são frequentes. Como exemplo, também na primeira página da mesma edição, na versão censurada, passou outro artigo sobre “Heroísmo do clero” francês, onde refere que “segundo dados estatísticos

escrever para que as manchas brancas não apareçam: “Vamos escrever este artigo com todos os preventivos contra a Censura, não aconteça terem os leitores d’*O Mensageiro* a desagradável surpresa de ao abrirem o jornal este lhes aparecer em claro” (OM 91, 1).

Entretanto, ou esse cuidado desapareceu, ou a censura apertou o cerco, pois recomeçam as “brancas” em Outubro de 1916, mantendo-se por vários meses, como ainda se via em 29 de Agosto de 1917 (cf. OM 152, 3).

O jornal chega mesmo a ser suspenso neste período, como refere a edição de 24 de Dezembro de 1916, onde se publica uma ordem de proibição do Governo Civil. Essa edição deveria ter saído no dia 20 e aparece quatro dias depois, supondo-se que a suspensão tenha sido rapidamente levantada. Mas não deixou de vir especialmente cortada pela censura (cf. OM 116, 1).

Mais longa foi a suspensão sofrida entre 14 de Fevereiro e 3 de Maio de 1919. “Porquê”, pergunta o director na edição do regresso, referindo não encontrar razões para o acto administrativo e onde informa que logo na semana seguinte à suspensão fez sair o jornal com o título de *O Leiriense*, tendo este sido também imediatamente suspenso (cf. OM 227, 1).

1.3 – A região serrana de Fátima: modos de vida

A aldeia de Aljustrel, onde viviam as três crianças videntes, e o sítio da Cova da Iria, onde ocorreram as aparições, estão situados na freguesia de Fátima. Aqui, a situação não seria muito diferente da que relatámos, embora marcada por características de maior interioridade geográfica e um mais vincado ambiente rural. De facto, embora pertença ao concelho de Vila Nova de Ourém, do distrito de Santarém, Fátima estabelece mais ligações com a cidade de

da actual campanha já morreram em combate na França 3500 padres e 2300 seminaristas”, faz o comentário “Ora ahi tem o sr. Afonso Costa uma *lei de separação* de praticos e rapidos efeitos. Assim acaba a religião antes de duas gerações”, e termina com outro comentário: “Se não fosse a censura, o que nós agora diríamos! Mas..”. A verdade é que a censura tinha sido especialmente operante nesta edição, mas estas afirmações passaram...

Leiria, a cerca de vinte quilómetros, do que com a sua sede de distrito, a mais de sessenta. São, aliás, muito antigas, remontando a meados do século XIX, as pretensões de mudança de centralidade territorial. A título de exemplo, citamos um artigo de *O Mensageiro*, de 5 de Abril de 1916:

“O concelho de Vila Nova d’Ourem deseja passar para o distrito de Leiria. Lavra em todo o concelho de Vila Nova d’Ourem grande entusiasmo pela sua passagem para o distrito de Leiria. Em todas as freguesias d’aquela importante concelho se andam colhendo assinaturas pedindo a transferência para o nosso distrito, sendo esperada com ansiedade esta deliberação.

A distancia de Ourem a Leiria, muito inferior a Santarem, as relações economicas e pessoais entre Vila Nova d’Ourem e Leiria, que são importantes e razões historicas que ligam aquela vila a Leiria são elementos que militam a favôr de tão justa pretensão.

É necessario que no Parlamento haja quem defenda os interesses do distrito e do concelho. É inutil encarecer que a cidade de Leiria só tem a lucrar com a mudança, porque se as relações dos habitantes do concelho de Vila Nova d’Ourem são já grandes com a cidade de Leiria, a mudança de distrito mais estreitará essas relações.

Ourem fica sendo um dos concelhos mais visinhos da sêde do distrito e com faceis meios de comunicação, havendo a acrescentar que talvez dentro de poucos anos se faça a ligação pelo caminho de ferro cuja concessão já foi assinada” (OM 79, 2 e 3).

Predominantemente rural, Fátima situa-se no maciço calcário estremenho, entre serras e vales da Serra de Aire, cujo solo é bastante pobre e a água escassa à superfície. Importa-nos, para a contextualização geográfica e cultural dos acontecimentos em estudo, lançar um olhar um pouco mais pormenorizado para a caracterização deste espaço nos inícios do século XX¹⁶.

Segundo o Censo de 1911, no início da República a população portuguesa rondava os seis milhões, tendo o distrito de Santarém cerca de 300 mil pessoas, o concelho de Ourém à volta de 30 mil, a freguesia de Fátima 2.348 e a aldeia de Aljustrel 123 habitantes,

¹⁶ Para esta caracterização, são especialmente úteis duas obras, que serviram de fonte informativa primordial para a descrição que fazemos neste capítulo: J. NEVES, *A Fátima dos inícios do século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917)*, Rotary Club de Fátima, Fátima, 2005; J. ABRANTES; M. PINTO; M. CARVALHO, *Aljustrel: uma aldeia de Fátima: o passado e o presente*, Santuário de Fátima, Fátima, 1993.

distribuídos por 16 fogos. Se, a nível nacional, 83% da população vivia em zonas rurais, nos distritos de Leiria e Santarém essa média subia para 95,06% e 94,44%, respectivamente¹⁷.

Apesar de existirem na região alguns grandes e médios proprietários, “globalmente, estamos perante um concelho rural, disperso e pobre”¹⁸. A actividade agrícola é a predominante, bem como o comércio com ela relacionado, com o azeite e o vinho à cabeça. Concretamente, na freguesia de Fátima, os terrenos calcários apenas permitiam cultivo de sequeiro, com pequenos minifúndios cercados a muros de pedra, ganhando relevo a pastorícia ovina e caprina como actividade preponderante de quase todas as famílias, por se adaptar à estrutura agreste do terreno¹⁹.

Os acessos e a rede viária local era paupérrima, apesar de atravessar Fátima a estrada que ligava Ourém a Porto de Mós, ligada à que seguia de Ourém para Leiria e para Tomar. Quase todas em mau estado, também as estradas que ligavam os vários lugares do concelho eram apenas transitáveis a pé ou pelas carroças dos animais. De referir, 11 quilómetros a Norte da sede do concelho, a estação de caminhos de ferro de Caxarias, da linha que ligava Lisboa ao Porto, a funcionar desde 1863²⁰.

Mal nutrida²¹ e com as parcas condições higiénicas em que vivia, a população era muito permeável a vagas de epidemias que frequentemente assolavam o país. A assistência aos doentes era muito limitada, o acesso aos tratamentos e medicamentos era difícil à maioria, pelo que as taxas de mortalidade infantil e juvenil eram bastante elevadas²². Recorde-se que os dois videntes mais novos, Jacinta e Francisco, morreram vitimados pela pneumónica, com 9 e 10 anos de idade, respectivamente. Quanto à educação, o cenário não era mais animador. O analfabetismo nacional rondava os 75% da população, valor que pouco se alterou nos primeiros anos da República, apesar das ideias e projectos reformistas do novo regime. Na

¹⁷ Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 32-41.

¹⁸ *Ibidem*, 101.

¹⁹ *Ibidem*, 118; J. ABRANTES; M. PINTO; M. CARVALHO, *Aljustrel: uma aldeia de Fátima*, 20-21; 121-208.

²⁰ Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 169-184; J. ABRANTES; M. PINTO; M. CARVALHO, *Aljustrel: Uma Aldeia de Fátima*, 21-22.

²¹ “A alimentação era frugal, pouco variada, dependendo quase exclusivamente daquilo que a terra produzia” – J. ABRANTES; M. PINTO; M. CARVALHO, *Aljustrel: Uma Aldeia de Fátima*, 22; cf. *Ibidem*, 268-273.

²² *Ibidem*, 23-24; 279-286.

freguesia de Fátima esse valor atingia os 87% em 1920²³. Refira-se, a este propósito, a informação do padre Manuel Nunes Formigão²⁴ sobre os três videntes: “Nenhuma das creanças sabe ler”²⁵.

A família era o núcleo em torno do qual girava toda a organização social. “O núcleo familiar estava solidificado pela crença comum, pela autoridade paterna e ainda pela actividade agrícola feita em conjunto. Os filhos eram educados pela mãe”²⁶.

O casamento fazia-se na Igreja, os filhos eram baptizados logo após o nascimento e desde novos eram integrados nas actividades familiares. O sentido de inter-ajuda estendia-se às redes de vizinhos, que faziam das aldeias verdadeiras comunidades, como era o caso de Aljustrel²⁷.

Politicamente, no início do século XX, o concelho de Vila Nova de Ourém era dominado pelos grandes latifundiários e outras pessoas influentes da região, que ocupavam os principais cargos administrativos. As ideias republicanas tinham inicialmente pouca expressão, mas aparecem com alguma força a partir de 1908, inclusivamente, com o aparecimento do jornal republicano *A Voz de Ourém*, onde os temas anticlericais e a notícia de comícios da Comissão Republicana são frequentes²⁸. Segundo relato do jornalista Joaquim Leitão e uma carta do administrador²⁹, a notícia da implantação da República chegou a este concelho pelo telégrafo e foi no próprio dia 5 de Outubro içada a bandeira republicana nos paços do concelho, com os “vivas” da população, sobretudo da elite comerciante que passaria a ter lugar assegurado nos órgãos autárquicos. Os primeiros anos da República, tal como

²³ Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 212.

²⁴ Nascido a 1 de Janeiro de 1883, fez estudos no Seminário de Santarém até 1903 e doutorou-se na Universidade Gregoriana de Roma em Teologia e Direito Canónico. Ordenado em 1908, em Roma, regressou a Portugal como professor no Seminário de Santarém. A 3 de Maio de 1922 foi nomeado membro da Comissão para o Processo Canónico de Fátima e viria a ser o autor do Relatório desta comissão. Foi um dos padres que acompanharam mais de perto todo o processo de Fátima e um dos principais autores sobre o assunto, também com o pseudónimo que usava de Visconde do Montelo. Viria a ser notório algum conflito de ideias e de personalidades com o padre Lacerda, director de *O Mensageiro* (cf. J. GOMES, “Formigão, Manuel Nunes (1883-1958)”, in *Enciclopédia de Fátima*, 232-237; DCF I, 37, nota 2; DCF I, 74, nota 9).

²⁵ SANTUÁRIO DE FÁTIMA, *Documentação Crítica de Fátima*, Fátima, Vols. I (1992), 190. Passaremos a citar esta fonte apenas com a sigla DCF, seguida do número de volume e de página.

²⁶ J. ABRANTES; M. PINTO; M. CARVALHO, *Aljustrel: Uma Aldeia de Fátima*, 23.

²⁷ Cf. *Ibidem*, 209-268.

²⁸ Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 60-68.

²⁹ Documentos citado em J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 73.

acontecia a nível nacional, foram de alguma agitação política. Curiosamente, a freguesia de Fátima aparece entre os locais onde surgem notícias de movimentação de conspiradores contra os democráticos e, nas eleições de 1913, foram os evolucionistas que conquistaram a maioria dos votos nesta freguesia. Com a revolta de 14 de Maio de 1915, que acabou com a ditadura de Pimenta de Castro e levou Bernardino Machado a presidente, os democráticos retomaram o poder em Ourém, mas nas eleições de 1915 voltaram a perder para os evolucionistas, por larga margem, tanto na freguesia de Fátima, como no concelho de Vila Nova de Ourém. Facto curioso, considerando que, exceptuando também o concelho de Torres Novas, os democráticos venceram nos restantes concelhos do mesmo círculo eleitoral de Tomar: Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal e Tomar³⁰.

Quanto à prática religiosa católica, era fervorosa e assídua pela grande maioria da população, como em outros meios rurais similares, em que o próprio ritmo diário e do calendário era marcado pelos ritos e culto religiosos, pelas devoções populares, pelas festas, procissões e romarias³¹.

Apesar das insistentes campanhas anticlericais e secularistas dos finais do século XIX e inícios do século XX, são inúmeros os testemunhos de que a grande maioria das pessoas permanecia fiel à religião católica, com práticas diárias de oração, como a reza do terço nos serões familiares, a frequência regular dos sacramentos da Penitência e da Eucaristia³². No relato que faz dos seus interrogatórios aos videntes, a 27 de Setembro de 1917, o padre Manuel Nunes Formigão refere sobre a família de Lúcia:

“A mãe, typo da mulher christã, e da boa dona de casa, entregue ás lides domesticas, procurou sempre inspirar aos filhos o santo temor de Deus e de levá-los ao cumprimento de todos os seus deveres moraes e religiosos”³³.

³⁰ Cf. *Ibidem*, 76-86.

³¹ Cf. J. ABRANTES; M. PINTO; M. CARVALHO, *Aljustrel: Uma Aldeia de Fátima*, 293-387.

³² Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 237-265.

³³ DCF I, 52.

Também nos interrogatórios do padre Lacerda, a 19 de Outubro de 1917, as três crianças referem que iam todos os domingos à missa, às vezes também durante a semana, e que rezavam o terço todos os dias³⁴. O relatório da Comissão Canónica nomeada pelo bispo de Leiria para o processo das aparições, de 13 de Abril de 1930, começa também pela caracterização das famílias dos videntes, referindo que “as crianças possuíam uma instrução religiosa muito rudimentar”, que “a devoção mais querida naquela região é a recitação do terço do Rosário” e ainda que “é rara a família cujo chefe, à noite, depois da lida dos campos, não reze o terço juntamente com os seus, antes da ceia, que é a refeição principal”³⁵.

A paróquia de Fátima foi fundada em 1568, no arcebispado de Lisboa, e passou para a diocese de Leiria logo em 1586³⁶. Com a extinção desta diocese em 1882, voltou ao patriarcado de Lisboa, tendo regressado ao domínios de Leiria com a restauração do bispado, em 1918. A igreja paroquial, com o orago de Nossa Senhora dos Prazeres, data da fundação da paróquia, existindo em 1917 mais cinco capelas abertas ao culto³⁷. Funcionavam na sede da paróquia a Confraria das Almas e a Confraria do Santíssimo Sacramento, tendo sido esta última incumbida da gestão das obras de restauro da igreja paroquial, entre 1916 e 1925, quando a paróquia estava impedida de actos administrativos sobre os seus bens, conforme dispunha a Lei da Separação.

1.3.1 – Vila Nova de Ourém e Fátima em *O Mensageiro*

Contrariamente a uma imagem estereotipada que se difundiu sobre Fátima como “aldeia perdida” nas faldas da serra de Aire, apesar da sua ruralidade e pobreza – correspondendo, aliás, à norma da grande maioria da população portuguesa da época – esta freguesia, tal como o concelho de Vila Nova de Ourém, tinha bastante vitalidade social, política e religiosa³⁸.

³⁴ Cf. DCF I, 334-348.

³⁵ DCF II, 161.

³⁶ Cf. *COUSEIRO [O] ou Memórias do Bispado de Leiria*, Tipografia Lusitana, Braga, 1868, 213 e 229-230.

³⁷ Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 231-232.

³⁸ Acompanhamos a conclusão de J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*: “Há fortes indícios de que Fátima não era simplesmente uma freguesia perdida nas serras e sem contacto com a realidade político-social

Ao abordarmos a nossa fonte de estudo, essa foi uma constatação imediata: no espaço limitado das suas quatro páginas – uma delas reservada a anúncios – aparecem notícias de Ourém, desde a primeira edição (7 de Outubro de 1914). Com o título “Feiras Mensais no concelho d’Ourem”, refere-se: “Vila Nova d’Ourem em 3. Cercal d’Espite em 4, Freixeanda no 1.º e 3.º domingo de cada mês. Mercados semanais: Vila Nova d’Ourem ás 5.^{as} feiras, Olival aos domingos, Freixeanda idem” (OM 1, 3).

Nessa mesma página, um texto assinado por um correspondente do jornal nessa região informa que “tomou posse do logar de administrador do concelho o ex.^{mo} sr. Emilio Franco de Figueiredo, filho do ex.^{mo} sr. Juvencio de Figueiredo, digno farmaceutico na Freixeanda”.

Entre outras informações, dá conta da vitalidade religiosa na região:

“No Olival realizaram-se os tradicionais festejos que fôram precedidos dum triduo tendo havido para cima de três mil comunhões. Pregou no triduo e na festividade o rev. Faustino de Souza, franciscano que conseguiu arrebatrar o auditorio. [...] Está paroquiando a freguezia da Fatima o rev. Manuel Marques Ferreira, sacerdote zeloso e exemplar natural desta vigararia. [...] O dignissimo vigario da vara rev. padre Faustino aproveita todas as ocasiões para trocar com os seus colegas as suas impressões, aproveitando todos os ensejos para os reunir”.

Na edição seguinte, o correspondente de Ourém volta a escrever: “Bemvindo *O Mensageiro*. Apoiada a ideia da restauração do Bispado de Leiria, a qual tem neste concelho entusiastas defensores”. Depois, lembra os leitores de que é altura de “pagamento de impostos na câmara” e refere que “as vindimas estão quase concluidas, sendo a colheita muito regular”.

Mais uma vez, aborda a questão religiosa:

“Na Sé de Ourem houve dia 27 uma solemne festividade precedida de triduo de práticas e confissões ás quais concorreram muitos fieis. Foi uma verdadeira manifestação de fé. Felicitamos o prior Gens que em poucos meses conseguiu avivar o espirito religioso daquela importante freguezia” (OM 2, 3).

nacional” (269). O autor apresenta factos: Fátima foi, no final da Monarquia, “o principal foco de instabilidade política concelhia, com as chamadas «Adesões ao Partido Republicano» e o crime da Portela dos Casais”; “é uma das únicas três freguesias do distrito de Santarém [...] que possui um centro paroquial do Partido Nacionalista (269-270); “a única freguesia do distrito de Santarém que tinha um Centro Paroquial, ligado ao Partido Católico, no início do século XX” (240).

Assim continuará pelas edições seguintes, sendo recorrentes as referências ao “grande entusiasmo entre clero e povo” pela causa da restauração e os relatos de missas e outras celebrações com grandes massas de fiéis e “comunhões”. A título de exemplo, referimos apenas algumas notícias referentes a Ourém nestas primeiras edições:

“Em quasi todas as freguesias se faz a devoção ao rosario com bastante concorrencia [...] a mobilisação de um contingente portuguez para a guerra traz apreensivo este povo, que não cessa de implorar a clemencia divina” (OM 3, 3);

“Os lavradores mostram-se satisfeitos com as ultimas chuvas, que muito desejavam. [...] Têm, nos ultimos dias, seguido para o concelho de Torres Novas grandes ranchos afim de apanharem azeitona” (OM 6, 3);

“Realizou-se no dia 2 do corrente [Fevereiro de 1915] uma tocante festividade na Igreja paroquial desta freguezia [Fátima]. Aproximaram-se da sagrada meza eucaristica 200 creanças devidamente preparadas pelo digno pároco desta freguezia, que receberam a Jesus Sacramentado pedindo a vitória das nossas armas em Africa. [...] Não sabemos quando serão ultimados os trabalhos da estrada que nos deve ligar pelo Reguengo com Leiria, e que grandes beneficios virá trazer a esta freguezia. Se fôsem iniciados ali os trabalhos, essa medida viria atenuar em parte a crise que atravessa a classe operaria” (OM 21, 3);

“Causou grande sensação nesta vila [Vila Nova de Ourém] e em todo o concelho o atentado bombista contra a residencia do sr. Albino da Costa Neves e Sousa. [...] Que pretendiam os valentes bombistas? Provar que era monarquico o alvejado?” (OM 30, 3).

O tom continua semelhante, com regularidade quase semanal até 1918, referindo feiras e romarias, actividades agrícolas e comerciais, grande dinamismo religioso, alguns conflitos e desacatos, e diversas notas sobre a vida familiar de alguns “ilustres” da região.

2. A fonte: *O Mensageiro*

Depois da apresentação da realidade local onde decorreram os factos deste estudo, olhamos agora para o jornal que servirá de principal fonte de leitura sobre esses acontecimentos e que é, de certa forma, também objecto do mesmo estudo. Apesar de ter sido já citado e brevemente apresentado nos capítulos anteriores, será importante, para uma melhor compreensão do tipo de abordagem que *O Mensageiro* fará às aparições de Fátima, analisar mais em pormenor o contexto da imprensa local em que se insere e, sobretudo, as razões da sua fundação, directamente relacionadas com a causa da restauração da Diocese e a “defesa dos catolicos” e da “boa imprensa”.

2.1 – Imprensa regional na época

Quando apareceu *O Mensageiro*, a 7 de Outubro de 1914, circulavam já alguns jornais na região. Consideramos, não apenas os da área da extinta diocese de Leiria ou do distrito de Leiria, mas também alguns da diocese de Lisboa e do distrito de Santarém, como são os casos de Alcobaça e Santarém, pela proximidade geográfica e pela relação noticiosa que estabeleceram com *O Mensageiro* a propósito dos acontecimentos de Fátima. Apresentamo-los ordenados por data de fundação, com indicação de alguns dados que conseguimos apurar sobre cada um³⁹:

- *SEMANA ALCOBACENSE* (1889 a ?). Director: António Miguel d’Oliveira. Semanário regionalista liberal de Alcobaça, distrito de Leiria e diocese de Lisboa.

³⁹ Cf. J. CABRAL, *Anais do Município de Leiria*, vol. 2, Leiria, 1975, 257-265. Para além desta fonte, cruzámos alguns dados com a lista bibliográfica recolhida pela Dr.^a Sandra Duarte, investigadora do projecto “Crença e cidadania: organizações e imprensa católicas na sociedade portuguesa do século XX”, do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Incluímos ainda informações sobre as diversas publicações apresentadas na *Documentação Crítica de Fátima*.

- *CORREIO DA EXTREMADURA* (1890 a ?). Director e proprietário: João Arruda. Semanário regionalista de Santarém.
- *O PORTOMOZENSE* (1899 a ?). Semanário católico de Porto de Mós. Depois de algum tempo extinto, reaparece em Outubro de 1918, com forte ligação a *O Mensageiro*.
- *LEIRIA ILUSTRADA* (12 de Janeiro de 1905 a 30 de Dezembro de 1916). Director e administrador: Tito B. Lima de Sousa Larcher e Adolfo Leitão. Editor: Gaudencio Campos, Alípio Mesquita e Miguel Tomás. Semanário ilustrado, literário e noticioso, de orientação republicana.
- *O DEBATE* (1907 a ?). Director: Manuel António das Neves. Semanário democrático do distrito de Santarém.
- *O REBELDE / O RADICAL* (16 de Novembro de 1910 a 1916). Directores: João Gomes Lisboa (1-4), Idelfonso Leitão (5-21), José Carlos Afonso e Ribeiro de Carvalho. Editor: Joaquim Carvalho. Dezenário republicano, diverge da orientação “afonsista” do outro periódico que se publica em Leiria, *Leiria Ilustrada*, aproximando-se progressivamente dos “almeidistas”, através da influência do jornalista Ribeiro de Carvalho, chefe carbonário e secretário do ministro da Fazenda, José Relvas. A partir de 2 de Março de 1911 passou a semanário e mudou de nome, passando a designar-se *O Radical*. Ribeiro de Carvalho assumiu a propriedade e direcção a 29 de Julho de 1911.

Depois da fundação de *O Mensageiro*, outros jornais continuaram a surgir. Passamos a enumerar, com o mesmo método, os que foram seus contemporâneos até ao final do período em estudo, o ano de 1927:

- *O ANUNCIADOR* (1915 a 1925)⁴⁰. Semanário leiriense de distribuição gratuita. Directores e editores: Pedro D'Aguiar, A. Mendes Barata, J. Oliveira [e] Marcos Melo.

⁴⁰ Em J. CABRAL, *Anais do Município de Leiria*, 257, a referência a *O Anunciador* neste período aparece com datas entre 1911 a 14-7-1914, sendo director Pedro Aguilar [sic].

- *O OURIENSE* (1915 a ?). Director: Pe. Manuel José Alves. Boletim do concelho de Vila Nova de Ourém, dirigido pelo pároco.
- *O MARINHENSE* (1917 a ?). Director: J. M. Matias. Semanário republicano democrático e defensor dos interesses da Marinha Grande e Vieira.
- *JORNAL DE LEIRIA* (7 de Janeiro de 1917 a 31 de Julho de 1919). Directores: Alípio Mesquita [e] Álvaro Neto. Editores: J. A. Fernandes Ferreira, João Ferreira Valente, Alfredo Rei [e] J. Marques da Cruz. Semanário leiriense do Partido Republicano Português.
- *A VOZ INFANTIL* (31 de Julho de 1918 a 11 de Agosto de 1919). Editores: Eduardo Arantes de Oliveira [e] Afonso de Sousa. Semanário instrutivo, recreativo e literário. Os primeiros quatro números foram manuscritos pelo director.
- *A TRIBUNA DO POVO* (1 de Março de 1919 a 17 de Janeiro de 1920). Director: M. Cardoso de Figueiredo. Editores: M. António Ferreira e Afonso de Sousa. Semanário instrutivo, recreativo e literário.
- *O LEIRIENSE* (14 de Março de 1919). Director: P. José Ferreira de Lacerda. Número único, editado aquando da suspensão política de *O Mensageiro*, e igualmente suspenso de imediato.
- *O DISTRITO DE LEIRIA* (5 de Outubro de 1919 a 10 de Abril de 1921). Director: Adriano Cândido Magalhães. Administradores: Guilherme de Vasconcelos [e] José de Oliveira Júnior. Editor: Mendes Barata. Semanário da Comissão Distrital do Partido Republicano Português até ao n.º 43, passando depois a semanário republicano independente, até ao n.º 69.
- *POVO DE LEIRIA* (2 de Dezembro de 1920 a 29 de Março de 1923). Director: João Correia Mateus e A. Baltazar. Semanário da propriedade do Partido Republicano Português.
- *FLOR DO LIZ* (1 de Maio de 1921 a 31 de Dezembro de 1921). Director: Deolindo Evangelista. Editor: José Escudeiro Leal [e] Deolindo Evangeslista. Quinzenário instrutivo, literário e recreativo.

- *A VERDADE* (1 de Janeiro de 1922 a ?) Director: Plínio Pinto Ventura. Editor: A. Portugal da Silva. Revista mensal de distribuição gratuita.
- *A REGIÃO* (1 de Janeiro de 1922 a 2 de Abril de 1922). Director: A. Ribeiro dos Santos. Quinzenário leiriense.
- *VOZ DA FÁTIMA* (13 de Outubro de 1922 – ainda se publica). Director: P. Manuel Marques dos Santos (até ao n.º 588). Mensário oficial da Comissão Canónica Diocesana, com sede em Leiria. Só em 1976, passaria oficialmente para a posse do Santuário.
- *VOZ DO POVO* (1 de Abril de 1923 a 3 de Fevereiro de 1927). Directores: Adriano C. de Magalhães, José Falcão de Gouveia [e] Comissão Municipal de Leiria. Editores: M. A. Ribeiro [e] Manuel de Oliveira. Semanário republicano das Comissões Políticas de Partido Republicano Português do Distrito de Leiria.
- *SOL DO PORVIR* (25 de Dezembro de 1923 a 30 de Novembro de 1929). Directores: Germano R. Casaleiro [e] J. Nicolau Ferreira. Editores: Manuel Costa Boavida [e] José Ricardo S. Belo. Órgão mensal do Centro Espírita de Leiria.
- *A FITA* (6 de Janeiro de 1924 a 17 de Agosto de 1924). Director: Rodrigo de Oliveira. Editor: José Virgolino. Revista cinematográfica semanal.
- *BOLETIM DA DIOCESE DE LEIRIA* (1-1924 a 12-1936). Director: P. Manuel Marques dos Santos. Órgão Oficial da Diocese de Leiria.
- *LEIRIA DESPORTIVA* (2 de Outubro de 1924 a 21 de Maio de 1925). Director: Mário Ribeiro de Oliveira. Editor: José Lino Carlos Franco. Semanário desportivo.
- *O SEMEADOR BAPTISTA* (15-11-1925-?). Director: A. Maurício. Órgão oficial mensal da Convenção Baptista Portuguesa.
- *NOTÍCIAS DE LEIRIA* (6 de Janeiro de 1927 a 28 de Julho de 1928). Director: Teófilo B. da Costa Santos, Rebelo Alves, José Baptista dos Santos [e] Silvério dos Reis. Semanário republicano independente.

2.2 – A fundação de *O Mensageiro*: o padre Lacerda e a restauração da diocese

A fundação deste jornal está umbilicalmente ligada à figura e personalidade do seu fundador e director durante toda a vida. Do mesmo modo, este semanário surge com o objectivo claro – embora não exclusivo – de ser um órgão “oficial” de luta pela restauração da diocese de Leiria, pelo que também esse processo é inseparável da história de *O Mensageiro*.

2.2.1 – O padre José Ferreira de Lacerda

Nascido em Monte Real em 1881, precisamente o ano da extinção da Diocese, José Ferreira de Lacerda entrou no Seminário de Leiria⁴¹ em 1893, onde completou o ensino médio, e ingressou no Seminário Maior de Coimbra em 1899.

Terminado o curso de Teologia, ainda seminarista, foi nomeado prefeito do Seminário de Coimbra em 1902, mas o desejo de aventura levou-o, em Julho do ano seguinte, a empreender uma viagem marítima por diversos países até Macau. Nos pouco mais de três meses que ali permaneceu, chegou a ser nomeado capelão da Sé e teve tentadoras propostas de trabalho, não apenas como eclesiástico, mas até no mundo dos negócios, com um rico mercador inglês a oferecer-lhe “sociedade, participação nos lucros e a mão da própria filha”⁴².

Mas o seu coração estava em Leiria e ansiava pela ordenação sacerdotal, que viria a realizar-se na Sé Nova de Coimbra, no dia 6 de Novembro de 1904, por D. Manuel Correia de Bastos Pina. Nesse ano, assumiu a paróquialidade de Alvorge, passando depois por Monte Real, Vieira de Leiria (1906) e Milagres (1909), onde conquistou o reconhecimento e a enorme simpatia dos fiéis.

Monárquico confesso, de personalidade forte e homem de acção, era conhecido pelo empenho nas causas que defendia, fosse a evangelização do povo cristão, fosse a assistência

⁴¹ Apesar de extinto o Seminário de Leiria, o edifício que acolhia os alunos locais situava-se na cidade de Leiria, funcionando como sucursal do Seminário de Coimbra (cf. A. FERREIRA, *O padre Lacerda: reitor dos Milagres: 1881-1971*, Folheto Edições & Design, Leiria, 2005, 47).

⁴² A. FERREIRA, *O Padre Lacerda*, 78.

aos mais pobres, fosse a luta pela melhoria de condições de vida das populações, desde o arranjo das estradas, o serviço de correios, o saneamento do rio Lis, o associativismo agrícola, e tantas outras causas que o moveram⁴³. É, portanto, com alguma naturalidade que o vemos ser eleito vereador da Câmara de Leiria em 1908, lugar que, com igual evidência de razões, abandonaria assim que foi proclamada a República nas varandas do Paços do Concelho. Ainda à conta da política, esteve preso entre 24 de Julho e 10 de Setembro de 1912, acusado de aliciar gente para a revolta de Paiva Couceiro, facto que sempre negou, vindo a ser ilibado por falta de provas⁴⁴.

Entre 23 de Setembro e 12 de Outubro de 1913, faz nova viagem, desta vez uma peregrinação pessoal pela Europa: Espanha, França e Bélgica, marcada especialmente pela visita e participação nas celebrações em Lourdes.

De regresso, a 18 de Novembro de 1913, dá-se o acontecimento que iria espoletar a sua mais famosa obra, a fundação do jornal *O Mensageiro*: morria o bispo de Coimbra, D. Manuel de Bastos Pina, que governara a sua diocese durante 41 anos. Era uma oportunidade de ouro para iniciar nova campanha pro-restauração e o padre Lacerda percebeu-o de imediato, fazendo dessa uma das grandes causas da sua vida, como desenvolveremos adiante neste capítulo.

Outra das lutas que iria marcar indelevelmente a sua vida, e que encontraremos em permanência em *O Mensageiro*, é pelo envio de capelães militares a acompanhar o Corpo Expedicionário Português na frente de Batalha, na Grande Guerra de 1914-1918. Sendo pioneiro na defesa desta causa e na disponibilização para prestar esse serviço aos soldados,

⁴³ Cf. *Ibidem*, 187-197.

⁴⁴ Há diversos episódios registados, em relação à sua preferência política pela monarquia e pelo Partido Regenerador, que lhe valeram algum isolamento, inclusivamente, entre os clérigos mais influentes da diocese restaurada. Na biografia do P. Lacerda, diz Ambrósio Santos: “Só bastante mais tarde, quando o Movimento do 28 de Maio [1926] trouxe ao País a pacificação há muito esperada, é que o Padre Lacerda enterrou de vez o seu «messianismo» monárquico. Mas fê-lo sem saudosismos nem reticências, acreditando que o País tinha futuro e que a Igreja era de novo livre e os seus direitos publicamente reconhecidos” (A. FERREIRA, *O Padre Lacerda*, 123).

foi-lhe dada essa “honra”, seguindo para a Flandres a 2 de Maio de 1917, onde esteve até 21 de Setembro desse ano⁴⁵.

Permanecendo o resto da sua vida na missão humilde de pároco dos Milagres, nem por isso deixou de marcar a sua posição e presença nas mais importantes causas da diocese e da região de Leiria, sobretudo na função de director de *O Mensageiro*, como se observa em vários pontos deste estudo e, mais ainda, nalgumas obras já publicadas e estudos feitos sobre este sacerdote.

Foi alvo de diversas condecorações civis e militares, com destaque para o grau de Cavaleiro da Ordem de Instrução Pública atribuído pelo Presidente da República Óscar Carmona, a 5 de Outubro de 1931. Apesar da sua recusa inicial, o bispo de Leiria D. João Venâncio nomeou-o Cónego Honorário da Sé de Leiria, a 5 de Dezembro de 1958.

Faleceu a 20 de Setembro de 1971, com 90 anos de idade, tendo sido sepultado em campa rasa no cemitério dos Milagres.

2.2.2 – A extinção da diocese de Leiria e os “inconformados”

A Diocese de Leiria foi criada a 22 de Maio de 1545, pelo Papa Paulo III, com a Bula “Pro excellenti”, em resposta ao pedido de D. João III para que esta “notável vila deste reino e de muita clerezia e povo” tivesse um prelado que nela residisse e a governasse.

A sua morte começou a ser desenhada com a lei de 20 de Abril de 1876, que propunha negociações com a Santa Sé no sentido da “anexação, redução e nova circunscrição das dioceses portuguesas”. O primeiro passo nesse sentido deu-se em Novembro de 1880, quando sete prelados portugueses, reunidos com o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, aceitaram essa nova ordenação de passar de 17 para 12 as dioceses existentes⁴⁶.

⁴⁵ Desenvolveremos este tema mais pormenorizadamente no capítulo III, 1.3.

⁴⁶ Esta e outras informações apresentadas neste capítulo, bem como muita da documentação citada, foram retiradas de L. CRISTINO, *O Padre José Ferreira de Lacerda e a Diocese de Leiria, de 1881 a 1920: Dois itinerários justapostos*, discurso no encerramento das comemorações do 1.º centenário do nascimento do P. Lacerda, Seminário de Leiria, 24 de Outubro de 1982, dactilografado inédito. O texto não tem referência da origem específica de muitas das fontes documentais citadas, pelo que nos é impossível indicá-las, mas o autor

As movimentações do governo nos meses seguintes vieram a resultar na comunicação do Secretário de Estado do Vaticano, a 13 de Maio de 1881:

“As calorosas instâncias interpostas por Sua Majestade Fidelíssima e os votos do seu Governo conformes ao do Episcopado Português, embora respeitem a um assunto de há muito tempo em suspenso, por ser considerado de sumo relevo, qual é certamente a supressão de algumas das dioceses existentes num país onde conviria antes multiplicar os meios de promover e favorecer a cultura religiosa do povo, foram apesar de tudo acolhidas por Sua Santidade com particular e benigna consideração”.

O Governo rejubilava, como se pode perceber pelo ofício do embaixador em Roma, a 1 de Julho:

“Facto único consentir a Santa sé na supressão de cinco dioceses ao mesmo tempo, sendo aliás seu constante sistema promover a criação do maior número possível para assim engrossar as fileiras dos seus subordinados. Todos aqui se admiram de tão ampla concessão. É por tal motivo que eu considero ser este acontecimento uma grande vitória obtida pelo governo de Sua Majestade”.

Mas o povo e o clero de Leiria manifestavam a sua tristeza e tentavam, como podiam, evitar esse desfecho. Diversas foram as campanhas logo iniciadas em defesa da diocese de Leiria, sendo um dos meios usados a imprensa. O correspondente do *Diário de Portugal* publicava, já no dia 26 de Junho de 1881:

“Está coberta de luto a antiga e nobre diocese de Leiria! A sua catedral singela mas imponente desce prostrada pelo braço herético do governo progressista, até à humildade de igreja paroquial [...] Acaba (com efeito) de chegar a infausta notícia que a Cúria Romana anuíra à proposta do Governo progressista suprimindo este bispado! Infeliz diocese de Leira, infeliz povo que te sobram os impostos que pagas para sustentar tanta sinecura e te não chegam para acudir ao esplendor augusto da religião e para manter os direitos seculares da tua diocese!”

refere no texto o privilégio que teve na consulta feita a diversos arquivos ainda não catalogados ou de acesso vedado, como o “Arquivo do Vaticano ainda sob reserva”, os arquivos episcopais, da cúria e do seminário de Leiria, o espólio documental paroquial do P. Lacerda e diversos outros arquivos privados. Foi-nos concedido pelo autor o privilégio da consulta a seu artigo.

De nada valeram lamentos e reacções. A bula “Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi munus”, com a data de 30 de Setembro de 1881, extinguia as sés e igrejas diocesanas de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel, incorporando-as nas dioceses vizinhas, sendo a sua execução entregue ao cardeal bispo do Porto, D. Américo dos Santos Silva.

Ainda antes da execução, os inconformados leirienses não desistiam. O deputado Adriano Xavier Lopes Vieira apresentou à Câmara dos Deputados, em Março de 1882, um projecto de lei que visava “manter e ampliar a diocese de Leiria”, mas não vingou. Mais uma vez, a imprensa surge como voz da acção popular, aparecendo a 4 de Abril de 1882 o 1.º número de *O Distrito de Leiria*⁴⁷, folha semanal que pretendia “preencher a falta de uma publicação periódica na capital de um distrito que há anos renegou os seus gloriosos pergaminhos literários como a primeira terra das províncias que implantou a tipografia”. E logo no n.º 2 criticava abertamente a nova circunscrição diocesana.

A sentença acabaria ditada com execução da Bula pelo bispo do Porto, a 4 de Setembro de 1882. A diocese de Leiria foi anexada à de Coimbra com 23 freguesias do concelho de Leiria e 2 de Pombal e à do Patriarcado com as restantes 25. O beneplácito régio foi dado em 14 de Setembro do mesmo ano, o cabido foi dissolvido a 16 de Setembro e os seus bens entregues ao cabido de Lisboa, os bens da mitra adjudicados à mitra de Coimbra, os da sé à Sé patriarcal e os do Seminário ao Seminário de Santarém. O bispo de Coimbra tomou posse da parte anexada à sua diocese em 30 de Setembro e o arcebispo de Mitilene, em nome do Patriarca, fez o mesmo em relação à parte Sul da antiga diocese a 2 de Outubro do mesmo ano.

Apesar da aceitação generalizada deste facto consumado e da convivência pacífica com os prelados agora encarregues dos fiéis de Leiria, houve quem não se conformasse nunca com

⁴⁷ Ver identificação em I, 2.1.

a situação. Podemos dizer que o processo de restauração da Diocese começou de imediato, embora com alguns pontos de maior visibilidade.

Um deles foi a campanha iniciada pelo padre Júlio Pereira Roque (Jupero), mais uma vez usando a “arma” da imprensa. “Um alvitre – o Bispado de Leiria” foi o texto que escreveu no número 243 do jornal *O Portomozense*⁴⁸, no dia 21 de Novembro de 1903, na sequência da sagração de D. José Alves de Matos como Arcebispo de Mitilene, um padre natural da ex-diocese de Leiria:

“Estamos certos que seria uma agradável surpresa para o venerando e bondoso Vigário Geral do Patriarcado uma representação em que tomassem parte todas as classes – e certamente nenhuma se recusaria – pedindo a restauração do bispado de Leiria a que ele [D. José Matos] devia presidir”, escrevia Jupero, apelando à união de esforços “em favor de uma causa justa e nobre. [...] Queremos que ocupe o lugar que naturalmente lhe está indicado, em harmonia com as legítimas aspirações dos leirienses. Mais nada”⁴⁹.

Durante alguns meses gerou-se grande entusiasmo à volta desta proposta, com movimentações das forças vivas leirienses junto do Rei e do Governo, mas o fulgor foi esmorecendo até que o próprio padre Roque abandonou a redacção de *O Portomozense*, por discordâncias políticas com a sua conversão em semanário progressista.

2.2.3 – O renascimento da causa da restauração e a proposta de um jornal

A campanha que verdadeiramente iria mudar o destino dos acontecimentos seria a do padre José Ferreira de Lacerda, com a fundação do jornal *O Mensageiro*.

Como atrás se referiu, o facto histórico que espoletou no padre Lacerda a iniciativa de ressuscitar a campanha pela restauração da diocese leiriense foi o falecimento, a 18 de Novembro de 1913, de D. Manuel de Bastos Pina, bispo de Coimbra há 41 anos.

Os padres de Leiria foram convidados a mandar tocar os sinos em sinal de luto durante três dias, a pedir aos seus paroquianos sufrágios pela alma do defunto e a participar nas

⁴⁸ Ver identificação em I, 2.1.

⁴⁹ *O Portomosense*, 21.11.1903, 243. Apud. L. CRISTINO, *O Padre José Ferreira de Lacerda*. (Grafia corrente)

exéquias solenes do 7.º dia, que haveriam de ser cantadas a 25 de Novembro, na ex-catedral de Leiria.

Na véspera desse dia, quando já regressava aos Milagres, uma ideia repentina fez regressar o padre Lacerda à cidade de Leiria, para mandar imprimir de urgência uma circular a entregar a cada um dos sacerdotes que viessem às referidas exéquias. Nela, historiava brevemente as campanhas anteriores pro-restauração da diocese, apelava a uma nova tentativa e pedia que respondessem ali mesmo a algumas questões:

“1.º Deve ser convocada para breve uma reunião de todos os párcos da antiga diocese de Leiria?

2.º Ou devem fazer-se outros trabalhos, como consultas a sua eminência, nunciatura, etc.?

3.º Deve a reunião preliminar ser só dos eclesiásticos do concelho e nesse caso poderá ser feita já hoje?

4.º Deve ser eleita já uma comissão? Caso afirmativo, de quantos membros e quem propõe?

5.º Deve ser criado um jornal para auxiliar as nossas aspirações e defender o clero e católicos? Que nome deve ter?

6.º Caso afirmativo, como angariar os fundos? Por subscrição ou por quotas reembolsáveis?

7.º Por quantas assinaturas se responsabiliza?

8.º Com quanto subscreve para início dos trabalhos, caso perfilhe a ideia?”

E terminava: “Muitos outros alvitres me acodem e com certeza os meus ex.^{mos} colegas terão outros; eu da melhor vontade cedo de todos os apresentados por outros que julgueis mais conformes ao nosso fim. Rogo o favor de me devolver com toda a brevidade esta circular”⁵⁰.

A circular foi entregue e discutida numa reunião do clero após a celebração fúnebre, com a presença do arcepreste de Leiria, padre José Maria Dias. Houve entusiasmo de alguns, sobretudo os mais antigos, e indiferença de outros. Mas o padre Lacerda estava determinado na campanha e parte para os contactos com a parte Sul, entregue ao Patriarcado, através dos padres de Porto de Mós, entre os quais Júlio Pereira Roque. Embora não o conhecesse

⁵⁰ ASV, SS, AA EE SS, Portugallo 256 (1917), SS, 1914; *O Mensageiro*, 4-7-1943; *A Voz do Domingo*, 19-5-68. Apud. L. CRISTINO, *O Padre José Ferreira de Lacerda*. (Grafia corrente)

pessoalmente, sabia da sua campanha activa em prol da restauração, no início da década de 1900.

A 10 de Janeiro de 1914, o auditor da Nunciatura, Monsenhor Bento Aloisi Masella – que assegurava as ligações entre a Igreja em Portugal e a Santa Sé, depois do corte de relações diplomáticas – fez chegar a Roma a circular do padre Lacerda.

A 13 de Junho, uma comissão constituída pelo Cónego José Pereira da Costa, P. Lacerda, P. Joaquim José Pereira e P. Manuel Carreira Ramos encontrou-se em Lisboa com o cardeal Patriarca, D. António Mendes Belo, e na Nunciatura com Mons. Masella, que aconselhou a apresentar-se a proposta ao cardeal Vincenzo Vannutelli, antigo Núncio Apostólico em Portugal que viria a ser um dos apoiantes da causa da restauração.

A 4 de Julho, uma outra comissão, também organizada pelo padre Lacerda, foi a Coimbra avistar-se com o Vigário Capitular, Cónego Andrade, que prometeu apoiar a iniciativa.

A 28 de Julho houve uma reunião em Leiria para a organização da União Católica, à qual assistiram quase todos os eclesiásticos do arciprestado de Leiria e nela foi resolvido também angariar fundos para a campanha da restauração e para dotação da diocese.

Nos primeiros dias de Setembro, o meio que era julgado mais útil para servir de veículo da campanha – um jornal – já estava em andamento: a 18 de Setembro de 1914, o padre Lacerda fazia um requerimento nesse sentido ao Vigário Capitular, que lhe pedia, antes de dar despacho, os nomes dos colaboradores mais directos e os cargos directivos.

Foi satisfeita essa condição em 23 de Setembro: os colaboradores seriam eclesiásticos dos vários concelhos da antiga diocese: Ourém, Porto de Mós; Alcobaça, Pombal e Leiria; o padre Lacerda ficaria com a direcção, “visto não haver aqui outro que queira assumir a

mesma”. Seriam também redactores o padre Manuel Pereira da Silva⁵¹, do antigo jornal *Ecos do Lis*⁵² e o padre Júlio Roque, ex-colaborador de *O Portomozense*.

2.2.4 – O Mensageiro: a campanha da restauração... e não só.

A licença seria concedida a 28 de Setembro e, a 7 de Outubro, sairia o primeiro número de *O Mensageiro*, com o subtítulo de “semanario catolico” e a indicação no cabeçalho: “Orgão dos catolicos nos concelhos de Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Batalha, Ourem e Pombal – Com licença da autoridade eclesiastica”. O padre Lacerda assumia-se como director, proprietário e editor, aparecendo como administrador José António da Silva, na morada “Ourivesaria Zuquete – Leiria”. Com a tiragem de 700 exemplares, “composto e impresso na Imp. Comercial de Carlos Silva (á Sé) – Leiria”, apresentava o preço de capa de “numero avulso 2 centavos (20 réis)” e de assinatura anual “1\$00 (1:000 réis)” ou “BRAZIL 1\$50 (1:500 réis)”⁵³.

A toda a largura da primeira página:

“VIVA A DIOCESE DE LEIRIA! / Catolicos da antiga diocese de Leiria: / O MENSAGEIRO ao iniciar a sua publicação, ao mesmo tempo / que vos saúda, solta o brado que lhe sáe do fundo da alma / VIVA A DIOCESE DE LEIRIA!”.

Por baixo desse título garrafal, o primeiro texto da página, em jeito de estatuto editorial, intitula-se “O nosso programa”. Curiosamente, não se apresenta de imediato como órgão da causa da restauração, como seria – talvez – de esperar, mas com um “programa” bem mais vasto e ambicioso. Começa por referir que “ha muito que a necessidade dum jornal catolico se fazia sentir nesta região” e afirma-se como a resposta a esse desígnio, em defesa dos católicos “postergados nos seus direitos, vexados nas suas crenças, insultados, no que os mesmos mais apreciam, na sua fé”. Reconhecendo que a perseguição não é tão grave em Leiria como

⁵¹ Nasceu a 30 de Agosto de 1876, foi ordenado a 22 de Janeiro de 1899 e viria a dirigir a *Voz da Fátima* desde a sua fundação em 1922 até Outubro de 1930.

⁵² *ECOS DO LIS* (1 de Janeiro de 1907 a 25 de Dezembro de 1908). Director: P. Manuel Pereira da Silva. Semanário católico leiriense.

⁵³ Ver *fac simile* da primeira página: Anexo 3.

noutros pontos do País, este texto assinado por “A Redacção” afirma, no entanto, contar com “censuras, despeitos e ironias” contra as quais os católicos devem unir-se, “porque dessa união nascerá a nossa força, o reconhecimento dos nossos direitos”. Prometendo não usar as “armas desleais” desses “antagonistas” e “não descer á injúria, á calúnia, á vida privada de cada um”, o seu projecto será respeitar “o lar, que é sagrado” e “as crenças dos outros, para que as nossas tenham direito a igual respeito”, procurando “convencer e não amesquinhar, usando em tudo linguagem que nos não envergonhe”. Só depois destas declarações se diz: “Sem sahir do seu programa *O Mensageiro* vai iniciar uma campanha lutando pela restauração do antigo bispado de Leiria”. E é aqui que assume que defender os católicos e defender a restauração da diocese são, no fundo, duas causas que se identificam:

“Conseguindo essa restauração, e ha-de conseguir-se, ao mesmo tempo que toda a antiga diocese se revestirá de galas, *O Mensageiro* exultará por ter cumprido um dos seus primeiros deveres senão o primeiro dentro da defeza dos interesses dos catolicos” (OM 1, 1).

Quem aborda mais directamente o assunto nesta primeira edição é Jupero, no texto “A restauração do Bispado de Leiria - um alvitre”. Assumindo que está a retomar a sua campanha anterior, o autor faz o resumo da luta dos anos passados e afirma a sua esperança em que desta vez a causa será bem sucedida (cf. OM 1, 1).

Na segunda edição, o “editorial” será inteiramente dedicado a este tema, com o título “A Diocese de Leiria: sua extinção – sua restauração”, repetindo diversas vezes a expressão “foi ha 32 anos” no elenco de sofrimentos que a extinção da diocese provocou. Aí se faz também o apelo à mobilização dos fiéis pela sua restauração e se inicia uma campanha para a “dotação do bispado” e uma outra para a constituição de uma representação à Santa Sé, com publicação da carta a entregar ao Santo Padre (cf. OM 2, 1-2).

Seria repetitivo enumerar todas as referências existentes a estes assuntos, quase sem excepção, em todas nas edições das semanas e meses seguintes. Mas algumas são emblemáticas para se efectuar um breve resumo da evolução do processo.

A 11 de Novembro de 1914, publica-se uma carta enviada de Roma pelo cardeal Vincenzo Vannutelli, onde afirma:

“A restauração da diocese de Leiria, quando possível, não pôde ser senão agradável á Santa Sé. Do que V. Ex.^a expõe parece resultar que as dificuldades da dotação podem ser aplanadas, mas V. Ex.^a nada diz das que muito provavelmente (apesar da lei de separação) apresentar-se-ão da parte do Governo” (OM 6, 1).

Na edição seguinte, Jupero diz: “Não ha o menor obstaculo, antes pelo contrario, só boa vontade por parte do Ex.^{mo} Patriarcha de Lisboa, do Governador da diocese de Coimbra, e, do Poder Civil, dado o regimen da Separação nenhuns entraves ha a reccar” (OM 7, 2).

No jornal de 9 de Dezembro, transcreve-se um artigo do semanário local republicano *O Radical*⁵⁴, onde este defende ser também adepto da causa da restauração, referindo que

“um bispo aí na cidade, com todo o seu cortejo de fâmulos, cónegos, mestres de capela e não sabemos que mais, alegra os devotos, anima o comercio, satisfaz uma velha aspiração dos catolicos e não prejudica ninguem. [...] Desde que êle viva dentro das leis da Republica – e as proprias leis do sr. Afonso Costa lhe garantem a existencia, não vemos inconveniente em que Leiria tenha tambem o seu prelado, tal como outras cidades portugêsas”.

Pelo meio, dá o exemplo da “França republicana e livre-pensadora”, que tem os seus bispos “e não se sente humilhada por isso”, andando mesmo “com êles agora por todas as Igrejas a celebrar cerimónias religiosas pela vitória das armas francêsas”, onde participam soldados e “representantes do Estado republicano”: “O proprio presidente da Republica assistiu já a um *Te-Deum*, cantado pelo bispo de Paris – e não consta que ninguem o censurasse por isso” (OM 10, 2).

Na edição de 6 de Janeiro de 1915, *O Mensageiro* sustenta a sua argumentação com mais uma transcrição, desta vez, um extenso artigo do semanário católico *A Ordem*⁵⁵, que faz um resumo da história da extinção das cinco dioceses e refere que “no actual regimen de

⁵⁴ Ver identificação em I, 2.1.

⁵⁵ Semanário católico do Porto, fundado a 3 de Maio de 1913, sendo director João Roberto Pereira Maciel. Ainda se publica actualmente.

separação, não ha as dificuldades com que as apregoadas regalias da coroa entravaram sempre as melhores coisas que a Igreja pretendia fazer”. E, sobre Leiria, refere que “pelas suas tradições e pelo amor que consagra á sua antiga cadeira episcopal, o extinto bispado merece bem ressurgir das cinzas” (OM 14, 1).

A causa teve, de facto, “eco na imprensa portuguesa”, como se afirma na edição de 20 de Janeiro, em comentário a mais uma extensa transcrição de um artigo da *Revista Católica*⁵⁶, que dá Leiria como exemplo: “No mesmo sentido deviam trabalhar com zelo e fervor o clero e os catolicos das outras dioceses extinctas” (OM 16, 1).

Os artigos sobre o assunto deixaram, depois, de ser tão regulares, passando o destaque para o apelo à constituição de centros católicos⁵⁷. A 6 de Outubro de 1915, no seu primeiro aniversário, faz-se um balanço da causa que foi “o motivo superior do apparecimento do *Mensageiro*” e justifica-se que “não puzemos de parte; pelo contrario, ele constitue a maior preocupação d’este jornal. [...] Aguardâmos, porém, confiâdos a decisão da Santa Sé”.

Acrescenta-se ainda a incredulidade em que o motivo do atraso seja haver “quem ponha entraves” e a confiança em que “a ressurreição da nossa diocese será uma realidade”, pelo que “a nós, catholicos submissos e respeitosos só nos resta esperar... e renovar as nossas petições” (OM 53, 1).

Mais um ano decorre sem praticamente voltar ao assunto e, no segundo aniversário, a 5 de Outubro de 1916, é Jupero quem assina um texto em página interna, com a mesma tónica de que a decisão há-de vir e há que esperar. No enorme texto de balanço do ano publicado na primeira página, o mesmo autor afirma, no entanto, que o jornal “está a cumprir o seu dever” e finaliza com o lema “por Deus, pela Patria e por Leiria!” (OM 105, 1-2).

A 1 de Agosto de 1917 surge a notícia de que o clero de Aveiro se reuniu com o de Leiria para lhe seguir os passos no pedido de restauração da sua diocese (cf. OM 148, 1). A 4 de Outubro, informa-se que também Vila Real e Castelo Branco iniciaram movimentos pró-

⁵⁶ Revista bissemanal, surge em Viseu em 1890. Fundador e director: Cónego Dr. Miguel Ferreira de Almeida (faleceu a 30 de Setembro de 1916).

⁵⁷ Ver desenvolvimento no capítulo III, 1.2.

restauração das suas diocese e que Viana do Castelo reclama vir a ser também sede de um novo bispado, dada a numerosa população de fiéis (cf. OM 156, 1). Na edição seguinte, ao terceiro aniversário, Jupero regozija-se por ter sido *O Mensageiro* o pioneiro destas causas que já atingem outras dioceses (cf. OM 157, 1).

No jornal de 1 de Fevereiro de 1918 é publicada uma pequena nota em primeira página: “Tem corrido com insistencia a noticia de que está restaurado o bispado de Leiria, tendo até sido nomeado já o respectivo governador. Ignoramos por completo o que haja de veracidade nesta noticia” (OM 173, 1).

Na edição seguinte, em página interior, já se diz que podiam dar-se “consoladoras informações, *que ha muito possuimos* de auctorizada origem” mas mantém-se a “reserva” até que sejam “formalmente auctorizados por quem de direito”. Na verdade, pouco fica por dizer: “A alegria na historica diocese leiriense já rebrilha esperando... o que todos já sabem ser um facto” (OM 174, 1).

Nas duas edições seguintes, nada se diz.

Só a 28 de Fevereiro irá aparecer a toda a largura da 1.^a página:

“CATÓLICOS! Foi restaurado o Bispado de Leiria! / Saudando-vos por esta restauração, bradamos: Viva / S. Santidade Bento XV! Viva a Diocese de Leiria!”.

Apesar de a bula “Quo Vehementius” ser de 17 de Janeiro de 1918, refere-se que só a 22 de Fevereiro chegou a confirmação oficial da notícia, embora *O Mensageiro* já soubesse antes o facto confirmado, “não dando curso ao que de fonte segura e auctorizada sabia, para não faltar aos seus compromissos” (OM 177, 1).

2.2.5 – Da restauração à nomeação do bispo

Nos números seguintes, *O Mensageiro* vai publicando diversos artigos na rubrica “Bispado de Leiria”, onde fala de reuniões do clero, recolha de fundos para o bispo, da composição do Cabido, do regresso do Seminário, etc. A 16 de Maio publica-se o texto

integral da Bula Papal (cf. OM 187, 1). A 27 de Junho, os documentos do cardeal Patriarca de Lisboa para a execução da Bula Papal e para a nomeação do administrador apostólico (o próprio cardeal), do novo vigário geral (padre João Francisco Quaresma) e dos consultores diocesanos (cf. OM 193, 1).

Daí a meses iria começar outra campanha: o pedido à Santa Sé para que fosse nomeado um bispo, como no texto “Bispado de Leiria – Um apelo”, de 6 de Dezembro de 1918 (cf. OM 215, 1). Mais uns meses volvidos, em 29 de Agosto de 1919, os padres Lacerda e Jupero mostram impaciência e lançam nova campanha de movimentação para pressionar a Santa Sé a nomear um bispo para a Diocese (cf. OM 242, 1). Um mês depois, os mesmos autores assinam uma pequena nota:

“Por motivos ponderosíssimos somos obrigados a abster-nos por enquanto da campanha que andavamos fazendo a favor da diocese e do seminário. Aguardemos a reunião do clero para ali se ventilarem certos assuntos” (OM 245, 1).

Pelo silêncio quase total dos meses seguintes, percebe-se que a reunião não terá corrido bem para a causa de *O Mensageiro*. A união – pelo menos aparente – gerada pelo jornal em torno da causa da restauração parece começar a desvanecer-se. Tinha-se percebido alguma rivalidade entre o clero leiriense, já no início da campanha do padre Lacerda, causada sobretudo por divergências políticas em relação à República recentemente instaurada. Quando o padre Lacerda se candidata às eleições de 1915, pelo partido afecto à União Católica, foi também evidente a falta de apoio que teve, acusando alguns colegas de “traição”.

Neste longo momento de espera pela nomeação do novo bispo, transparece nos textos publicados que há movimentações diversas, não muito do agrado dos responsáveis de *O Mensageiro*, que frequentemente denunciam os “boatos” que correm sobre o assunto. Tanto o padre Lacerda, como Jupero, tinham afirmado no início da sua campanha que não lutavam por protagonismo e recusariam qualquer cargo na futura diocese. Foram coerentes com essa intenção, mas não deixaram, por diversas vezes, de acusar o seu descontentamento e a injusta

desconsideração a que eram votados. O principal opositor ao padre Lacerda (regenerador) era o padre Joaquim José Carvalho⁵⁸ (progressista), que aos poucos foi assumindo o protagonismo à volta do processo da restauração da Diocese. Chegou mesmo a ponderar-se a criação de um novo semanário – *A Restauração* – porque *O Mensageiro* se “desmandava”.

O padre Manuel Pereira da Silva explica assim, em carta de 16 de Abril de 1920:

“Tudo se resume em pouca coisa: O Sr. Padre Carvalho era progressista, o Padre Lacerda era regenerador, com todas as manhas, e capazes de todas as tanquibérbias que passam como virtudes entre políticos. É claro que ainda hoje não estão curados. Se um vai para o norte, o outro, para evitar confusões, caminha para o sul. Ora aconteceu que foi o Padre Lacerda com o jornal e trabalho que pôs a andar o processo para a restauração. Sem o trabalho preparatório dele, estou convencido que nada se faria. Ele falou, escreveu, caminhou, gastou dinheiro e energias e a verdade é que do outro lado, se não o hostilizavam abertamente, não iam de vontade, por ser um adversário quem se metia no negócio. A páginas tantas, o Pe Carvalho, depois de apanhar a papa feita, manobra de tal arte que pôs à margem o Lacerda, e... tudo, e é ele o senhor único e exclusivo da situação. [...] Portanto, a divisão é propriamente entre dois padres. Ambos têm virtudes, mas também antes precisavam de uma tarefa. Contos largos!”⁵⁹.

A 9 de Abril de 1920, dizia ainda *O Mensageiro* que “os católicos da diocese de Leiria esperam ansiosamente a nomeação e vinda do novo prelado”. E acrescentava em tom irónico: “A ansiedade em que se vive faz com que corram boatos e com que se nomeiem bispos com tanta facilidade como se nomeiam ministros em Portugal [...]. Oremos e aguardemos” (OM 272, 1).

⁵⁸ Nasceu a 23 de Março de 1860, frequentou o Seminário de Leiria e foi o último padre a ser ordenado antes da extinção da diocese de Leiria, em Setembro de 1882. Após a restauração da diocese, causa a que se associou, foi nomeado consultor diocesano e, em Janeiro de 1919, viria a assumir o cargo de vigário geral interino, até à nomeação do novo bispo que, chegado em 1920, confirmou a sua nomeação como vigário geral. Aqui está uma das causas do descontentamento do padre Lacerda com o modo como se concretizou a restauração da diocese, já que o padre Carvalho tinha ideias bem diferentes das suas e era seu opositor político. Na monarquia, foi vereador da Câmara de Leiria nos períodos de 1898-1903 e 1905-1906 e presidente desta Câmara entre 1906 e 1908, pelo partido Progressista. E voltaria a sê-lo já na República, entre 1918 e 1919, provavelmente ligado ao partido Evolucionista. Era seu sobrinho Joaquim Ribeiro de Carvalho, participante no movimento republicano de 5 de Outubro e figura proeminente da I República, tendo passado pelo Partido Republicano, Partido Democrático, Partido Evolucionista, Partido Nacionalista, Partido Liberal e Acção Republicana e chegando a director do diário *República*, em 1933. É, por isso, natural que o padre Carvalho, ainda que se tivesse mantido monárquico, fosse menos anti-republicano do que o padre Lacerda (cf. A. MATIAS, *A Família Matias*, <http://familiamathias.wordpress.com/notaveis-de-maceira>, 30.10.2012).

⁵⁹ L. CRISTINO, *O Padre José Ferreira de Lacerda*.

Mas já não seria preciso aguardar muito. Duas semanas depois, a 23 de Abril, *O Mensageiro* apresentava na primeira página uma grande gravura do bispo eleito de Leiria e o grito jubiloso a acompanhar em título a grande notícia:

“Católicos e habitantes da cidade e diocese de Leiria! A Sé Catedral de Leiria, coberta de lucto ha tantos anos, veste-se de gálas com a nomeação do seu novo Prelado – Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José Alves Corrêa da Silva! / «O MENSAGEIRO» saudando o novo Prelado, saúda-vos também a vós! / Viva a Diocese de Leiria!” (OM 274, 1).

Em todas as edições seguintes, o assunto foi destacado em primeira página, com informações sobre o novo bispo, as reuniões do clero, a comissão de recepção, a campanha de recolha de fundos, etc. Até que, a 5 de Agosto de 1920, entraria na Sé D. José Alves Correia da Silva, o primeiro bispo da diocese restaurada. Na edição da semana seguinte, três das quatro páginas de *O Mensageiro* foram preenchidas com o relato pormenorizado dos acontecimentos desse dia histórico (cf. OM 289, 1-3).

2.3 – Papel e estatuto da imprensa católica: a “Boa Imprensa”

Como se percebe da leitura do “programa” de *O Mensageiro* e, sobretudo, do conteúdo publicado, o jornal pretende ser muito mais do que o simples “órgão oficial” da luta pela restauração da Diocese. A frase com que inicia o seu primeiro texto de apresentação – “Ha muito que a necessidade de um jornal catolico se fazia sentir pela região” (OM 1, 1) – indicia de imediato as suas intenções e coloca-o directamente no seio do “combate” entre jornais que era típico destes primeiros anos da República, sobretudo entre publicações católicas e republicanas. Funcionando como veículos ideológicos e políticos, os jornais atacavam-se mutuamente com linguagem bastante dura e agressiva, por vezes até ao nível da ofensa pessoal entre redactores.

Como referimos atrás, *O Mensageiro* assumiu o subtítulo “Semanario Catolico”, completado com a indicação em cabeçalho de “Orgão dos catolicos nos concelhos de Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Batalha, Ourem e Pombal – Com licença da autoridade eclesiastica”. Na 16.^a edição, de 20 de Janeiro de 1915, mantendo o subtítulo, irá mudar a segunda expressão para “Orgão dos catolicos do Districto de Leiria (com licença da autoridade eclesiastica)” (OM 16, 1). Na edição de 30 de Junho seguinte, irá retirar a frase “(com licença da autoridade eclesiastica)” (OM 39, 1), não se apresentando qualquer razão. Por ocasião do segundo aniversário, a 5 de Outubro de 1916, desaparece o subtítulo “Semanario Catolico”, que passa a ser “Orgão dos Catolicos do Districto de Leiria” e aparece uma nova expressão secundária: “«O Mensageiro» é o jornal de maior circulação e tiragem na comarca e districto de Leiria” (OM 105, 1), frase que só irá desaparecer a 3 de Maio de 1919, depois do episódio da suspensão de três meses, substituída pela indicação “Tiragem: 1:600 exemplares” (OM 227, 1). Esta iria também desaparecer em 21 de Abril de 1923, mas antes uma mudança mais radical aconteceria: em 14 de Outubro de 1922, a palavra “catolicos” desaparecia do subtítulo, que passaria a ser “Orgão dos intêresses do distrito de Leiria”⁶⁰. Não há qualquer referência aos motivos, nem se nota nas edições seguintes qualquer alteração da política editorial ou tipo de linguagem e conteúdos. Terá sido, provavelmente, o assumir de um pendor mais político e social, ou, porventura, a consequência de alguma rivalidade dentro da hierarquia leiriense, cuja evidência demonstramos neste trabalho.

Muito antes dessa data, regressando ao início, *O Mensageiro* faz questão de esclarecer a sua posição católica e combativa. Num extenso texto intitulado “Apostolado hodierno – A Imprensa”, a preencher três das quatro colunas da primeira página, logo na edição de 2 de Dezembro de 1914, Jupero afirma que

“d’entre os varios meios de que se servem os inimigos de Deus e da Patria – sim da Patria! – para a difusão das suas doutrinas de morte entre as multidões desprevenidas, a imprensa

⁶⁰ Irá manter-se assim até ao final do período consultado para este estudo (1927). De registar, apenas, a mudança de formato para metade do tamanho, aumentando para 8 páginas, na edição 547, de 30 de Janeiro de 1926. Na edição 677, de 25 de Agosto de 1928, voltaria ao formato inicial.

impia occupa o primeiro logar. [...] Grande parte da imprensa é uma arma cobarde e infame, que só serve para denegrir caractéres, apunhalar reputações, e assoalhar a honra alheia”.

Depois, advoga que

“*O Mensageiro*, nascido na humildade e trilhando, sem sectarismos, o caminho recto dos ensinamentos da Igreja, tem uma elevadissima missão a cumprir, na apostolisação da verdade e na defesa dos principios e verdades christãs que constituem o seu lemma”.

Finalmente, defende:

“Importa estabelecer *commissões especiaes* de defesa christã, cujo dever primário será a defesa do bom jornal sobretudo nos meios mais carecidos do alimento saudavel da doutrina catholica, e d’est’arte nos adestraremos n’um dos maiores deveres do *apostolado hodierno*” (OM 9,1).

Na edição seguinte, volta a dizer que o “assumpto não ficou exgotado”, voltando a apelar à formação de “uma legião aguerrida de *propagandistas* do bom jornal, disposto a affrontar com coragem os apôdos dos cynicos e os doéstos dos covardes” (OM 10, 1).

No jornal de 6 de Janeiro de 1915, em que muda para um formato maior, “desejando inserir maior numero de secções para corresponder ao desejo manifestado por muitos amigos”, volta a referir-se que

“opôr á leitura de jornais impios e ateus o jornal que defende a nossa religião é um dever imperioso. Banir do seio das familias catholicas o mau jornal é um dever da nossa parte e, ai de nós, se deixarmos o campo livre ao inimigo. A guerra que se faz ao *Mensageiro* é sinal de vida, de luta” (OM 14, 2).

Duas semanas depois, o assunto volta à primeira página, com Jupero a enumerar os “Deveres dos catholicos em face da má imprensa”. São eles:

“1.º - Não assignar, não comprar, não ler a má imprensa; 2.º - Não a tolerar por nenhum modo nem pretexto n’aqueles sobre quem tenhamos auctoridade; 3.º - Aconselhar, exhortar pelos meios possiveis, as pessôas com quem convivemos ou tratamos, a que não assignem, não comprem, não leiam, nem deixem assignar, comprar ou ler a má imprensa; 4.º -

Desaprovar prudente e oportunamente os publicos desprezadores de tão grave dever; 5.º - Desacreditar e desconsiderar por todos os meios licitos, todas as publicações más ou perigosas; 6.º - Inculcar, elogiar, aconselhar e facilitar a assignatura, a compra ou leitura da bôa imprensa” (OM 16, 1)

O tema voltará a ser lembrado ao longo do tempo e surge, por vezes, com destaque mais alargado, como na edição de 12 de Julho de 1916, pela mão de Vasco da Cunha, com a acusação aos católicos portugueses de não terem ainda compreendido a falta grave que era não apoiarem os seus jornais e comprarem a má imprensa. Depois, informa que “existe no estrangeiro a *Liga da Bôa Imprensa* e dentro em pouco será a mesma fundada na diocese de Coimbra” (OM 93, 1) e apela a que os católicos cumpram o que dela emanar.

De facto, na semana seguinte, é publicada em primeira página a provisão “Liga da Boa Imprensa”, de D. Manuel Coelho da Silva, bispo de Coimbra, em que reconhece a “força da imprensa” como “reguladora e impulsora da vida de uma grande parte da humanidade”, ao mesmo tempo de acusa o “estado de decadência a que chegou a sociedade portugueza”, uma “vida de sensualismo, de revoltas e de crimes, especialmente nos logares em que quasi desapareceu o sentimento religioso”. Atribuindo parte da culpa à “má imprensa”, o prelado institui a “Liga da Bôa Imprensa, já estabelecida no Porto e na Guarda”, tendo como objectivo “divulgar publicações de character religioso e mesmo scientifico ou agricola, confôrme os Estatutos que adiante seguem por nós approvados” (OM 94, 1).

O jornal *O Mensageiro* continuará a defender este “dever de católico de subsidiar a sua imprensa e não comprar imprensa adversa” (OM 147, 2) e virá mesmo a ser incluído na lista de “imprensa periodica diocesana” que os católicos devem “assignar ou procurar lêr”, segundo um documento do bispo de Coimbra publicado no Boletim da Diocese. Nesse artigo de 9 de Maio de 1918, intitulado “O dia da Boa Imprensa”, informa-se que a Conferência do Episcopado tinha definido “que o dia da festa de S. Pedro e S. Paulo, 29 de junho de cada anno seja consagrado á Bôa Imprensa, a exemplo do que se faz em outros paizes com optimos resultados” (OM 186, 2).

No jornal de 23 de Maio publica-se a carta de um sacerdote a felicitar *O Mensageiro* por ser um desses periódicos que o bispo de Coimbra “recomenda aos Clero e fieis” (OM 188, 1).

Na verdade, até pela “dança” dos subtítulos que atrás descrevemos, não terá sido sempre tão linear esta identificação de *O Mensageiro* com o conjunto da “boa imprensa”, pelo menos daquela que levava a chancela da autoridade eclesiástica. Já vimos como os atritos entre o clero leiriense deixaram o padre Lacerda e o seu jornal à margem de alguns momentos e perspectivas dominantes assumidos pelas autoridades hierárquicas locais. Nos próximos capítulos, sobre a abordagem às aparições de Fátima, será também evidente alguma celeuma entre o director do jornal e o próprio bispo da diocese restaurada de Leiria a propósito das políticas editoriais adoptadas. O padre Lacerda manterá, até ao final da vida, a afirmação de que o seu jornal tem como primeiro objectivo defender os interesses dos católicos leirienses. Mas o desaparecimento do termo “católico” do subtítulo, em Outubro de 1922, parece indiciar a retirada do apoio da autoridade eclesiástica a esta publicação.

Uma última nota – quase a título de curiosidade – para referir que o relatório da Comissão Diocesana Canónica para a questão das aparições de Fátima, datado de 14 de Abril de 1930 e que teve como principal autor o padre Manuel Formigão⁶¹, nunca refere o nome do padre Lacerda e transcreve apenas uma notícia de *O Mensageiro* – e mal citado como “*O Mensageiro de Leiria*”⁶² – apesar de tantos textos escritos neste jornal, inclusivamente, as entrevistas exclusivas feitas pelo seu director aos videntes.

O mesmo padre Formigão, num dos interrogatórios aos Pastorinhos, refere ter encontrado no local o padre Lacerda, “director do semanário catholico *O Mensageiro*”. Ao publicar o mesmo texto em livro⁶³, já em 1927, iria retirar deste excerto a palavra “catholico”. Parece ser claro o incómodo que essa palavra lhe causava na identificação do jornal⁶⁴.

⁶¹ Cf. Nota 24.

⁶² Cf. DCF II, 199.

⁶³ Trata-se da obra VISCONDE DE MONTELO [FORMIGÃO, Manuel Nunes], *As grandes maravilhas de Fátima*, União Gráfica, Lisboa, 1927.

⁶⁴ Cf. DCF I, 146, nota 22.

II – O impacto local das aparições em *O Mensageiro*

1. Os primeiros textos

1.1 – Da reserva inicial ao conflito noticioso

Conforme vimos, nos finais de 1916 e inícios de 1917 parece ter-se acicatado o fervor radical republicano na região de Leiria, correspondendo, a nível nacional, ao regresso de Afonso Costa ao governo. São várias as referências ao endurecimento da aplicação da Lei da Separação, aos assaltos a igrejas, à perseguição a padres, às dificuldades levantadas em relação a manifestações públicas de culto, à tentativa de venda dos passais das igrejas, etc.

A notícia das aparições em Fátima aparece, portanto, numa altura crítica, em que as autoridades civis evitavam a todo o custo as manifestações religiosas públicas e, como seria normal, o clero e os católicos evitavam o confronto. E a própria imprensa, do lado republicano e do lado católico, situava-se neste contexto conflituoso, atacando-se mutuamente e servindo-se de todos os pretextos para justificar as suas causas sociais e políticas⁶⁵.

O jornal *O Mensageiro* estava com dois anos e meio de vida quando publica a primeira referência às aparições, em 25 de Julho de 1917, com a transcrição na íntegra de um texto do correspondente de *O Século*⁶⁶, intitulado “Uma embaixada celestial... especulação financeira?” e datado de 23 de Julho, em que se apresenta o testemunho de uma das “milhares de pessoas” que presenciaram a aparição de 13 de Julho, uma “criatura” de “maxima

⁶⁵ Para uma percepção global deste contexto, embora numa perspectiva mais sociológica, é muito útil a leitura do estudo de António Fernandes, onde fomos beber também algumas metodologias de tratamento de informação: A. FERNANDES, *O confronto de ideologias na segunda década do século XX: à volta de Fátima*, Biblioteca das Ciências do Homem; Edições Afrontamento, Porto, 1999.

⁶⁶ Diário do Partido Republicano Português, fundado em 1881. Esta é a primeira notícia de imprensa sobre os acontecimentos de Fátima.

confiança por ser sincera e verdadeira” e corroborada “por outras que o contaram, empregando as mesmas palavras e citando os mesmos factos”. No final, o autor emite opinião de que se trata de “especulação financeira” de “algum individuo astucioso que, á sombra da religião, quer transformar a serra d’Aire numa estancia miraculosa com a velha Lourdes”⁶⁷. *O Mensageiro* não faz qualquer comentário e apenas muda o título para “Aparição miraculosa?” (OM 147, 2; DCF III 1, 37)⁶⁸.

O mesmo título serve para a segunda referência ao assunto, em 22 de Agosto, referindo que os factos são já conhecidos e justificando a publicação, “a título de informação e para satisfazer a legitima curiosidade dos leitores”, da carta de uma testemunha da aparição de 13 de Agosto e da ausência dos videntes por terem sido levados para Ourém pelo administrador. Acrescenta, no entanto, o comentário muito cauteloso de não querer “emitir juízo nem anteciparmo-nos á auctoridade competente”⁶⁹ (OM 151, 2; DCF III 1, 54-56).

Na mesma edição se publica “Outra carta – Aos crentes e não crentes”, assinada pelo pároco de Fátima, clamando inocência de cumplicidade no “brusco arrebatamento das creancinhas” a 13 de Agosto, acto que considera “odiosos e sacrílego” e em que o administrador o quis implicar (cf. DCF III 1, 57-59). A mesma carta é publicada no diário católico *A Ordem*⁷⁰ e em *O Ouriense*⁷¹.

Refira-se que *O Ouriense* foi o primeiro jornal da região e publicar um texto próprio sobre as aparições, a 29 de Julho, dando conta dos milhares de pessoas que tinham ocorrido a

⁶⁷ DCF III 1, 34-35.

⁶⁸ Ver *fac simile*: Anexo 4.

⁶⁹ Este comentário serviria, aliás, de argumento para o republicano *Semana Alcobacense* (ver identificação em I, 2.1) desacreditar as supostas aparições, publicando a mesma carta em tom humorístico e trocista, a 2 de Setembro, com os comentários de que até *O Mensageiro* “a despeito de todo o seu catolicismo, e de ter pelo menos quatro padres a fazerem parte do seu corpo redactorial, não dá um crédito que se possa dizer absoluto ao depoimento [...] tão piedosa folha mostra as suas reservas [...] encima desconfiadamente as duas colunas e pico que ao assunto dedica” (DCF III 1, 79-82).

⁷⁰ Diário católico fundado a 2 de Fevereiro de 1916, em Lisboa. Director: J. Fernando de Sousa. Sobre a publicação deste texto, cf. DCF I, 293-296.

⁷¹ Ver identificação em I, 2.1. Sobre a publicação deste texto, cf. DCF III 1, 72-74.

“esta freguesia” para ver as referidas aparições. O autor refere não ter sido testemunha, mas ter ouvido relatos, e conclui: “Foi simplesmente admirável, por ora mais nada digo”⁷².

Tal como acontecia já nos jornais nacionais, os periódicos regionais republicanos iniciam por esta altura a publicação de textos críticos ou irónicos sobre as aparições⁷³. *O Mensageiro* não reage a estes primeiros textos. Aliás, na edição de 29 de Agosto, publica um curioso artigo, com o título “Recomendações oportunas – Uma proibição do bispo de Orleans”, onde se aconselha cuidado com as aparições e proibição de os padres falarem nelas, sobretudo em tempo de guerra⁷⁴ (cf. OM 152, 2). O paralelismo com a situação portuguesa parece evidente.

Ainda assim, na edição de 27 de Setembro, publica uma correspondência de Alcobaça, dando conta de que “foi daqui grande concorrência de povo á Fátima afim de observar as muitas coisas que se teem dito sobre a suposta aparição de Nossa Senhora naqueles sitios” (OM 155, 2; DCF III 1, 124). E, na edição de 11 de Outubro, publica o anúncio a uma estampa de “Nossa Senhora da Paz (Recordação da Fátima)”, sem imagem da mesma⁷⁵, mas com o comentário:

⁷² DCF III 1, 38-39. Ver, sobre o jornal e esta notícia em particular, C. BROCHADO, *Fátima à luz da história*, 173-176.

⁷³ Alguns exemplos: *O Debate*, em 23 de Agosto, chama-lhe “Conto do vigário” (cf. DCF III 1, 60), a 13 de Setembro, publica um extenso texto com o rol de problemas sociais da época cujos “motivos” a “Virgem vai dizer à multidão” (cf. DCF III 1, 93-96) e, a 20 desse mês, fala em “Uma mistificação indecorosa” que “até aos verdadeiros católicos, àqueles que o são conscientemente, ela repugna” (cf. DCF III 1, 111-113); *A Semana Alcobacense*, de 26 de Agosto, fala em “Fanatismo em acção” (cf. DCF III 1, 71), a 2 de Setembro volta ao mesmo assunto e, a 16 desse mês, diz que “aquilo do *milagre* da Fátima é negócio que deu em *droga*” (cf. DCF III 1, 98); *O Correio da Extremadura*, a 8 de Setembro, faz versos jocosos (cf. DCF III 1, 87); *O Marinhense*, a 22 de Setembro, faz uma extensa exposição a desacreditar tudo o que é sobrenatural, acusa a “mentira” e “especulação infame” de Fátima e afiança que “*santas* não existem e os milagres são *cantigas*” (cf. DCF III 1, 114-117). Ver identificação destes títulos regionais em I, 2.1.

⁷⁴ O texto dessa nota é o seguinte: “Mgr. Touchet, bispo de Orleans renova as determinações que precedentemente publicara relativamente aos milagres, visões, aparições e profecias. «Quanto mais a guerra se protelar, diz o prelado, tanto mais segundo toda a probabilidade se falará d’estes fenomenos e, por consequencia, tanto mais os católicos, padres e fieis, se deverão precaver. Proibimos em especial que nos pulpitos se fale de qualquer facto sobrenatural que não tenha aprovação bem conhecida, absolutamente certa, em virtude de um acto publico e autentico, quer do papa e da sagrada congregação dos ritos, julgando para a Igreja universal, quer de um bispo, julgando para a sua diocese. Aconselhamos aos sacerdotes submetidos á nossa jurisdição a maior reserva n’este assunto, mesmo nas conversas particulares»”.

⁷⁵ Na *Documentação Crítica de Fátima* publicam-se as imagens de duas estampas ligeiramente diferentes, que terão sido distribuídas à multidão na Cova da Iria, a 13 de Outubro de 1917. Ver: Anexos 5 e 6. A este propósito, consultar a informação dada em DCF III 1, 140-144.

“Linda estampa para quadro, remete-se pelo correio a quem enviar 50 réis em estampilhas. Faz-se desconto para grandes quantidade. Vendem-se na IMPRENSA COMERCIAL, á Sé” (OM 157, 3; DCF III 1, 146).

Após a última aparição, de 13 de Outubro, *O Mensageiro* muda radicalmente a sua abordagem sobre o assunto. Pela primeira vez, o tema salta para a primeira página do jornal de 18 de Outubro⁷⁶, com a publicação da carta testemunhal de Carlos Silva⁷⁷, que presenciou os acontecimentos em Fátima e, dizendo não ser “*jasuita* nem fanatico da religião”, se manifestava maravilhado com “o que se passou de extraordinario nos astros que os astronomos o não anunciaram” e com o facto de “duas pastorinhas” levarem “tantos milhares de pessôas a um ermo só para vêr o Sol”⁷⁸. Na introdução que o jornal faz à publicação desta carta, embora continue a afirmar “esperemos que a Igreja se manifeste sôbre este caso”, a verdade é que faz afirmações como

“as três creanças, Lucia, de 10 anos, Francisco de 9 e Jacinta de 7, os videntes, não podiam, rudes e ignorantes, mistificar por tal fórma as dezenas de milhares de assistentes; e ainda se este facto se dêsse ficaria o fenomeno solar, que a sciencia não previu, e cremos não explicará, demonstrando que no caso de Fátima ha alguma cousa de extraordinario que não compreendemos. [...] Não desejando seguir as pisadas do cura de Lourdes nas visões de Bernardete, dizemos que só um poder sobrenatural pôde causar o que milhares de pessôas presencaram na Fátima no dia 13 do corrente” (OM 158, 1-2; DCF III 1, 315-318).

Também nessa edição, *O Mensageiro* publica outra carta apologética do padre Manuel Pereira da Silva, que se insurge contra os que querem negar a existência do sobrenatural e os “portentosos successos do dia 13 na Fátima [...] soberbo e magestoso espectáculo”, como confirma o relato de “Avelino d’Almeida no *Seculo*” (OM 158, 2; DCF III 1, 319-320).

⁷⁶ Ver: Anexo 7.

⁷⁷ Era o proprietário da “Imprensa Comercial, à Sé – Leiria”, onde foi impressa a estampa de “Nossa Senhora da Paz” (cf. DCF III 1, 142) e seguramente também a outra variante (cf. *Ibidem*, 144). Era nessa tipografia que era impresso *O Mensageiro*, desde a fundação até 23 de Julho de 1920, e onde foi impresso o célebre inquérito do padre Lacerda aos padres a propósito da restauração da Diocese, no dia das exéquias de D. Manuel Bastos Pina (cf. I, 2.2.3). Seria também aqui impressa, nos primeiros anos, a *Voz da Fátima*.

⁷⁸ Parte deste testemunho seria citado de *O Mensageiro*, pela *Revista Católica*, em 27 de Outubro de 1917 (cf. DCF III 1, 511).

Ainda na mesma edição, surge a primeira reacção a um texto publicado na imprensa republicana, concretamente, no *Jornal de Leiria*⁷⁹, em que se atribui o sucesso das aparições à ignorância do povo⁸⁰. Em resposta assinada pelo pseudónimo *Ignotus* – em clara resposta irónica à acusação de serem ignorantes os que acreditam em Fátima –, argumenta-se que presenciaram os acontecimentos pessoas de todas as classes e formações e que “a sciencia e o alto pensamento ali tinham muitos representantes”, muitos deles testemunhando não conseguir “explicar phenomeno semelhante” (OM 158, 2; DCF III 1, 313-314).

Na edição seguinte, de 25 de Outubro, *O Mensageiro* vai dar praticamente toda a primeira página ao assunto de Fátima⁸¹.

À esquerda, a duas colunas inteiras, um testemunho da aparição de Outubro, transcrito do jornal *O Dia*⁸². Trata-se de um artigo de Maria Magdalena de Martel Patrício⁸³, que o próprio *O Mensageiro* apresenta na página dois como “illustre dama”, numa nota em que considera o texto “cheio de interesse e collorido litterario” e um “mimo” que oferece aos leitores (cf. OM 159, 1-2; DCF III 1, 441; 447).

Ao centro, uma transcrição do jornal monárquico *Diário Nacional*⁸⁴, comentando uma entrevista do astrónomo Frederico Oom⁸⁵ ao jornal *O Século*, em que este especialista considerava que

“a ser um phenomeno cosmico, os observatorios astronomicos e metereologicos não deixariam de o registar. E eis precisamente o que falta: esse registo inevitavel de todas as perturbações no systema dos mundos, por minimas que sejam. Já vê...”.

⁷⁹ Ver identificação em I, 2.1.

⁸⁰ No artigo em causa, Miguel Pinto de Figueiredo acusa ironicamente a “«senhora» de Fátima” de não aparecer nos locais de conflito, onde os alemães perseguem e chacinam os aliados, mas antes achou “mais comodo e conveniente” aparecer “num êrmo e num concelho e distrito, onde o dogma religioso, parece, tem levado humildes e ignorantes trabalhadores até ao fanatismo”. No final, atribui o sucesso das aparições à ignorância do povo: “A «senhora» da Fátima nunca mais voltará a fazer a sua *aparição*, se naquele lugar fôr mandada construir uma escola, onde o ensino racional seja ministrado aos adultos e adolescentes que são cegos de espírito” (DCF III 1; 216-219).

⁸¹ Ver: Anexo 8.

⁸² Jornal progressista lisboeta fundado por António Ennes a 29 de Dezembro de 1887 e editado até 15 de Abril de 1926. Directores: António Ennes, José Maria de Alpoim [e] José Augusto Moreira de Almeida.

⁸³ Poetisa conceituada, esposa do juiz da comarca de Pinhel, Francisco Patrício (cf. DCF III 1, 281, nota 2)

⁸⁴ Jornal monárquico, fundado em Agosto de 1916. Director: Ayres d’Ornellas.

⁸⁵ Astrónomo e oficial de engenharia do Observatório da Tapada da Ajuda (cf. DCF III 1, 321, nota 1).

A redacção de *O Mensageiro* acrescenta um comentário próprio a esta transcrição, apresentando-a como prova contra o que afirmara o advogado Domingos Pinto Coelho⁸⁶ em dois artigos no jornal católico *A Ordem*, considerando que tinham sido fenómenos naturais o que observara na aparição de Outubro. Afirmando que foram “dois infelizes artigos”, finaliza com uma crítica àquele jornal católico pela sua postura demasiado reservada: “Valha-nos Deus com tanto prurido de superioridade e independencia” (OM 159, 1; DCF III 1, 442).

À direita, a duas colunas, uma nova resposta de *Ignotus* ao artigo acima referido de Miguel Pinto no *Jornal de Leiria*, entretanto replicado em *O Marinhense*⁸⁷, defendendo que não são ignorantes os que acreditam, mas há também letrados entre eles, dando exemplos de grandes sábios católicos (cf. OM 159, 1; DCF III 1, 443-445).

Finalmente, ainda na primeira página desta edição, um anúncio em letra grossa:

“Curiosa entrevista com as meninas Lucia e Jacinta e com o menino Francisco Marto, os três que afirmam ter visto e falado com Nossa Senhora do Rosário. A fim de bem informar os leitores dêste jornal, o director d’O MENSAGEIRO visitando o local da aparição, após os ultimos sucessos falou com cada um dos videntes. O que lhe foi narrado di-lo-á O MENSAGEIRO nos próximos numeros” (OM 159, 1; DCF I, 349).

A publicação das entrevistas não se iniciou na edição seguinte, de 1 de Novembro. Aí apenas se transcrevem dois artigos publicados no prestigiado *Diário de Notícias*⁸⁸: um, de 23 de Outubro⁸⁹, onde se relata o corte da azinheira e o roubo do pequeno altar, do arco e outros objectos que os fiéis tinham colocado no local das aparições; outro, de 25 de Outubro⁹⁰, em estilo de carta dirigida ao ministro do Interior, onde se relata que os “malfeitores” andaram com esses objectos em “cortejo” por Santarém, provocando desacatos entre a população, e se faz a acusação à “autoridade administrativa que durante a sua estada aqui só tem revelado

⁸⁶ Advogado lisboeta que foi director e colaborador de vários jornais católicos e detentor de diversos cargos públicos (cf. DCF III 1, 264, nota 3).

⁸⁷ Cf. DCF III 1, 363.

⁸⁸ Fundado em 1 de Janeiro de 1865 por Eduardo Coelho e Conde de S. Marçal.

⁸⁹ Cf. DCF III 1, 438.

⁹⁰ Cf. DCF III 1, 462-463.

uma manifesta incompetencia no desempenho da sua missão, não sabendo evitar factos vexatorios e improprios duma cidade”.

Como no texto se pede aos “ministros do interior e do trabalho que ponham cobro a esta degringolade”, *O Mensageiro* acrescenta o comentário contundente⁹¹:

“Providencias!?! Para quê? Chicote ou marmeleiro eis o único remedio. Devem ser conhecidos os heroes da proeza; pois que os católicos os amassem e de rastos os façam repôr nos seus lugares os objectos roubados” (OM 160, 2; DCF III 1, 580-581).

Nesta edição, publicam-se ainda duas breves notas, enviadas por correspondentes de Alcobça e da Benedita, dando conta da ida de habitantes daquelas localidades ao local das aparições, de onde vieram “bastante impressionados” e esperando “com anciedade a solução da autoridade eclesiastica” (OM 160, 3; DCF III 1, 578-579).

1.2 – Da publicação das entrevistas ao silêncio

A 8 de Novembro, o padre Lacerda começa a publicação de uma série de quatro artigos, intitulados “As Aparições da Fátima – Conversando com as três creanças”, sempre na interior página 2, onde faz o resumo dos interrogatórios feitos pessoalmente aos três videntes, no dia 19 de Outubro⁹². Nesta edição, faz uma introdução em que começa por reafirmar a sua posição de acatamento da autoridade eclesiástica, afirmando que “aguardamos o veredicto da igreja sôbre a realidade das aparições”, embora adiante de imediato que “apenas nos preocupa o espirito a coincidencia do fenomeno solar, que pêssoa alguma de bôa fé pôde negar”. Depois, salienta que, antes de se deslocar a entrevistar as crianças, “prevenimo-nos com tudo quanto a nossa sciencia nos fornecia sôbre milagres e aparições” e “fizemos em casa um

⁹¹ *O Marinhense* viria a responder, também contundentemente, a este comentário, na sua edição de 3 de Novembro: “Chicote ou marmeleiro precisam os que ganham com o *milagre*. As bordoadas que não lhes caissem nos *seraficos* corpos, seriam para lamentar” (cf. DCF III 1, 594).

⁹² A propósito da data das entrevistas cf. DCF I, 333, nota 1.

questionário, onde se encontram nada menos de 36 perguntas diferentes”⁹³. Faz ainda uma breve apresentação do local:

“É horrivelmente feio o local chamado a Cova da Iria [...] bastante árida, sem água, a serra da Fátima ou do Reguengo nada tem que no-la faça admirar; carrasqueiras, penedias, azinheiras, pinheiros e aqui e ali um ou outro pedaço de terra cultivada, vedado por muros de pedra solta”.

Depois, antes de iniciar a publicação das primeiras respostas de Lúcia, informa sobre ela:

“A convivência que, há seis meses, vem tendo com pessoas que de toda a parte e de todas as classes a procuram e interrogam, faz com que ela deva ter perdido o ar rude e humilde de pastora de ovelhas, expressando-se bem e dando às palavras certo tom de convicção” (OM 161, 2; DCF III 1, 617; I, 351-354).

Na edição seguinte, continua a entrevista a Lúcia, em que ela descreve o modo como a “Senhora” lhe aparecia. O padre Lacerda confronta-a com as imagens de Nossa Senhora que estão nas igrejas de Fátima, que ela diz serem diferentes da que via na aparição, e também com a aparição de Lourdes, ao que ela responde: “Só há dias é que uma pessoa contou em minha casa que N. Senhora aparecera em França, mas eu não sei como isso foi”. Descreve em seguida como foram as primeiras três aparições, relato que é interrompido a meio de uma resposta de Lúcia (cf. OM 162, 2; DCF III 1, 698; DCF I, 355-357).

O terceiro artigo continua no ponto de interrupção sobre a aparição de Julho e prossegue com a descrição das seguintes. O padre Lacerda faz então algumas considerações pessoais, referindo que “foi muito mais minucioso o meu inquérito fazendo-lhe outras perguntas, que pouco podem interessar aos nossos prezados leitores” e frisando que

“Lucia, rude e ignorante, não podia prever o que milhares de pessoas observaram no sol no dia 13 de Outubro. [...] É ou não vulgar o fenómeno? Se é como é que os aparelhos o não registaram? Se não é como é que três crianças, ou melhor uma criança, sem instrução

⁹³ Sobre este documento, cf. DCF I, 329-348.

alguma, o prevê com antecedência e sem saber do que se irá passar daí a três meses, diz que no último dia *fará com que todos se acreditem?* É esta a pergunta que continuamente nos assalta”.

Introduz depois o interrogatório a Jacinta, cuja mãe se opôs inicialmente à conversa, “e só depois de lhe dizer que vinha ali para ir dizer aos soldados na França que Nossa Senhora aparecera, é que consegui que a mesma me *olhasse melhor*”.

A mesma reserva veio do pai da vidente, o que o autor compreendia como resultado de tantos interrogatórios e até ameaças a que as crianças tinham já sido sujeitas naqueles dias (cf. OM 163, 2; DCF III 1, 734; DCF I, 359-361).

Na última publicação desta série, o director de *O Mensageiro* apresenta de forma resumida o que lhe tinham dito a Jacinta e o Francisco: ela “bastante vergonhosa [...] tendo como inabalável resposta a maior parte das vezes o silêncio ou não me recordo”, mas “confirma as palavras da Lúcia”; ele, acabado de chegar da escola⁹⁴, pouco dissera. E acrescenta: “Já me esquecia dizer que as três crianças me disseram que a Senhora lhes dissera um segredo e que estas não revelariam a pessoa alguma”. Mais uma vez, o padre Lacerda insere o seu comentário, desta vez em jeito de conclusão:

“O meu inquérito estava terminado. Só me restava aguardar a decisão da Igreja que começou a organizar o processo. A dúvida que me assaltava á ida era a mesma que me acompanhava ao deixar as três crianças. Viram elas na realidade uma Imagem? Como conciliar a afirmativa de que a guerra acabava no dia 13 d’Outubro se ela ainda agora continúa? Como conciliar a previsão do fenómeno solar presenciado por tão grande numero de pessoas? Não sei. O que ouvi aí fica. Aguardemos a decisão da Igreja. Como ultima nota elucidativa devo dizer que o pároco da Fátima, o meu amigo P^o. Manuel Marques Ferreira, se conservou sempre alheio a tudo, levando o seu proceder a nunca ter ido á Cova da Iria no dia das aparições. Só a muitos rogos lá foi no último dia” (OM 164, 2; DCF III 1, 761; DCF I, 363-365).

⁹⁴ O padre Lacerda comenta “É o único que cumpre com o que a Senhora dissera da 2.^a vez que aparecera – *que aprendessem a ler*”, sendo facto que em Fátima só havia escola para rapazes, abrindo às meninas no ano lectivo seguinte (cf. DCF I, 364, nota 5), em que iria ser nomeada “por dois anos uma professora das escolas móveis, e as crianças começaram já a frequentar a escola, com bastante aproveitamento, sobretudo da Lúcia” (cf. DCF III 1, 345).

Apesar desta aparente imparcialidade, na edição seguinte, de 6 de Dezembro, *O Mensageiro* transcreve em primeira página, com o título “As Aparições da Fátima – Depoimentos”, o testemunho de um padre que estivera em Outubro em Fátima, publicado a 23 de Outubro no jornal *Liberdade*, que faz anteceder do seguinte comentário:

“É mais um testemunho presencial do fenómeno, valorizado por vir nas colunas do valente paladino da causa católica, que, e ainda bem, não mostra a renitência da «Ordem» de Lisboa e tanto tem desgostado os católicos” (OM 165, 1; DCF III 1, 787).

É de notar que, nas edições em que publica as entrevistas, *O Mensageiro* nada refere sobre as polémicas que vão ocorrendo neste mês de Novembro, como o anúncio de conferências e comícios contra as aparições, organizados pelos republicanos pela região, dois deles em Fátima e Ourém, muito referidos em outros órgãos da imprensa⁹⁵.

Só a 20 de Dezembro surgirá a referência ao assunto, em primeira página, no artigo de um correspondente de Vila Nova de Ourém, datado do dia 3 desse mês⁹⁶. Aí se afirma que a conferência no Centro Republicano da vila, no dia 1 de Dezembro,

“foi um verdadeiro fiasco [...] onde os oradores tiveram de desistir, visto que o povo do concelho, por desprezo, não concorreu ao local, não obstante tanto convite que lhe foi feito, pois ali só apareceram oito pessoas para ouvirem, à excepção do grande número de mulheres que à sua chegada entoaram o *Bemdito*, voltando-lhes logo as costas”.

Já o comício no local das aparições, no dia seguinte,

⁹⁵ Por exemplo: *O Mundo* (cf. DCF III 1, 658, 666-668, 700, 738, 741-743, 751-753, 757, 763-765, 779-782); *O Debate* (cf. DCF III 1, 696); *Liberdade* (cf. DCF III 1, 699; 788); *Portugal* (cf. DCF III 1, 708); *A Monarquia* (cf. DCF III 1, 755-756); *Revista Católica* (cf. DCF III 1, 783), *O Ouriense* (cf. DCF III 1, 792). Sobre o comício de Fátima, são revelados mais pormenores em: J. OLIVEIRA, *Fátima à prova*, Gráfica de Leiria, Leiria, 1946, 55-61.

⁹⁶ *A Documentação Crítica de Fátima* não atribui este artigo a *O Mensageiro*, indicando que se trata de uma transcrição, provavelmente por vir junto a outro que é transcrito do *Liberdade* (cf. DCF III 1, 803). Inserido na data indicada da correspondência, está classificado como de “um jornal não identificado”, já que a única identificação que se encontrou – precisamente relativa ao *Liberdade* – não pode estar correcta (cf. DCF III 1, 775). Não encontramos qualquer prova de que a correspondência não tenha sido, efectivamente, enviada a *O Mensageiro* e que este jornal tenha retardado, por qualquer motivo, a sua publicação. Curiosamente, é com a transcrição integral deste artigo que *O Mensageiro* é referido – pela única vez – no Relatório da Comissão Canónica Diocesana (cf. DCF II, 199).

“não chegou a efectuar-se porque só apareceram os célebres oradores, acompanhados do administrador do concelho e por mais seis indivíduos daqui, e guardados por uma força da guarda republicana desta vila e outras vindas de Tomar e Torres Novas, que foram obrigadas a ir ao local de Fátima”⁹⁷.

Na mesma página, transcreve o artigo do *Liberdade*, já com dois meses, sobre a atribulada viagem a Fátima de dois amigos que vinham “rindo antecipadamente da credence popular” e sofreram as consequências:

“A certa altura, a gazolina que levavam incendiou-se [...] chovia a cantaros não houve choque, nem faúlha, nada, que aparentemente explique o fenomeno. [...] Daí a alguns quilometros o *parebrise* – sem um choque, sem uma pedra – fez-se em milhares de bocados, e a capota do carro foi arrancada como se mão herculea a tivesse arrancado”.

Conclui o autor que “hoje, o sr. S. declara que nem permite que deante dele se fale na aparição de Fátima, porque considera que foi castigo, de irem a rir do milagres, o que lhes aconteceu” (OM 167, 1; DCF III 1, 803).

Nessa mesma linha, na página dois, volta a recordar-se a opinião anteriormente publicada do astrónomo Frederico Oom sobre o fenómeno solar de Outubro, que “produziu grande impressão em varias pessoas que ignoravam este depoimento de um homem de sciencia”, e estranha-se que

“um jornal catholico, que, pela sua penna de um seu collaborador⁹⁸ affirmou ser o phenomeno *natural* (!!!) ainda não quizesse registar a opinião de um tecnico sobre o assumpto, só porque a opinião d’este sabio vae de encontro á affirmativa gratuita do seu colaborador...” (OM 167, 2).

⁹⁷ Note-se o contraste com a notícia de *O Mundo*, em tom triunfal, referindo sobre a conferência “calorosa ovação pela numerosa assistência, que enchia literalmente a vasta sala do Centro [...] aplaudindo-os a assembleia com crescente entusiasmo, sendo as damas as primeiras a apoiar com os seus aplausos as passagens em que mais veementes eram os ataques. [...] Um grupo de interessantes criancinhas, empunhando bandeiras nacionaes, entoou com muita correcção a *Portuguesa* e a *Maria da Fonte*, sendo entusiasticamente ovacionado”. Já quanto ao comício na Cova da Iria, refere-se que apesar do “*truc*” do pároco afastar dali a população para uma missa em lugar distante, “não faltou quem escutasse os oradores” e “soltaram-se calorosos vivas á República, calorosamente correspondidos”, enquanto “ao longe, pobres mulheres fanatizadas, cantavam o *Bemdito!*” (cf. DCF III 1, 779-782).

⁹⁸ Refere-se, com já o tinha feito, aos artigos de Pinto Coelho em *A Ordem*.

Na edição seguinte, *O Mensageiro* volta a repescar para os “Depoimentos” da primeira página um texto com mais de dois meses, desta vez do semanário portuense *A Ordem*⁹⁹, uma carta de uma senhora de Alcobaça que presenciou o “milagre do sol” e entrevistou pessoalmente os videntes, dirigida a um padre do Porto. *O Mensageiro* transcreve integralmente a introdução e o comentário final em que *A Ordem* envolve esta carta, referindo na conclusão que “póde e deve animar-nos a esperar com alvoraçada esperança d’exitu o *verdictum* do Ordinario de Lisboa”, acrescentando que “o mesmo diremos do caso do Barral”¹⁰⁰ (OM 168, 1-2; DCF III 1, 503-507, 806).

Mais um texto antigo vai ser publicado na secção “Depoimentos” da edição de 3 de Janeiro de 1918, retirado da edição de 20 de Outubro anterior do jornal *A Beira Baixa*¹⁰¹, onde se faz uma reflexão muito ponderada sobre os fenómenos relatados. Sobre a sua sobrenaturalidade, afirma “não sabemos nem nos cumpre a nós pronunciar-nos sobre tão melindroso assumpto”, embora reconhecendo que “o poder de Deus é infinito, os milagres têm-se dado, podem dar-se e repetir-se”. Depois, deixa a sua conclusão:

“Á auctoridade ecclesiastica cumpre pronunciar-se sobre o occorrido com aquella ponderação que emprega sempre em casos identicos. Emquanto isso se não der, nós, sem pormos em duvida o que milhares de pessoas affirmam ter visto (porque isso seria negar a evidencia), não diremos que houve milagre nem que o não houve. Somos filhos da Egreja e submeter-nos-emos ao que a este respeito fôr dito pelos seus legítimos representantes. Nem precipitados nem contumazes” (OM 169, 2; DCF III 1, 822, 348-349).

Parece que *O Mensageiro* vai fazer destas as suas palavras: sem acrescentar mais razões, inicia um silêncio quase total sobre o assunto, que irá durar mais de quatro anos¹⁰².

⁹⁹ É estranho *O Mensageiro* não citar a fonte, como é usual fazer. Aliás, percebe-se de imediato que não é texto seu, pelo que se afirma na introdução: “Desejando mais peccar por excesso de prudencia do que pelos pruridos de novidade, em tudo que seja chamado a intervir o juizo da auctoridade ecclesiastica, abstivemo-nos durante meio anno de noticiar qualquer coisa relativamente aos factos extraordinarios que se dizia virem succedendo no dia 13 de cada mez na freguezia de Fátima” (OM 168, 1; DCF III 1, 503-507).

¹⁰⁰ Ver o assunto adiante, em III, 1.4.

¹⁰¹ Semanário democrático, fundado em 1911 em Castelo Branco por José Maria Almeida Garret.

¹⁰² Os silêncios de *O Mensageiro* são de importante referência, dado o tipo de jornalismo combativo que praticava. Isso mesmo será notado por autores contemporâneos dos seus primeiros anos, como Costa Brochado, que produz afirmações como “semanário de tal forma aguerrido que o seu obstinado silêncio mal se comprehendia” (cf. C. BROCHADO, *Fátima à luz da história*, 279).

2. A crescente importância dos acontecimentos de Fátima

2.1 – O silêncio dos primeiros anos

1918

Depois de um período de grande destaque dado às aparições de Fátima, sobretudo entre Outubro e Dezembro de 1917, *O Mensageiro* está onze meses sem qualquer referência ao assunto. Na edição de 19 de Novembro de 1918 aparece uma pequena nota, entre vários outros assuntos de uma correspondência da Chafinça: “No dia 13 organizou-se uma procissão com destino á Cova da Iria, onde apareceu Nossa Senhora” (OM 214, 3; DCF III 2, 77).

Esta ausência noticiosa foi uma realidade que se verificou na generalidade da imprensa regional e nacional¹⁰³. Apesar disso, em *O Mensageiro* estranha-se a brusca mudança de atitude e o silêncio em momentos em que outros voltavam ao assunto, como se verá. Note-se ainda a natural atenção privilegiada que o jornal iria dar à sua grande causa, após a notícia de que tinha sido restaurada a diocese de Leiria, dada na edição de 28 de Fevereiro de 1918.

1919

Decorridos outro seis meses¹⁰⁴, a 7 de Junho de 1919, mais uma correspondência, desta vez da Loureira, com um relato um pouco mais extenso de uma “imponente” peregrinação a Fátima, organizada por várias pessoas em cumprimento de promessas por curas de doenças ou por terem regressado da guerra com vida. Refere-se a passagem por outros locais de culto e

¹⁰³ Basta verifica a diminuição drástica de artigos de imprensa catalogados na *Documentação Crítica de Fátima* neste período.

¹⁰⁴ De referir que *O Mensageiro* esteve suspenso entre 14 de Fevereiro e 3 de Maio de 1919 (cf. I, 1.2.4).

que o povo entoou cânticos e orações pelo caminho e no local das aparições¹⁰⁵ (cf. OM 232, 3; DCF III 2, 94-95).

Também com notícia de uma “grande” peregrinação a Fátima, publica-se a 1 de Agosto o texto de um correspondente da Torre, Reguengo do Fetal, referindo os mesmos cânticos e orações pelo caminho e no local (cf. OM 239, 2; DCF III 2, 100).

Por esta altura, o jornal católico *A Guarda*¹⁰⁶ anuncia a publicação de uma série de artigos do padre Formigão, sob o pseudónimo Visconde do Montelo, intitulados “Os episódios de Fátima”¹⁰⁷. Podemos perguntar porque não se faz esta publicação no jornal *O Mensageiro*, que se publicava na diocese de Leiria. São várias as razões que se podem adiantar. Por um lado, o padre Formigão conhecia o director da Empresa Véritas, que nesta altura funcionava como central informativa católica, de onde eram replicados artigos em diversas outras publicações portuguesas, o que daria aos seus escritos uma escala nacional, diferente da que teria em *O Mensageiro*. Por outro lado, como adiante veremos mais claramente, o padre Formigão procurava manter alguma discrição na sua actuação em prol de Fátima, tendo mesmo optado por escrever sob pseudónimo, pelo que um jornal distante lhe permitiria mais eficazmente manter o anonimato. Ainda assim, não será de excluir totalmente algum “desencontro” de personalidades entre ele e o padre Lacerda, que poderá justificar – pelo menos, em parte – este silêncio de *O Mensageiro* sobre Fátima, bem como o “desaparecimento” deste jornal do Relatório da Comissão Canónica¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Este artigo seria transcrito por *O Portomosesense* de 8 de Junho (cf. DCF III 1 2, 96).

¹⁰⁶ Fundado na Guarda em 1904 como folheto, passa a semanário no ano seguinte, ligado à Empresa Véritas, que viria a produzir dezenas de periódicos católicos por todo o País. Com a instauração da República, o jornal foi suspenso por diversas vezes e chegou a ser editado com outros nomes, mas era por esta altura uma das mais conceituadas publicações católicas nacionais (cf. DCF III 1, 358, nota 1).

¹⁰⁷ O primeiro artigo foi publicado a 28 de Setembro de 1918 (cf. DCF III 2, 46), o segundo a 5 de Outubro (cf. DCF III 2, 54), mas a série viria a ter forma continuada apenas a partir de Agosto de 1919, interregno justificado pelo autor com uma “bronco-pneumonia” (cf. DCF III 2, 104). Estes artigos serão mais tarde publicados na obra VISCONDE DE MONTELO [FORMIGÃO, Manuel Nunes], *As grandes maravilhas de Fátima*.

¹⁰⁸ Cf. I, 2.3; Ver nota 96.

1920

Passam mais seis meses, até aparecer, em 27 de Fevereiro de 1920, uma curta notícia da morte da vidente Jacinta¹⁰⁹, com o pequeno título “Aparições da Fátima” e a localização num canto ao fundo da página 2. É evidente ter desaparecido o “calor” que o assunto merecera no passado:

“Uma das creanças, que dizia ter falado com Nossa Senhora por ocasião dos factos acontecidos na Fátima em 1917, faleceu agora em Lisbôa, no Hospital da Estefania, para onde fôra afim de ser operada dum tumor, consecuencia da gripe penumonica. Um grupo de pessoas que assistiu na Fátima aos factor extraordinarios de 13 d’Outubro daquele ano, deliberou transportar o cadaver da pequena vidente, de Lisbôa para a Fátima. A falecida tinha 10 anos e chamava-se Jacintha de Jesus. A proposito devemos dizer que ainda agora no dia 13 de cada mez ocorre ao local das supostas ou veridicas aparições grande numero de pessoas tendo sido construida no local uma pequena capela” (OM 268,2; DCF III 2, 218).

Na edição de 14 de Maio seguinte¹¹⁰, aparece uma notícia breve da tentativa da “tropa” impedir a concentração de 13 de Maio, mas “não obstante as medidas do governo e o mau tempo, a concorrência foi extraordinária, havendo a lamentar a agressão feita pela força publica a uns homens do povo”. Diz-se ainda que “a mesma força impediu que a Lucia, única sobrevivente das supostas ou veridicas aparições, fôsse á Cova da Iria” (OM 277, 2; DCF III 2, 321).

Daí a duas semanas, dá conta de um

“largo e desenvolvido relato que a amabilidade de um nosso presado assignante de Val do Pôrto (Fátima) nos enviou e a falta de espaço não nos permite dar na *integra* como desejavamos. De resto, são do dominio publico os factos que lá se praticaram n’esse dia e o juizo sôbre elles está formado pelas pessoas que da liberdade tem o conceito usual entre povos civilizados”.

¹⁰⁹ Faleceu a 20 de Fevereiro de 1920. A notícia apareceu em jornais nacionais, como *O Dia*, *A Guarda*, *A Ordem* e *O Século*, mas não aparece na imprensa regional. Curioso é verificar que da morte do Francisco (4 de Abril de 1919) não há quaisquer registos noticiosos. *O Mensageiro* estava suspenso nessa altura.

¹¹⁰ Nota para o facto de, no dia 23 de Abril anterior, ter havido “festa” na primeira página de *O Mensageiro*, pela nomeação do primeiro bispo da diocese restaurada, D. José Alves Correia da Silva. Ver: Anexo 9.

É notória a falta de interesse dada ao tema, com desculpa da falta de espaço, quando outros assuntos de menor importância têm lugar (cf. OM 279, 2; DCF III 2, 341).

1921

Passa mais de um ano sem qualquer referência às aparições. Em 30 de Setembro de 1921, ao relatar uma visita pastoral do bispo à freguesia de S. Mamede e a Fátima, termina com a referência: “O ilustre Prelado foi visitar as importantes obras da Igreja da Fátima e em seguida dirigiu-se á Cova da Iria onde recitou o terço” (OM 344, 1; DCF III 3, 187-188).

1922

Mais uns meses de silêncio e aparece o relato da dinamitação da capelinha¹¹¹, na edição de 11 de Março de 1922, embora com pouco destaque (na página 2) e com engano na referência à data das aparições (1918 em vez de 1917)¹¹². Ainda assim, com o título “Nefando atentado”, o texto explica com pormenor como foi destruída a capela, salienta os protestos do povo contra este acto “selvagem [...] que só sectaristas odientos e boçais podem conceber”, e pergunta: “Que farão as autoridades aos autores do infame atentado?”.

Esta notícia dá, além disso, uma preciosa explicação para o silêncio de *O Mensageiro* e abre a porta à possibilidade de uma nova mudança de estratégia do jornal quanto ao assunto:

“De propósito nada temos dito sôbre as romarias feitas nos dias 13 de cada mês à Cova da Iria. Actos como este obrigar-nos-ão a dar relevo ao que ali se passa e que por mais dum motivo achamos extraordinário. O selvagem atentado terá o condão de chamar à Fátima maior concurso de povo do que todas as noticias mais pormenorizadas do que se possa dar sôbre o que ali se vai passando. Provará esta nossa afirmação o próximo dia 13, pois sabemos que, como protesto, milhares de pessoas ali irão num plenissimo direito de afirmar em público a sua Fé” (OM 365, 2; DCF III 3, 350-351).

¹¹¹ O atentado ocorrera na madrugada de 6 de Março.

¹¹² Transcrito pelo jornal *A Época* de 14 de Março de 1922.

Duas semanas depois, surge o relato de como correu essa peregrinação de 13 de Março, embora numa pequena nota, mas na primeira página, dando conta de que “sucedeu o que previramos; a romaria à Cova da Iria no dia 13, como protesto contra o hediondo atentado cometido na capelinha ali eréta, foi uma imponentíssima manifestação de fé” (OM 367, 1; DCF III 3, 375).

2.2 – Um novo fôlego: o Processo Canónico Diocesano

O dia 3 de Maio de 1922 vai ser um importante marco na história das aparições de Fátima. D. José Alves Correia da Silva, bispo de Leiria, publica a “Provisão sobre os acontecimentos da Fátima”, em que faz uma reflexão sobre os milagres de Cristo e na história da Igreja, resume os acontecimentos ocorridos em Fátima nos últimos anos, salientando a enorme adesão popular, apesar das perseguições das autoridades civis e do alheamento das autoridades religiosas, e nomeia uma Comissão, apresentando cada um dos seus membros, com a missão de “estudar este caso, e organizar o processo segundo as leis canonicas”. Apela ainda aos fiéis da diocese e “de Dioceses estranhas” que

“deem conta de tudo quanto souberem quer a favor quer contra as aparições ou factos extraordinarios que lhes digam respeito, e testifiquem especialmente se nellas houve ou ha qualquer exploração, superstição, doutrinas ou cousas deprimentes para a nossa Santa Religião”.

O Mensageiro, na sua edição de 13 de Maio, vai fazer a publicação integral do texto da Provisão, a ocupar praticamente toda a primeira página, sem mais comentários¹¹³ (cf. OM 373, 1; DCF IV 1, 54; DCF II, 41-50).

Vimos como, na reacção à dinamitação da capelinha, *O Mensageiro* tinha avisado que actos como esse “obrigar-nos-ão a dar relevo ao que ali se passa”. Mas foi a Provisão episcopal que veio, verdadeiramente, terminar a sua longa letargia e espoletar um novo fôlego na abordagem ao tema das aparições.

¹¹³ Ver: Anexo 10.

Logo na edição seguinte, de 20 de Maio, *O Mensageiro* vai publicar em primeira página o primeiro grande relato de uma peregrinação – cinco anos depois! – feito pelo próprio director como testemunha presencial. Aí dá conta do ambiente que observa, da multidão que se aglomera, da beleza e ordem das procissões e outras manifestações de fé, e até da atitude “digna” do administrador do concelho em recusar a ordem do Governo e do Governador Civil de Santarém para que requisitasse a “fôrça militar” e impedisse o acesso das pessoas ao local¹¹⁴. Fala ainda do poço que, entretanto, tinha sido aberto, mercê de uma nascente que aparecera junto à capelinha, bem como de alguns outros assuntos relacionados com a vida local.

É na introdução que faz ao seu relato que o padre Lacerda vai adiantar a razão para este novo interesse por Fátima, conforme acima referíamos:

“Nunca mais nos preocupou o que se ia passando, tanto mais que viamos, quem de direito o podia fazer, alheado igualmente do que acontecia todos os meses na mencionada Cova da Iria, ou fôsse sempre grande concorrência de pessoas e oferta de avultadas esmolas para ser construída uma capela. [...] A Provisão do Venerando Prelado de Leiria, publicada no nosso último número, suscitou-nos o desejo de voltar a subir a serra do Reguengo, atravessar o planalto de S. Mamede e ir presenciar o que se passaria no local em que os Pastores afirmavam ter visto Nossa Senhora” (OM 374, 1; DCF IV 1, 156-160).

Na mesma edição, publica-se ainda uma correspondência dos Pousos, adiantando que “foi quási toda a gente da freguesia do Paço em peregrinação à Fátima” (OM 374, 3; DCF IV 1, 161).

Mas o padre Lacerda não faz grande alarido em relação à Comissão que fora nomeada. Sabe-se que alguns dos seus membros não seriam bem do seu agrado, como viria a provar-se mais tarde em contendas havidas a este respeito, sobretudo, com o bispo de Leiria e – parecem-nos em certas ocasiões – com o padre Formigão. Assim, a notícia de 10 de Junho, sobre a

¹¹⁴ Na verdade, a razão invocada pelo administrador do concelho para não acatar a ordem, conforme ofício enviado ao governador civil a 12 de Maio, foi que “não se proíbe [...] assim tão facilmente que venham á Fátima trinta a cincoenta mil pessôas” (DCF IV 1, 40).

tomada de posse dos membros da Comissão Canónica, é curta e lacónica, metida entre anedotas e anúncios¹¹⁵ (cf. OM 377, 3; DCF IV 1, 278).

No jornal de 17 de Junho, o padre Lacerda conta ter voltado à Cova da Iria a 13 desse mês, onde encontrou de novo alguns milhares de pessoas. Fala novamente do poço e das curas que alguns relatam ter obtido pela sua água, pedindo que tais factos sejam relatados aos membros da Comissão. E termina com um comentário, em forma de recado ao bispo e aos responsáveis pelo local, pedindo que em Outubro “o poço onde apareceu a água já tenha o resguardo devido para impedir o que agora ali se passa”¹¹⁶ (OM 378, 2; DCF IV 1, 304).

A 12 de Agosto, numa correspondência de Fátima, dá-se conta de que “iniciaram-se os trabalhos da construção do poço junto ao local da aparição” (OM 384, 3; DCF IV 1, 401).

Uma semana antes da peregrinação de Outubro, faz-se o anúncio:

“Deve constituir uma grande manifestação de fé religiosa a peregrinação à Fátima no próximo dia 13. De todos os concelhos limitrofes acorrerão à Cova da Iria milhares de peregrinos” (OM 392, 2; DCF IV 1, 455).

Na edição de 21 de Outubro, volta à primeira página um relato extenso da peregrinação desse mês, com a descrição do ambiente local, das celebrações na igreja paroquial e no local das aparições e da impressão causada pela multidão de pessoas de todas as classes, também de “médicos, advogados, pessoas da alta fidalguia portuguesa, homens ilustres da ciência”. Na introdução, volta a fazer referência à Provisão do bispo diocesano e comenta:

“Não quiz a autoridade eclesiastica, sempre prudente em assuntos destes, emitir logo o seu juízo. Só passados cinco anos deliberou intervir, publicando uma provisão [...]. Os crentes, porém, não esperaram a decisão daquela autoridade para nos dias 13 de cada mês acorrer à Cova da Iria” (OM 394, 1; DCF IV 2, 58-61).

¹¹⁵ Ver: Anexo 11.

¹¹⁶ Será o primeiro comentário, de muitos, sobre a melhoria das infra-estruturas locais, a rede viária, o urbanismo de Fátima, etc., que aumentavam ainda mais a crispação entre *O Mensageiro* e a autoridade eclesiástica.

No jornal de 11 de Novembro, *O Mensageiro* volta ao tema da peregrinação de Outubro, com a publicação de uma longa descrição enviada pelo correspondente de Fátima (cf. OM 397, 3; DCF IV 2, 86-87).

Tinha aparecido no dia 13 de Outubro a primeira edição do jornal *Voz da Fátima*¹¹⁷, cuja fundação fora decidida pela Comissão Canónica logo na sua primeira reunião, como “boletim mensal [...] destinado a registar todas as notícias e informações relativas aos acontecimentos da Fatima”¹¹⁸. Pelo que já se viu do ambiente entre os clérigos envolvidos, percebe-se por que motivo o padre Lacerda não faz qualquer referência à nova publicação. Tal como parece evidente a razão pela qual *O Mensageiro* não podia servir esse fim “institucional”.

Com data de 4 de Novembro, o bispo de Leiria dirige uma carta ao padre Formigão, em que diz: “Não acho inconveniente na transcrição do =Mensageiro=”¹¹⁹. Não se percebe o contexto, mas deverá ser a resposta ao pedido da sua opinião sobre a transcrição de algum texto de *O Mensageiro* na *Voz da Fátima*, ou o inverso.

A primeira referência à *Voz da Fátima* surgirá apenas na edição de 30 de Dezembro: “Recebemos o 3.º número deste mensário. Como os anteriores ocupa-se do que vai acontecendo na Cova da Iria”. Depois, faz uma breve introdução e transcreve um ofício do bispo ao pároco de Fátima, para que não aconteçam no local cenas como o uso de foguetes, a venda de vinho, danças e teatros, sobre pena de proibir “a celebração da Santa Missa naquele lugar” e a “suspensão ao Presbitero que ousar faze-lo” (OM 403, 1; DCF IV 2, 115).

1923

A 17 de Fevereiro de 1923, *O Mensageiro* recorda a descrição do dia 13 de Outubro do ano anterior, em forma de soneto (cf. OM 409, 2; DCF IV 2, 143). A 12 de Maio, faz o anúncio da peregrinação de 13 de Maio, que “promete ser extraordinária”, não havendo já em

¹¹⁷ Cf. DCF IV 2, 29. Ver identificação em I, 2.1.

¹¹⁸ Cf. DCF II, 51-52.

¹¹⁹ Cf. DCF IV 2, 83.

Leiria “um único meio de transporte. Carros, automoveis, camions, tudo quanto sirva para transportar pessoas está alugado” (OM 420, 1; DCF IV 2, 222).

Na edição seguinte, a toda a largura da primeira página, surge o grande destaque¹²⁰:

“IMPONENTE MANIFESTAÇÃO DE FÉ” / Mais de 80:000 pessoas na Cova da Iria! / A atitude das autoridades e os catolicos! Soberbo e impressionante espectáculo! O que vimos”.

No extenso texto, relata o percurso, o ambiente local, a missa, a força policial enviada pelo Governo para deter os peregrinos – e que o administrador de Ourém, com “prudencia”, manteve afastada para não importunar os fiéis. Dá conta do local que costuma escolher e que agora está ocupado pela multidão: “Dali temos visto sempre tudo, sem sermos vistos, nem incomodados”. Fala do poço e das obras que é preciso começar a fazer para que o local seja mais aprazível ao culto e às grandes multidões e dá como comparativo a ordem e disciplina que existe em Lourdes, com menor número de fiéis, “a não ser no dia da peregrinação nacional – 15 de Agosto”. Segue o recado “O que é preciso fazer”, com indicações para

“dividir em talhões o espaço, marcando entradas e saídas, limpar de pedras o local, regularisar o trânsito, vedar o terreno destinado aos doentes, para que lhes possa ser dada a Benção. É urgente a vedação do poço impedindo as scenas que ali se presenciam. [...] As *Juventudes Católicas de Torres Novas e Leiria* muito podem fazer nos dias de peregrinação, regularizando o trânsito, prestando esclarecimentos. Serão os *brancardiers*¹²¹ portugueses”.

E o recado tem destinatários: “A ilustre Comissão nomeada tem muito em que empregar a sua atenção”¹²² (OM 421, 1; DCF IV 2, 250-255).

Ainda sobre esta peregrinação de Maio, será publicada correspondência de Porto de Mós, na edição de 26 de Maio (cf. OM 422, 2; DCF IV 2, 268).

No jornal de 23 de Junho, uma correspondência do Alqueidão dá conta da passagem de muitos peregrinos no dia 13 desse mês (cf. OM 426, 2; DCF IV 2, 299).

¹²⁰ Ver: Anexo 12.

¹²¹ Assistentes voluntários em Lourdes.

¹²² No contexto, parece-nos haver um ligeiro tom crítico na observação.

Nova brevíssima referência a mais uma edição da *Voz da Fátima* aparece na edição de 15 de Setembro, com a informação de que “a sua distribuição é feita gratuitamente na Fátima naqueles dias [13 de cada mês]” (OM 436, 2; DCF IV 2, 347).

Na primeira página de 13 de Outubro, dá-se a notícia de que “quando o nosso jornal começar a circular devem achar-se reunidos na *Cova da Iria*, milhares e milhares de peregrinos, que ali se encontram vindos de todas as partes de Portugal e até de Espanha e de outras nações” e promete-se para a edição seguinte o “relato desenvolvido do que presenciarmos” (OM 439, 1; DCF IV 2, 364).

O relato extenso surge na primeira página de 20 de Outubro, com descrição do mesmo género que costuma fazer. Assumem-se os louros da melhor organização do acolhimento na cidade de Leiria:

“Fomos os primeiros a apelar [...] chegámos a indicar-lhes a missão de *brancardiers* de Lourdes [...] não foi inútil o nosso apelo; o que os sócios da Juventude praticaram nos dias 12 e 13 do corrente enaltece-os, dignifica-os, honra a cidade de Leiria”,

contando com a ajuda da Associação dos Caixeiros e da “Assembleia Leiriense (*Club*)”, que colocaram os seus edifícios à disposição dos peregrinos. Mas há “muito a fazer”, defendendo-se a criação de uma comissão “que procure organizar o cadastro das pessoas que possam e queiram dar pousada nas vésperas das peregrinações” (OM 440, 1; DCF IV 2, 364).

A 17 de Novembro, publica-se uma correspondência de Aljubarrota sobre a ida de muitas pessoas daquela freguesia a Fátima nesse mês (cf. OM 443, 3; DCF IV 2, 420) e, no dia 24, a mesma fonte refere que se projecta uma “grande peregrinação” para Maio, tendo estado “umas 300 mil pessoas” em Outubro (cf. OM 444, 3; DCF IV 2, 423).

1924

Na edição de 10 de Maio de 1924, um pequeno texto na primeira página anuncia a peregrinação desse mês (cf. OM 466, 1; DCF IV 2, 497). Mas a edição seguinte voltará a dar

destaque a um grande relato do padre Lacerda, nos mesmos moldes dos anteriores. De novo, a preocupação com o que “urge fazer”, referindo-se a necessidade de “regularização do movimento junto da ermida”, porque “o que ali se observa desconsola e desanima”. Faz-se uma crítica feroz à exploração dos peregrinos que se faz no comércio, hospedarias e transportes de Leiria, havendo já muitos peregrinos que evitam passar pela cidade (cf. OM 467, 1-2; DCF IV 2, 504-507).

Na edição de 7 de Junho, volta a esse assunto, informando que as autoridades preparam meios de regularizar o transito e acessos a Fátima, conforme tinha defendido *O Mensageiro* anteriormente, e, sobre os abusos comerciais aos peregrinos em Leiria, refere positivamente o exemplo de Ourém:

“As casas de comida em nada elevaram os preços; milhares de pessoas ficaram por aqueles casais sem lhes ser exigida retribuição alguma; aos caminhos e estrada apareciam as creanças e raparigas dos logares vizinhos com bilhas d’agua, que ofereciam aos peregrinos sem retribuição alguma. Isto define a indole do nosso povo das aldeas, o seu caracter, a sua bondade” (OM 469, 5; DCF IV 2, 514).

A 16 de Agosto, surge mais um relato na primeira pessoa do que foi a peregrinação desse mês e a nota de que

“se começa a observar na Cova da Iria certa ordem e disciplina [...]. O apelo que fizemos nas colunas do nosso jornal foi escutado pelo Venerando Prelado de Leiria que criou uma Associação destinada a regularizar o transito no local [...]. Ha também a registar a facilitação do acesso das pessoas às torneiras do deposito para que tambem chamamos a atenção [...] fomos tambem bem atendidos e por uma vedação simples regularisou-se esse acesso”.

Finalmente, a notícia de que iria ser criado em Leiria “um corpo de escoteiros católicos, que muito virá auxiliar a manter a disciplina e ordem nas grandes peregrinações anuais” (OM 479, 2; DCF IV 2, 537-538).

Na edição de 18 de Outubro, em página interior, é publicado mais um relato da peregrinação, que bate recordes de multidão, a superar as “100:000 de Maio”. Apesar de as

autoridades continuarem a anunciar que a peregrinação fora proibida e a enviar a guarda, o que se repete todos os meses, nada detém os peregrinos:

“Ao passo que o tempo se vai distanciando da data inicial dos acontecimentos, a concorrência longe de diminuir, como seria de esperar, se o *sobrenatural* ali não existisse, avoluma-se, forma moles humanas enormes, gigantescas” (OM 485, 2; DCF IV 3, 134-137).

Com data de 31 de Outubro, o administrador de Ourém escreve um relatório ao governador civil de Santarém sobre o que se tem passado em Fátima desde 1917. A certa altura diz que, após a aparição de 13 de Julho, “os «Boletins Paroquiais» e o «Mensageiro de Leiria» tocaram a rebate. O milagre realizara-se! A Virgem Maria, honrava Fatima com a sua divina presença diziam eles”¹²³.

1925

Em 21 de Março de 1925, surge a notícia de um “lamentável desastre” no Reguengo, em que uma camioneta de Rio Maior ia a caminho de Fátima e despistou-se, tendo falecido uma senhora e ficado feridos cerca de uma dezena de familiares (cf. OM 505, 2; DCF IV 3, 323).

Na edição de 16 de Maio, é publicado mais um grande relato da peregrinação aniversária, em toda a primeira página. Tal como fizera em quase todos os relatos anteriores, o padre Lacerda sublinha que nada justifica a vinda das pessoas, “sem comodidades de espécie alguma, sem atractivos naturais”, só “um motivo oculto” pode justificar a vinda de “mais de 100:000 pessoas [...] de todas as classes e categorias sociais”. E descreve o cenário humano:

“Pobres velhinhas e moças vestidas de chitas e estamenhas confundem-se no ciciar das orações com as sedas e joias das pessoas abastadas. O cavador joelha lado a lado com o capitalista. O analfabeto prostra-se no lugar que o lente, o jornalista, o homem culto momentos antes deixára”.

¹²³ Cf. DCF IV 3, 184. Como se verificou, esta acusação não tinha fundamento nesta altura.

Volta a referir o “inexplicavel aparecimento da nascente” numa terra onde não há água e lembra que “a Comissão olhe atentamente para o que se passa na distribuição”. Refere ainda o Grupo de Escoteiros de Leiria – “Fôram já apreciaveis os seus serviços e mais o virão a ser de futuro” –, o serviço dos maqueiros e a necessidade da “aquisição dum auto-maca ou duma camionete que desse melhor comodo” aos doentes, e a urgência de maiores confortos para o alojamento e estadia dos peregrinos (cf. OM 513, 1; DCF IV 3, 363-370).

Na mesma edição, o correspondente do Reguengo do Fetal dá conta do “colossal movimento dos romeiros hontem e hoje” e termina com o comentário irónico: “Decididamente a religião acaba em duas gerações, como afirmou Afonso Costa” (OM 513, 2; DCF IV 3, 371).

Na edição seguinte, *O Mensageiro* anuncia a abertura de uma campanha para ajudar uma família pobre do Zambujal que sofrera um acidente nas Cortes, quando regressava de Fátima, e em que ficou sem uma carroça e uma muar, que eram a sua única fonte de sustento (cf. OM 514, 2; DCF IV 3, 381). Esta campanha vai voltar no número seguinte (cf. OM 515, 2)¹²⁴ e, no jornal de 6 de Junho, aparece em primeira página, com um extenso apelo ao clero, aos fiéis devotos de Nossa Senhora, às associações desportivas ou de recreio, às senhoras católicas... fundamentando que esta ajuda da caridade cristã será ela própria mais um milagre de Fátima (cf. OM 516, 1-2; DCF IV 3, 385-389).

A campanha irá durar até Setembro, aparecendo o rol dos donativos todas as semanas, algumas vezes acompanhado de um texto extenso de apelo, com dedicatórias próprias ao clero, aos devotos e às senhoras católicas. Chegam a constituir-se comissões em várias paróquias para organizar a recolha de fundos. O saldo final foi de 897\$30¹²⁵.

Na edição de 27 de Junho, publica-se um artigo do pároco de Regueira de Pontes, Leiria, que foi pela primeira vez à Cova da Iria e veio de lá “maravilhado e cheio de fé”. Na mesma

¹²⁴ Este documento não se encontra registado na *Documentação Crítica de Fátima*.

¹²⁵ Cf. OM 517, 2; DCF IV 3, 395-400; OM 518, 2; DCF IV 3, 410-412; OM 519, 2; DCF IV 3, 418-420; OM 520, 1; DCF IV 3, 423-427; OM 521, 2; DCF IV 3, 434-435; OM 522, 2; DCF IV 3, 437; OM 523, 2; DCF IV 3, 443-445; OM 524, 2; DCF IV 3, 449; OM 525, 2; DCF IV 3, 451-453; OM 526, 1; DCF IV 3, 462-463; OM 427, 2; DCF IV 3, 467; OM 528, 2; DCF IV 3, 470-471; OM 529,2; DCF IV 3, 487.

página, transcreve-se do jornal *A Época*¹²⁶, com o título “Curas?”, o relato de dois milagres ocorridos em Fátima no 13 de Maio anterior: uma peregrina da Tábua a quem “desapareceu um mioma” e um bebé de dois anos “que era cego e voltou com vista” (OM 518, 1; DCF IV 3, 405-408).

Ainda nessa edição, *O Mensageiro* publica uma breve nota da numerosa peregrinação de Junho (cf. OM 518, 1; DCF IV 3, 409) e outra do correspondente do Reguengo sobre a passagem de “milhares de romeiros” (OM 518, 2; DCF IV 3, 413).

No jornal de 11 de Julho, refere-se em primeira página a existência num estabelecimento leiriense de “lindas imagens de Nossa Senhora do Rosário da Fátima, tanto em massa como madeira” e, no interior, publica-se um anúncio à “Casa Nossa Senhora de Fátima”¹²⁷, no centro da cidade, com “um variado sortido de objectos religiosos, como imagens, terços, medalhas, etc.”, e a indicação de que “nos dias 13 de cada mês os seus proprietários estabelecem junto ao recinto da Cova da Iria, uma sucursal dando uma percentagem para as obras já realizadas e a realizar na Fátima” (OM 520, 1 e 2; DCF IV 3, 422 e 428).

A 28 de Agosto, com o título “FATIMA – Um alvitre”, a carta de um assinante enumera alguns melhoramentos que acha necessários no poço da água da Cova da Iria e na respectiva distribuição, evitando que o povo ande “aos encontrões” junto às torneiras e no enchimento das bilhas (cf. OM 525, 2; DCF IV 3, 454-455).

Esse conselho, que o director reiterou numa introdução à referida carta, volta a ser recordado nas vésperas da peregrinação de Outubro, na edição do dia 10, onde se adivinha “mais uma imponente manifestação de fé religiosa, não havendo em muitas localidades ha muito um único meio de transporte” (OM 531, 2; DCF IV 3, 495).

Na edição de 24 de Outubro surge a habitual descrição da peregrinação, em que se “excederam as cem mil” pessoas e se registaram “alguns roubos de carteiras e relógios”. Mais uma vez se lamenta que cada vez mais peregrinos abandonem a passagem por Leiria para

¹²⁶ Diário monárquico fundado em 25 de Março de 1919. Director: Fernando de Sousa (NEMO).

¹²⁷ Este anúncio comercial será repetido noutras edições futuras.

“fugir à exploração” e se apela à constituição de uma comissão para dar informações e facilitar alojamento e comida. Já em Fátima,

“deve ser proibida a mendicidade, que na maioria dos casos, para não dizer totalidade constitui uma ignobil exploração da sensibilidade dos peregrinos. Ninguém desconhece as sociedades constituídas por muitos desses mendigos de ordinário alugados a qualquer comerciante do género que no final recolhe o produto de todos”.

Acusa-se ainda a “exploração dos *santeiros*”, devendo fazer-se “uma casa que venda esses objectos” (OM 533, 2; DCF IV 3, 540-542).

Na edição de 7 de Novembro, *O Mensageiro* comenta dois artigos depreciativos da *Voz do Povo*¹²⁸, em duas breves notas irónicas: “O grrrrrande perigo” e “Um pateta” (OM 535, 1; DCF IV 3, 564).

1926

No dia 6 de Março, publica-se uma nota de que “vão a Fátima grande número de sacerdotes para se desobrigarem os habitantes daquela freguesia” (OM 552, 2; DCF IV 4, 88).

Mais uma breve correspondência do Alqueidão, relatando a passagem de muitos peregrinos por aquela região nos dias 12 e 13 de Março, aparece na edição do dia 20 (cf. OM 554, 8; DCF IV 4, 101).

Na edição seguinte, uma breve nota sobre a peregrinação desse mês: “Foi calculado em cinco mil o número de devotos que no dia 13 esteve na Fátima. Os gatunos fizeram farta colheita de carteiras, não tendo sido descobertos” (OM 555, 1; DCF IV 4, 108).

Outra nota dá conta de que começaram as obras na estrada de Minde para Fátima, que poderá ser usada “sem dificuldades por todos os veículos” já em Maio.

As infra-estruturas começam a ser uma preocupação mais assumida. Na edição de 17 de Abril, *O Mensageiro* publica um “Apêlo à Ex.^{ma} Camara de Ourem” para que comece a pensar num plano urbanístico “metódico e artístico” para Fátima, pois

¹²⁸ Ver identificação em I, 2.1.

“teem-se [...] levantado várias edificações, outras estão-se construindo e ainda outras se construirão. Dentro em pouco deve existir junto ao local uma povoação importante, que é pena não obedecer a um plano a sua fundação”.

Com uma visão futurista, aponta-se que

“a continuar sem ordem nem método algum o que ali se observa, dentro de um futuro mais ou menos curto a Camara se quizer obstar ao que agora se pratica, será muito tarde pelos prejuízos que isso acarretará”¹²⁹ (OM 557, 4; DCF IV 4, 123).

Na edição de 15 de Maio encontra-se uma brevíssima correspondência da passagem de muitos peregrinos pelo Alqueidão, mas o número seguinte, do dia 22, publicará mais um grande relato da peregrinação desse mês, com vários capítulos elencados no cabeçalho da notícia: “Imponente manifestação de Fé – Portugal aos pés da Virgem – Vitalidade católica – Um sermão – Significativa homenagem da aviação nacional. Um milagre? – Notas várias”. Se nos primeiros relatos o padre Lacerda incluía frequentemente a expressão “supostas ou verídicas” quando se referia às aparições, nesta altura já não tem esse cuidado de reserva e fala no “9º aniversário da primeira aparição miraculosa”. Descrevendo o cenário de “Paraizo” oferecido pela presença das multidões na vigília nocturna da véspera, que o “faz lembrar os tempos primitivos da Igreja”, afirma:

“Renascem neste seculo de revolta e dissolução as tradições venerandas dos tempos aureos do cristianismo, e, o que é mais, espontaneamente, por intuição piedosa, por instinto luminoso da Fé! Verdadeiramente reconfortante este maravilhoso renascimento de vitalidade cristã, nos mais puros moldes da tradição histórica”.

Esta visão da revitalização do catolicismo ganha ainda mais significado por se dar numa

¹²⁹ Este terá sido outro ponto de conflito de opiniões com o bispo diocesano, que não comungava dessa visão urbanística de Fátima. Em entrevista ao jornal *A Época*, de 13 de Março de 1926, D. José tinha afirmado, em comparação com Lourdes, que lá havia “comodidades e confortos” que Fátima nunca teria, porque o espírito era de “sacrifício e penitência”. Por exemplo, o caminho de ferro entre Tomar e Nazaré – que *O Mensageiro* advogava com insistência – não viria adiantar nada aos milhares de peregrinos que afluíam a Fátima num só dia, tal como a construção de hotéis em Fátima era “uma fantasia”, dada a inexistência de água a menos de 15 quilómetros da localidade. Portanto, quanto a melhoramentos – que o padre Lacerda sempre reclamava – “julgo que pouco mais se adiantará, visto como nunca de Fátima se poderá fazer uma segunda Lourdes, com todas as comodidades e confortos que se encontram na linda e miraculosa cidade do Gave”, afirmava o bispo de Leiria (cf. DCF IV 4, 153-160).

“terra duplamente santificada, por nela, de joelhos, nas vespas de Aljubarrota, o Herói e Santo Nacional, ter invocado o auxílio do Ceu, para o formidável cometimento da libertação da Patria, segundo é pia crença” (OM 562, 1 e 5; DCF IV 4, 238-242).

Afinal, a “significativa homenagem da aviação nacional” foi apenas “um aeroplano” que rasou o recinto “lançando braços de flores”, enquanto decorria a “missa dos enfermos, às 13 horas”. Depois, “o destemido aviador fez descer o aparelho até quase à terra, e, gentilmente, com o braço se despedia da multidão e da Virgem a quem veio prestar as suas saudações de Português e de crente”.

Descreve-se de seguida

“o acto mais comovente das romarias á Fátima. A imagem da Senhora que havia sido conduzida da capela das aparições para a dos enfermos, entre cânticos e saudações do povo e depois dos exercícios religiosos, vai ser conduzida ao primeiro lugar. Rebôam na vasta campina estusiásticas e comovidas as notas do *Avé* de Lourdes, e de outros cânticos saídos de muitas dezenas de milhar de bocas; os vivas a Nossa senhora, as palmas, o acenar de lenços não só das pessoas que estavam no recinto, como das que se encontravam fóra dos muros constituem um quadro em que não há corações frios que se não comovam e olhos que fiquem enxutos!”

Relata-se ainda a possibilidade de um milagre, de uma senhora que estava parálitica e veio “por seu pé, sem auxilio, agradecer a N. Senhora”. Diz-se que os médicos confirmaram “sensíveis melhoras”, mas que tal poderá dever-se “à forte comoção nervosa e só mais tarde se verificará se se mantem”.

Finalmente, num tipo de letra mais pequeno, o rol de notas a que padre Lacerda já habituara os leitores. Refere que “o numero de romeiros ascendia a mais de 400.000”, elogia o trabalho dos “servitas” e do “grupo nº 14 Nun’Alvares do Corpo Nacional de Scouts” no apoio aos peregrinos, indica a presença do “Bispo de Meliapôr, cujas barbas brancas recordavam os patriarcas e sumos sacerdotes biblicos”, noticia a inauguração de um novo hotel no local, a existência de “elevado número de mendigos [...] nota desagradavel e triste”, que “houve bastantes roubos”, que os “carros e automóveis postados ao longo da estrada [...]

estendiam-se por mais de 6 quilómetros” e, de novo, a exploração feita em Leiria que leva à “curta demora, para não dizer vôo” que os peregrinos fazem pela cidade (cf. OM 562, 1 e 5; DCF IV 4, 238-242).

Dois dias antes, na sua edição de 19 de Maio, o jornal republicano *O Rebate*¹³⁰ publicava a reportagem de um jornalista enviado à peregrinação, onde afirma ter encontrado muito menos pessoas do que as referidas nos jornais católicos,

“algumas dezenas de milhares de forasteiros, mas sem propositos religiosos, a não ser uma parte muito diminuta, e esta mesma era atraída e acompanhada por umas celebres organizações que o Estado já devia ter dissolvido, intituladas *irmãs de Maria*. Mesmo assim, esta parte apenas pôde ser comportada em 5 por cento da concorrência. Os restantes eram *borguistas*, que ali foram por passeio e comer os seus abundantes e variados farneis, acompanhados de não menos abundante rega de sangue de Cristo”.

Além desta satírica descrição, a notícia torna-se interessante para o nosso estudo, por referir *O Mensageiro*. A certa altura, o jornalista refere avistar

“um padre de Porto de Moz, chamado Julio Pereira Roque, e que sob o pseudonimo de *Jupero* pontifica na revista reaccionaria *O Mensageiro*, a arengar, proclamando a *grandiosidade* da manifestação, e chegando ao dislate de calcular a concorrência em um milhão de pessoas”¹³¹.

O jornal de 19 de Junho refere que

“os devotos já não escolhem 13 de Maio e 13 de Outubro para irem ao local bemdito da Cova da Iria¹³². Diariamente ali se vêem prostrados em oração, desfiando as contas dos seus rosários, enxugando as lágrimas, oriundas da dor com a alegria da Fé, inúmeras pessoas de todas as categorias”.

¹³⁰ Diário republicano da manhã, propriedade das Comissões do Partido Republicano Português, em Lisboa.

¹³¹ Cf. DCF IV 4, 233-236. Não se percebe se esta afirmação terá sido ouvida no local, ou se é mais uma incongruência entre relatos da imprensa, já que *O Mensageiro* nunca tinha adiantado um número desta ordem de grandeza. Além de que, pelo menos na sua grande maioria, os textos sobre Fátima neste jornal são da autoria do padre Lacerda e não de Jupero.

¹³² Note-se como *O Mensageiro* fala já sem dúvidas sobre a veracidade dos factos ali ocorridos, numa altura em que estava longe do seu termo o trabalho da Comissão criada quatro anos antes.

Relata-se ainda mais uma cura ocorrida a 13 desse mês, de uma rapariga que “mais parecia um cadáver do que um vivente” e que, após a bênção dos doentes,

“senta-se na enxerga, recupera a voz, assiste sem o minimo esforço ao sermão e apoz este levanta-se e vai pedir ao medico, que a tratara, para lhe passar um atestado de cura, pois nada sentia das dores, nem da fraqueza que a impossibilitara até momentos antes de dar um passo!”

Mas o que mais interessante verificamos nesta peregrinação de Junho é o autor do referido sermão. A nota sobre o assunto é curta:

“Apoz a bençam subiu ao pulpito o director de *O Mensageiro*, rev. Lacerda, sendo apoz o sermão conduzida a Imagem, no meio das maiores aclamações e coberta de flores, para a capelinha” (OM 566, 5 e 8; DCF IV 4, 265-266).

O diário católico *Novidades*¹³³ de 17 de Junho oferece mais pormenores, explicitando a razão da sua presença, como “reitor dos Milagres”, e o tema do sermão: “Pregou o reitor dos Milagres (Leiria) Rev.º sr. Pe. José F. de Lacerda que desenvolveu o tema «*Beatam me dicent omnes generationes*»”¹³⁴.

Mais uma referência, no jornal de 17 de Julho, à grande afluência de peregrinos, “não obstante o calor intenso que fez e os trabalhos da época”, com a nota de que são cada vez menos os que passam por Leiria para evitar a “exploração” (cf. OM 570, 5; DCF IV 4, 281).

2.3 – Em conflito com a hierarquia: quem “manda” em Fátima?

Esta primeira presença do padre Lacerda como pregador na Cova da Iria, longe de significar um apaziguamento das suas reivindicações sobre o desenvolvimento local, acontece

¹³³ Jornal diário fundado em 1855, por Emídio Navarro. Foi suspenso em 1913, reaparecendo como diário católico em Dezembro de 1923, sem indicação de director. Iria publicar-se até à revolução de Abril de 1974.

¹³⁴ DCF IV 4, 263. Na *Voz da Fátima*, o padre Formigão adianta mais sobre este sermão: “Após a bençam geral sobe ao púlpito o rev. Ferreira de Lacerda de Leiria, que fala durante um quarto de hora, com calor e entusiasmo, das glórias da Santíssima Virgem” (cf. *Voz da Fátima*, 46, 13-07-1926, 1).

precisamente numa altura em que tais divergências chegavam ao ponto de conflito com a autoridade eclesiástica.

Como se percebeu na evolução noticiosa das peregrinações em *O Mensageiro*, se a abertura do Processo Canónico Diocesano veio dar novo alento à abordagem ao assunto, tornou-se também evidente alguma discordância em relação às opções estratégicas e às escolhas do bispo e, com o decorrer dos anos, foram-se abrindo alguns focos de discordância quanto às políticas de desenvolvimento para Fátima.

Conhecendo a ténpera e a personalidade combativa do padre Lacerda, bem como a forma como já antes reagira às demoras da autoridade eclesiástica em responder às causas que defendia, seria natural por esta altura – mais de quatro anos depois – alguma impaciência com a falta de conclusões do referido processo, cujo primeiro responsável era o Prelado, mas com delegação nas mãos do padre Formigão. Os “recados” que o padre Lacerda ia enviando quanto à falta de ordem e de condições no acolhimento e na participação dos peregrinos nas peregrinações seriam, por um lado, uma acusação de ineficácia à Comissão e, por outro, uma forma de mostrar que acompanhava o crescimento de Fátima, que tinha ideias arrojadas sobre o assunto e que seria capaz de fazer melhor, se isso lhe fosse pedido.

A paciência – recorde-se – não era uma das principais virtudes do padre Lacerda. Talvez a sua tentação fosse mesmo a de ignorar o processo oficial e de pegar ele no assunto, assumindo o papel de impulsionador das aparições e forçando uma tomada de posição do bispo sobre a veracidade das mesmas, numa altura em que, como veremos, era já publicamente conhecida a sua intenção de o fazer¹³⁵.

O primeiro sinal desse agudizar do conflito interno é uma carta de 27 de Agosto de 1926, em que o padre Manuel Pereira da Silva comenta com o padre Formigão alguns assuntos da *Voz da Fátima* e afirma:

¹³⁵ Pelo seu percurso biográfico, parece-nos que não seria a sede de protagonismo individual que moveria o padre Lacerda, mas sim uma noção de missão militante na defesa das suas convicções, ao ponto de chamar “traidores” nas páginas do seu jornal aos que não partilhavam da sua mundividência.

“Segundo me disse o Dr. Marques (que está para Santa Catarina) o Lacerda (que esteve na 3.^a com o Prelado), já foi proibido de publicar a sua projectada revista e apanhou a competente descompostura”¹³⁶.

É óbvio que tal publicação viria concorrer com a *Voz da Fátima* e, de certa forma, passar-lhe um atestado de incompetência, ao substituí-la na sua principal função.

Em *O Mensageiro*, nunca se tinha falado da “projectada revista” e, nas edições seguintes, o assunto não é referido. No jornal de 28 de Agosto continua a usual publicação de correspondência do Alqueidão sobre a passagem de muitos peregrinos nesse mês (cf. OM 576, 6; DCF IV 4, 303), a 18 de Setembro aparece uma breve nota da peregrinação de 13 anterior, com nota de três curas de doentes (cf. OM 579, 4; DCF IV 4, 307), e a 9 de Outubro a promessa de “circunstanciado relato” no próximo número sobre o que se passar nesse mês.

Antes dessa edição, porém, o padre Lacerda faz circular um comunicado, com data de 12 de Outubro, em que finalmente se refere a uma revista mensal intitulada “Fátima”, cujo aparecimento a 13 de Outubro fora já “anunciado”. O comunicado serve, precisamente, para dizer que “motivos imperiosos não deixaram que a mesma se publicasse”. No entanto, para aproveitar “o papel destinado à Revista, que já estava adquirido” e também para não se perderem os muitos materiais fotográficos e poéticos já recebidos, sairá um número especial de *O Mensageiro*, chamado *O Mensageiro em Fátima*, a publicar mensalmente ao dia 13, a partir de Novembro, sendo enviado “às centenas [sic] e até milhares” de pessoas que entretanto se haviam inscrito e pago a assinatura para receber a revista¹³⁷. Como se vê, mudava-se o nome, mas mantinha-se o projecto¹³⁸.

Na edição de 16 de Outubro, em vez do prometido relato, publica-se a nota de que

“por aguardarmos umas gravuras relativas a esta grande manifestação de Fé Religiosa, adiamos para sair em suplemento no próximo número a descrição do que se passou em Fatima no dia 13, bem como alguns artigos que temos em nosso poder e que deviam sair na

¹³⁶ DCF IV 4, 302.

¹³⁷ Ver: Anexo 13, onde, dado o interesse deste texto, se transcreve integralmente.

¹³⁸ Cf. DCF IV 4, 314-315.

revista *Fátima*, que por motivos alheios à nossa vontade, não pode sair” (OM 582, 2; DCF IV 4, 332).

No jornal seguinte não sai o referido suplemento, nem quaisquer gravuras ou materiais. E, a 30 de Outubro, publica-se apenas uma transcrição do *Novidades* de 17 desse mês, onde se descreve a peregrinação e se apela a uma maior disciplina no recinto. *O Mensageiro* acrescenta um comentário sobre esta última parte, sublinhando a necessidade de não se voltar a repetir “o que agora se deu com a obstrução das entradas do recinto com blocos de cantaria” e defende a colocação de “três ou quatro altofónios”, pois só assim “deixaremos de presenciar o ruído dos peregrinos durante o sermão, que só pode ser escutado por umas centenas de pessoas, retirando-se milhares por nada ouvirem”. Finalmente, a confirmação de mais uma das suas reclamações:

“Fizemos em tempo um apêlo à Câmara de Ourem para levantar a planta dos terrenos adjacentes à Cova da Iria. Não fomos atendidos e por isso ali se observam alinhamentos impróprios duma povoação em início e duma vila num futuro próximo” (OM 584, 8; DCF IV 4, 345).

Mas o padre Lacerda não tinha desistido. Continuava a circular, sobretudo junto dos padres, um impresso para recolha de assinaturas para *O Mensageiro em Fátima*, que deveria sair a 13 de Novembro¹³⁹.

O certo é que saiu – embora não haja registo de qualquer exemplar físico – e antes dessa data. Prova disso é a carta enviada por D. José Alves Correia da Silva ao padre Lacerda, a 3 de Novembro:

“Com surpresa apareceu-me hoje aqui o = Mensageiro da Fatima = do qual V. Rev.^{cia} se apresenta como director, proprietario e editor. Mais uma vez aviso a V. Rev.^{cia} que não aprovo, nem permito esta publicação, seja qual fôr o título que lhe dê”¹⁴⁰.

¹³⁹ Cf. DCF IV 4, 350-351.

¹⁴⁰ DCF IV 4, 352.

Daí a dois dias, o Prelado envia-lhe nova carta, mais extensa, referindo ter “pena” de que o padre Lacerda não tenha passado pela “residência episcopal” depois da primeira carta e aponta uma série de regras, “para de futuro não se repetirem estes incidentes que prejudicam V. Rev.^{cia} e me incomodam”. Passa então a proibi-lo de se “intrometer” com o assunto de Fátima, de censurar “qualquer membro do R. Clero” no jornal e de “publicar qualquer artigo de elogio á minha pessoa”. A última ordem é peremptória e clara quanto à questão da revista¹⁴¹:

“V. Rev.^{cia} disse-me que queria empreender a publicação da projectada = Revista = a pedido do Rev. Clero. Aceitando como verdadeira essa afirmação, tenho a dizer a V. Rev.^{cia} que na S. Igreja não se admitem essas democracias (c. 1386)”¹⁴².

Estava dada a machadada final nos projectos do padre Lacerda. Nunca mais se ouve falar do assunto e o caloroso acompanhamento de Fátima irá esmorecer, como se verá.

Nem vai noticiar a importante notícia da visita do bispo do Funchal, D. António Ribeiro, em 13 de Dezembro de 1926, que foi “a primeira vez que um Prelado visitava Fátima, em trajas episcopais, à maneira de simples peregrino”, e que significou para muitos fiéis “a confirmação e justificação plena daquela fé que os tinha levado à Cova da Iria”¹⁴³.

1927

Entre Janeiro e Março de 1927, publica-se em *O Mensageiro* um anúncio a artigos religiosos de Fátima à venda em Leiria (cf. OM 593ss; DCF IV 4, 386ss). Não há mais qualquer referência, nem das correspondências que com certeza eram recebidas, sobre as várias peregrinações.

Na edição de 21 de Maio, aparece um artigo sobre a peregrinação desse mês. A linguagem utilizada é fria e distante, totalmente diferente da usada nos relatos que se faziam desde 1922. O padre Lacerda esteve no local:

¹⁴¹ Ver: Anexo 14, onde, dado o interesse desta carta, se transcreve integralmente.

¹⁴² DCF IV 4, 353.

¹⁴³ FISHER, Luiz, Fátima à luz da auctoridade eclesiástica, Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1932, 50.

“A permanência na Cova da Iria durante três horas aguardando um carro que nos devia transportar a Leiria, obrigou-nos a ouvir queixas, a assistir a protestos contra Leiria, que nos envergonharam e que averiguámos serem justificados”.

Mas o relato nada diz do ambiente, nem das celebrações, nem sequer da opinião pessoal do autor sobre o que viu: “ouvimos calcular em cem mil, até mesmo 200 mil o número de devotos”. Após breve introdução, o grosso do texto, bastante longo, é dedicado à análise da ordenação do trânsito no local e ao mau estado das vias de acesso a partir de Leiria, bem como da exploração aos peregrinos que continua a ser feita na cidade. Falando desse assunto, o padre Lacerda deixa transparecer um pouco do seu actual estado de alma:

“Com toda a boa vontade, que sempre pomos em trabalhar pelo progresso moral e material de Leiria, temos envidado todos os esforços para que a cidade ocupe o lugar que lhe pertence no fácil acesso ao local, que maior número de pessoas atrai em Portugal nos tempos presentes. Desejávamos que Leiria fôsse para Fátima o que Pau e Toulouse fôram e são para Lourdes e, por isto mesmo, que a cidade fôsse nos seus hotéis, nos seus habitantes, nos seus atractivos e comodidades o mesmo que são aquelas cidades. Combatemos aqui nestas colunas à *outrance*, sem desfalecimentos, actos e garotices; sem nos limitarmos a uma lamentação pelo que acontecia, procuramos remediar o mal e alguma coisa conseguimos. Motivos, que não vale a pena expôr, arrefeceram a nossa atitude. O nosso trabalho ou era incompreendido ou era desvirtuado, mas temos a consciência segura que remediando certos defeitos, evitando certas explorações, alguma coisa fizemos e atenuámos em muito a campanha de descrédito que por toda a parte lavrava contra os hotéis, contra os meios de transporte pelo seu excessivo preço e até pela falta de boa educação havida contra muitos peregrinos que se dirigiam à Fátima, transitando por Leiria.”

Embora “arrefecido”, o seu espírito combativo continua vivo e não deixa de dizer que

“o que se passou na romaria do dia 13, veio demonstrar-nos a reincidência em factos a que urge pôr termo, dando-lhe um curativo radical. É necessário terminar a ignobil exploração e a falta de atenção que há por muitos dos que se dirigem à Fátima”.

E deixa de novo a sugestão de que se crie uma “comissão que queira trabalhar” na organização do acolhimento na cidade, lançando o repto à “*Juventude Católica*” e ao “Grupo de Escoteiros”, não sem antes lançar uma farpa, bem ao seu estilo:

“É claro que não vamos apelar para uma entidade que se chama Comissão de Turismo, que nada faz a não ser publicar uns editais muito espalhafatosos e lançar contribuições, que tem arrecadadas sem nada, absolutamente nada fazer” (OM 612, 4; DCF IV 4, 463-465).

Duas semanas depois, a 4 de Junho, faz-se o anúncio da “Benção solene dos Cruzeiros levantados pela piedade dos fieis na estrada do Reguengo à Fátima”, a ocorrer no dia 26 desse mês. Não se refere que a cerimónia será presidida pelo bispo, embora isso fosse, com certeza, do conhecimento do padre Lacerda (cf. OM 614, 1; DCF IV 4, 473).

Na edição de 2 de Julho, uma semana depois da bênção dos cruzeiros, não há qualquer notícia sobre o assunto. Mas publica-se um extenso artigo sobre as dificuldades dos peregrinos em relação ao transporte e alojamento em Leiria, bem como da sua exploração comercial na cidade. O padre Lacerda aproveita para falar da beleza da Batalha, “monumento da nossa arte, da nossa fé e do nosso valor”, e sugere que deveria aproveitar-se esse roteiro turístico: “Chegar a Fátima, indo de Leiria pela Batalha, reúne as duas Crenças – Religião e Patriotismo”¹⁴⁴. Perante a inércia quanto a este assunto, dá o exemplo de “Ceixa” e Torres Novas, onde existem as mesmas dificuldades de alojamento e transportes... “lá vencem-se, em Leiria *chora-se*” (OM 618, 4; DCF IV 4, 492-493).

Finalmente, a 9 de Julho, publica-se a notícia da bênção dos cruzeiros da Via-Sacra, na página 3. Se a localização do texto já é “pobre”, o modo como se desenvolve é ainda mais expressivo da importância que lhe é dada: Em quatro linhas, diz a data e o local; em oito linhas, refere o autor da iniciativa da construção e o apoio do povo no seu pagamento; em catorze linhas, passa a lamentar que as “estações de via-sacra” não sejam como as de Lourdes, com pequenas capelas com figuras, ou “poderiam ao menos êsses cruzeiros ser ladeados por árvores que as ensombrariam, como se vê em tódo o norte de França”; e, no final, em seis linhas, a notícia propriamente dita:

¹⁴⁴ A insistência na defesa deste percurso irá ser uma constante em textos futuros, apresentando argumentos religiosos, patrióticos, turísticos, comerciais e religiosos.

“Á bençã da Via-Sacra assistiram muitas pessoas, que fizeram o trajecto a pé em companhia do senhor Bispo de Leiria, que pela primeira vez presidiu a uma cerimónia religiosa na Cova da Iria” (OM 619, 3; DCF IV 4, 494).

Estava assim dada em *O Mensageiro* a importante notícia da primeira peregrinação e celebração presididas pelo bispo de Leiria no local das aparições.

2.4 – “Dignas de crédito”, mais de três anos antes de o serem

Por esta altura, continuava a tardar a conclusão do processo da Comissão Canónica Diocesana. E só três anos depois, a 13 de Outubro de 1930, seria publicado o decreto a declarar “dignas de crédito as visões das crianças na Cova da Iria, frèguesia de Fátima, desta Diocese, nos dias 13 de maio a outubro de 1917” e a “permitir oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima”¹⁴⁵.

No entanto, seria já do domínio público a opinião do prelado sobre o assunto. Até porque não iriam ser em vão os investimentos já mandados fazer por D. José, como a compra de terrenos, as obras em volta da nascente, os primeiros projectos para a construção de um hospital e de um grande templo¹⁴⁶.

Mais uma prova seria a carta enviada pelo padre Manuel Pereira da Silva ao amigo padre Formigão, a 21 de Maio de 1927. Comentava que tinha dito ao bispo que “ás claras ou ás occultas, deve ir a Fatima em Outubro” e que ele, “creio que por brincadeira”, respondeu: “A culpa de eu não ir é vossa que não trataes do processo”. E depois deixa o comentário que revela o verdadeiro ponto da situação: “Estava mesmo a calhar que em outubro, o 10º

¹⁴⁵ “Carta Pastoral sobre o Culto de Nossa Senhora da Fátima «A Providência Divina»” (cf. DCF II, 263-276.)

¹⁴⁶ O historiador José Barreto defende também esta posição, com estes e outros argumentos, num aprofundado ensaio sobre as aparições (cf. J. BARRETO, *Religião e sociedade: dois ensaios*, Colecção Análise Social, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002, 15-117).

aniversario da ultima aparição elle já lá pudesse ir, visto estar o decreto concluido e dada a sentença”¹⁴⁷.

Dizer que o decreto estava concluído deverá ser força de expressão, embora não seja de afastar a hipótese de o bispo o ter já “alinhavado”. O certo é que D. José acabou por presidir na Cova da Iria antes desse mês de Outubro, como referimos na notícia da bênção dos cruzeiros, a 26 de Junho. E, a 13 de Julho de 1927, publicava-se na *Voz da Fátima* o decreto em que D. José criava “uma Capelania permanente no Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima”, sendo nomeado capelão o padre Manuel de Sousa¹⁴⁸.

Também muito antes da publicação do decreto de 1930, iria ser benzida a primeira pedra da que se chamou de imediato “Basílica” do Santuário, a 13 de Maio de 1928¹⁴⁹.

O que nos parece evidente é que o padre Lacerda seria dos mais impacientes com a demora na finalização do relatório e na tomada de decisão episcopal. Certo é que *O Mensageiro* não falou da criação da capelania, como não viria a falar da peregrinação de 13 de Outubro de 1927, a primeira “oficializada” pela presença de dois bispos, de Leiria e de Beja, e cuja grandiosidade foi espalhada em várias imprensa da época¹⁵⁰.

Não contando com a publicação de uma extensa carta de um miraculado¹⁵¹, em Março de 1928 (cf. OM 653, 1 e 8; DCF V 1, 255-260), podemos dizer que, depois da contenda com o bispo, a primeira notícia de relevo de *O Mensageiro* sobre Fátima – a lembrar as de outros tempos – foi sobre a peregrinação de 13 de Maio de 1928, na edição de 19 desse mês (cf. OM 663, 1-2; DCF V 1, 433-439).

Ao longo desse ano, voltaria a referir-se a Fátima por ocasião das peregrinações, sobretudo, publicando testemunhos e correspondências, mas dando sempre maiores destaques aos assuntos relacionados com acessibilidades, vias de comunicação e percursos turísticos.

¹⁴⁷ DCF IV 4, 462.

¹⁴⁸ Cf. DCF V 1, 31. Este padre nasceu a 1 de Fevereiro de 1899 e foi ordenado a 27 de Junho de 1924. Foi capelão deste Santuário até 1937.

¹⁴⁹ Cf. DCF V 1, 390-391.

¹⁵⁰ Cf. DCF V 1, 91-136.

¹⁵¹ Datada de 2 de Dezembro de 1927 e já publicada na *Voz da Fátima* de 13-01-1928 (cf. DCF V 1, 255).

III – Leitura histórico-teológica das aparições em *O Mensageiro*

1. Núcleos temáticos

Após a descrição do percurso noticioso traçado por *O Mensageiro* sobre as aparições nesta primeira década, fazemos agora uma tentativa de cruzamento desta temática com outras que foram abordadas pelo jornal no mesmo período, sobretudo aquelas que identificámos como distintivas da sua política editorial.

1.1 – A Restauração da Diocese, antes e depois

Não podíamos deixar de começar por olhar para aquela que foi a causa fundadora de *O Mensageiro* e, pelos menos em princípio, a sua mais importante luta: a restauração do bispado de Leiria.

À partida, seria de esperar que um acontecimento com as características das aparições fosse aproveitado como argumento para potenciar esta causa, antes de Fevereiro de 1918, para insistir na necessidade de nomeação de um bispo, antes de Abril de 1920, ou para sublinhar a alegria de estar reposto o regular funcionamento das instituições diocesanas, depois de Agosto desse ano. A “visita” do sobrenatural – ainda que em hipótese – poderia ser usada para destacar a “eleição” deste território no panorama do religioso em Portugal e tornar ainda mais evidente a justiça da restauração da diocese leiriense.

Ainda que não se quisesse entrar nesse terreno perigoso de ligação a acontecimentos cuja veracidade estava por provar, o simples facto de terem espoletado uma enorme adesão

popular e uma crescente movimentação de massas, com grandiosas manifestações públicas de fé, como procissões, peregrinações e multidões em oração, poderia ser facilmente apontado como indicador de uma população muito crente e religiosa, prova de que merecia um bispo que a conduzisse e acompanhasse mais de perto. Essa era uma realidade palpável, mensurável, publicamente conhecida e, independentemente de serem ou não verídicas as aparições, era sinal de uma religiosidade activa e assumida sem receios, ao ponto de enfrentar as proibições da autoridade civil e as normas emanadas pela Lei da Separação.

O facto é que, curiosamente, durante toda a década em análise, não encontramos qualquer cruzamento entre estas duas temáticas: nem nos textos sobre a situação da diocese, antes e depois da restauração, se descobre qualquer referência ao tema de Fátima; nem nos artigos sobre as aparições e as peregrinações se refere, alguma vez, ainda que indirectamente, a situação do bispado extinto ou recuperado.

Um cruzamento que poderá ter motivado este “desencontro” temático é o dos “silêncios”. Recorde-se que, entre o início de 1915 e Fevereiro de 1918, *O Mensageiro* adoptou uma postura várias vezes assumida de espera confiante na decisão da Santa Sé quanto à restauração do bispado¹⁵². Assim, quando se dão as aparições e surgem as primeiras notícias e a publicação das entrevistas, no segundo semestre de 1917, o jornal praticamente não falava naquele outro assunto. Pelo contrário, no mês anterior à notícia de que a Diocese tinha sido restaurada, a 28 de Fevereiro de 1918, *O Mensageiro* tinha assumido a postura de silêncio quanto ao assunto de Fátima, precisamente com o mesmo argumento de esperar uma decisão da autoridade eclesiástica¹⁵³. Irá manter-se coerente nessa posição até Maio de 1922, passando, portanto, todo o período de espera pela nomeação do novo bispo, desde Fevereiro de 1918 até Abril de 1920, e o decurso dos dois primeiros anos do bispado de D. José Correia da Silva.

¹⁵² Cf. Capítulo I, 2.2.4.

¹⁵³ Cf. Capítulo II, 2.1.

A publicação da “Provisão sobre os acontecimentos de Fátima”, em Maio de 1922, marcou o regresso do interesse de *O Mensageiro* pelo assunto, mas aí já o tema do bispado estava resolvido e com dois anos de história construída. Ainda assim, não seria de estranhar alguma referência de ligação entre as duas temáticas, sobretudo quando começa a assumir-se Fátima como local de peregrinações nacionais regulares e se antevia já como certa a declaração da veracidade das aparições. Era um contributo considerável para a valorização da diocese e, fazendo a retrospectiva histórica, poderia apontar-se o que acima referimos para sublinhar a justiça da sua restauração. Tal não aconteceu.

Aqui, há que lembrar os distanciamentos que verificámos existirem entre o padre Lacerda – e, portanto, *O Mensageiro* – e a autoridade eclesiástica, quer em relação à forma como se desenrolou o processo de restauração hierárquica do bispado, quer em relação às opções do bispo e da Comissão Diocesana para o processo de Fátima. Como vimos, em várias ocasiões foi notório o confronto de opiniões, chegando mesmo ao ponto de conflito aberto entre o padre Lacerda e o prelado. Poderemos supor que essas discordâncias terão desmotivado alguma efusão noticiosa sobre esses assuntos, sobretudo ao ponto de os juntar em mútua justificação ou “celebração”.

Por outras palavras, o padre Lacerda nunca “festejou” plenamente a vitória das causas que defendeu, nomeadamente, estas da restauração do bispado e da declaração das aparições como dignas de fé, uma vez que o seu desenvolvimento e desfecho não terá corrido a seu contento. Apesar de as comemorar com grandes títulos no seu jornal, rapidamente se foi posicionando como observador externo, mais como crítico, do que como parceiro da sua construção nos moldes em que decorria.

1.2 – A questão política e a revitalização do catolicismo português

Passando a uma temática mais vasta do que a da restauração da diocese, mas, de alguma forma, a ela ligada, vejamos como *O Mensageiro* aborda a questão da política nacional e da necessidade de revitalização do catolicismo perante as perseguições da República à Igreja. O objectivo será, mais uma vez, perceber até que ponto o tema das aparições foi ou não usado nessa abordagem.

Como vimos na anterior contextualização histórica, *O Mensageiro* surge na época conturbada dos primeiros anos da República e – à imagem dos padres Lacerda e Jupero e de outros colaboradores – publica sem medo das palavras uma acesa crítica às acções e opções políticas dos governos vigentes. Paralelamente, tal como refere o seu “programa” inicial, assume como linha editorial principal a “defesa dos interesses dos catolicos”¹⁵⁴. Estas duas temáticas surgem, muitas vezes, ligadas entre si.

Na edição de 18 de Novembro de 1914, no contundente texto “O dever presente”, Jupero referia que a culpa do “grave momento presente” era da inoperância dos católicos, “sobretudo do clero, a começar do *alto*, das classes conservadoras, dos que tiveram a elevada missão de dirigir a *coisa publica*”. E recuava na construção da história ao “enervante sistema concordatario”, em que a Igreja “nunca pôde desenvolver a sua acção social e civilisadora, mercê de entraves varios dos poderes publicos eivados de regalismo e espirito maçonico”. Jupero acusava: “O clero dormiu numa quietude criminosa e apática, julgando que nunca seria *acordado* e interrompida a sua digestão tarda e demorada por quantiosos repastos”. Essa foi a situação que permitira a vitória dos “inimigos de Deus e da Tradição”. O dever agora era

“estudar metódicamente, dentro da ordem e da legalidade, os meios de obviar a esta *debacle* [...]; estreitar a união entre a legião dos crentes [...]; fundar obras sociais [...]; afervorar o espirito de proselytismo [...]; desenvolver a imprensa catholica e introduzil-a nas massas populares sedentas de verdade [...]; exigir em nome do direito a mais ampla liberdade do

¹⁵⁴ Cf. Capítulo I, 2.2.4.

culto externo, canalizando o povo cristão para os mais celebres sanctuarios, como Nazareth, Milagres, Sameiro, etc., levantando o espirito dos crentes com solemnidades imponentes; fundar a obra dos congressos catholicos [...]; arregimentar no estudo e defêsa da boa Causa a mocidade, dando effectivação ás *Juventudes Catholicas* [...]; numa palavra, *christianisar a sociedade*”.

Mas o que continuava a ver-se era “inacção, desanimo, desorientação, falta de *palavra de ordem*”. Jupero concluía:

“Ha quatro annos que contemplamos aterrados e inactivos ao nosso campo juncado de destroços [...]. Esta attitude espectante e anonima é vergonhosa e indigna de christãos; esta apathia enervante desmoraliza e faz augmentar a gangrena de que soffre o corpo social; *isto não é paz*, é podridão, não é repouso, é putrefacção, não é harmonia, é ociosidade sob o ouropel de feméntidas transigencias” (OM 7, 1).

Na semana seguinte, outro texto semelhante, em que volta a referir a culpa da apatia dos católicos e apela à sua união: “sabemos que se estão estudando as bases em que ha de assentar a *acção catholica*, que deve attender a todos os aspectos do problema religioso” (OM 8, 1).

Parecendo em contradição, duas semanas depois, a “Nota política” de Jupero dá conta da iminente queda do gabinete de Bernardino Machado e elogia o “grande Arcebispo da Guarda, que hoje e ha muito é o orgulho dos catholicos portuguezes” e ainda “os parochos portuguezes, que pelo seu desinteresse, firmeza de character, e união de classe forão *talvez* o exemplo unico de vitalidade e energia n’esta sociedade dessorada e em via de mortal corrupção” (OM 10, 1). Pelos vistos, havia excepções.

A 13 de Janeiro de 1915, no extenso artigo “Defendamos a Patria!”, o mesmo autor volta a traçar o retrato negro em que se encontra o País e a apelar à união dos católicos:

“É urgente iniciar a nossa organização politico-religiosa com methodo e perseverança, com tenacidade e afinco, dando effectivação á aspiração geral de *salvar a Patria*, o mandamento maximo do dever civico. [...] O direito de associação religiosa, a liberdade de ensino e de culto e a restituição dos bens de que foi espoliada a Egreja e as congregações são pontos essenciaes do programma catholico que só terá realisação quando nos convencermos que o inimigo tripudia e nos ataca, porque conhece a nossa falta de cohesão” (OM 15, 1).

O tema da reacção será depois recorrente, com apelos à união dos católicos, com acusações ao imobilismo, com louvores a quem reage. Exemplos dados também do exterior, como, na edição de 3 de Fevereiro de 1915, sobre as relações diplomáticas e o envio de representantes ao Vaticano por parte de países como a “protestante Inglaterra”, a “progressiva e livre democracia” dos Estados Unidos, a Turquia, “terra oficial do Islamismo”, a Sérvia, a Holanda, o Japão e – “ah! livre-pensadeiros lusos estremecei” – até a França. Comenta, depois, em tom irónico:

“Pobre França, prestes a cair nas garras aduncas dos *jasuitas!* [sic] Está o mundo doido, não ha que vêr! O derradeiro reducto da liberdade mais da civilização é a *nossa querida* republica mais o *nosso grande* Afonso Costa!” (OM 18, 2).

Em relação às cultuais, por exemplo, surgem diversas referências, sempre no sentido de afirmar a sua inexistência na região. Apontam-se alguns exemplos de republicanos que as constituíram à margem da Igreja, “arvorando-se” em padres e bispos e ridicularizando os actos sacramentais, mas não na região de Leiria. Louva-se a atitude dos católicos que não as quiseram formar, mantendo-se fiéis aos seus pastores (cf. OM 22, 2).

Interessante é o rebate da acusação de intolerância à Igreja, por não fazer o funeral religioso a alguém que está apenas casado pelo civil. Na edição de 10 de Março de 1915, aparece um desses casos, em que se explica que, se a separação confere ao Estado o direito de reconhecer o casamento apenas aos que o registarem civilmente, compete também à Igreja apenas reconhecer os casados pelo sacramento do matrimónio (cf. OM 23, 2).

Na edição de 5 de Maio de 1915, publica-se em primeira página o comunicado de constituição do Centro Católico Português, com o objectivo de “organisar os católicos no terreno político e social, em ordem a que as leis, instituições politicas e sociais sejam informadas pelos principios cristãos”. As duas primeiras linhas de acção são: “1.º - *O restabelecimento das relações com a Santa Sé;* 2.º - *As liberdades da Egreja: - de culto, ensino e associação*” (OM 31, 1).

Na edição seguinte, um grande destaque a toda a largura da primeira página é dado ao convite aos “catolicos do districto de Leiria”, em que se diz:

“É necessaria a nossa organização! É indispensavel a nossa união! Apoiemos o movimento que se opera actualmente em Portugal. Pessoalmente ou por representação todos devemos manifestar o nosso apoio ao CENTRO. Monarquicos ou republicanos, todos devemos pugnar pela defeza da liberdade religiosa. Inscrevamos o nosso nome no CENTRO CATOLICO DO DISTRICTO DE LEIRIA e cumpriremos um dever!” (OM 32, 1).

Um exemplo de reacção em primeira pessoa: em 11 de Junho de 1915, de novo a toda a largura de primeira página, o director de *O Mensageiro* anuncia-se como candidato do Centro Católico às eleições, pelo círculo de Leiria, informando que “votar, sendo-se católico, num deputado que o não seja é um crime porque é votar num inimigo da sua religião” (OM 36, 1).

Na edição seguinte, a manchete: “O candidato catolico [...] obteve 1:124 votos!”. Tinha ficado em quarto, entre cinco candidatos. No rescaldo, agradece aos que não tiveram medo e acusa de traição os outros, entre os quais o colega padre Carvalho¹⁵⁵, apontando também “inumeras falcatruas” que se registaram nas mesas de voto (cf. OM 37, 1).

O tema do “movimento católico”, em nome da luta pela liberdade religiosa, de associação e de ensino, irá ser permanente durante os dois primeiros anos, com campanhas acérrimas pela constituição de centros católicos locais, pela formação da juventude católica, pelo voto nos candidatos católicos e outras do género. A cada semana, vão-se enumerando os centros constituídos pelo País. A 10 de Novembro de 1915, noticia-se o nascimento do Centro Católico de Vila Nova de Ourém, apontado com “um exemplo de civismo” a imitar pelos concelhos vizinhos (cf. OM 58, 1). A 26 de Janeiro de 1916, refere-se a constituição da comissão instaladora para o Centro de Leiria (cf. OM 69, 1) e, a 16 de Fevereiro seguinte, da comissão provisória (cf. OM 72, 1), que começa a reunir e a expandir a sua acção nos centros paroquiais que se vão formando.

¹⁵⁵ Ver nota 58.

Mas, mais uma vez, o processo começa a sair do raio de influência do padre Lacerda. O primeiro aviso surge em Outubro de 1916, com divisões no seio da comissão, onde se incluía o nome do padre Carvalho, seu rival político (cf. OM 107, 1). Acaba-se aí o ritmo semanal do assunto. Precisamente em 16 de Maio de 1917, *O Mensageiro* lamenta o “afrouxamento” da causa, apontando as culpas “á demagogia e á hypocrisia” do evolucionismo:... “e ha sacerdotes que teem a desvergonha criminosa de auxiliar esta tribu ridicula, inimiga de Deus e da Patria!” (OM 137, 1). Era um recado ao padre Carvalho, presidente do Centro Católico Concelhio, que é directamente mencionado, em Agosto de 1917, com um pedido de “sinceridade e rectas intenções”, sem “mesquinho partidatismo” nem “intuitos personalistas”, afirmando-se que “Igreja e Republica, *em Portugal*, são incompatíveis” (OM 151, 1). Não é aqui o local para construir a história que se seguiu, mas ela imagina-se facilmente. A opinião do padre Lacerda fica bem expressa, por exemplo, na edição de 22 de Abril de 1922:

“Temos afirmado não haver em Leiria Centro Católico. É a pura verdade. Se é pelos frutos que se conhecem as árvores, o c. c. de Leiria não deu até hoje fruto algum católico. O que tem feito é tentado dividir os católicos” (OM 371, 1).

Em resumo, a postura de activismo e crítica política será uma imagem de marca constante de *O Mensageiro*¹⁵⁶. Não escondendo a sua preferência monárquica, traça uma linha de ataque permanente às opções políticas da República, apontando o dedo, sobretudo, à perseguição feita à Igreja, mas também ao desgoverno das instituições, às censuras à imprensa, à pobreza em que vive a maioria da população, à falta de assistência religiosa aos soldados portugueses enviados para cenários de guerra, etc. E mantém o mesmo dedo

¹⁵⁶ Atrévemo-nos a dizer que o será sempre, pelo menos até ao final do século XX. Durante a vida do padre Lacerda, até 1971, o jornal sempre foi o espelho do seu espírito lutador e algo rebelde, chegando à cisão completa da hierarquia em relação ao jornal, levada ao extremo com a criação do jornal diocesano *A Voz do Domingo*, a 19 de Março de 1933. Uns mais, outros menos, os directores que se seguiram mantiveram a linha combativa regionalista de *O Mensageiro*, em claro conflito com a publicação “oficial” da Diocese, apesar da propriedade ter passado para o próprio Seminário Diocesano, na execução testamentária do fundador. Uma vez acusado de pactuar com o regime, outras apontado como “metediço” em assuntos que não competiam a uma publicação da Igreja, a verdade é que a sua escrita social e política foi, em algumas épocas, mais intensa do que a religiosa. Só no início do século XXI essa linha editorial foi definitivamente abandonada, procurando que a modernização do jornal o levasse a cumprir o papel de um verdadeiro jornal diocesano, como alternativa preferível a *A Voz do Domingo*, na perspectiva que começava a desenhar-se de vir a ser extinto um deles, ou ambos...

apontado aos que, dentro da Igreja, acreditavam na redenção da República e alinhavam com o regime¹⁵⁷.

Quanto às aparições, mais uma vez, o cruzamento de silêncios. Como se disse, o período de defesa acérrima dos Centros Católicos foi até finais de 1916, arrefecendo muito a partir daí. As aparições ocorrem em 1917, quando a acção do Centro de Leiria não correspondia ao que o padre Lacerda desejava. E vimos qual era a sua opinião sobre o Centro, precisamente uma semana antes da publicação da Provisão do bispo sobre Fátima, em Maio de 1922, a partir da qual irá nascer o interesse renovado de *O Mensageiro* pelo tema de Fátima. Os dois assuntos, não irão, por isso, cruzar-se.

Mas há, sobretudo depois de meados de 1922, um outro tipo de aproveitamento das aparições para apontar à causa do revigoração do catolicismo e da união dos católicos: o próprio movimento religioso que se verifica na Cova da Iria.

Como jornal de tendência monárquica e de defesa intransigente do que considerava serem os interesses dos católicos, não será de estranhar que o nome de *O Mensageiro* venha à baila no relatório que o administrador do concelho de Vila Nova de Ourém envia ao Governador Civil de Santarém, em 31 de Outubro de 1924, em que defende a tese da “construção” clerical da história de Fátima, acusando-o de ser um dos que “tocaram a rebate” logo após a aparição de Julho. Já vimos como esta afirmação não tem fundamento, já que *O Mensageiro* por esta altura se limitava a transcrever notícias de outros jornais e a deixar no ar a dúvida sobre a sua veracidade. Apesar de, após a publicação das entrevistas, em Novembro de 1917, transparecer uma inclinação para a sobrenaturalidade dos acontecimentos, o silêncio dos anos seguintes é bem a prova da pouca consistência na acusação de que este jornal tinha contribuído para uma “fabricação” do assunto.

¹⁵⁷ Como vimos, os adversários que conquistou – entre o próprio clero leiriense – deveram-se, pelo menos em parte, a esse discurso e posição política assumida. Não só porque outros padres da “elite”, nomeadamente, os que acabaram por formar o círculo de proximidade e influência junto do bispo, tinham outras preferências políticas, mas também porque esta afirmação pública das suas convicções incomodava a hierarquia e condicionava a sua relação com as autoridades civis.

No entanto, tendo em conta a data tardia deste relatório, é óbvio que estava bem presente na memória do administrador o papel que *O Mensageiro* teve na divulgação das peregrinações, após 1922. E o facto é que, por essa altura e nos anos seguintes, os seus textos referem, em títulos garrafais e cheios de exclamações, que as peregrinações são “imponentes” e “grandiosas” manifestações de fé. À medida que o tempo avança, a própria descrição do ambiente local começa a destacar o facto de virem pessoas de todas as classes, de este movimento ser uma prova do revigoração da religiosidade dos fiéis e de muitas pessoas se converterem só pelo facto de presenciarem as celebrações, as curas e o próprio ambiente de fé na Cova da Iria¹⁵⁸.

É sobretudo através dessa linguagem que *O Mensageiro* vai dando relevo à força do catolicismo e da religiosidade popular em Portugal, referindo algumas vezes a circunstância de tal ocorrer mesmo quando a autoridade eclesiástica não o incentiva.

A propósito da peregrinação de 13 de Maio 1926, por exemplo, no relato de página inteira intitulado “Peregrinação Nacional à Fátima”, resume-se em cabeçalho: “Imponente manifestação de Fé – Portugal aos pés da Virgem – Vitalidade católica – Um sermão – Significativa homenagem da aviação nacional. Um milagre? – Notas várias”.

Neste “9º aniversário da primeira aparição miraculosa”, o cenário de “Paraizo” oferecido pelas multidões na vigília nocturna “faz lembrar os tempos primitivos da Igreja”, afirma *O Mensageiro*. E completa o argumento:

“Renascem neste seculo de revolta e dissolução as tradições venerandas dos tempos aureos do cristianismo, e, o que é mais, espontaneamente, por intuição piedosa, por instinto luminoso da Fé! Verdadeiramente reconfortante este maravilhoso renascimento de vitalidade cristã, nos mais puros moldes da tradição histórica”.

Esta visão do revigoração do catolicismo ganha ainda mais significado por se dar numa

¹⁵⁸ Cf. L. TORRAL, *As «Aparições de Fátima»: imagens e representações (1917-1939)*, Temas & Debates, Lisboa, 2002, 147-174.

“terra duplamente santificada, por nela, de joelhos, nas vésperas de Aljubarrota, o Herói e Santo Nacional [o Condestável D. Nuno], ter invocado o auxílio do Ceu, para o formidável cometimento da libertação da Patria, segundo é pia crença” (OM 562, 4).

Como vimos, é também por esta altura que o padre Lacerda entra em ruptura com o bispo de Leiria quanto à publicitação de Fátima, e a sua pena vai escrever, sobretudo, sobre as condições logísticas do local e a sua relação com o desenvolvimento turístico da região.

1.3 – A I Grande Guerra

O tema da I Guerra Mundial não aparece no “programa” editorial de *O Mensageiro*, mas é, curiosamente, sobre esse tema o maior texto da sua primeira edição, ocupando três colunas inteiras nas páginas interiores, quando nenhum dos outros vai muito além de uma coluna. “Não se fala noutra cousa em todo o mundo”, começa assim o extenso artigo sobre o conflito que tinha começado em Julho desse ano. O autor, assinando “Eu”, dá conta do ambiente que se vive nos países atingidos, dos milhares de mortos e feridos que se registam, de “não sermos por uns nem por outros”, porque “favores alguns devemos a qualquer das potencias em litigio”, dos “atos heroicos” de padres e religiosas na frente de batalha, da “vergonha” que é ver os governantes republicanos franceses a fugir cobardemente, “acompanhados das mundanas de Paris”, quando os reis dos países vizinhos comandam os seus exércitos e dão o corpo às balas, e de outras notícias “contraditórias” e “forjadas” que vão sendo divulgadas pelas agências Wolf (alemã), Reuter ou Havas (francesas) (cf. OM 1, 2-3).

Na edição seguinte, mais duas colunas dão conta dos avanços alemães em várias frentes e se dá conta de que “parece que se desistiu de enviar os nossos soldados para França”, afirmando-se que “são dos melhores soldados da Europa”, mas “sem preparação” para este novo tipo de guerra que se travava. “Para a guerra, sim, mas por dever, por compromisso; por

gôsto, não!” , conclui o texto, defendendo que Portugal só deverá entrar no conflito, caso a Inglaterra precise de auxílio e “no-lo diga frontal e abertamente” (OM 2, 2).

Podemos dizer que será o tema mais constante nas edições de *O Mensageiro*, durante todo o tempo em que durou o conflito, com especial enfoque na defesa da constituição de um corpo de capelães militares, uma das causas de vida do padre Lacerda, como já referimos¹⁵⁹.

De facto, logo na terceira edição, de 21 de Outubro de 1914, a rubrica “Em combate” salta para a primeira página, dando conta da iminência do envio de soldados portugueses para o campo de batalha:

“A visita dos vasos de guerra inglês e francês ás aguas do nosso Tejo, feita expressamente para saudar o pavilhão português, vai ser retribuida, enviando para os campos da batalha, que se trava em França e na Belgica, alguns milhares dos nossos soldados”.

Logo aí se fala da necessidade de enviar capelães para a assistência aos militares:

“O nosso soldado é religioso, o nosso soldado é crente; noventa e nove por cento dos nossos oficiais sabem quanto a religião auxilia o soldado no combate e quanto a mesma nos tornou grandes, tão grandes, que até hoje ninguem nos excedeu. No fragor da peleja, ao ouvir sibilar as balas inimigas, por temperamento, por crença, por sentimento religioso, o nosso soldado lembrar-se-ha de Deus, invocará a Deus. Todos os exercitos beligerantes teem em campanha os seus capelães militares e a França, onde como em Portugal, fôra abolido o quadro, foi a pedido dos oficiais e dos soldados creado novamente. E em Portugal? O que faz o governo? De tudo os jornais informam, da côr das fardas e do formato dos barretes, menos do que se refere sóbre este assunto. Que os nossos soldados tenham quem os conforte se por ventura as balas inimigas os ferirem, quem lhes assista nos ultimos momentos se por ventura a morte os vier a colher no campo de batalha e finalmente quem em lingua portugûesa diga aos sobreviventes á beira da sepultura, que a morte do camarada é um novo motivo para levantar mais alto o nome de Portugal” (OM 3, 1).

Recordamos que este será um dos temas mais polémicos, precisamente, aquele que levou o administrador do Concelho a apreender esta edição do jornal e, posteriormente, um

¹⁵⁹ Para um estudo mais aprofundado deste tema, consultar: J. SOUSA, *O cónego José Ferreira de Lacerda: a assistência religiosa na Flandres*, Folheto Edições & Design, Leiria, 2006; J. SANTOS, *José Ferreira de Lacerda: o sacerdote jornalista. A crónica sobre a Grande Guerra no jornalismo leiriense*, dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Camponez e a co-orientação do Professor Doutor Saul Gomes, 2011.

dos mais cortados pelo lápis da censura. Mas nunca o director de *O Mensageiro* se deixou intimidar, escolhendo as palavras mais duras para acusar o atraso do Governo em restaurar o quadro de capelães e legislar sobre a sua incorporação numa possível expedição. E era conseqüente com as palavras, ao ponto de logo se oferecer para a lista de voluntários. Viria mesmo a ser dos primeiros a rumar à Flandres como capelão militar.

Quando, a 9 de Março de 1916, a Alemanha declara guerra a Portugal – já andavam há meses os portugueses em guerra em Moçambique –, a questão ainda se mantinha. Na edição de 3 de Maio desse ano, por exemplo, refere-se que todas as nações em conflito têm capelães militares e se pergunta pela demora do Governo português em “deliberar e restabelecer o quadro” dos capelães: “Porque espera?” (OM 83, 1).

Duas semanas depois, as colunas do texto intitulado “Capelães militares”, em primeira página, aparecem com enormes espaços em branco, cortados pela censura¹⁶⁰ (cf. OM 85, 1).

Curiosamente, entre os soldados mobilizados que esperavam pela ordem de marcha, encontravam-se vários padres, como dá conta uma notícia sobre o aquartelamento de seis sacerdotes na Infantaria 14 de Viseu (cf. OM 88, 2).

Em 21 de Junho de 1916, outro texto lembra uma promessa do ministro da Guerra para o envio de capelães, mas que “não foi efectivada por imposição da maçonaria”. A talho de foice, refere-se que

“não contente com a lei de separação, a maçonaria continua manobrando na sombra e agora já nem as simples festas religiosas quer que sejam permitidas e como os desejos da maçonaria são os actos do governo, dentro em pouco os catolicos portugueses vêr-se-ão na necessidade de construir catacumbas para ali poderem fazer as suas festividades” (OM 90, 1).

Em 5 de Julho do mesmo ano, publica-se uma carta do cardeal Patriarca ao Presidente da República (Bernardino Machado), pedindo o cumprimento da promessa do ministro:

¹⁶⁰ Foi precisamente esta a edição de que encontramos na biblioteca do Seminário Diocesano de Leiria duas versões impressas, uma cortada pela censura e outra com os textos integrais (cf. Nota 75; Ver: Anexos 1 e 2).

“eu, com os meus irmãos no Episcopado portuguez, cujos sentimentos interpreto, nos dirigimos a V. Ex.^a, reconhecendo e bem acentuando a urgencia de se dar satisfação pronta ao compromisso contraído em uma das sessões parlamentares pelo Ex.^{mo} Ministro da Guerra; e nenhum de nós quer fazer a Sua Ex.^a a injuria de supôr que premeteu [sic] para não cumprir” (OM 92, 1).

Só em 24 de Janeiro de 1917 – em cima do embarque das tropas para a guerra – aparece referência à abertura do Governo para o envio de capelães militares, mas aceitando-os apenas como voluntários, sem soldo e “apenas dá a um capelão por regimento transporte, alojamento e refeição”. Iniciou-se, então, pelo País uma campanha de angariação de fundos para as alfaias litúrgicas e a sustentação dos capelães voluntários, a que *O Mensageiro* desde logo se associou (cf. OM 121, 1).

Em 28 de Fevereiro, surge a notícia dos primeiros padres voluntários a seguirem para a guerra (cf. OM 126, 1). A 2 de Maio, depois de já estarem em França dez sacerdotes do quadro de quinze autorizado pelo Governo, parte para a frente de batalha o próprio director de *O Mensageiro*, que, segundo Jupero, foi o primeiro a lançar a causa e a apresentar de imediato a sua inscrição como voluntário (cf. OM 136, 2).

A partir do jornal de 9 de Maio, o padre Lacerda inicia a rubrica “Cronicas da guerra”, alternando por vezes o título com “Em campanha”, que serão dos documentos mais valiosos, transcritos em vários jornais pelo País, sobre o que se passava no “*front*” (cf. OM 136ss). As primeiras crónicas são o relato pormenorizado – e muito pitoresco – da sua viagem através de Portugal, Espanha e França¹⁶¹, passando pela “gruta de Lourdes”, que encontra repleta de soldados feridos, em oração a Nossa Senhora (cf. OM 139, 1). Chega a Paris a 7 de Maio (cf. OM 140, 1), passa por Bolonha, Calais, S. Omer e Aire-Sur-La-Lys, e, a 13 de Maio de 1917,

¹⁶¹ Portugal é um atraso, mas com bonitas paisagens, Espanha é um “deserto”, onde tudo é desinteressante, feio e antipático, França é um “paraizo em vegetação e clima”, com gentes crentes e hospitaleiras.

data da primeira aparição de Fátima, chega a Teroane, onde celebra a sua primeira Missa em plena frente de batalha¹⁶².

Podemos afirmar, tal como fizemos em relação ao “programa” de *O Mensageiro*, que a guerra também não é o tema principal da mensagem das aparições. Mas, tal como acontece nas páginas do jornal, também na Cova da Iria o assunto da guerra vai surgir desde o primeiro momento e marcar permanentemente o discurso dos pequenos videntes e, sobretudo, as conversas e motivações dos peregrinos.

O ambiente que se vivia no local, como em todo o País, era de sofrimento pela partida de muitos soldados para a França e outros destinos em conflito, de onde vinham constantes notícias de mortos e feridos, para além do facto de o estado de guerra ter vindo agravar a miséria e a fome que grassavam na época. Raros seriam os círculos familiares que não tivessem visto partir um dos seus membros para os campos de batalha. Só na freguesia de Fátima, foram 32 os soldados mobilizados, um deles irmão da vidente Jacinta, mobilizado para Cabo Verde, e um outro natural de Aljustrel, para França¹⁶³. O fim da guerra era, portanto, um dos maiores desejos da população e estaria no topo das intenções na oração dos crentes.

Por outro lado, seria inevitável que o assunto fosse referido a propósito de uma aparição de Nossa Senhora, sendo ela a principal medianeira das invocações religiosas do povo. Já vimos como a oração do terço era das mais populares, sendo hábito diário em muitos lares portugueses¹⁶⁴. A piedade mariana sempre teve uma forte implantação em Portugal, sendo os meses de Maio – mês de Maria – e de Outubro – mês do Rosário – especialmente importantes para a sua manifestação.

A este propósito, o padre Lacerda publica na rubrica “Em campanha” do jornal de 20 de Junho de 1917 uma curiosa missiva ao pároco da Marinha Grande, onde dá conta da

¹⁶² Para uma cronologia fidedigna de todo o tempo em que o padre Lacerda prestou o serviço de capelão militar na França, entre 2 de Maio e 17 de Setembro de 1917, é precioso o seu diário manuscrito de “Notas de Viagem”. Encontra-se publicado em J. SOUSA, *O Cónego José Ferreira de Lacerda*, 62-80.

¹⁶³ Cf. J. NEVES, *A Fátima dos Inícios do Século XX*, 293.

¹⁶⁴ Cf. I, 1.3.

celebração do mês mariano na Flandres. Está datada de 7 de Junho de 1917, menos de um mês depois da primeira aparição e quase dois meses antes de surgir em *O Mensageiro* o primeiro texto sobre a “aparição miraculosa”, pelo que, em França, desconhecia, com toda a certeza, o que se passara na Cova da Iria a 13 de Maio. Começa por recordar saudosamente que

“não ha, para os portuguezes, mez mais bélo que o de Maio [...] as flôres mais lindas são ofertadas á nossa Mãe do Céu e todas as Igrejas, ostentam, durante o mez das rosas no seu lugar d’honra, a sua Imagem, onde vão ajoelhar, apresentando suas maguas, desabafando seus corações, entoando seus hinos, os povos das nossas aldeias, das nossas vilas e das nossas cidades”.

Depois, passa a relatar que também em França isso acontece e, nem no meio do conflito, os portugueses perdem essa tradição. Embora a igreja – oculta o local donde escreve – esteja destruída pelos ataques dos alemães, “a Imagem da Virgem está exposta num vasto salão que outr’ora foi teatro” e em que “assisti, durante quasi todo o mez de Maio, á devoção á Mãe de Deus e dos homens”. Pela sua riqueza, vale a pena a transcrição:

“Todas as tardes bandos de creanças e muitos devotos acorriam para a Igreja. Os nossos soldados, embora houvesse para eles o terço e meditação, antes da benção, enchiam o recinto paroquial e várias vezes lhes tive de pedir para que, ou saíssem ou se conservassem de pé. Recitava-se o terço, lia-se a meditação e apoz o cantico de alguns psalmos, as creanças elevavam ao céu as suas vozes argentinas nos canticos mais entusiasticos e alegres. *Sauvez, sauvez la France!* exclamavam elas, chamando o auxilio divino para as desgraças da Patria. Mas, não julgues que só aqui se realisava a devoção do mez de Maria! Nas trincheiras, na primeira linha, onde os olhos se cançam a vêr se descobrem no periscopio o vulto dum alemão, os nossos soldados ou joelhados nas trincheiras ou dentro dos abrigos recitavam diariamente o terço. Num dos abrigos das peças de artilharia, fui eu encontrar um altar, ornado de flôres, no chão um pequenino jardim e sôbre o altar um busto da Virgem das Dôres que os nossos soldados tinham encontrado num campo. Meu amigo, se o mez de Maria na tua freguesia foi imponente, aqui, nas trincheiras, foi singelo mas comovedor, toca-nos a alma esta simplicidade, esta fé tão necessaria ao coração humano” (OM 142, 1).

A guerra e a piedade mariana eram, nesta época, duas realidades muito presentes no pensamento - com implicações no agir – da população. Pensar nos soldados e em Nossa

Senhora era um acto simultâneo. Em *O Mensageiro*, por exemplo, já em 28 de Dezembro de 1916, na perspectiva do envio de portugueses para França, surge o “grito”, a toda a largura da primeira página:

“SOLDADOS! A Patria necessita do vosso auxilio! Não vos esqueçaes que sois Portuguezes! Patenteae aos nossos inimigos e aos nossos aliados que sois descendentes dos heroes de Aljubarrota, Atoleiros, Valverde, India, Wagram, das campanhas da Russia, da guerra Peninsular e da Africa! / O MENSAGEIRO saúda-vos agora que partis para o cumprimento da vossa missão, e saudar-vos-á quando regressardes cobertos de gloria! Que a Padroeira de Portugal = Nossa Senhora = vos proteja!” (OM 117, 1).

Também reflexo da imediata ligação de uma guerra à intercessão junto de Nossa Senhora é o curioso texto que atrás citámos, com o título “Recomendações oportunas – Uma proibição do bispo de Orleans”, onde, quando começavam a surgir os primeiros textos sobre Fátima, se apela ao cuidado com o assunto, pois a guerra é motivo de proliferação destes “fenómenos”¹⁶⁵.

Como adiante veremos, a tese vai comprovar-se nesta época, em que “a devoção mariana, muito enraizada na cultura portuguesa, ressurgiu de forma particularmente visível, como demonstra a proliferação de referências, na imprensa, a visões e aparições da Virgem”¹⁶⁶.

Quanto a Fátima, são várias as fontes que referem o testemunho dado pelos videntes de Nossa Senhora ter pedido oração e penitência pelo fim da guerra e, em Outubro, ter anunciado esse fim para “hoje”, ou para “breve”¹⁶⁷. São também várias as fontes que referem virem peregrinos rezar ou pedir aos Pastorinhos que intercedam pelo regresso dos soldados. Podemos facilmente afirmar que “no Portugal de 1917, a Primeira Guerra Mundial foi, de facto, «o protagonista oculto de Fátima»”¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Cf. Nota 74.

¹⁶⁶ J. SARDICA, “Guerra”, in *Enciclopédia de Fátima*, 241.

¹⁶⁷ Há diferentes versões nas declarações das crianças, como adiante veremos mais em pormenor.

¹⁶⁸ J. SARDICA, *Ibidem*.

Há também uma outra linha de referências à guerra a propósito de Fátima, neste caso, por parte dos jornais republicanos, que criticam o crédito dado aos acontecimentos, acusando a “aparição” de não ter ido revelar-se nos cenários de guerra, onde tantos clamam pela sua intercessão, mas antes num local ermo e isolado no interior do pacífico Portugal¹⁶⁹.

E *O Mensageiro*, que tão intensivamente acompanha a guerra e a sua ligação ao culto mariano, como vai abordar o seu cruzamento com o tema das aparições de Fátima?

Como vimos, excepto alguns comentários a introduzir transcrições de outros jornais, este semanário não publicou textos da sua redacção sobre as aparições até Novembro de 1917. O tema da guerra aparece, no entanto, referido uma vez nesse período, na edição de 18 de Outubro de 1917, na transcrição da carta de Carlos Silva a relatar o que viu e ouviu na Cova da Iria no dia 13 desses mês, onde refere: “Pouco depois as meninas disseram o que Nossa Senhora lhes tinha dito: – A guerra acaba por estes dias; brevemente os nossos soldados regressam a Portugal” (OM 158, 1 e 2; DCF III 1, 317). É mais uma prova de que o assunto fez parte, desde o início, da mensagem que os videntes afirmavam ter recebido da Virgem¹⁷⁰.

Quando o padre Lacerda decide “ir interrogar as creanças a quem nos diziam ter aparecido Nossa Senhora”, a 19 de Outubro de 1917, estava há pouco mais de três semanas em Portugal, depois de quatro meses passados na frente de batalha, na Flandres. Era impossível não estar bem viva na sua memória a imagem dos combates, dos mortos que viu tombar ao seu lado e sepultou, dos feridos que socorreu, dos bombardeamentos a que teve de fugir e que tão expressivamente conta nas suas “Crónicas de Guerra” – e que ainda se mantêm por esta altura¹⁷¹.

¹⁶⁹ Cf., p.e., em DCF III 1, 216-219, um artigo do *Jornal de Leiria*, de 14 de Outubro de 1917.

¹⁷⁰ Há uma outra carta testemunhal com a mesma afirmação, publicada em *A Ordem* de 27 de Outubro de 1917 (cf. DCF III 1, 503-507) e que viria a ser transcrita por *O Mensageiro* a 27 de Dezembro desse ano. A autora, Maria da Conceição Parente, diz ter entrevistado Lúcia no final da aparição de Outubro e resume a revelação como a vidente lha contou: “Annunciou para já – a vidente diz «hoje» – a cessação da guerra, e que os nossos *militares* veem brevemente”. Afirma ainda que “na ocasião do milagre tudo chorava, e de quasi todas as bocas saía o angustiado grito de: – Minha Mãe Santíssima, salvae os nossos Filhos! Minha Nossa Senhora, salvae Portugal!” (cf. OM 168, 1 e 2; DCF III 1, 806).

¹⁷¹ Sobre as referências à guerra em todos os interrogatórios de 1917, consultar o interessante e completo levantamento feito em: L. CRISTINO, “As fontes de Fátima – os interrogatórios de 1917”, in CONGRESSO

Por isso, as referências ao conflito surgem com naturalidade no seu discurso. No manuscrito onde enumera as questões a fazer aos videntes, surgem duas directas sobre o tema: “25 – Ouviram falar alguma vez em que N. Sr.^a aparecera aos soldados?”¹⁷² 26 – O sr. Prior tinha pedido para rezarem o terço pelos soldados?”¹⁷³.

Nas respostas¹⁷⁴ obtidas à primeira, anotou que a Jacinta¹⁷⁵ “nunca ouviu” e que a Lúcia “não se recorda quando mas já ouviu dizer”. Quanto à segunda questão, escreve que a Jacinta respondeu “que sim” e a Lúcia “não se recorda”. Não há qualquer anotação sobre as respostas a este tema pelo Francisco, cujo inquérito foi bastante reduzido no número de questões¹⁷⁶.

É ainda no decorrer deste interrogatório que se volta a falar da guerra, quando os videntes relatam o que viram e ouviram nas aparições. Diz a Jacinta que

“a Lucia perguntou o que ela queria e Ela disse – Que acabava a guerra no dia 13 – Quando chegasse ao Ceu. – Que se o povo se não quisesse emendar acabava o mundo; se não¹⁷⁷ se quizesse emendar acabava a guerra”.

A Lúcia refere, sobre a terceira aparição, que a Senhora lhe pediu “que continuasse a vir, que rezasse o terço a N. Senhora para que acabasse a guerra pois só ela é que podia valer” e, sobre a última, disse “que a guerra acabava ainda hoje e que esperassem pelos nossos militares muito breve”¹⁷⁸.

Mas é na versão publicada dos interrogatórios que encontramos mais algumas referências, algumas delas muito curiosas.

INTERNACIONAL SOBRE FÁTIMA E A PAZ NO 75.º ANIVERSÁRIO DAS APARIÇÕES (8-12 de Maio de 1992), *Fátima e a Paz*, Santuário de Fátima, Fátima, 1993, 53-84.

¹⁷² Aparecem na *Documentação Crítica de Fátima* alguns documentos particulares que parecem indicar a existência de uma história de aparições no campo de batalha, mas não se encontram pormenores sobre o assunto. Também não sabemos se o padre Lacerda teria feito a pergunta apenas como “teste” ao que iriam responder. Na sua resposta, Lúcia dá a entender que terá ouvido, de facto, alguma história do género.

¹⁷³ DCF I, 331.

¹⁷⁴ Cf. DCF I, 333-348.

¹⁷⁵ A Jacinta foi a primeira a ser interrogada, mas, na versão publicada no jornal, o padre Lacerda começa pelas respostas da Lúcia, “aquela que pela sua idade e por se dizer ser a principal vidente, maior parte toma nas aparições” (OM 161, 2; DCF I, 352).

¹⁷⁶ Na versão publicada, não há qualquer referência a estas perguntas e respostas. Terão sido daquelas que o padre Lacerda referiu ter feito e “que pouco podem interessar os nossos prezados leitores” (OM 163, 2; DCF I, 360).

¹⁷⁷ Desconhece-se se este “não” é lapso da vidente ou do padre Lacerda. Percebe-se que o sentido da frase é o inverso (cf. DCF I, 337, nota 22).

¹⁷⁸ DCF I, 343.

No primeiro artigo, o padre Lacerda começa por tecer algumas considerações sobre os acontecimentos de Fátima, referindo aguardar o “veredicto da igreja”, mas adiantando a dificuldade em explicá-los, sobretudo o fenómeno solar, e explica aos leitores os cuidados que teve na preparação do inquérito. Depois, relata o que vê quando passa pela Cova da Iria e, ao chegar a Aljustrel, como encontra Lúcia, que lhe parece “deva ter perdido o ar rude e humilde de pastora de ovelhas, expressando-se bem e dando ás palavras certo tom de convicção”. E faz, então, o seguinte comentário:

“Responde ás nossas perguntas em curtas palavras e só de vez em quando, enquanto escrevemos, nos diz: – *Olhe cá aquilo lá na guerra morre muita gente? – A Jacinta tem lá um irmão...*”¹⁷⁹ (OM 161, 2; DCF I, 353).

Este comentário revela duas coisas: por um lado, que o padre Lacerda, quando diz à Lúcia “quem somos, donde vimos, ao que vamos”, ter-lhe-á referido a sua passagem pela Flandres e a presença no campo de batalha; por outro, que o tema da guerra interessava e impressionava a vidente.

No segundo e terceiro artigos, continua a descrever a conversa com Lúcia. Aí, transcreve as referências ao fim da guerra que tinha anotado das declarações da criança sobre a terceira (cf. OM 162, 2; DCF I, 357) e a última (cf. OM 163, 2; DCF I, 360) aparições, mas acrescenta também esse tópico às palavras que Nossa Senhora lhe terá dito na aparição de Setembro: “Continua a rezar o terço á Senhora do Rosario, que abrande esta guerra, que a guerra está para acabar; para o ultimo dia ha de vir S. José dar a paz ao mundo” (OM 163, 2; DCF I, 359). Nos seus apontamentos tinha apenas registado “Não se recorda”, explicando-se o acrescento com o facto de ter completado o seu texto com dados recolhidos dos inquéritos iniciais feitos pelo pároco de Fátima¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Ver III, 1.3.

¹⁸⁰ O padre Lacerda refere, na preparação do seu questionário, ter elaborado algumas questões a fazer aos pais dos videntes e ao pároco. Nos apontamentos que tira, não é claro se algumas respostas terão sido dadas por algum deles. Mais tarde, no *Novidades*, vai contar mais em pormenor como foi esse encontro, que o pároco o acompanhou, que se cruzou em casa dos videntes com o padre Formigão e outras pessoas, etc. Sabe-se, também, que terá ido nesse dia a casa do pároco e terá levado os apontamentos deste, já que os cita na

Neste terceiro artigo, surge mais uma curiosa referência à guerra. Ao chegar ao pé da mãe da Jacinta, a primeira com quem tinha falado, diz que ela “olhou-nos com desconfiança” e

“á pergunta que lhe fiz se a filha estava e se me dava licença de conversar com ela, titubeou e só depois de lhe dizer que vinha ali para ir dizer aos soldados na França que Nossa Senhora aparecera, é que consegui que a mesma me *olhasse melhor*” (OM 163, 2; DCF I, 361).

Pelos vistos, o padre Lacerda usou o argumento de ser capelão militar e de estar prestes a regressar à Flandres¹⁸¹ para convencer os pais de Jacinta a deixarem-no interrogar a filha. E, pelos vistos, esse foi um argumento forte e convincente, tal seria a preocupação que reinava na família sobre o que passava com os soldados no conflito, para mais, com um filho na mesma situação.

No quarto artigo, faz um curto resumo das respostas da Jacinta, onde refere que ela “diz que ouvira a Senhora dizer que a guerra acabava no dia 13”, e do Francisco, omisso quanto a este assunto. Finalmente, antes do “aguardemos a decisão da Igreja”, entre algumas questões que deixa no ar, formula esta: “Como conciliar a afirmativa de que a guerra acabava no dia 13 d’Outubro se ela ainda agora continúa?” (OM 164, 2; DCF I, 364).

Com tanta referência à guerra nestes artigos, seria de esperar desenvolvimentos desta relação temática ao longo do decorrer do tempo. O facto é que ela iria desaparecer por completo. Teria aquela questão do padre Lacerda, sobre a incongruência do anúncio do fim da guerra pelos pastorinhos, sido um verdadeiro incómodo para retomar o assunto?

Pouco depois da publicação das entrevistas, como vimos, iria começar um longo tempo de silêncio sobre as aparições. E é o completo silêncio sobre Fátima que reina, quando *O Mensageiro* noticia que a Alemanha está prestes a aceitar as condições de rendição impostas pela América, na edição de 23 de Outubro de 1918 (cf. OM 209, 1), quando afirma que os

redacção publicada em *O Mensageiro* e foram, posteriormente, encontrados no seu espólio pessoal (cf. DCF I, 324-327).

¹⁸¹ Nesta altura, o padre Lacerda estava convencido de que iria regressar à sua missão na frente de Batalha. Chegou a receber ordem de partida, mas tal nunca viria a acontecer.

combates praticamente cessaram e a Alemanha pediu o armistício, no jornal de 1 de Novembro (cf. OM 210, 1), quando informa que a paz já foi assinada com a Bélgica, a Turquia, a Áustria e a Turquia, em 8 de Novembro (cf. OM 211, 3), e quando, por fim, se dá conta da assinatura do armistício pela Alemanha e restantes países, na edição de 16 de Novembro (cf. OM 212, 1). O mesmo silêncio se manterá nas edições seguintes, quando se vai referindo à “justiça da paz”, ao regresso dos soldados à Pátria e a outros assuntos relacionados com o fim do conflito armado.

Refira-se que os jornais *O Dia*, de 12 de Novembro de 1918, e *A Guarda*, de 23 de Novembro, publicam um artigo de Maria Magdalena¹⁸², em que se afirma que em Outubro do ano anterior os videntes “prometteram que dentro de um anno a guerra acabava, e voltariam os soldados para as suas terras!”, ligada com a afirmação de que

“foi no dia 13, d’este mez de Outubro frio e triste, que a primeira noticia de Paz foi lida, entre lagrimas de alegria por todas as mães, noivas e mulheres que tinham ainda o coração na guerra... Começaram n’esse dia a antever a esperança que se realisasse a predição bem dita da serra de Fátima, como ha um anno a tinha promettido a falla da Senhora aos pastoresinhos” (cf. DCF III 2, 70-72)

O *Jornal de Leiria*, a 5 de Dezembro de 1918, faz uma crítica a este artigo, apontando a contradição da previsão do fim da guerra para “dentro de anno”¹⁸³ com a que fora publicada pelo *O Mensageiro* nessa altura, onde se lia que seria “por estes dias” e que “brevemente os soldados regressam a Portugal”¹⁸⁴ (OM 158, 1; DCF III 1, 315-318).

Nem a isso *O Mensageiro* vai responder, ao contrário do que tinha feito em situações anteriores de ataque da imprensa. Tal como não responde a outras publicações que, por esta altura, acusam essa “falha” na previsão anunciada pelos videntes para o fim da guerra¹⁸⁵.

¹⁸² A mesma autora de um artigo publicado também em *O Dia* sobre a aparição de Outubro de 1917, que *O Mensageiro* transcreveu na sua edição do dia 25 desse mês (cf. OM 159, 1-2; DCF III 1, 441; 447).

¹⁸³ Refira-se que esta é a primeira vez que se apresenta esta data assim explicitada, não havendo referência a ela em qualquer documento anterior (cf. DCF III 2, 70, nota 3).

¹⁸⁴ Como vimos, uma outra data apontada por *O Mensageiro* tinha sido a do próprio dia 13 de Outubro, nas declarações que a Lúcia tinha mantido na entrevista do padre Lacerda, mas o *Jornal de Leiria* não referiu essa ainda mais evidente incongruência.

¹⁸⁵ Cf., p.e., DCF III 2, 31-33, 283, 415-416, 417-419.

Nos anos que se seguiram, durante esta primeira década, o tema da guerra não desapareceu de *O Mensageiro*, mas não se faz qualquer referência a uma possível ligação com o facto de Nossa Senhora ter aparecido em Fátima¹⁸⁶.

1.4 – Relação com outras aparições

Abordamos, por fim, a questão da relação que é estabelecida entre Fátima e outras aparições noticiadas anteriormente, ou mesmo nesta época, com especial destaque para Lourdes, a mais citada entre todas¹⁸⁷. Este é um tema transversal em toda a historiografia de Fátima, desde que se começa a falar de aparições no local. Interessa-nos verificar como *O Mensageiro* abordou essa temática, sobretudo, dada a conhecida devoção do padre Lacerda por Lourdes¹⁸⁸.

Na verdade, a referência a esta aparição francesa aparece logo no primeiro texto jornalístico publicado sobre Fátima, em *O Século* de 23 de Julho de 1917, transcrito na edição de 22 de Agosto por *O Mensageiro*, naquela que seria também a sua primeira referência às aparições de Fátima. Aí se afirmava que esta seria uma “premeditada especulação financeira” para “á sombra da religião [...] transformar a serra d’Aire numa estância miraculosa como a velha Lourdes” (OM 147, 2; DCF III 1, 35).

¹⁸⁶ Na edição de 5 de Dezembro de 1919, por exemplo, noticia-se uma homenagem aos combatentes feita em Leiria, em que o padre Lacerda foi um dos que receberam um diploma pelos serviços prestados no campo de batalha. Ele próprio fará um discurso de improviso na ocasião, sublinhando o papel da mulher na vitória, fosse na assistência prestada aos combatentes, fosse com a oração e o acompanhamento à distância enquanto esperava o seu regresso. Mas não faz qualquer referência à questão de Fátima (cf. OM 256, 1). Paulatinamente, os artigos sobre a guerra vão diminuindo, mas permanece viva no padre Lacerda a memória do conflito e a necessidade de a perpetuar. Vamos encontrar ao longo dos anos várias campanhas por si promovidas, como a da construção em Leiria de um monumento memorial aos combatentes (cf., p.e., OM 550, 20.02.1926, 5), que viria a ser inaugurado a 13 de Maio de 1929, ou a promoção de distinções e homenagens diversas aos envolvidos ou vítimas da guerra (cf., p.e., OM 554, 20.03.1926, 1).

¹⁸⁷ Aparece inúmeras vezes, em vários meios, a referência a Fátima como “a Lourdes portuguesa”.

¹⁸⁸ Como vimos, o director de *O Mensageiro* esteve em Lourdes por diversas vezes, a primeira em 1913, ainda antes da fundação do jornal, a segunda em 1917, dias antes da aparição de Fátima, quando se deslocava para a Flandres. Mas não era só ele... em *O Mensageiro* de 13 de Junho de 1917, antes de chegarem ao jornal as primeiras notícias de Fátima, anunciam-se para o dia 17 seguinte “grandes festejos em honra de Nossa Senhora de Lourdes”, a realizar na paróquia de Monte Redondo, o que denota existir culto mariano sob esta evocação nas proximidades da sua terra natal (cf. OM 141, 2).

Também o primeiro texto da imprensa regional sobre os acontecimentos de Fátima, em *O Ouriense* de 29 de Julho, pergunta, logo na sua segunda frase: “Quererá a Rainha dos Anjos fazer desta freguesia uma segunda Lourdes?!...”¹⁸⁹.

A imprensa republicana iria ser prolixa no uso dessa comparação para desacreditar Fátima, ora usando exemplos aceites pela Igreja, apontados como meio de fazer negócio à custa dos crentes, ora indicando casos de pseudo-aparições que tinham sido desmascaradas¹⁹⁰.

Os dois primeiros artigos de *O Mundo*, em dois dias seguidos, 18 e 19 de Agosto, vão precisamente nessa linha. O primeiro conta a história de José Balsamo, embusteiro italiano que inventou aparições e foi condenado à Bastilha, para identificar o que tinha ocorrido em Fátima, tal como tinha também acontecido “em Monção [seria por Barral, no concelho de Ponte da Barca e não de Monção?] e ali para as bandas de Aveiro [Estarreja]”¹⁹¹. O segundo artigo acusa o “carimbo da exploração clerical”, apresentando a afirmação publicada em *O Ouriense* de que Fátima poderia ser uma nova “estancia” da “velha Lourdes”¹⁹².

Numa intervenção no Senado, a 23 de Agosto, Tomás da Fonseca¹⁹³ vai apresentar o mesmo argumento para pedir a intervenção do Governo no combate a Fátima, que era “fantoçada” como tinha sido a do “Lindoso” [Barral]¹⁹⁴.

O *Correio da Extremadura* de 25 de Agosto diz também que em Fátima “se está reeditando o milagre de Lourdes” e, a 9 de Setembro, escreve “que a Santa de Fátima

¹⁸⁹ DCF III 1, 38.

¹⁹⁰ No relatório da Comissão Diocesana, de 1930, irá ser escrito um capítulo com o título “As contrafaçções”, onde se refere que “as potências do Inferno aliadas com as do mundo” tinham lançado “pelo país inteiro uma larga rede de fictícias visões e aparições celestiais”. Esse meio “já utilizado sem êxito em Lourdes” visava provocar o descrédito de Fátima junto das “massas populares, ignorantes e facilmente crédulas”. E apresenta um elenco dessas “manifestações pseudo-sobrenaturais”: “Barral, Alcanhões, Póvoa de Santarém, Extremoz, Póvoa de Varzim, Estarreja, Bitarães, Abelheira e Constância”. Afirma, por fim, que “caíram tôdas por si, desaparecendo como que por encanto, depois de tanta excitação e de tanto entusiasmo, por não terem a fecundá-las a seiva divina que alimenta Lourdes e que alimenta Fátima” (DCF II, 192-193).

¹⁹¹ Cf. DCF III 1, 46-48.

¹⁹² Cf. DCF III 1, 49-52.

¹⁹³ Escritor, político e pensador da 1.ª República Portuguesa (1877-1968), dos mais combativos anticlericais na defesa das ideias liberais e republicanas.

¹⁹⁴ Cf. DCF III 1, 61-65. Esta aparição do Barral, em Ponte da Barca, Minho, irá ser várias vezes referida. Ocorrida pouco antes da de Fátima, no dias 10 e 11 de Maio de 1917, Nossa Senhora da Paz terá aparecido a um pastorinho, Severino Alves, pedindo-lhe, da segunda vez, que rezassem o terço e cantassem a Estrela do Céu, um canto popular antigo da região, que ela iria aplacar a guerra e acudir ao mundo. Tem hoje uma pequena capela como Santuário, com o orago de Nossa Senhora da Paz.

continua a fazer concorrência á Sr. de La Salette¹⁹⁵. A *Semana Alcobacense* do dia seguinte fala do “fanatismo em acção”, escrevendo que

“esta coisa das *aparicoes de Nossa Senhora* é assim como as doenças de caracter epidemico [...] ainda bem não temos ouvido dizer que se deu, em qualquer parte, um desses milagrosos casos, logo nos véem anunciar outro, ocorrido mais além, depois outro, ainda outro, etc., etc.”¹⁹⁶.

O Mundo de 22 de Outubro acusa este caso de ser mais um que segue

“o exemplo dos burlões que tão bons proventos auferiram de *milagres* e de *aparicoes ridiculas* que enriqueceram os fantasiadores de Lourdes, do Sameiro, da Senhora da Rocha, do *Menino Virtuoso*, e até... da bruxa da Arruda”¹⁹⁷.

Já dois dias antes, o *República* tinha contado a história desse “menino virtuoso”, uma negociata com visões que tinha sido desmascarada e que é comparada a Fátima¹⁹⁸. E outros exemplos poderiam ser dados.

Nada que impeça *O Mensageiro* de assumir a comparação com Lourdes como uma valorização¹⁹⁹. A 18 de Outubro, já com o padre Lacerda regressado de França, vai publicar duas cartas de relatos sobre a aparição de Outubro, uma delas a começar na primeira página com a introdução cautelosa do jornal a pedir que a

“Igreja se manifeste sôbre este caso e não desejando seguir as pisadas do cura de Lourdes nas visões de Bernardete, dizemos que só um poder sobrenatural póde causar o que milhares de pessoas presenciaram na Fátima” (OM 158, 1-2; DCF III 1, 315).

¹⁹⁵ Cf. DCF III 1, 69 e 87.

¹⁹⁶ Cf. DCF III 1, 71.

¹⁹⁷ Cf. DCF III 1, 397. *O Mundo* irá investir particularmente no desmascarar destas falsas aparições, como na edição de 12 de Novembro seguinte, em que publica um extenso artigo sobre pretensas aparições e milagres, entre as quais inclui Fátima (cf. DCF III 1, 669-673).

¹⁹⁸ Cf. DCF III 1, 367-371. Também o *República* voltará a apresentar vários casos de falsos milagreiros desmascarados (cf. DCF III 1, 691-692).

¹⁹⁹ Também outros jornais católicos o vão fazer, assumindo as comparações com outras aparições como o próprio teste à sua veracidade. *A Ordem*, por exemplo, vai citar o caso do Barral em paralelo com Fátima, na edição de 27 de Outubro, referindo que terá de ser “o Ordinário respectivo” a “dar a sentença” (Cf. DCF III 1, 503-504). E volta a fazê-lo, por exemplo, a 17 de Novembro (cf. DCF III 1, 713-715).

E é nos interrogatórios do padre Lacerda aos pastorinhos que as comparações a Lourdes são mais evidenciadas, como estratégia para descobrir se os videntes conheciam a história e poderiam tê-la replicado. No manuscrito com as questões elaboradas, inclui estas três:

“10 - Tinham ouvido algum sermão sobre N. S^a de Lourdes ou pratica? [...] 27 - Sabem ler ou ouviram em casa ou em alguma parte ler que N. Senhor aparecera? [...] 30 - Teem contado e sabem a historia de Lourdes ou La Salette ou N. S. de Monserrate?”²⁰⁰.

Nos apontamentos das respostas dos videntes, sobre a pergunta 10, escreve que a Jacinta “não sabe” e a Lúcia “não sabia a história de Lourdes, mas um sr. prior contou-a agora”, e, sobre as perguntas 27 e 30, escreve que a Jacinta “nunca ouvira” e “não ouviu”, que a Lúcia “não sabe ler” e que “a mãe sabe ler e tem lido cousas de N. Senhora, diz o prior, e Lourdes – Missão abreviada”. Ao Francisco não foram feitas estas perguntas, ou não foram tiradas notas das respostas²⁰¹.

Na redacção literária publicada no jornal, o padre Lacerda vai explicitar os cuidados que teve na preparação do seu interrogatório²⁰²:

“Prevenimo-nos com tudo quanto a nossa sciencia nos fornecia sôbre milagres e aparições e, não desconhecendo os ataques de Zola e outros a Lourdes, a Parais-le-Monial, a Loreto, etc., nós fizemos em casa...” (OM 161, 2; DCF I, 352).

No segundo artigo, vai mostrar como trabalhou esse contraditório:

“Nada mais natural que Lucia conhecer a fórma da aparição de Lourdes ou de Paray-le-Monial e tendo eu ouvido alguém que o Francisco atirara uma pedra á Senhora – facto que se

²⁰⁰ Cf. DCF I, 329-331.

²⁰¹ Cf. DCF I, 333-348. Os apontamentos não apresentam uma elaboração sistematizada, incluindo em algumas respostas o complemento de outras e mesmo intervenções de outras pessoas, com o pároco de Fátima ou os pais das crianças, que acompanharam os questionários (cf. DCF I, 344, nota 58).

²⁰² Não seria o único a adoptar esta estratégia. Já nos interrogatórios do padre Formigão, uma série de seis, feitos entre 27 de Setembro e 3 de Novembro de 1917, aparece a referência a outras aparições para averiguar a possibilidade de sugestão dos videntes. No questionário de 11 de Outubro, por exemplo, vai perguntar à mãe de Lúcia se lhe lê a Missão Abreviada, livro muito popular na época, que continha o relato da aparição de La Salette, o que ela confirma, embora diga que isso não a terá impressionado muito. Perguntando o mesmo à Lúcia, toma nota de que “Não fallou em nada, nem pensava” (cf. DCF I, 85 e 89-90, nota 79). Na redacção literária destes apontamentos, conta por que razão decidiu ir investigar aquela “que talvez venha a ser considerada, por mercê do Ceu, a Lourdes ou a La Salette Portuguesa” e apresenta as respostas acima referidas (cf. DCF I, 99-116).

deu em Lourdes – interroguei-a: / Sabes que Nossa Senhora apareceu em Lourdes a uma menina e que um pequenito lhe atirou uma pedra não lhe acertando? O Francisco correu a Senhora á pedra?

– O Francisco não atirou pedra nenhuma e só ha dias é que uma pessoa contou em minha casa que N. Senhora apparecera em França, mas eu não sei como isso foi” (OM 162, 2; DCF I, 355-356).

Não volta a referir esse argumento, mas volta a falar na aparição francesa, no quarto artigo, ao contar que para vencer a timidez de Jacinta lhe ofereceu “um terço, recordação que trouxera de Lourdes”, o que nem por isso foi muito apreciado, já que “a mãe colocou junto de muitos outros que ela já possuía” (OM 164, 2; DCF I, 363).

Nos anos que se seguiram, continua a usar-se a expressão “Lourdes Portuguesa” relativamente a Fátima, tal como continuam a usar-se essas referências para procurar uma possível imitação por parte dos videntes, algumas delas muito curiosas. Por exemplo, umas senhoras que os foram interrogar, a 1 de Junho de 1918, escrevem que tinham ouvido dizer que “a Lúcia, é uma espertalhona, sustenta o seu papel ha um ano. Imita em tudo a Bernardette, descreve N. Senhora tal como a de Lourdes, falando sempre na faixa azul; pede dinheiro a toda a gente”, factos que iriam comprovar serem falsos²⁰³. Numa folha que embrulhou uma relíquia de cabelo da Jacinta, oferecida ao Santuário e datada de 23 de Fevereiro de 1920, está escrito que ela é uma das videntes “a quem apareceu Nossa Senhora de Lourdes em Fátima”²⁰⁴. Um artigo de *O Debate* de 29 de Abril desse ano, em que se pede a intervenção do governo para acabar com a “indecorosa patacoada conhecida por «Milagre da Fátima»”, afirma-se que “os exploradores da crença religiosa, não desistiram de inventar uma nova *Senhora de Lourdes*”²⁰⁵. Outra nota curiosa: num apontamento de agenda do padre Formigão, de 7 de Julho de 1920, surgem várias perguntas a fazer a Lúcia, uma delas “quando foi a 1ª communhão de Bernadette?”, quando era à própria Lúcia que se referia²⁰⁶.

²⁰³ Cf. DCF III 2, 25.

²⁰⁴ Cf. DCF III 2, 214.

²⁰⁵ Cf. DCF III 2, 281.

²⁰⁶ Cf. DCF III 2, 278.

A propósito do padre Formigão, também ele atesta o seu fascínio por Lourdes. No primeiro artigo “Episódios de Fátima” que escreve para *A Guarda*, sob o pseudónimo de Visconde do Montelo, afirma que “me interessaram sempre os factos miraculosos de Lourdes”, cujos milagres estavam já confirmados, e que “na cidade privilegiada da Virgem passei semanas e mezes durante alguns annos no intuito por ventura pouco louvavel de ver, tocar e, se assim me posso exprimir, surprehender o sobrenatural”.

Ali prestou serviços de voluntariado e de correspondente da imprensa portuguesa, assistiu a curas, acompanhou as críticas ferozes e, quando foram declaradas dignas de crédito, leu os melhores escritores franceses a historiá-las. Sendo-lhe pedida a mesma tarefa para as aparições da Cova da Iria, afirma:

“Mas, se é licito approximar pelo pensamento Lourdes e Fatima e cotejar os acontecimentos miraculosos da formosa cidade dos Pyreneus com os factos extraordinarios succedidos na humilde povoação da serra d’Ayre, declaro francamente que não reconheço em mim auctoridade, o criterio e a competencia indispensaveis para tratar condignamente destes ultimos”²⁰⁷.

Na imprensa republicana, continuará por toda a década – e depois dela – a referência a outras aparições, com Lourdes a tornar-se quase exclusiva, nos mesmos termos em que começaram a ser usadas, sobretudo, na linha de se acusar Fátima de pretender copiar a sua fama e o seu sucesso financeiro e de serem ambas construções fraudulentas dos clérigos²⁰⁸.

Na imprensa católica, o mesmo comparativo vai acontecer, mas para exaltar as características de sobrenaturalidade e de grandiosidade das manifestações religiosas que aproximavam os acontecimentos da Cova da Iria e aqueles de Lourdes, já assumidos pela

²⁰⁷ DCF III 2, 46-49. Nos artigos seguintes deste série, voltará a referir comparações a Lourdes, bem como noutros escritos pessoais, cartas e apontamentos (cf., p.e., DCF III 2, 106 e 112; III 3, 47, 191, 216, 322 e 383; IV 1, 353; IV 2, 152, 158-188)

²⁰⁸ Cf. DCF IV 1, 101-103, 149-150, 191, 222-223, 231, 233-235, 385-390, 409; IV 2, 67, 388-389, 432; 81, 111, 139-140, 144-146, 258, 380; IV 4, 29, 63-64, 70-71, 72, 79-83, 164, 204, 220, 252, 272-273, 274, 331.

hierarquia como dignos de crédito. O paralelismo é também estabelecido quanto às formas de culto, ao modo como se promove a fé dos crentes e, até, aos milagres que vão acontecendo²⁰⁹.

Nota ainda para a primeira referência da imprensa internacional a esta “reedição do milagres de Lourdes”, numa edição especial do jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1922, num extenso artigo sobre os “milagres de Fátima”, que é apelidada de “rival de Lourdes”²¹⁰. E também para um poema publicado em *A Guarda* de 15 de Outubro de 1922, cuja última estrofe é:

“Será a Lourdes portuguesa
Aquele estância bendita!
Podemos ter a certeza,
vendo a fé que ao povo incita!”²¹¹.

Quanto ao padre Lacerda, depois dos anos de “quase-silêncio” de *O Mensageiro*, ao voltar ao assunto com o primeiro relato da sua visita à Cova da Iria, a 13 de Maio de 1922, vai recordar imediatamente a sua passagem por Lourdes. Ao descrever o ambiente, comenta:

“Sentem-se ao longe os canticos. É a procissão que se aproxima. É imponente o espectáculo. Dezenas de milhares de pessoas se incorporam, bandeiras, anjos, cruces, cereais, numa palavra, julgamo-nos por momentos em Lourdes, junto à gruta de Massabielle. [...] Recordamos novamente Lourdes à noite na procissão das vélas! Um dia em que assistíamos a uma dessas imponentes manifestações do culto, um assistente com os olhos cheios de lágrimas, entusiasmado, apenas exclamava: *c’est joli!* É também êste sentimento que experimentamos: é belo, é belo!” (OM 374, 1; DCF IV 1, 157-158).

Na notícia da peregrinação de Outubro desse ano, editada no dia 21, a mesma memória é recuperada:

“Atravessámos celeres o espaço, que nos separa da multidão e junto ao poço, em construção, tomando lugar nos pedregulhos que o dinamite e a pólvora arrancaram da rocha, onde estão

²⁰⁹ Cf. DCF IV 1, 134, 144-146, 155, 399-400; IV 2, 42, 44, 64, 79-82, 97, 269-271, 381; IV 3, 39, 54, 58, 73, 271, 489-490, 504-505, 509-518, 526, 567; IV 4, 153-160, 168-169, 189-195, 212, 219, 221, 226, 229, 250, 259, 290, 319, 467.

²¹⁰ Cf. DCF IV 1, 282.

²¹¹ Cf. DCF IV 2, 37.

recolhidas as águas para as obras a iniciar, nós presenciamos um espectáculo comovente, sentindo a comoção que por vezes temos experimentado, lá longe, junto à *Gruta de Massabielle*, nas faldas dos Pirineus e nas margens do rio Gave”.

Mais adiante, referindo-se às invocações repetidas pela multidão, diz: “Julgámo-nos por momentos na explanada da Basílica de Lourdes a ouvir os sacerdotes: *Notre Dame de Lourdes guerissez nosres malades!*” (OM 394, 1; DCF IV 2, 60-61).

No extenso relato de 13 de Maio de 1923, publicado a 19 desse mês, o padre Lacerda conta que esteve à conversa com um amigo que também tinha ido várias vezes a Lourdes e “a nossa opinião foi unânime: – Lourdes não tem maior número de peregrinos a não ser no dia da peregrinação nacional – 15 de Agosto. Na Fátima pois não faltam devotos, o que falta é ordem, disciplina”.

É para esse trabalho que defende a criação de “*brancardiers portugueses*”, tal como os havia no santuário francês (cf. OM 421, 1; DCF IV 2, 254-255).

Na edição de 20 de Outubro desse ano, volta a repetir a referência, em relação ao trabalho da Juventude Católica de Leiria. E, no mesmo artigo, a memória:

“Os transportes sobem a íngreme ladeira do Reguengo; do alto as nuvens que pairam sobre a povoação não a deixam vêr. Por momentos nos julgamos a subir para Gavarnie ou para o Calvário e a contemplar Lourdes da encosta dos Pirineus” (OM 440, 1; DCF IV 2, 383-387).

A comparação é permanente. Na edição de 17 de Maio de 1924, numa altura em que *O Mensageiro* começa a insistir em ideias para o ordenamento do território, para a melhor organização das peregrinações e para o aproveitamento turístico do fluxo de peregrinos, o padre Lacerda defende que “Leiria podia ser no futuro o que Tarbes e Pau, Bayonne e Dax são para Lourdes”. Mais à frente, a respeito da falta de ordem no acesso ao poço do recinto, diz que “muito se pode ir aprender a Lourdes e a Paray-le-Monial”. E adianta outra sugestão:

“A Comissão deve obstar à exploração, que se faz com a venda de terços e medalhas, bastando para isso ter, como em Lourdes, uma casa que venda esses objectos dentro do recinto, que à mesma pertence” (OM 467, 1-2; DCF IV 2, 504-507).

O mesmo assunto será abordado na edição de 24 de Outubro de 1925, de novo com o exemplo do que se faz em França (cf. OM 533, 2; DCF IV 3, 542).

O facto de a Cova da Iria ser um lugar inóspito e desorganizado, quando comparado com Lourdes, é um argumento usado para enaltecer a afluência massiva de peregrinos a este local, sem outro motivo que não seja o da fé. Na edição de 16 de Maio de 1925, esse pormenor é sublinhado, também em relação a outros santuários:

“Lourdes, mesmo sem Nossa Senhora era uma cidade encantadora. Paray-le-Monial, mesmo sem o Sagrado Coração de Jesus, tinha a sua Catedral, a sua paisagem. A Senhora dos Remedios, em Lamego, S. Torquato em Guimarães, o Sameiro e o Bom Jesus em Braga, a Senhora da Agonia em Viana, se a fé ali não levasse os crentes, o panorama, os divertimentos, as musicas, os foguetes, ali levariam milhares de pessoas. A Fátima, não! Quem vai à Fátima é ali levado, arrastado só pela sua Crença, unicamente pela sua Fé”.

Mais adiante, num diálogo com um médico que lhe pergunta se é assim em Lourdes, responde: “Sim, é. Mas para se chegar até à Gruta de Lourdes ha carros com camas, eléctricos, todas as comodidades, e para se chegar aqui, v. ex.^a dirá...”²¹². No mesmo artigo, o padre Lacerda continua a recordar que

“repete-se o que vimos em Lourdes; ha lagrimas nos olhos das pessoas que acompanham esses doentes e ha nos olhos desses doentes a esperança, que tanto contrasta com o sofrimento, que se lhes lê nos rostos” (OM 513, 1; DCF IV 3, 363-370).

Vimos como o padre Lacerda tinha uma visão futurista para Fátima e como o modelo de Lourdes lhe era querido. Após o agudizar do conflito institucional com o bispo de Leiria, muito por causa desta mesma visão estratégica, vai manter a sua opinião e lamenta, na edição

²¹² Na entrevista que já citámos de D. José Alves Correia da Silva ao jornal *A Época*, em 13 de Maio de 1926, o bispo de Leiria usa o mesmo argumento: “Bem vê que entre Fátima e Lourdes ha uma diferença radical e característica, que sempre terá de manter-se [...] a dificuldade de transportes e a ausencia absoluta de quaisquer comodidades [...] em Lourdes ha certamente grandes e edificantes manifestações de fé; mas em Fátima ha essas mesmas manifestações de fé, animadas, porém, dum maior espirito de sacrificio e duma mais profunda concentração de pensamentos cristãos [...] lá se respira e disfrutam-se comodidades e confortos, que em Fátima não existem nem poderão existir [...] em Fátima reza-se igualmente, mas fazendo-se meditação e penitência”. E, sobre o desenvolvimento urbano de Fátima, conclui que “pouco mais se adiantara, visto como nunca de Fátima se poderá fazer uma segunda Lourdes, com todas as comodidades e confortos que se encontram na linda e miraculosa cidade do Gave” (cf. DCF IV 4, 157-159). Já vimos atrás como a visão do padre Lacerda quanto ao futuro de Fátima era bem diferente (cf. II, 2.2).

de 21 de Maio de 1927, não ser compreendido quando defende o desenvolvimento da região e o desejo de que

“Leiria fôsse para Fátima o que Pau e Toulouse fôram e são para Lourdes e, por isso mesmo, que a cidade fôsse nos seus hotéis, nos seus habitantes, nos seus atractivos e comodidades o mesmo que são aquelas cidades” (OM 612, 4; DCF IV 4, 462).

No jornal de 2 de Julho de 1927, volta a perguntar: “Porque não aproveitará Leiria a sua situação como Pau, Tarbes, Toulouse e outras cidades se aproveitam de Lourdes?” (OM 618 [02-07-1927], 4; DCF IV 4, 492).

Na semana seguinte, por exemplo, a propósito da bênção dos cruzeiros da via-sacra no caminho de Fátima, vai fazer uma crítica à pobreza da sua construção, quando comparados com as “estações de via-sacra com figuras” de Lourdes (cf. OM 619, 3; DCF IV 5, 494).

Mas a verdade é que o maior santuário mariano francês serviu de referência a muito do que se ia fazendo em Fátima. Na notícia da peregrinação de Maio de 1926, em *O Mensageiro* de 22 desse mês, refere-se que “rebôam na vasta campina estusiásticas e comovidas as notas do *Avé* de Lourdes” (OM 562, 4-5; DCF IV 4, 238-242). Seriam muito mais as linhas de construção de Fátima a beber daquela fonte. Já no *Novidades* de 3 de Julho de 1924 se encontra a notícia da publicação dos estatutos dos “Servos de Nossa Senhora do Rosário de Fátima”, acrescentando que são “imitação dos «brancardiers» de Lourdes”²¹³.

Havia até quem acusasse o exagero da “cópia”, como alguém que escreve ao bispo de Leiria, a 4 de Agosto de 1925, a pedir que a catedral a construir não imite as de Lourdes, que “teem bellezas, mas tambem têm muitas infelicidades”. A de Fátima deveria ser de “um estylo retintamente nacional onde a belleza e a arte se harmonizassem, sem ter nada de exageradamente grandioso, nem de monumental, mas sim de linhas simples e sobrias”. E

²¹³ Cf. DCF IV 2, 528.

acusa mesmo “a malfadada imitação em que nós, portugueses, somos tão prodigos e renitentes”²¹⁴.

Durante estes anos, sobretudo após a Provisão episcopal de 1922, é frequente encontrar artigos, cartas, discursos, etc., apontando práticas e opções estratégicas tomadas em Lourdes e que poderiam ser seguidas em Fátima. É relevante, sobretudo, a correspondência entre aqueles que serão, provavelmente, os três principais responsáveis pela definição do modelo do Santuário de Fátima – o bispo de Leiria e os padres Formigão e Manuel Silva – onde essas referências a Lourdes são constantes²¹⁵.

²¹⁴ Cf. DCF IV 3, 446.

²¹⁵ Para estes e outros documentos da mesma linha temática, ver, p.e.: DCF IV 2, 215, 217, 244, 335, 369, 373, 437, 465, 472, 518; IV 3, 557-558; IV 4, 66, 76.

2. Impactos históricos

2.1 – O impacto na imprensa

O primeiro texto jornalístico sobre os acontecimentos de Fátima é publicado a 23 de Julho de 1917 pelo jornal nacional republicano *O Século*, com o título “Uma embaixada celestial... especulação financeira?”. Nele, um correspondente de Torres Novas resume brevemente “o boato” de ter ocorrido uma aparição pela terceira vez no dia 13 desse mês, levando à Cova da Iria “milhares de criaturas”, e recolhe o testemunho de “uma mulhersinha” que lhe mereceu “a maxima confiança por ser sincera e verdadeira” e por o seu relato ser “corroborado por outras que o contaram, empregando as mesmas palavras e citando os mesmos factos”. E o testemunho é feito numa “inflexão de voz, que bem deixava transparecer a emoção que sentia”, relatando os factos extraordinários que presenciara. Apesar disso, o autor termina “formulando uma opinião ácerca do que acabava de ouvir”, e que é a de tratar-se

“d’uma premeditada especulação financeira, cuja fonte de receita existe nas entranhas da serra, em qualquer manancial de aguas mineraes que recentemente tenha descoberto algum individuo astucioso que, á sombra da religião, quer transformar a serra d’Aire numa estancia miraculosa como a velha Lourdes”²¹⁶.

O primeiro jornal regional – e o segundo do País²¹⁷ – a fazer eco do assunto foi *O Mensageiro*, com a reprodução deste mesmo artigo de *O Século*, dois dias depois. Apesar de ter feito a transcrição integral do texto, incluindo a opinião do autor sobre a possível “especulação financeira”, *O Mensageiro* não usa o mesmo título, mudando-o para “Aparição miraculosa?”. Uma alteração compreensível num jornal católico que, ainda que não quisesse

²¹⁶ DCF III 1, 34-35.

²¹⁷ Juntamente ao diário católico *Liberdade*, que, também com a data de 25 de Julho, publica uma nota muito breve sobre as aparições (cf. DCF III 1, 36).

assumir algum crédito às aparições, não iria também apresentar o assunto sob a perspectiva de se tratar de uma história forjada pelos crentes.

O primeiro texto inédito num jornal regional aparece passados outros dois dias, a 29 de Julho, em *O Ouriense*, dirigido pelo pároco de Vila Nova de Ourém, num tom menos céptico quanto à veracidade dos factos, apesar de não a afirmar directamente, mas assumindo uma postura maravilhada e algo esperançosa de que a “Rainha dos Anjos” possa vir a “fazer desta freguesia uma segunda Lourdes”²¹⁸.

Só depois dos episódios verificados a 13 de Agosto, com os videntes ausentes da Cova da Iria por terem sido levados pelo administrador para Vila Nova de Ourém, aparecem novas referências na imprensa, intensificadas depois da aparição de Setembro e com o aproximar da de Outubro. O católico *Liberdade* conta resumidamente esse episódio na edição de 18 de Agosto²¹⁹, a mesma data em que o republicano *O Mundo* aborda Fátima pela primeira vez, numa longa dissertação sobre essa e outras aparições, como invenções de “impostores” que “negoceiam com a crença religiosa”, voltando à carga no dia seguinte²²⁰. Nas suas edições de 24 de Agosto²²¹, os jornais nacionais *O Mundo* e *O Século* referem-se à intervenção de Tomás da Fonseca no senado, com críticas severas às manifestações religiosas em Fátima e o apelo à intervenção do Governo para lhes pôr um fim²²².

Entretanto, no jornal de 22 de Agosto, *O Mensageiro* tinha surgido com o segundo texto inédito regional sobre Fátima. Refere que “são já bastante conhecidos os factos”, diz não querer “emitir o nosso juízo nem anteciparmo-nos á auctoridade competente”, mas “a titulo de informação e para satisfazer a legitima curiosidade dos nos leitores”, passa a publicar na íntegra a carta de uma testemunha presencial dos acontecimento de 13 de Agosto, com as crianças ausentes, “presas” pelo administrador. Na mesma edição se publica a carta do pároco

²¹⁸ Cf. DCF III 1, 38-39.

²¹⁹ Cf. DCF III 1, 45.

²²⁰ Cf. DCF III 1, 46-52.

²²¹ Cf. DCF III 1, 66-68.

²²² Cf. DCF III 1, 61-65.

de Fátima, a que anteriormente aludimos, com a justificação de não ter qualquer envolvimento no “rapto” dos pastorinhos (cf. OM 151, 2; DCF III 1, 54-59).

Quanto à restante imprensa regional, é por esta altura que começam a surgir notícias diversas. O *Correio da Extremadura*, de Santarém, publica uma pequena referência irónica a uma peregrinação, a 18 de Agosto, com a imprecisão do local Torres Novas, que irá corrigir para Fátima na edição do dia 25, continuando essas breves notas em 8 e 29 de Setembro²²³. Também o semanário republicano do distrito de Santarém, *O Debate*, surge a falar do “conto do vigário”, na edição de 23 de Agosto, voltando ao assunto a 13, 20 e 27 de Setembro²²⁴. O semanário regionalista liberal *Semana Alcobacense* aparece com a crítica ao “fanatismo em acção”, nas edições de 26 de Agosto e 2 e 16 de Setembro²²⁵. Também o semanário democrático regional *O Marinhense* sai ao ataque ao sobrenatural, a propósito de Fátima, na edição de 22 de Setembro²²⁶.

Mas é depois da última aparição que se regista uma verdadeira chuva de textos sobre Fátima, tanto a nível nacional como regional²²⁷.

O único trabalho jornalístico digno desse nome será o de *O Século*²²⁸, que envia o jornalista Avelino de Almeida ao local no dia 13 de Outubro²²⁹. A notícia que publica no dia 15 relata a viagem do jornalista, o cenário à chegada, as conversas e testemunhos que vai recolhendo de outros peregrinos e curiosos, o que observou pessoalmente durante a aparição em que “o sol «bailou»” e todo o desenrolar dos acontecimentos até à desmobilização da multidão, descrevendo com pormenor alguns personagens, desde o povo simples aos clérigos,

²²³ Cf. DCF III 1, 44 (847), 69, 87 e 125.

²²⁴ Cf. DCF III 1, 60, 93-96, 111-113, 120-123.

²²⁵ Cf. DCF III 1, 71, 79-82 e 98.

²²⁶ Cf. DCF III 1, 114-117.

²²⁷ A nível regional, a maioria das publicações existentes são republicanas. Só *O Mensageiro* e *O Ouriense* são católicos, sendo este último de carácter vicarial e, talvez devido aos ataques sofridos com o seu primeiro artigo, pouco falará sobre o assunto – em 1917 publica apenas mais dois artigos, em Novembro e Dezembro, pouco relevantes (cf. DCF III 1, 744 e 792).

²²⁸ Outros jornais nacionais iriam acompanhar os acontecimentos do dia, embora através de correspondentes locais ou colaboradores, como foi o caso do *Diário de Notícias* (cf. DCF III 1, 245-246) e de *A Ordem* (cf. DCF III 1, 261-264).

²²⁹ Na edição matutina desse dia já publicava um texto de reflexão sobre o que poderia vir a passar-se e preparando os leitores para a reportagem (cf. DCF III 1, 196-200).

estes “mais com os espectadores curiosos do que com os romeiros avidos de favores celestiais”. Por fim, sem tomar partido – “resta que os competentes digam de sua justiça” – não oculta que “o macabro bailado do sol” deixou impressionados os fiéis, mas também os “sujeitos fidedignos os livres pensadores e outras pessoas sem preocupações de natureza religiosa”²³⁰.

Este viria a ser o texto mais replicado e citado na época, também na imprensa regional, cujos quadros redactoriais reduzidos não permitiriam o envio de jornalistas em reportagem. Além das citações dos jornais nacionais, são sobretudo as cartas enviadas por amigos e outras testemunhas presenciais ou correspondentes paroquiais que servirão de fonte informativa. Aí, sim, surgem alguns textos inéditos, que passarão também a ser citados por outros.

O Mensageiro vai cumprir essas várias funções nos três artigos que publica na edição de 18 de Outubro. Um deles é uma carta enviada por um dos presentes na Cova da Iria (cf. OM 158, 1-2; DCF III 1, 315-318), outro é um artigo de análise às notícias publicadas na imprensa nacional (cf. OM 158, 2; DCF III 1, 319-320) e outro um misto de testemunho e resposta a um ataque publicado no *Jornal de Leiria* (cf. OM 158, 2; DCF III 1, 313-314).

Esta linha de confronto com a imprensa local republicana, que estava já latente desde o início dos relatos, vai explodir por esta altura. Isolado do lado católico, *O Mensageiro*, sem entrar na defesa da veracidade dos factos, assume-se como defensor combativo da honra e honestidade das pessoas que testemunham os acontecimentos na Cova da Iria. Como já atrás referimos, na troca de argumentos, há uma preocupação constantemente sublinhada de defesa da fé, dos católicos e da Igreja, denunciando a desonestidade intelectual e mesmo moral dos seus detractores²³¹.

Mas *O Mensageiro* vai dar ainda um contributo importantíssimo para a cobertura noticiosa e, mesmo, para a historiografia de Fátima. Numa iniciativa inédita e arrojada para o jornalismo regional, o padre Lacerda toma a decisão de ir entrevistar pessoalmente os

²³⁰ Cf. DCF III 1, 237-243.

²³¹ Cf. II, 1.1.

videntes, seis dias depois da última aparição, completando as declarações obtidas com as recolhidas pelo pároco de Fátima nos dias imediatos a cada uma das ocorrências mensais. Este será o primeiro material verdadeiramente original elaborado pelo jornal, publicado entre 8 e 29 de Novembro.

Na publicação da versão literária das entrevistas, o director de *O Mensageiro* revela uma abordagem equilibrada no contexto em que ocorrem os factos, que resume, de alguma forma, a que foi a do próprio jornal até esta altura. Primeiro, fala do assunto com alguma desconfiança sobre a sua veracidade; depois, confessa a inclinação pela ordem sobrenatural dos acontecimentos, ou, pelo menos, a dificuldade em explicá-los naturalmente; finalmente, toma a decisão dos católicos mais informados, de aguardar pela decisão da Igreja, mas sem abandonar a defesa de quem afirma sem medo a sua posição de católico.

Vimos como, ao longo dos anos que se seguiram, foi variando a abordagem de *O Mensageiro* às aparições e às peregrinações que se sucederam. Entre momentos de silêncio, de exaltação ou de crítica, podemos afirmar que este jornal católico acompanhou o ritmo informativo geral sobre o assunto. Embora algo condicionado à personalidade e às causas pessoais do seu corpo redactorial, com o padre Lacerda à cabeça, esteve presente nos principais momentos, acompanhou o seu desenvolvimento e afirmou-se como parte interessada na própria construção da história de Fátima.

É de salientar, nesta análise do impacto sobre a imprensa, o aparecimento de mais um jornal católico na região, em 1922, precisamente em resultado dos próprios acontecimentos. A *Voz da Fátima* surge como jornal oficial da mensagem e do movimento religioso nascido nas aparições e, curiosamente, não nos parece acolhido muito calorosamente por *O Mensageiro*. Foi evidente, como vimos, a pouca relevância dada a esta nova publicação e, posteriormente, o padre Lacerda tentaria lançar a sua própria revista sobre Fátima, ligada a *O Mensageiro*, não sabemos se apenas com a intenção de reforçar a divulgação da Cova da Iria, ou se por considerar que a *Voz da Fátima* não cumpria esse papel da forma como ele o desejava.

Para a restante imprensa, sobretudo a republicana, a *Voz da Fátima* significou apenas a oficialização de uma edição de propaganda religiosa das aparições. Mas, contraditoriamente, podemos afirmar que foi precisamente a atenção mediática dada ao assunto pelos jornais republicanos, tanto nacionais, como regionais, que mais contribuiu para a sua difusão e tão rápida expansão a nível nacional e, até, internacional. Não só porque a divulgação das aparições apenas na rede de jornais da Igreja teria muito menos impacto, mas também porque muitos dos textos das edições católicas foram publicados em reacção aos ataques que outros jornais lançavam sobre as aparições, os videntes e os fiéis que ali se deslocavam e testemunhavam a sua fé no sobrenatural.

Podemos dizer que, durante toda a primeira década – e, claro, para além dela –, esta tendência se manteve. O tema de Fátima continuou a marcar presença na imprensa nacional e regional, surgindo, sobretudo, por ocasião das grandes peregrinações de Maio e Outubro.

Os jornais católicos, sobretudo após a provisão de 1922, abandonaram as dúvidas sobre a veracidade das aparições e concentraram-se na divulgação das grandes peregrinações, do crescimento do novo santuário, dos milagres com que Nossa Senhora premiava os crentes, e da fé que o povo português ali manifestava tão expressivamente.

Os jornais republicanos, sobretudo os mais radicais, mantiveram-se firmes na acusação da construção de uma fonte de rendimentos à custa de um embuste fabricado pelos clérigos. Por outro lado, aproveitavam todos os detalhes para sublinhar as contradições na mensagem dos videntes, a ignorância dos peregrinos que se deixavam enganar pelos padres, e as manobras das autoridades eclesiásticas para controlar e consolidar este santuário.

2.2 – O impacto na população

Vimos na primeira parte deste estudo como o concelho de Vila Nova de Ourém e a freguesia de Fátima, em particular, não eram propriamente um “deserto” perdido na serra, como por vezes se afirma com alguma facilidade. Apesar do ambiente maioritariamente rural e de algum isolamento geográfico a que a própria orografia a votava, esta região tinha bastante dinamismo agrícola e comercial, uma vida política muito participativa e uma prática religiosa activa. Ainda assim, Vila Nova de Ourém era apenas mais um concelho do distrito de Santarém, e Fátima não deixava de ser uma pequena freguesia desconhecida para a esmagadora maioria da população portuguesa. A aldeia de Aljustrel era um minúsculo aglomerado populacional e a Cova da Iria uma depressão de pastoreio desabitada e inóspita.

Com as primeiras notícias das aparições, todos estes nomes começam a saltar para a ribalta nacional, inicialmente com algumas imprecisões de localização, mas, a pouco e pouco, ganhando estatuto de locais famosos e sendo alvo da romaria de gentes de todo o País.

Quando se espalha por Aljustrel o primeiro rumor de Nossa Senhora ter aparecido a uns pequenos pastores, apenas a pacata vida da aldeia se agita um pouco. Mas rapidamente o pároco de Fátima é avisado e toda a freguesia toma conhecimento das novidades. O facto é que, logo no mês de Junho, já foram várias dezenas as pessoas que quiseram acompanhar os pastorinhos ao local onde diziam que Nossa Senhora voltaria a aparecer-lhes.

Vimos como no início do ano de 1917 se tinha registado algum endurecimento na administração republicana, nomeadamente, na aplicação da Lei da Separação. É de imaginar que uma maior repressão sobre as manifestações religiosas populares levasse as pessoas a não quererem provocar as autoridades, evitando procissões, romarias e concentrações. No entanto, pelos relatos que analisámos nos jornais da época, verificámos como essa preocupação não era muito tida em conta pelos cristãos desta região, onde continuava a verificar-se uma prática religiosa regular e numerosa, mantendo vivas muitas das tradições de manifestação pública da

fé, como era o caso da visita pascal e das festas dos padroeiros. Não será, por isso, de estranhar que, na terceira aparição, se tivessem deslocado à Cova da Iria alguns milhares de pessoas, apesar de começarem a surgir avisos das autoridades do concelho de Vila Nova de Ourém contra essas concentrações de crentes.

É precisamente quando essa repressão se acentua, ao ponto de o administrador do concelho afastar os videntes do local no dia 13 de Agosto, impedindo a sua presença na Cova da Iria, que a força das multidões começa a ser mais significativa. Tornava-se evidente que, se individualmente as pessoas podiam ter algum receio de enfrentar as autoridades, em ajuntamentos numerosos não mostravam qualquer temor em expressar publicamente a sua religiosidade, mesmo quando ameaçadas pela possível intervenção policial, como adiante veremos.

Nesta altura, já não eram só os habitantes locais que conheciam a história. Os jornais tinham surgido com as primeiras notícias e os testemunhos dos que acompanharam as primeiras ocorrências espalhavam-se como um contágio. Os milhares que ali acorreram em Setembro vinham já de toda a região e, mesmo, de zonas mais afastadas.

Fátima estava, definitivamente, no mapa das conversas por todo o País. A mobilização para testemunhar o milagre prometido para Outubro foi geral e juntou na Cova da Iria algumas dezenas de milhares de pessoas²³². Diz *O Século* que

“o grosso dos romeiros, milhares de criaturas que foram de muitas leguas ao redor e a que se juntaram fieis idos de varias províncias, alemtejanos e algarvios, minhotos e beirões, congregam-se em torno da pequenina azinheira”²³³.

²³² No artigo de *O Século* de 15 de Outubro, Avelino de Almeida refere que “calculos desapaixonados de pessoas cultas e de todo o ponto alheias ás influencias misticas computam em trinta ou quarenta mil criaturas” (cf. DCF III 1, 241). No mesmo jornal, no dia seguinte, João Verdades afirma que “cêrca de cincoenta mil pessoas se mobilisaram para presenciar um milagre” (cf. DCF III 1, 269). O *Diário de Notícias* do dia 15 aponta “mais de 50 mil pessoas” (cf. DCF III 1, 245). Em edições do dia 16, o madrileno *ABC* repete o número 40.000 (cf. DCF III 1, 259) e o portuense *O Primeiro de Janeiro* fala em “entre quarenta e cincoenta mil pessoas” (cf. DCF III 1, 268). *O Mensageiro* cita o número “quarenta mil” de *O Século* na edição do dia 18 (cf. OM 158, 2; DCF III 1, 319), aponta para as “50 mil pessôas” na edição de 25 (cf. OM 159, 1; DCF III 1, 442) e volta a referir “40 ou 50 mil” na edição de 1 de Novembro (cf. 160, 1; DCF III 1, 580). Nas cartas particulares que circularam nessa altura, houve quem apontasse números bastante superiores, na ordem das 60 mil (cf. DCF III 1, 212), ou 100 mil pessoas (cf. DCF III 1, 229).

²³³ Cf. DCF III 1, 240.

As aparições vieram trazer um movimento nunca visto por estas paragens, mas seria a continuidade das romarias de fiéis, sobretudo nos dias 13 de cada mês (cf. OM 365, 2; DCF III 3, 350), que viria a transformar por completo as rotinas das populações locais e vizinhas. Uma verdadeira onda de transformações a nível regional começava a adivinhar-se com contornos de grandiosidade. Percebe-se que essa perspectiva existia já nesta altura, por exemplo, no artigo que Avelino de Almeida publica em *O Século* no dia 13 de Outubro, em antecipação aos acontecimentos que esperavam para esse dia, ao afirmar que

“ha quem, a par de uma ampla e sumptuosa igreja constantemente repleta, imagine vêr levantados vastos hoteis com todos os confortos modernos, bem fornecidas lojas atulhadas de mil e um objectos de piedade, comemorativos da Senhora de Fátima – e construído um ramal de caminho de ferro que nos conduza ao futuro miraculoso santuario com mais comodidade do que as traquitanas que para lá acarretam agora a maioria dos fieis e dos curiosos...”²³⁴.

Vimos como o padre Lacerda era um dos que teriam partilhado desta visão desde bem cedo, assumindo, sobretudo a partir de 1922, a frequente defesa de melhorias da rede viária e ferroviária da região, da elaboração de um plano de urbanização para a Cova da Iria, do aproveitamento turístico das grandes peregrinações, etc.

Vimos também como essa não parecia ser a opinião inicial do bispo de Leiria. Mas o facto de ter começado a dar ordens para algumas construções e para a aquisição de terrenos à volta do local das aparições, logo ao tomar posse em 1920 e, sobretudo, a partir de 1924, denota que esse cenário do nascimento de uma nova zona urbana começava a ter contornos bem reais.

E o facto é que, após uma década da data das aparições, quando o Prelado leiriense vai ali presidir pela primeira vez a uma celebração e nomeia uma capelania permanente para o santuário, havia já bastantes construções e uma intensa actividade comercial e turística na

²³⁴ DCF III 1, 199-200.

Cova da Iria, estava em conclusão o projecto para uma grande basílica, cuja primeira pedra seria lançada em 1928, e eram evidentes os sinais de que uma “nova Lourdes” estava a nascer.

No desenrolar do processo, *O Mensageiro* mostrava-se atento a essa realidade, apontava necessidades e ideias para incrementar e regular esse dinamismo e defendia projectos de grande envergadura, como o caminho de ferro entre Nazaré, Fátima e Tomar.

Ao mesmo tempo, o padre Lacerda ligava o desenvolvimento local ao regional, onde o impacto de Fátima também chegava, sobretudo à cidade de Leiria, a Torres Novas, a Ourém e à Batalha. As grandes massas de visitantes causadas pelas peregrinações incrementaram inúmeros negócios, sobretudo nas áreas dos transportes, da restauração, da hotelaria e do comércio em geral. É dele a primeira campanha pela optimização da rede turística “Fátima – Batalha – Leiria”, cujo desaproveitamento é imputado à incompetência e inoperância da Comissão de Turismo leiriense.

Em resumo, dez anos depois das aparições, a população de Fátima e dos arredores vivia uma realidade completamente alterada. As melhores vias de acesso diminuía o isolamento a que estava votada, as actividades comerciais começavam a ganhar terreno às agrícolas e o papel de grande centro nacional de peregrinações tinham-na retirado do anonimato.

2.3 – O impacto na administração política e na hierarquia da Igreja

Desde que surgem as primeiras notícias de que umas crianças de Aljustrel afirmavam terem visto Nossa Senhora, começam as movimentações das autoridades políticas e religiosas para apurarem e, de certa forma, controlarem o que se passava.

Dado o ambiente de tensão que se vivia entre o Estado e a Igreja, nomeadamente, pelas disposições da Lei da Separação, era previsível que ambas tivessem interesse em abafar o caso e acabar com a história, o mais rapidamente possível.

Da parte das autoridades civis, o principal incómodo vinha da movimentação social que se registou logo no segundo mês, com a concentração de fiéis na Cova da Iria. Para além da afronta à proibição em vigor quanto às manifestações públicas de culto, era uma afirmação de vigor da religiosidade popular, que o regime republicano tentava por todos os meios refrear.

Para as autoridades eclesiásticas, que procuravam conquistar liberdades perdidas e garantir uma coexistência pacífica com o governo da nação, este tipo de episódios poderia atrair uma maior repressão e trazer represálias que seriam um entrave aos seus intentos. Por outro lado, o crescimento e divulgação da história, caso viesse a revelar-se mais uma das falsas aparições já conhecidas, significaria maior descrédito para a Igreja e a fé dos cristãos.

Assim, tanto de um lado, como do outro, há uma imediata abordagem aos videntes e suas famílias, na tentativa de averiguar a veracidade ou mentira dos relatos que correm pela aldeia.

O primeiro a interrogar os videntes foi o pároco de Fátima, poucos dias depois da primeira aparição, repetindo os interrogatórios todos os meses em que estas eram afirmadas pelos videntes, algumas vezes logo no dia seguinte²³⁵.

Mas também o administrador do Concelho não demoraria muito a querer interrogar as crianças e os pais, chamando-os à sua presença²³⁶. Não conseguindo encontrar forma de desmascarar a hipotética fraude, decide uma forma mais prática de resolver o assunto, retirando os videntes do cenário miraculoso previsto para o dia 13 de Agosto. Deslocando-se a sua casa nesse mesmo dia, com a desculpa de os querer interrogar em casa do pároco, acaba por os conduzir a sua própria casa e à sede da administração, onde os mantém retidos durante dois dias, com novos interrogatórios²³⁷.

A 23 de Agosto é exilado o Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, da sua sede episcopal para Santarém, o que terá provocado algum atraso na reacção do prelado de Lisboa, a que pertencia a paróquia de Fátima durante o período de extinção da diocese leiriense.

²³⁵ Cf. DCF I, 5-25

²³⁶ O primeiro interrogatório terá sido a 11 de Agosto (Cf. DCF I, 369-375).

²³⁷ Cf. DCF I, 377-382.

Mas, no dia 13 Setembro, vindo de Santarém, aparece entre a multidão o padre Formigão, que irá, dias depois, iniciar a sua longa série de interrogatórios, “muito provavelmente [...] a pedido do Patriarcado de Lisboa”²³⁸.

Já com a certeza do envolvimento directo do Arcebispo de Mitilene, que ficou a governar o Patriarcado, é ordenada, a 19 de Outubro, a execução dos inquéritos vicariais de Porto de Mós e de Ourém e, a 3 de Novembro, o processo paroquial de Fátima²³⁹.

Em resultado destes inquéritos e dos testemunhos recolhidos, os padres envolvidos inclinam-se para considerar que os relatos dos videntes são fidedignos, destacando-se o estudo apologético redigido pelo padre Formigão em Novembro de 1917²⁴⁰.

Ainda assim, enquanto decorreram as aparições e nos primeiros tempos de peregrinações, os clérigos abstiveram-se de participar, ou mantiveram-se relativamente anónimos. O próprio pároco iria referir, na carta de 28 de Abril de 1919 que acompanhou o envio do relatório paroquial ao Arcebispo de Mitilene, que “tenho-me absterido completamente de induzir os fieis a tais visitas. Eu apenas fui ao local trez vezes, a treze de setembro e outubro de 1918 e a treze do corrente mez”²⁴¹.

Avelino de Almeida, no seu artigo de 13 de Outubro de 1917 em *O Século* confirma-o:

“O clero local, bem como o das redondezas, guarda, na aparência, uma prudente reserva sobre o que se está passando. É das tradições da Igreja. Em voz alta assevera que todo o escrupulo será pouco em conjuntura tal, porque o demonio tambem as tece; mas no seu intimo rejubila com o movimento de peregrinos que desde maio engrossa e avulta de mez para mez”²⁴².

Esse afastamento ou recato é confirmado em muitos outros documentos e notícias nos primeiros anos, apesar de ser evidente a movimentação de alguns padres na promoção de Fátima, com especial destaque para o padre Formigão. Mas um envolvimento mais “oficial” é

²³⁸ DCF I, X. Sobre os interrogatórios do padre Formigão, cf. DCF I, 27-183.

²³⁹ Cf. DCF I, 197-312.

²⁴⁰ Cf. DCF I, 185-196.

²⁴¹ DCF I, 311.

²⁴² DCF III 1, 199.

evitado, como prova a recusa do cardeal Patriarca em autorizar uma Missa campal na Cova da Iria, a 13 de Maio de 1920²⁴³.

Já a 30 de Setembro de 1921, *O Mensageiro* relata a breve passagem do novo bispo da diocese restaurada de Leiria pela Cova da Iria, onde rezou o terço, por ocasião de uma visita pastoral às freguesias de S. Mamede e de Fátima (cf. OM 344, 1; DCF III 3, 197-188).

Mas só depois de Maio de 1922, quando o bispo de Leiria publica a Provisão e nomeia a Comissão para o Processo Canónico Diocesano, a hierarquia se assume verdadeiramente interessada em Fátima e em regular o que por ali se passa. No primeiro grande relato que faz de uma peregrinação em nome próprio, a 20 de Maio de 1922, o padre Lacerda refere isso mesmo: “Pela primeira vez se notou entre os peregrinos grande número de eclesiásticos, mas só um reduzido número tomou parte nos actos de culto” (OM 374, 1; DCF IV 1, 156-160).

E, se tardou bastante mais a presença “oficial” do Prelado leiriense a presidir a uma celebração no recinto das aparições, tal ficou a dever-se, precisamente, ao atraso na elaboração do processo por parte da Comissão Canónica. Isso mesmo terá dito o bispo ao padre Manuel Pereira da Silva: “a culpa de eu não ir é vossa, que não trataes do processo”²⁴⁴.

Entretanto, as autoridades civis mantinham a linha de conduta inicial, como tivemos já ocasião de descrever neste estudo. O Governo de Lisboa discute o assunto e pede intervenção ao Governador Civil de Santarém. Este, por sua vez, delega no administrador de Vila Nova de Ourém e, por algumas vezes, assume ele próprio o comando das operações. O objectivo, que será mantido por toda esta primeira década de peregrinações, é o de as proibir e tentar, com recurso às forças policiais, evitar que se concretizem os ajuntamentos de devotos em Fátima.

É evidente que os meios ao dispor das autoridades são totalmente ineficazes para suster os milhares de pessoas que se juntam em Fátima. Na maioria das vezes, as ordens superiores ficam por cumprir, uma decisão que *O Mensageiro*, por vezes, atribui ao bom senso do

²⁴³ Cf. DCF III 2, 284 e 306.

²⁴⁴ Cf. DCF IV 4, 462.

administrador²⁴⁵. É claro que, para além de saber ser incapaz de o fazer, não agradaria ao administrador do concelho afrontar as populações locais ou criar alguma situação de violência que viesse a prejudicar os seus eleitores.

Mantém-se também, tanto na correspondência trocada entre as autoridades, como nas notícias que a imprensa republicana vai publicando, a acusação de que aquela tinha sido uma fabricação dos padres, que criaram a encenação e manipularam os videntes²⁴⁶, ou a argumentação de que se tratava de crianças afectadas psicologicamente²⁴⁷.

Apesar de todas essas movimentações, das provocações constantes na imprensa, da organização de conferências republicanas contra a existência de milagres e a verdade da religião, da repressão por todos os meios ao seu alcance, podemos dizer que a autoridade política não conseguiu vencer uma única batalha desta guerra. As aparições trouxeram um impacto muito negativo para a demonstração da sua capacidade governativa local. Aos poucos, teve mesmo de ajudar o adversário, como no caso da melhoria das condições locais e das vias de acesso, quando tal começou a ser exigido pela constante e numerosa afluência de peregrinos. Visto pela perspectiva do desenvolvimento local que se registava já nos finais dos anos 20, o impacto terá sido, nesse caso, positivo para a administração concelhia e até para os concelhos vizinhos, tanto no distrito de Santarém, como no de Leiria.

Podemos também afirmar que o impacto foi positivo para a Igreja, saindo vencedora deste embate, porque soube gerir bastante bem o seu envolvimento. Venceu, no fundo, porque se juntou aos verdadeiros protagonistas na história da imposição de Fátima como grandioso acontecimento histórico: as multidões de crentes que nunca pararam de crescer.

Muito para além das provas de veracidade das aparições aos três pastorinhos e dos milagres que se realizavam por intercessão da Senhora de Fátima, foi todo o contexto da época que potenciou essa adesão de massas, o verdadeiro motor do sucesso desta história.

²⁴⁵ Cf., p.e., OM 374, 20.05.1922, 1; DCF IV 1, 159.

²⁴⁶ Cf., p.e., DCF I, 262, 294-295, 374-382; DCF III 1, 757, 764.

²⁴⁷ Cf., p.e., DCF I, 375.

3. Pistas para uma leitura teológica

Na análise efectuada à abordagem de *O Mensageiro* e outras publicações às aparições de Fátima, foram surgindo diversas questões que merecem tematização teológica, para além das próprias da História da Igreja Contemporânea em que nos situamos, que, por não constituírem o objecto principal deste trabalho e para se evitar a demasiada extensão do texto, não foram aprofundados.

Aliás, nesta primeira década, não são tanto os temas da teologia dogmática, litúrgica ou pastoral da mensagem mariana que constituem tema de discussão ou de divulgação, mas mais o facto em si de uma revelação sobrenatural significar o apoio divino ao povo português em sofrimento e, em geral, ao mundo em contexto de guerra, bem como à Igreja que vivia tempos conturbados no quadro das transformações socioculturais e políticas trazidas pela I República.

É sabido como grande parte dos conteúdos do actual corpo teológico de Fátima surgiram e foram aprofundados apenas quando Lúcia passa a escrever com mais pormenor o que terá visto e ouvido em cada uma das aparições, a partir de finais dos anos 20, inícios dos anos 30, constituindo aquilo a que actualmente se chama Fátima II. Mas é lícito afirmar que “não há heterogeneidade entre Fátima I e Fátima II. Fátima I manifesta já os elementos significativos que serão completados e explicados nos escritos de Lúcia a partir de 1929”²⁴⁸.

Uma licitude que advogamos a partir do actual estado da discussão teológica sobre esta questão²⁴⁹.

²⁴⁸ R. LAURENTIN, “Fátima”, in R. LAURENTIN e P. SBALCHIERO (dir.), *Dictionnaire des «apparitions» de la Vierge Marie: Inventaire des origines à nos jours: Méthodologie, bilan interdisciplinaire, prospective*, Fayard, Paris, Nouvelle édition corrigée, 2007, p. 327.

²⁴⁹ Têm constituído importantes momentos da discussão teológica sobre as aparições os vários congressos internacionais promovidos pelo Santuário de Fátima. Em 1997, por ocasião do 80.º aniversário das aparições, o congresso assume a vasta temática da “Fenomenologia e Teologia das Aparições” e é considerado por Jacinto Farias, numa das intervenções finais, como “um acontecimento científico de extraordinária importância”, precisamente, para a “reflexão crítica” sobre a questão se serão, ou não, “dois fenómenos absolutamente distintos: Fátima I, a dos interrogatórios em 1917, e Fátima II, a partir de 1927 e sobretudo das «Memórias»”. Defendendo o afastamento de posicionamentos radicais de aceitação ou recusa, este autor estabelece vários critérios de análise à credibilidade dos testemunhos posteriores da vidente Lúcia e conclui que “os estudos

Portanto, é já possível utilizar os dados iniciais para um tratamento teológico, não apenas no âmbito da História da Igreja, até porque não é possível isolar completamente as várias áreas do estudo teológico na abordagem de qualquer que seja o tema, já que as suas implicações, de forma mais ou menos directa, acabam por afectar todas elas.

Neste último capítulo, procuraremos sistematizar alguns desses tópicos da problematização teológica que poderão ser retomados para a continuidade e aprofundamento futuro deste estudo. Sem a preocupação de um levantamento exaustivo de todas as possibilidades temáticas, indicam-se as que sobressaem com mais evidência e que nos parecem mais relevantes no levantamento histórico anteriormente efectuado, dividindo-as pelas duas grandes áreas da teologia dogmática e da teologia prática²⁵⁰.

3.1 – Teologia Dogmática

As aparições de Fátima, sobretudo nestes primeiros dez anos da sua história, em que o desenvolvimento do seu conteúdo dogmático era praticamente nulo, não fornecem escritos ou outros dados que permitam uma reflexão sistemática da sua teologia ou da sua espiritualidade.

Aliás, todo o conteúdo posterior será constituído por

“elementos de extrema simplicidade, numa linguagem que se aproxima da profecia e da apocalíptica bíblica, tudo se concentrando [...] na mensagem evangélica da conversão e da mudança de vida, no convite à oração e na disponibilidade para o sacrifício, como forma de reparação pelo pecado do mundo”²⁵¹.

críticos até agora feitos, especialmente neste Congresso, vão na linha não só da autenticidade autoral [...], mas também da autenticidade eclesial do testemunho” (cf. J. FARIAS, “O conteúdo teológico do «Segredo» nas ‘Memórias’ de Lúcia”, in CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA (9-12 de Outubro de 1997), *Actas do Congresso Internacional da Fátima «Fenomenologia e Teologia das Aparições»*, Santuário de Fátima, Fátima, 1998, 773-793).

²⁵⁰ Embora ainda numa perspectiva de análise histórica, poderá constituir uma boa base de trabalho o capítulo “As práticas culturais de Fátima”, em L. TORGAL, *As «Aparições de Fátima»*, 89-145.

²⁵¹ J. FARIAS, “Redenção”, in *Enciclopédia de Fátima*, 447.

Ainda assim, os dados recolhidos sobre os acontecimentos de Fátima podem ser alvo da atenção de diversas disciplinas da teologia dogmática, se não pelas poucas informações veiculadas, pelo menos, pelos cruzamentos possíveis com as suas matérias específicas. Será o caso da abordagem aos conteúdos comunicados, por exemplo, sobre o Mistério de Deus Trindade, a centralidade de Cristo e o papel de Maria na história da salvação, a noção de pecado e de penitência como caminho reparador, o significado da intervenção divina através de curas e milagres, ou a mensagem escatológica que perpassa nos “avisos” de guerra, destruição e inferno. Finalmente, será de considerar o estudo eclesiológico do modo como a Igreja acolheu estes acontecimentos e se organizou internamente para os processos de reconhecimento e de (re)configuração da sua mensagem e expressão.

Uma problemática inicial poderá ser a compreensão do próprio fenómeno das aparições e da sua integração no conjunto da Revelação de Deus à humanidade, como comunicação privada que se integra na revelação pública expressa na Bíblia e na Tradição, actualizada no Magistério da Igreja. Perceber de que forma os primeiros textos denotam uma adequação da sua mensagem ao papel específico das revelações privadas reconhecidas pela autoridade da Igreja, que “não é «aperfeiçoar» ou «completar» a Revelação definitiva de Cristo, mas ajudar a vivê-la mais plenamente, numa determinada época da história”²⁵². Para este estudo, será de considerar a forma de relação escolhida por Deus para se comunicar com o homem, no caso concreto, através de Maria a três crianças, e o modo como essa iniciativa divina de revelação se justifica no contexto do tempo e lugar em que ocorreu. No fundo, seria fazer

“uma análise crítica e uma actualizada leitura hermenêutica dos textos de Fátima, de forma a pôr em evidência os dinamismos fundamentais que os mesmos deixam transparecer, numa perspectiva de actualização constante da perene mensagem que a Sagrada Escritura nos oferece”²⁵³.

²⁵² CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, n. 67.

²⁵³ J. LOURENÇO, “Aparições e história da salvação: uma hermenêutica crítica e teológica”, *Fenomenologia e Teologia das Aparições*, 773-793.

É interessante verificar, por exemplo, como os primeiros textos usam desde logo a expressão “aparições”, apontando a perspectiva prioritária da iniciativa comunicacional de Deus, em detrimento do termo “visões”, que centraria o olhar sobre o papel do homem na recepção dessa comunicação e a experiência religiosa pessoal que caracteriza esse acolhimento do sobrenatural²⁵⁴. No caso de Fátima, parece claro que o interesse pelo acontecimento supera a atenção dada aos videntes. Considerados como veículos da comunicação divina, através de Nossa Senhora, os pastorinhos são vistos como receptores privilegiados, mas não únicos, dessa mensagem. Sobretudo depois dos factos testemunhados pela multidão em Outubro, a aparição passa a ter um destinatário comunitário e, mesmo quando os videntes deixam de frequentar o local, os fiéis continuarão a corresponder em número crescente aos apelos de oração e penitência.

Esta reflexão sobre o modo como os pastorinhos acolhem a revelação e a comunicam, como assumem o seu papel de “videntes” e como incluem as multidões na sua própria experiência mística será importante para a verdadeira compreensão dos acontecimentos:

“Visões e audições identificadas como simples iluminação pessoal tendem a ser intuitivas e de conteúdo autoritário [...] e os receptores reagem, frequentemente, de forma defensiva às críticas, como se estivessem a ser isolados por quem «não os compreende» ou «não está preparado para aceitar» as «verdades expostas». Em contrapartida, revelações credíveis quanto à sua origem sobrenatural destacam-se pela reflexão pessoal e comunitária que desencadeiam, assim como pela transformação que provocam na vida do vidente”²⁵⁵.

Nos textos iniciais, também as declarações das crianças sobre o que a Senhora lhes terá dito eram relegadas para um plano secundário, perante o dado extraordinário que constituía o próprio facto de dizerem que ela lhes aparecia. Esse desinteresse pelos conteúdos é patente logo no primeiro artigo da imprensa sobre o assunto, em *O Século* de 23 de Julho de 1917, onde refere:

²⁵⁴ É interessante verificar que o bispo D. José faz essa distinção na sua carta pastoral de 13 de Outubro de 1930, quando fala do acontecimento como sendo “aparições”, mas declara como dignas de crédito, não as “aparições” – iniciativa divina –, mas as “visões das crianças” – a veracidade da experiência que viveram de acolhimento da revelação mariana (cf. DCF II, 263-276).

²⁵⁵ P. STILWELL e C. CARVALHO, “Aparições”, In *Enciclopédia de Fátima*, 43-44.

“Entre muitas coisas que lhe disse, a principal foi anunciar-lhe a sua reaparição do dia 13 a um mez e no mesmo sitio, aparecendo ainda mais outra, para declarar o motivo por que tinha vindo ao mundo”²⁵⁶.

Curiosamente, será o republicano *O Mundo* o primeira a revelar alguns conteúdos da revelação, na edição de 19 de Agosto de 1917:

“O inicio da especulação clerical foi em 13 de maio. [...] A *senhora* disse aos pastorinhos que deviam aprender a ler e a escrever e que no dia 13 de cada mês lhes apareceria no mesmo sitio, junto a uma carvalheira. No dia 13 de outubro desceria pela ultima vez do ceu á terra para fazer a paz no mundo – e acabar com a guerra. Todas as pessoas que não acreditassem na sua obra seriam castigadas”²⁵⁷.

Nem a famosa notícia de *O Século* sobre a aparição de Outubro vai dizer mais sobre a mensagem da aparição do que “Lucia, a que fala com a Virgem, anuncia, com ademanes teatraes, ao colo de um homem, que a guerra terminára e que os nossos soldados iam regressar...”²⁵⁸.

A referência à guerra é também um tema isolado que outros jornais referem. Só na edição de 16 de Outubro do católico *A Ordem* surgirá mais informação:

“ellas affirmavam ter-lhes n’esse dia apparecido mais uma vez Nossa Senhora recommendando aos fieis que fizessem penitencia e rezassem muito e lhe erigissem uma capella modesta no logar das aparições, promettendo para breve a paz e o regresso dos soldados portuguezes”²⁵⁹.

Também o testemunho de Carlos Silva que *O Mensageiro* publica na edição de 18 de Outubro faz um resumo da mensagem:

“A guerra acaba por estes dias; brevemente os nossos soldados regressam a Portugal; os homens devem ser bons uns para os outros; rezem o terço e façam uma capela pois que sou a Senhora do Rosário.” (OM 158, 1; DCF III 1, 317)

²⁵⁶ DCF III 1, 35.

²⁵⁷ DCF III 1, 50.

²⁵⁸ DCF III 1, 242.

²⁵⁹ DCF III 1, 262.

O primeiro jornal a fornecer dados mais concretos sobre os conteúdos da revelação mariana será precisamente *O Mensageiro*, ao publicar as entrevistas do padre Lacerda aos videntes, que, como vimos, continham na versão publicada alguns acrescentos retirados dos primeiros interrogatórios efectuados pelo pároco de Fátima. Citamos os excertos onde se apresentam essas revelações, em três edições de Novembro de 1917:

“Não tenham medo, que não faço mal: que fôssemos lá seis vezes até fazer seis mezes e depois dizia o que queria” (OM 161, 2; DCF I, 354).

“Que continuássemos a ir á Cova da Iria e que aprendéssemos a lêr. [...] Quero-te dizer que voltem cá no dia 13: rezem o terço a Nossa Senhora do Rosario, que abrande a guerra, pois só ella é que podia valer. [...] D’aqui a tres mezes farei com que todos se acreditem.” (OM 162, 2; DCF I, 357)

“Voltem á Cova da Iria; se não tivessem abalado contigo seria o milagre mais conhecido; viria S. José com o Menino Jesus. [...] Continua a rezar o terço á Senhora do Rosário, que abrande esta guerra, que a guerra está para acabar; para o ultimo dia ha de vir S. José dar a paz ao mundo; volta aqui no dia 13 d’outubro. [...] Que não ofendesse a gente mais a Deus Nosso Senhor, que Ele já estava muito ofendido²⁶⁰: – Que rezasse a gente o terço a Nossa Senhora do Rozario para que Deus nos perdoasse os nossos pecados, querendo a gente ir para o Ceu: – Que fizéssemos ali uma Capelinha á Senhora do Rosario, querendo: – Que a guerra acabava ainda hoje e que esperassem pelos nossos militares muito breve.” (OM 163, 2; DCF I, 359-360)

Por esta altura, outros jornais começam a apontar alguns destes tópicos da mensagem das aparições, resumidos no anúncio do fim da guerra, na recomendação da oração e da penitência²⁶¹ e no pedido de construção de uma capela. Mas o centro dos artigos é a pergunta pela veracidade das aparições, o relato testemunhal dos acontecimentos de 13 de Outubro e, sobretudo, a discussão sobre ter sido ou não um milagre o que acontecera com os fenómenos solares descritos por inúmeras testemunhas.

²⁶⁰ Este será, do ponto de vista teológico, um dos temas mais importantes. “«Não ofendam mais a Deus, Nosso Senhor!» Está aqui o fulcro da mensagem de Fátima. Este é o seu núcleo central. E como a única maneira de não ofender Deus é viver a bem com Ele, conclui-se que o núcleo central da mensagem é a vida em graça. Isto é o que Nossa Senhora quer” (M. COELHO, “Núcleo Central da Mensagem de Fátima”, In M. TEIXEIRA (org.), *Apelo e Resposta: Semana de Estudos sobre a Mensagem de Fátima*, Convento dos Capuchinhos, Fátima, 1983, 161).

²⁶¹ Um testemunho publicado em *A Ordem* de 27 de Outubro de 1917 especifica assim essa recomendação: “Nossa Senhora quer que se reze o terço todos os dias; que peçamos muito perdão dos nossos pecados, porque Nosso Senhor está muito ofendido” (cf. DCF III 1, 506).

Este debate sobre a relação entre o natural e o sobrenatural surge com grande intensidade nos primeiros meses, sobretudo após a aparição de Outubro. Os ataques da imprensa republicana a Fátima rapidamente se generalizaram ao próprio conceito do “sobrenatural”, não só na comparação desta história com outras similares, algumas desmascaradas como falsidades, outras com autenticidade reconhecida pela Igreja, mas na sua negação absoluta. Sobretudo nos autores mais radicais, esta era apenas mais uma tentativa da religião em exercer o seu domínio sobre as pessoas, através da inclusão do sobrenatural nas suas convicções e na justificação de fenómenos que a ciência podia explicar, influência que poderia ser combatida com uma educação mais esclarecida. Pelo mesmo motivo dessa generalização, muitos dos artigos da imprensa católica vão centrar-se na apologia da intervenção do sobrenatural sobre o mundo, não apenas como possível, mas como forma regular e “verificável” da actuação de Deus na história humana.

Este debate atravessa o próprio catolicismo militante. É sintomática a polémica gerada à volta dos artigos de Domingos Pinto Coelho em *A Ordem*, lançando a dúvida sobre a sobrenaturalidade dos fenómenos solares que ele próprio observara em Outubro, o que motivou a crítica acesa em diversas outras publicações católicas²⁶².

Mas o olhar de *O Mensageiro* e da imprensa em geral, nestes primeiros anos, passará a estar focado nas peregrinações e nas formas de expressão da fé das multidões na Cova da Iria e não tanto nos seus conteúdos formais. A excepção será o conjunto de publicações promovidas pelo padre Formigão, sob o pseudónimo de Visconde de Montelo, em alguns órgãos de imprensa, sobretudo em *A Guarda* e na *Voz da Fátima*, e em pequenos livros, muitas das quais viriam mais tarde a integrar o texto do Relatório Diocesano por ele redigido. Apesar da sua principal linha de abordagem ser mais apologética do que teológica, será nesse Relatório que viremos a encontrar uma primeira reflexão sistemática sobre as aparições, o seu contexto e protagonistas, as suas expressões e mensagens.

²⁶² Cf. B. REIS, “Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930)”, in *Análise Social*, 158-159 (2001), 249-299.

Dentro do período estudado, merece referência especial o primeiro documento “oficial” da hierarquia sobre as aparições, a Provisão de 3 de Maio de 1922 do bispo de Leiria.

Aí, o prelado começa por apresentar a doutrina da Igreja sobre os milagres, com numerosa fundamentação bíblica²⁶³. Os milagres de Jesus são o ponto de partida, apresentados como a primeira “entre todas as provas com que Nosso Senhor Jesus Christo demonstrou a divindade da sua missão sobre a terra”²⁶⁴. A história da Igreja será, depois, um repositório de milagres, com que Deus atesta a “sua origem e assistencia divinas”, pelo que “o milagre, de si raro, é um signal sensível excedendo, absoluta e relativamente, as forças da natureza visível ou invisível – não podendo, por consequencia, ser atribuido senão a DEUS”²⁶⁵. Segue-se, depois, uma longa exposição teológica sobre os milagres e a possibilidade da intervenção divina na história humana poder ignorar ou superar, sem as destruir, as próprias leis da natureza por Ele criada. Mas, adverte, “a Santa Igreja tem sido sempre d’uma grande exigencia na verificação dos milagres”²⁶⁶.

Após esta cuidada introdução, D. José Correia da Silva faz um resumo dos factos ocorridos em Fátima, sem entrar nos conteúdos da revelação e sublinhando a credibilidade que lhe merece a vidente Lúcia. O que mais o impressiona é a afluência crescente de pessoas ao local, sem motivo aparente, pois os videntes já não o frequentam e é “um sitio ermo, vulgar, sem arborisação, sem agua, longe do caminho de ferro, perdido nas dobras d’uma serra, despido de todos os atractivos naturaes”²⁶⁷.

Finalmente, sem apresentar a sua opinião pessoal sobre o que acaba de escrever, sublinha que a autoridade eclesiástica se tem mantido à margem do crescimento do culto no local:

²⁶³ A reflexão sobre o conceito de milagre e a sua integração na doutrina da Igreja é uma das que são espoletadas pelos acontecimentos de Fátima na própria imprensa (cf., p.e., DCF III 1, 282-284 e 435-437).

²⁶⁴ Cf. DCF II, 42.

²⁶⁵ DCF II, 42.

²⁶⁶ DCF II, 45

²⁶⁷ DCF II, 46.

“apenas ultimamente permitimos que houvesse lá uma missa resada e sermão nos dias de grande concorrência popular. [...] E ninguém poderá afirmar que a Auctoridade eclesiastica impulsione a fé nas Aparições – muito pelo contrário”²⁶⁸.

Finalmente, nomeia a comissão que irá estudar o processo e apela a que todos os que tenham conhecimento de factos a favor ou contra as aparições os relatem a essa comissão, pois “a Igreja tem sede de verdade”²⁶⁹. Como dissemos, será a partir daqui, na recolha de textos e redacção de outros para o Relatório Diocesano, que se irá iniciar a reflexão propriamente dita sobre os acontecimentos de Fátima.

É provável que os sermões proferidos nas celebrações na Cova da Iria, a partir de 1921, desenvolvessem alguns temas relacionados com a mensagem das aparições. Mas as referências temáticas são escassas e os conteúdos homiléticos não foram recolhidos pela nossa fonte²⁷⁰. Além disso, o seu impacto nas multidões seria diminuto, dadas as fracas condições acústicas existentes, sem qualquer amplificação artificial, o que apenas permitia a audição a quem estivesse próximo do orador²⁷¹.

Ainda assim, mais do que na matéria produzida, será nos factos relatados e nas entrelinhas da mensagem de oração e penitência que ali atrai os peregrinos que poderá basear-se uma leitura teológica destes primeiros dez anos.

Serão textos importantes, por exemplo, na investigação do papel e importância das aparições e revelações particulares no contexto da Revelação de Deus, no seu mistério Trinitário, de Criador, Redentor e Paráclito da humanidade. Como dizia o teólogo Jacinto Farias, no Congresso Internacional de Fátima de 2001,

“em Fátima o essencial da mensagem e da espiritualidade se concentra no que Lúcia chama «intensa atmosfera do sobrenatural», ou seja, por outras palavras, como que o envolvimento

²⁶⁸ DCF II, 47.

²⁶⁹ DCF II, 49.

²⁷⁰ Lembramos um dos casos em que a temática é referida, de índole mariana, precisamente no sermão proferido pelo padre Lacerda, em Junho de 1926. Será interessante uma investigação sobre este assunto na *Voz da Fátima* destes primeiros anos, onde haverá, com certeza, muitas referências como a que encontramos a esse sermão do reitor dos Milagres (cf. II, 2.2).

²⁷¹ Em Outubro de 1926, lemos em *O Mensageiro* a sugestão a que se colocassem alguns “altofónios” para resolver este problema (cf. II, 2.3).

intenso e inefável no mistério da Santíssima Trindade, que os Pastorinhos contemplam na luz intensa que irradia das mãos de Nossa Senhora”²⁷².

Entre muitas outras propostas possíveis, da mariologia à cristologia, à soteriologia ou à escatologia, sublinhamos apenas mais uma, a que se apresenta ao estudo da eclesiologia, por se tratar de um exemplo em que se poderá construir um trabalho todo ele baseado nos dados históricos apresentados neste trabalho, embora, como é óbvio, com interesse acrescido se alargado a todo o período posterior, até à actualidade.

Neste âmbito, a recolha efectuada permite-nos um retrato bastante rico da estrutura e configuração da Igreja local, desde a vivência que nela assume o povo mais simples, até ao modo como se organiza a sua estrutura hierárquica. Em muitos pormenores, percebe-se também como essas mesmas vivências e modos de organização interna funcionam a uma escala mais alargada, da Igreja em Portugal e das suas relações com a Santa Sé.

Vimos com as comunidades se organizam em torno do pároco e a sua prática religiosa permanece muito dependente da dinâmica pastoral sacramental e festiva da paróquia. As notícias existentes já antes das aparições apontam as festas e romarias, pregações, missas e número de comunhões como indicadores da vitalidade religiosa das populações. Como prova dessa ligação efectiva e afectiva, assim que surgiu a notícia das aparições, o pároco de Fátima foi informado e consultado para se aferir da veracidade das afirmações dos videntes. Paralelamente, vive-se no foro privado uma religiosidade popular que marca as rotinas diárias das pessoas e das famílias, onde a devoção mariana se expressa de forma mais típica na recitação do terço.

Neste contexto, não deixa de ser curioso o facto de, ainda antes de qualquer autorização ou confirmação por parte do pároco, e mesmo perante o seu cepticismo e recusa em comparecer no local anunciado para novas aparições, as pessoas aderirem em massa ao fenómeno e rapidamente transformarem esse local em “santuário” de oração e peregrinação

²⁷² J. FARIAS, “Teologia da Redenção na Mensagem de Fátima”, in CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA (9-12 de Maio de 2001), *Mysterium Redemptionis: Actas do Congresso de Fátima «Do sacrifício de Cristo à dimensão sacrificial da existência cristã»*, Santuário de Fátima, Fátima, 2002, 519.

regular, numa expressão pública de fé que desafiava as autoridades políticas e religiosas. Podemos mesmo dizer que o culto público nasceu, cresceu e desenvolveu-se, sobretudo nos primeiros quatro a cinco anos, sem a presença ou, pelo menos, a orientação de padres.

Assim, o “silêncio” de *O Mensageiro*, entre 1918 e 1922, parece corresponder a um “silêncio” eclesiástico em geral, enquanto Fátima ia crescendo. Será provável a presença de alguns clérigos na Cova da Iria, sobretudo em dias de grande afluência, e são conhecidas as visitas informais do pároco, já em 1918 e 1919, e do próprio bispo de Leiria, em 1921. Mas só em Outubro deste ano o prelado autoriza que se celebre Missa no local nos dias 13 de cada mês. Até aí, o culto consistia na romaria popular e na recitação do terço e outras orações e devoções particulares. A própria construção da primeira capela é iniciativa dos fiéis, com inauguração, em Junho de 1919, sem bênção eclesiástica.

Ao mesmo tempo que este movimento popular se desenvolvia, e apesar do referido alheamento geral do clero, é também evidente como a hierarquia não deixou o caso em completo abandono. Ainda antes de serem activados os canais oficiais de inquirição, através do pároco e dos vigários de Ourém e de Porto de Mós, a figura do padre Formigão aparece desde bem cedo como a “sombra” enviada pelo Patriarcado para acompanhar os acontecimentos, marcando presença logo na aparição de Setembro. Mesmo actuando com discrição nos primeiros tempos, será, como vimos, a figura chave para a promoção de Fátima, prolongando-se a sua missão após a restauração do Bispado de Leiria e o retorno para este da tutela de Fátima.

Se não é muito conhecida a acção eclesiástica nos dois primeiros anos, ela passa a ser mais evidente com a nomeação e tomada de posse do novo bispo de Leiria, em 1920. Aí, torna-se clara a tentativa de enquadrar o seu desenvolvimento, desde logo, com a aquisição dos terrenos da Cova da Iria e, depois, com a progressiva regulamentação do culto no local e a projecção de edifícios de apoio às celebrações e para acolhimento de peregrinos.

Pela reacção dos fiéis, que continuam a ser cada vez mais numerosos, esta apropriação e reconfiguração do movimento inicialmente espontâneo, não só é pacificamente aceite, como é desejada, pedida e saudada com entusiasmo. Para além de significar o reconhecimento por parte da autoridade, permitia igualmente a evolução do culto no local para uma expressão litúrgica e sacramental. Era também a única forma de unir todo o corpo eclesial, como refere *O Mensageiro*, após a publicação da Provisão episcopal de Maio de 1922, ao reconhecer que, pela primeira vez, aparecem muitos clérigos entre os peregrinos²⁷³.

Ainda quanto à estrutura eclesiástica e às suas relações internas, é sintomático o conflito detectado entre alguns membros do presbitério e destes com o próprio bispo, o que denota tensões intra-eclesiais e um relacionamento entre os diferentes protagonistas assentes em lógicas diferenciadas à escala diocesana. Mas, em situações de ruptura, é também clara a primazia do bispo sobre as vontades eclesiásticas ou populares, como bem demonstra a reprimenda do prelado ao padre Lacerda, quando não lhe permite o lançamento de uma publicação sobre Fátima e lhe recorda que, mesmo que essa fosse a vontade do clero, não existiam na Igreja “essas democracias”²⁷⁴.

Verificamos, portanto, uma estrutura hierárquica rígida e bem definida, que concentra o poder de acção e organização da dinâmica eclesial nas figuras do padre e do bispo, ao mesmo tempo que se verificam iniciativas de uma elite constituída por algumas figuras de leigos católicos. Apesar dessa hierarquia não conseguir controlar por completo os movimentos da religiosidade popular, acaba por enquadrá-los pela chamada a si da responsabilidade pela sua configuração e autorização²⁷⁵.

²⁷³ Cf. III, 2.3.

²⁷⁴ Cf. II, 2.3.

²⁷⁵ Este tema é bem resumido no artigo: D. BARBOSA, “Reacção do povo e da hierarquia aos eventos de Fátima”, in CONGRESSO INTERNACIONAL [de Fátima] (9-12 de Outubro de 2007), *Fátima para o século XXI*, Santuário de Fátima, Fátima, 2008, 109-126.

3.2 – Teologia Prática

Também na área da Teologia Prática, são vários os estudos que poderão basear-se nas informações e contextos observados nesta recolha histórica.

Começando pela Teologia Pastoral Fundamental, encontram-se aqui alguns dados para a percepção dos conceitos que presidem às estruturas comunitárias no período em análise, desde a sua orgânica relacional até aos modos de expressão e de transmissão do religioso, às práticas de relação públicas e privadas com o sobrenatural e ao papel dos pastores na educação e condução dos fiéis.

Essa análise torna-se ainda mais facilitada no âmbito da Teologia Espiritual, tendo em conta os numerosos quadros descritivos das devoções pessoais, familiares e públicas na população de Fátima, muitas delas extrapoladas para o cenário das aparições, com especial destaque para a piedade mariana e a prática da oração diária do terço.

Os textos recolhidos serão importantes, também, para uma compreensão da valorização da criança e, conseqüentemente, da espiritualidade infantil. Em primeiro lugar, a partir dos dados sobre a educação religiosa dada às crianças, muito centrada na sua preparação para a recepção dos sacramentos da confissão e da comunhão, e, depois, a partir das formas como entenderam e comunicaram a mensagem sobrenatural que lhes era confiada.

E serão também um bom ponto de partida para a análise do modo como as aparições, os milagres e a mensagem de oração e penitência foram sendo integrados, precisamente a partir do anúncio de três crianças rudes e iletradas, numa vivência espiritual comungada por multidões tão diversamente constituídas, desde o povo mais simples aos homens das letras e das ciências e, mesmo, aos clérigos. Tal como para se perceber, de um ponto de vista mais teórico, como se integraram nas formas de expressão devocional correntes, numa época em que o catolicismo tentava recompor-se para uma resposta eficaz aos processos de

descristianização, situação agravada pela crise de relação com o Estado e a sociedade em geral. Uma espiritualidade assente em iniciativas como

“as missões populares e pregações, as festas e procissões, as peregrinações e devoções variadas, nomeadamente à Virgem Maria, ao Coração de Jesus, a São José, assim como os exercícios de piedade indulgenciados e a própria reverência ao papado”²⁷⁶.

Como vimos, Fátima surge nesse momento-chave do esforço pelo reavivar de uma “espiritualidade devocional que, sendo tridentina, integrava já os elementos essenciais da recomposição do catolicismo oitocentista”²⁷⁷. E, apesar de todas as reservas iniciais, não deixará de ter sido vista, de imediato, como uma fonte preciosa para esse afirmar do religioso numa sociedade em acelerada secularização:

“Através da catequese e da importância da primeira comunhão e da introdução da comunhão solene, a Igreja Católica disputava, e com particular determinação nesta época, a sua influência na sociedade de cidadãos, procurando contrariar a desvalorização do religioso e marcando momentos de iniciação social, isto é, mantendo a transmissão do religioso através de formas de sociabilidade e de reprodução social que traduzissem esse mesmo religioso”²⁷⁸.

Neste contexto, é interessante observar, por exemplo, a importância das imagens, estampas, opúsculos e folhetos como materiais catequéticos. Algumas das questões levantadas nos inquéritos aos videntes, acontecendo também nos do padre Lacerda, são sobre as fontes de informação religiosa que tinham. Pergunta-se o que conheciam sobre Nossa Senhora, aparições e outros temas do género, especificando se o ouviram nas pregações do pároco, mas também nas histórias lidas em casa – de livros como a *Missão Abreviada* – e até a partir da observação das imagens marianas ou dos santos, expostas nas igrejas.

No contexto da religiosidade que alimentou as primeiras romarias ao local das aparições, são incontornáveis “estas formas de expressão popular mais significativas da

²⁷⁶ A. ABREU, “Contextualização da mundividência subjacente aos acontecimentos de Fátima”, In A. PINHO; V. COUTINHO (coords.), *Francisco Marto: crescer para o dom*, Santuário de Fátima, Fátima, 2010, 76.

²⁷⁷ A. FERREIRA, “As Aparições de Fátima: o evento e o contexto local e nacional”, in *Fátima para o Século XXI*, 70.

²⁷⁸ *Ibidem*, 71-72.

afeição espiritual e veículo eficaz de uma mensagem, de uma dimensão doutrinária, suscitadoras de um clima religioso”²⁷⁹.

Será, portanto, com naturalidade que vemos serem distribuídas, já na aparição de Outubro, duas estampas com Nossa Senhora e os pastorinhos, um postal ilustrado com a fotografia de soldado português olhando uma imagem mariana, e outros “retratos das crianças em bilhetes postais”²⁸⁰. A força das imagens é uma das vias rapidamente utilizadas para a divulgação dos acontecimentos e, em 1920, é oferecida a primeira imagem de Nossa Senhora de Fátima, que viria a ser colocada na capelinha da Cova da Iria e passaria a ser fonte de inúmeras gravuras e estampas²⁸¹. E foi através da “imagem” que se deu uma “ligação” deveras significativa de um Papa a Fátima, em Janeiro de 1929, quando “Pio XI recebe os cumprimentos do Colégio Português em Roma e oferece a cada um dos alunos duas estampas de Nossa Senhora de Fátima: – uma para ele e outra para enviar à família”²⁸².

A mesma importância iria ser dada aos artigos apologéticos do padre Formigão na imprensa e nos opúsculos que vai passar a publicar, a partir de 1921. De forma mais regular, a partir de Outubro de 1922, a *Voz da Fátima* cumprirá esse papel de divulgação e formação catequética dos fiéis. Tal como, por esta altura, já acontecia com os sermões que eram pregados nas celebrações ali realizadas.

Num contexto pastoral mais geral, é nestes primeiros anos que começa o trabalho de enquadramento da piedade popular numa religiosidade orientada para a ortopraxia da Igreja e, sobretudo, para a expressão litúrgica “oficial”. Como vimos antes, a intervenção gradual da hierarquia na (re)configuração de Fátima passou, em grande parte, pela própria dinâmica pastoral do “santuário”. A permissão da celebração eucarística, em Outubro de 1921, teria já esse objectivo. E um dos momentos mais importantes foi a concessão dada pela Sagrada Congregação dos Ritos, em nome do Papa Pio XI, ao “Ordinário de Leiria para que no

²⁷⁹ C. AZEVEDO, “Religiosidade popular”, in *Enciclopédia de Fátima*, 461.

²⁸⁰ Cf. DCF III 1, 146-163.

²⁸¹ Cf. DCF III 2, 267-269.

²⁸² DCF II, 17; Cf. DCF V 2, 85-88.

Santuário de Nossa Senhora do Rosario, da mesma diocese, possam os Sacerdotes peregrinos e directores de peregrinações, e só êstes para celebrar a Missa Votiva do S. S. Rosario”²⁸³.

Esta tarefa de disciplinação do culto foi progressiva e constante, mas teve alguns momentos em que foi necessária uma intervenção mais enérgica e autoritária, como a que o bispo de Leiria toma, em carta ao pároco de Fátima, de 18 de Novembro de 1921, pouco mais de um mês depois de ter autorizado a celebração da eucaristia na Cova da Iria²⁸⁴.

Este documento merece destaque, por revelar o ambiente que se vivia nas peregrinações e que era, de resto, comum a muitas outras romarias populares nesta época, com actos como o lançamento de foguetes e a venda de vinho. O prelado proíbe essas práticas e encarrega o

“Parocho d’essa freguezia, de zelar pelo cumprimento exacto d’estas determinações, e, caso de não ser obedecido, o que não espero, prohibo a celebração da Santa Missa naquelle logar, sob pena de suspensão ao Presbytero que ousar faze-lo”.

A sua importância maior reside, no entanto, na introdução que faz ao assunto, e que podemos afirmar constituir um verdadeiro programa pastoral do novo santuário:

“Se permiti o culto naquelle logar, foi como manifestação d’amor e reparação a Nossa Senhora, cujo auxilio precisamos de rogar, fazendo penitencia pelas nossas proprias faltas, pelas do nosso querido Portugal e todo o mundo. Aquele logar é d’oração e penitencia. Mais nada”²⁸⁵.

Numa curta frase, resume o centro da mensagem das aparições, de reparação, oração e penitência pelos pecados, não só de cada um, mas de uma nação e, mesmo, de todo o mundo.

Esta visão do bispo sobre o futuro de Fátima justifica a posição que assumiria durante bastante tempo, de não ambicionar uma “nova Lourdes”, nem as comodidades que lá se ofereciam aos peregrinos. Fátima seria apenas lugar de oração e penitência e, para tal, dispensava os “luxos” e as “belezas” que aquela cidade francesa oferecia.

²⁸³ DCF IV 4, 390-391.

²⁸⁴ Este documento viria a ser publicado apenas um ano depois, nas páginas da *Voz da Fátima* e de *O Mensageiro* (Cf. DCF IV 2, 115). Mas será de supor que fosse já do conhecimento público, dada a recomendação com que o bispo termina: “V. Rev.^{cia} lerá este officio na igreja parochial, de forma que d’elle o povo tome boa noticia para ser cumprida” (DCF III 3, 233).

²⁸⁵ DCF III 3, 232-233.

Vimos como, nos primeiros tempos, foi dado grande destaque aos testemunhos de curas e outros milagres, tal como acontecia em Lourdes. Julgamos que esse “filão” pastoral seria incentivado, sobretudo, em ordem à elaboração do Relatório Diocesano e à necessidade de se comprovar a presença e intervenção do sobrenatural, nomeadamente, através da água “milagrosa” que aparecera junto à capelinha. De facto, a pastoral direccionada para os doentes teve enorme influência durante esta década de crescimento de Fátima, até na decisão sobre os primeiros edifícios a construir, um hospital e um centro de verificações médicas para analisar e certificar os casos de curas.

Será interessante estudar como se desenvolveu essa temática nos anos seguintes. Sabemos que, embora não tenha desaparecido e continue a ser uma preocupação pastoral do Santuário na actualidade, esse aspecto foi perdendo centralidade, em detrimento de uma promoção da espiritualidade reparadora, de penitência e oração, tal como defendia inicialmente o bispo D. José Alves Correia da Silva. Será lícito afirmar que, se o bispo falhou a sua previsão de Fátima não se vir a tornar um centro urbano moderno como Lourdes, o futuro veio a dar-lhe razão quanto ao distanciamento pastoral em relação ao santuário francês.

Desde o início, embora em constante “purificação”, as práticas pastorais de Fátima tenderam a essa aproximação ao seu núcleo temático específico, a começar pelas formas simples da piedade popular e passando pela sua assimilação, disciplinação e integração nas formas da uma liturgia “oficializada”. Podemos dizer que

“o Magistério da Igreja reconheceu, tanto no conteúdo da Mensagem de Fátima como nas respostas dos videntes, que o específico “mistério de Fátima” é, na sua essência, a exortação de Nosso Senhor à fé e à conversão, vistas à luz das necessidades particulares do século XX e aplicadas no seu contexto”²⁸⁶.

²⁸⁶ F. MILLER, “A Antropologia da Conversão: «Fátima e a nova evangelização»”, in ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE A PASTORAL DE FÁTIMA NO 75.º ANIVERSÁRIO DAS APARIÇÕES, I (8-12 de Outubro de 1992), *A Pastoral de Fátima: Actas do I Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima no 75.º Aniversário das Aparições*, Santuário de Fátima, Fátima, 1993, 136. Permito-me aqui inserir, como nota pessoal, a grata recordação que mantenho de ter secretariado esta conferência, no Santuário de Fátima, no dia 9 de Outubro de 1992.

Conclusão

No final deste estudo, ficámos com uma percepção bastante detalhada dos impactos que os acontecimentos registados em Fátima em 1917 tiveram nos vários âmbitos da sua realidade local – social, política, cultural, religiosa e, até, económica – e da sua súbita expansão para um palco de nível nacional e, posteriormente, internacional.

Dada a contextualização efectuada, foi possível identificar o ambiente sociopolítico e religioso em que ocorreram as aparições e que muito contribuiu para delinear as formas como foram recebidas, como se desenvolveram e como se consolidaram. Depois de uma experiência vivenciada por três crianças e alargada rapidamente a uma multidão, as aparições ganharam forma e corpo, também, como resultado de um vasto conjunto de acções e reacções dos diversos agentes e estruturas no âmbito da construção do catolicismo e da sociedade em geral neste início do século XX.

Portugal vivia uma das épocas mais conturbadas da sua história. Ao fim de séculos de monarquia, um novo regime republicano se tinha imposto há menos de sete anos e lutava, interna e externamente, pela sua afirmação. Além da enorme instabilidade política e da agitação social permanente, a participação efectiva de Portugal na Grande Guerra, em Janeiro de 1917, veio agudizar a já grave situação de pobreza, repressão e sofrimento das populações.

Na sua relação com este Estado, também a Igreja passava duras provações. Sentindo-se coarctada nas suas liberdades de expressão, associação e ensino, tentava por todos os meios recuperar a capacidade de intervenção social que as leis da I República lhe tinham retirado. Ao mesmo tempo, procurava resolver a sua própria crise interna de identificação, insistindo numa reconfiguração do catolicismo português a partir de novas formas de militância e associativismo, até no plano político, por parte dos católicos. A campanha pelo envio de capelães militares a acompanhar os soldados portugueses era apenas um exemplo dessa sede

de reconhecimento do papel social da religião católica e da afirmação do estatuto jurídico da Igreja.

Na extinta diocese de Leiria, área onde se inclui a paróquia de Fátima, os sentimentos de perseguição e espoliação eram ainda maiores. Apesar de ser uma região aparentemente poupada às mais radicais perseguições anticlericais, as consequências da Lei da Separação eram bem evidentes, agravadas pela dor que constituía a perda do bispado e as fracassadas tentativas de o recuperar. É nesse cenário que surge o jornal *O Mensageiro*, em 1914, inaugurando a campanha pela restauração da Diocese que viria a ser bem sucedida, em 1918.

Apresentando-se como único representante da “boa imprensa” nesta região, entre diversas publicações regionais republicanas já existentes, vai afirmar-se como um jornal de causas, à imagem da personalidade combativa do seu fundador, o padre José Ferreira de Lacerda. Mas a luta pela restauração, tal como a campanha pela constituição de um corpo de capelães militares, por exemplo, serão em *O Mensageiro* apenas expressões de uma causa maior, a “defesa dos interesses dos católicos”, como explicitava em subtítulo, numa visão patriótica e nacionalista da missão do catolicismo. E será na afirmação das suas convicções a este propósito, apelando a uma militância católica de cariz associativo e político, que este jornal vai revelar a existência de perspectivas diversas, conflituosas mesmo, dentro da Igreja e da própria hierarquia. A falta de consenso revelava como a crise relacional da Igreja não era apenas com o Estado, mas com a sociedade em geral e com os católicos, em particular. No caso do clero, mais do que disputas por lugares de decisão e poder, aparecem em confronto diferentes mundividências, algumas com raízes em divisões já existentes no tempo da monarquia, como as registadas entre progressistas e regeneradores, e outras nascidas do posicionamento mais ou menos radical perante a nova República.

Os acontecimentos de Fátima em 1917 vão surgir neste contexto de instabilidade e conflituosidades sociais, políticas e religiosas. A sua recepção em *O Mensageiro*, para além de espelhar essa realidade, vai ser profundamente marcada pela visão do seu corpo

redactorial, muito centrado na figura do director, sobre o destino do catolicismo como força restauradora da sociedade portuguesa. E o modo como aborda esta nova “causa” corresponderá também ao estilo efusivo e contundente que assumira desde a sua fundação.

Por isso tivemos necessidade de alargar a nossa observação à génese da publicação, à personalidade do fundador e ao modo como “trabalhou” a causa que motivou a sua fundação. Só a partir daí poderíamos afirmar com segurança os motivos implícitos nos silêncios, nas euforias e nos conflitos que alimentou em várias frentes, desde as autoridades e os jornais republicanos, até aos colegas de presbitério e mesmo ao próprio bispo de Leiria.

A sua abordagem inicial às aparições mostrou-se equilibrada, na linha das reservas que a hierarquia em geral tinha perante o assunto, temendo que viessem a verificar-se as acusações que imediatamente surgiram de se tratar de especulação financeira ou construção dos clérigos, facilitada pela credence do povo neste tipo de manifestações religiosas. Mas não alinhou nunca com a “demasiada” reserva, como a do jornal católico *A Ordem*, por exemplo, ao sublinhar a probabilidade de serem naturais os fenómenos solares observados na aparição do Outubro. Por isso se envolve em conflito aberto com outras publicações que atacam a possibilidade da manifestação sobrenatural ou a honestidade que quem testemunha essa crença.

Embora denotando uma inclinação para crer na sobrenaturalidade dos eventos, sobretudo, após as entrevistas que o padre Lacerda faz pessoalmente aos videntes, *O Mensageiro* faz depender sempre a sua tomada de posição do pronunciamento da autoridade eclesiástica. Essa atitude irá provocar o seu longo “silêncio” de quase cinco anos sobre o assunto, apenas quebrado com a publicação da Provisão do bispo de Leiria para o início do processo canónico diocesano.

É aí que vai passar a integrar as aparições de Fátima na sua campanha de projecção patriótica da militância católica, sublinhando frequentemente o carácter verdadeiramente

“nacional” das peregrinações, tanto pela amplitude geográfica da proveniência dos peregrinos, como pela diversidade das suas classes e estatutos sociais.

É também aí que se vai revelar o conflito das diferentes perspectivas existentes no seio da própria hierarquia sobre a afirmação futura de Fátima como lugar de centralidade religiosa. O padre Lacerda sonha com uma “nova Lourdes”, com todo o seu dinamismo urbano, a sua influência estratégica no tecido social e o seu significado de centro de coesão nacional e fonte de reconstrução de um catolicismo dominante. O bispo de Leiria afirma que as características fundamentais de Fátima serão “a oração e a penitência”, recusando cenários de grandiosidade que se equiparassem ao grande santuário francês. Embora, na verdade, o prelado tivesse começado discretamente, desde 1920, a preparar a consolidação de Fátima, enveredou por um processo de certificação que acabaria por torná-lo refém da sua lentidão. A Comissão Diocesana arrastou a elaboração do seu relatório entre 1922 e 1930 e só em Outubro desse ano o bispo poderia finalmente publicar a sua declaração, sendo todo este processo ultrapassado pela própria realidade do crescimento de Fátima em Portugal e no mundo.

Certamente por discordar dessa lentidão e demora, o padre Lacerda afirma o seu desacordo com algumas opções, adianta ideias e projectos para o desenvolvimento de Fátima, tenta colocar o seu jornal na dianteira da divulgação das aparições e, ao ser reprimido pelo bispo, terá de mudar a estratégia da sua campanha. Afastado das discussões pastorais, a partir de meados de 1927, *O Mensageiro* passa a centrar a sua atenção nas condições logísticas, no acolhimento, transporte e alojamento dos peregrinos, nas redes comerciais e turísticas que Fátima poderá potenciar. Também nessa abordagem se torna evidente a sua “causa” de fundo, desta vez a atingir por via do desenvolvimento local, de colocar Fátima no centro social e religioso de Portugal, como símbolo de união nacional. O seu patriotismo torna-se evidente, por exemplo, na defesa de um circuito turístico no eixo Batalha (com o seu mosteiro e a evocação de Aljubarrota e do seu herói D. Nuno) – Fátima (como local da visita de Nossa Senhora em socorro da pátria e ancestral ligação também a D. Nuno, conde de Ourém) –

Leiria (com o castelo de D. Dinis e a Rainha Santa Isabel, um dos símbolos maiores da independência e ponto-chave da reconquista).

Partindo do levantamento feito a esta abordagem das aparições, tivemos necessidade de regressar às grandes causas de *O Mensageiro*, começando pela campanha pela restauração da diocese, para verificar o modo como se cruzaram ou não com o tema de Fátima e, por outro lado, para fundamentar algumas das pistas de leitura e conclusões tiradas a este respeito. Foi nessa reaproximação à nossa fonte que identificámos mais três temáticas fundamentais: a questão política e a revitalização do catolicismo português; a I Grande Guerra; e a relação com outras aparições.

Na causa da restauração da diocese encontrámos um estranho desencontro com o tema das aparições. Não só os temas não se cruzam, como não há qualquer aproveitamento para a promoção que poderia apoiar-se mutuamente. O desfasamento dos momentos-chave registados em cada assunto poderá justificá-lo em parte, mas os referidos conflitos de mundividências entre o padre Lacerda e outros clérigos influentes em ambos os processos poderão também ter tido algum peso neste facto.

Já a questão da revitalização da presença do catolicismo na sociedade portuguesa, se bem que não use as aparições de Fátima quando é explicitada nestes termos – recorde-se que este tema é assumido com a própria fundação do jornal –, vai encontrar ampla promoção quando se abordam as grandes peregrinações, o fervor nacionalista das multidões e o espírito patriótico encontrado em pormenores como a participação da “aviação nacional” numa homenagem a Nossa Senhora, expressa por um único avião a sobrevoar os peregrinos.

Para justificar a importância da I Grande Guerra e da campanha pelos capelães militares neste contexto, recuámos também à génese de *O Mensageiro*, onde o seu peso temático é dos mais significativos. Foi graças a estes assuntos que o jornal sofreu as maiores perseguições da censura e, inclusivamente, as penas de suspensão. Combativo como era, o padre Lacerda nunca desistiu da sua luta, dando o exemplo de ser dos primeiros a inscrever-se como

voluntário e a partir como capelão para a Flandres. Era uma forma de assumir pelos actos o que defendia nas palavras que publicava sobre esta causa, assumida como fundamental para a afirmação da necessidade da Igreja no específico do contexto bélico, mas, em última análise, como presença em todas as realidades sociais. A primeira missa que celebra na frente de Batalha é, precisamente, a 13 de Maio de 1917. É forçado a regressar em Setembro e, dias depois da aparição de Outubro, a que não assistiu, decide ir entrevistar os videntes, com múltiplas referências à guerra nas conversas de ocasião e nos interrogatórios que levava preparados. Provavelmente, terá sido a dificuldade em encontrar explicação para a célebre afirmação de Lúcia sobre o final da guerra que o levou a nunca juntar estes temas num mesmo texto.

Muitas vezes unidas apareceram Lourdes e Fátima. A referência a outras peregrinações, sobretudo à que fez elevar aquele grandioso santuário nos Pirinéus, marcou indelevelmente a abordagem de *O Mensageiro* às peregrinações e a todo o ambiente que se vivia em redor de Cova da Iria. Essa identificação seria, mesmo, um dos seus sonhos mais assumidos.

A leitura que fizemos dos impactos locais das aparições de Fátima tiveram em conta toda esta abordagem anterior. Partindo o nosso estudo da abordagem feita pela imprensa, em particular em *O Mensageiro*, começámos por resumir a evidente importância que este tema depressa ganhou nas publicações periódicas, não apenas regionais, mas nacionais e até internacionais.

Mas foi sobretudo na população e nas instituições civis e religiosas locais que esse impacto foi mais forte, ao ponto de mudar radicalmente toda a sua dinâmica e estruturação social, cultural e religiosa. O descampado da Cova da Iria era, no final da década, o mais o mais importante centro nacional de convergência de peregrinos e onde se reuniam as maiores multidões em oração. Fátima passara do anonimato à fama internacional e as suas gentes começavam a organizar as suas práticas laborais e económicas em torno das novas oportunidades trazidas por esse facto.

A administração civil republicana viu-se confrontada com um movimento que, desde o primeiro momento, se viu incapaz de conter. Forçada nos primeiros anos a uma atitude de inconformada derrota perante as multidões que afrontavam as leis da República com tão expressivas manifestações públicas de fé, ia mantendo a sua acusação se tratar de uma orquestração de clérigos que só a ignorância do povo permitira frutificar. Ao fim de dez anos, a crítica republicana não tinha desaparecido, como não iria desaparecer nunca de todo, mas era evidente o reconhecimento de que essa seria uma luta inglória e, nalguns casos, registava-se já a colaboração com o desenvolvimento que começava a ser um facto positivo.

O impacto mais positivo terá sido para a Igreja local e, em consequência, para a Igreja Católica em geral. De uma cuidadosa reserva inicial, embora já com sinais de acompanhamento atento, a hierarquia soube, consciente ou inconscientemente, deixar crescer por si mesma a devoção nascente. Quando se tornava clara a sua imposição pela persistência e crescimento das massas de fiéis, interveio paulatinamente na disciplinação e enquadramento da piedade popular num quadro mais “oficial” de celebrações e, sobretudo a partir de 1922, era já sob a sua direcção que o culto se organizava e que toda a configuração do novo santuário se perspectivava. De diocese extinta, Leiria passara a ser nos finais dos anos 20 um dos mais importantes centros da reconfiguração católica tão desejada e que viria a consolidar-se a partir dos anos 30.

No final deste percurso, embora com a consciência da sua já demasiada extensão para o tipo de trabalho académico que se propunha inicialmente, não podíamos deixar de sublinhar algumas pistas para uma leitura teológica mais sistemática sobre os dados recolhidos. Trata-se, sobretudo, da indicação de alguns dos tópicos que nos foram surgindo no curso da investigação e da redacção deste estudo e que poderão ser retomados para o seu desenvolvimento.

Embora a Mensagem de Fátima estivesse ainda longe da consolidação, os cruzamentos temáticos possíveis com diversas disciplinas da Teologia Dogmática são evidentes. Temas

que poderão ir da compreensão do próprio fenómeno das aparições no contexto da revelação divina ao debate sobre a relação entre natural e sobrenatural na acção criadora e redentora de Deus, à discussão sobre o conceito de milagre que o bispo de Leiria irá apresentar na sua Provisão de 1922, ou ainda à análise eclesiológica da forma com se compunham e se organizavam as comunidades cristãs, internamente e nos modelos de relação com os semelhantes e com a autoridade.

Também no campo da Teologia Prática esses cruzamentos serão de interessante verificação, nomeadamente, quanto às formas de transmissão e educação na fé, à importância das imagens e do discurso oral na catequização, ou à composição e expressão do religioso, desde as práticas mais simples da piedade popular às formas litúrgicas sacramentais, e ao modo como evoluíram durante esta primeira década de prática religiosa em torno da capelinha das aparições. Fundamentalmente, uma procura das raízes do programa pastoral deste santuário, conforme é expresso pelo bispo D. José Alves Correia da Silva logo em 1921, na “oração e penitência”.

Terminamos com a pergunta sobre até que ponto neste curto programa não estará já o núcleo da orientação actual do Santuário de Fátima, expresso nas palavras de D. António Marto, actual bispo de Leiria-Fátima:

“Fazemos votos de que este Santuário seja tenda do encontro de Deus com o seu povo, lugar da revelação do seu amor e da sua misericórdia para com a humanidade, templo da reconciliação e da paz. Isso é feito não só por aqueles que trabalham aqui permanentemente mas também pelos peregrinos que aqui vêm. É obra de todos. E que o Santuário possa também oferecer uma pastoral bem pensada e bem estruturada da santidade. A santidade da vida quotidiana que engrandece, enobrece e embeleza a nossa vida; uma santidade que seja verdadeiramente popular, quer dizer, acessível a todos, para todos, de todas as idades, condições e estados de vida; desde as crianças aos idosos, os solteiros, casados, viúvos, celibatários... todos possam encontrar aqui um raio, um pequeno raio de beleza da santidade de Deus”²⁸⁷.

²⁸⁷ A. MARTO, “Maria, Templo do Senhor, ícone do Mistério”, in *Fátima para o século XXI*, 608.

Bibliografia

I – Fontes

O MENSAGEIRO, Leiria, 1 (07.10.1914) a 668 (23.06.1928).

SANTUÁRIO DE FÁTIMA, *Documentação Crítica de Fátima*, Fátima, Vols. I (1992) a V 5 (2012).

II – Estudos

ABRANTES, Joaquim; PINTO, Manuel; CARVALHO, Maria Palmira, *Aljustrel: uma aldeia de Fátima: o passado e o presente*, Santuário de Fátima, Fátima, 1993.

ALONSO, Joaquín Maria, *História da literatura sobre Fátima*, Ed. Santuário, Fátima, 1967.

AZEVEDO, Carlos; CRISTINO, Luciano (coords.), *Enciclopédia de Fátima*, Principia, Cascais, 2007.

AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

BARRETO, José, *Religião e sociedade: dois ensaios*, Colecção Análise Social, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002.

BOUFLET, Joachim; BOUTRY, Philippe, *Un signe dans le ciel: les apparitions de la Vierge*, Éditions Grasset & Fasquelle, Paris, 1997.

BROCHADO, Costa, *Fátima à luz da história*, Portugália Editora, Lisboa, 1948.

CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria*, vol. 2, Leiria, 1975.

CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE FÁTIMA E A PAZ NO 75.º ANIVERSÁRIO DAS APARIÇÕES (8-12 de Maio de 1992), *Fátima e a Paz*, Santuário de Fátima, Fátima, 1993.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA (9-12 de Outubro de 1997), *Actas do Congresso Internacional da Fátima «Fenomenologia e Teologia das Aparições»*, Santuário de Fátima, Fátima, 1998.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA (9-12 de Maio de 2001), *Mysterium Redemptionis: Actas do Congresso de Fátima «Do sacrifício de Cristo à dimensão sacrificial da existência cristã»*, Santuário de Fátima, Fátima, 2002.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE FÁTIMA (12-13 de Outubro de 2003), *O presente do Homem – o futuro de Deus: o lugar dos santuários na relação com o sagrado*, Santuário de Fátima, Fátima, 2004.

CONGRESSO INTERNACIONAL [de Fátima] (9-12 de Outubro de 2007), *Fátima para o século XXI*, Santuário de Fátima, Fátima, 2008

COUSEIRO [O] ou Memórias do Bispado de Leiria, Tipografia Lusitana, Braga, 1868.

CRISTINO, Luciano, “Fátima”, in AZEVEDO, Carlos (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, C-I, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, 245-250.

CRISTINO, Luciano, *O Padre José Ferreira de Lacerda e a Diocese de Leiria, de 1881 a 1920: Dois itinerários justapostos*, discurso no encerramento das comemorações do 1.º centenário do nascimento do P. Lacerda, Seminário de Leiria, 24 de Outubro de 1982, dactilografado inédito.

ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE A PASTORAL DE FÁTIMA NO 75.º ANIVERSÁRIO DAS APARIÇÕES, I (8-12 de Outubro de 1992), *A Pastoral de Fátima: Actas do I Encontro Internacional sobre a Pastoral de Fátima no 75.º Aniversário das Aparições*, Santuário de Fátima, Fátima, 1993.

- FERNANDES, António Teixeira, *O confronto de ideologias na segunda década do século XX: à volta de Fátima*, Biblioteca das Ciências do Homem; Ed. Afrontamento, Porto, 1999.
- FERREIRA, Ambrósio, *O padre Lacerda: reitor dos Milagres: 1881-1971*, Folheto Edições & Design, Leiria, 2005.
- FISHER, Luiz, *Fátima à luz da auctoridade eclesiástica*, Tipografia da União Gráfica, Lisboa, 1932.
- FONTES, Paulo, “O catolicismo português no século XX: da separação à democracia”, in AZEVEDO, Carlos (dir.), *História Religiosa de Portugal, vol. 3*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, 129-351.
- FONTES, Paulo, “[Rec. a] BARRETO, José, *Religião e sociedade: dois ensaios*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002”, *Lusitania Sacra: mutações religiosas na época contemporânea: figuras e pensamento*, 16 (2004), 594-599.
- LAURENTIN, René, *Apariciones actuales de la Virgen Maria*, 2.^a edição, Ediciones RIALP, Madrid, 1991.
- LAURENTIN, René; SBALCHIERO, Patrick (orgs.), *Dictionnaire des «apparitions» de la Vierge Marie: inventaire des origins à nos jours: méthodologie, bilan interdisciplinaire, prospective*, préface du cardinal Roger Etchegaray, Nouvelle édition corrigée, Bibliothèque de culture religieuse, Fayard, Paris, 2007, 316-346.
- MATIAS, Agostinho, *A Família Matias*, <http://familiamathias.wordpress.com/notaveis-de-maceira>, 30.10.2012.
- NEVES, João César, *O século de Fátima*, Principia, Cascais, 2002.
- NEVES, José Manuel Poças, *A Fátima dos inícios do século XX: a freguesia de Fátima (1900-1917)*, Rotary Club de Fátima, Fátima, 2005.
- OLIVEIRA, José Galamba, *Fátima à prova*, Gráfica de Leiria, Leiria, 1946.
- PINHO, Arnaldo; COUTINHO, Vítor (coords.), *Francisco Marto: crescer para o dom*, Santuário de Fátima, Fátima, 2010.

- PORT, Len, *O fenómeno de Fátima: graça divina, ilusão ou fraude?*, Guerra & Paz, Lisboa, 2010.
- REIS, António, “Republicanismo”, in PEREIRA, José, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Publicações Alfa, Lisboa, 1990, vol. II, 162.
- REIS, Bruno Cardoso, “Fátima: a recepção nos diários católicos (1917-1930)”, *Análise Social*, 158-159 (2001), 249-299.
- REIS, Bruno Cardoso, “[Rec. a] *Documentação Crítica de Fátima*, Vol. III: Das Aparições ao Processo Canónico Diocesano, Santuário de Fátima, Fátima, 2003; 2004, 2 tomos (1917-1918; 1918-1920)”, *Lusitania Sacra: mutações religiosas na época contemporânea: figuras e pensamento*, 16 (2004), 588-590.
- REIS, Bruno Cardoso, “[Rec. a] TORGAL, Luís Filipe, *As «Aparições de Fátima»: imagens e representações (1917-1939)*, Temas & Debates, Lisboa, 2002”, *Lusitania Sacra: mutações religiosas na época contemporânea: figuras e pensamento*, 16 (2004), 590-594.
- SANTOS, Joaquim, *José Ferreira de Lacerda: o sacerdote jornalista. A crónica sobre a Grande Guerra no jornalismo leiriense*, dissertação de mestrado em Comunicação e Jornalismo, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Camponez e a co-orientação do Professor Doutor Saul Gomes, 2011.
- SOUSA, João Tiago, *O cónego José Ferreira de Lacerda: a assistência religiosa na Flandres*, Folheto Edições & Design, Leiria, 2006.
- TEIXEIRA, Manuel Mesquita (org.), *Apelo e Resposta: Semana de Estudos sobre a Mensagem de Fátima*, Convento dos Capuchinhos, Fátima, 1983.
- TORGAL, Luís Filipe, *As «Aparições de Fátima»: imagens e representações (1917-1939)*, Temas & Debates, Lisboa, 2002.
- VISCONDE DE MONTELO [FORMIGÃO, Manuel Nunes], *As grandes maravilhas de Fátima*, União Gráfica, Lisboa, 1927.

Anexos

Anexo 5

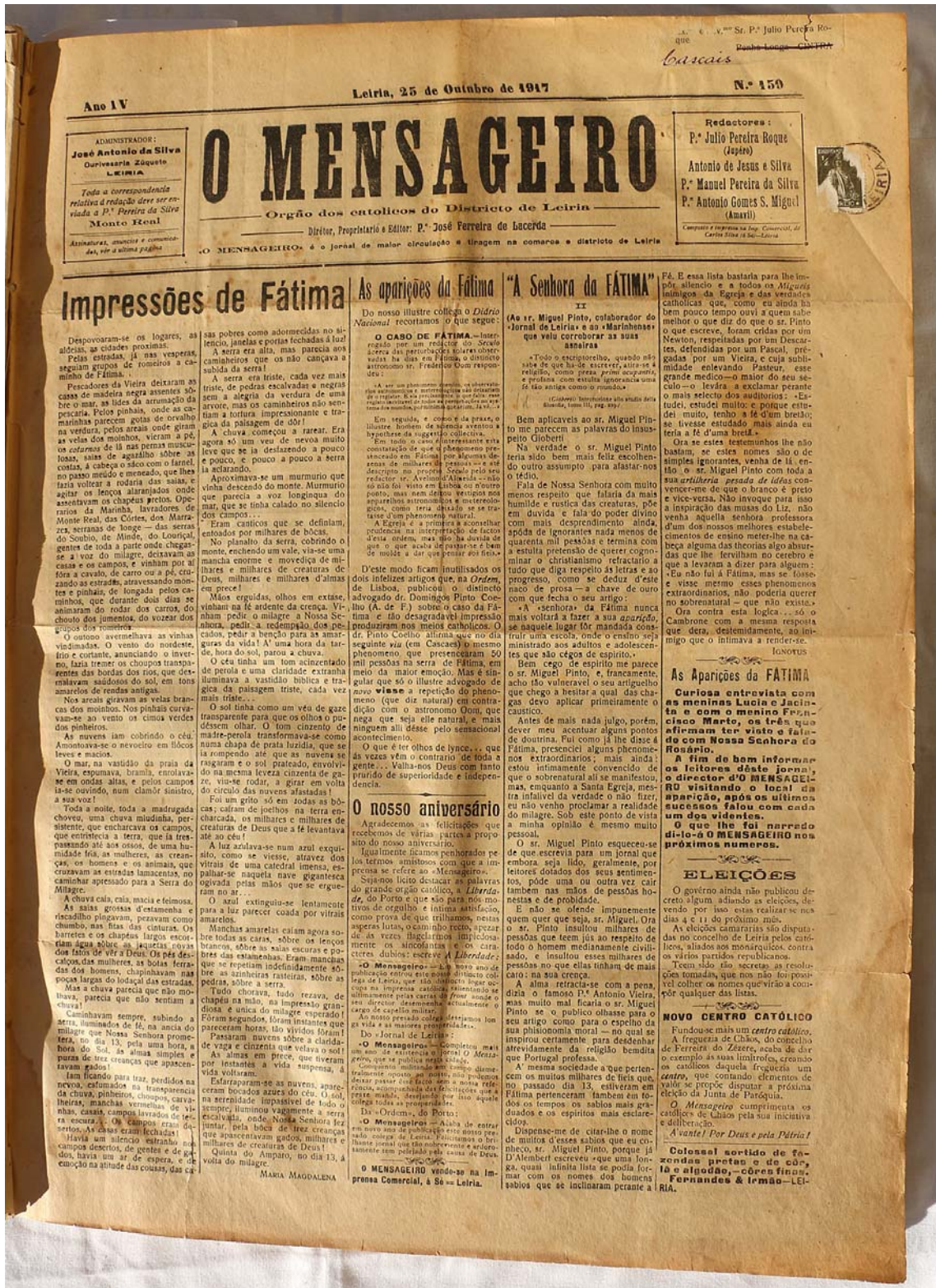
Estampa “Nossa Senhora da Paz (Recordação da Fátima)” (DCF, III 1, 141-142)



Anexo 6

Estampa “Nossa Senhora da Paz (Recordação da Fátima)” (DCF, III 1, 143-144)





Ano IV
ADMINISTRADOR:
José Antonio da Silva
Quiriveria Zúquete
LEIRIA
Toda a correspondência
relativa à redacção deve ser en-
viada a P.ª Pereira da Silva
Monte Real
Assinaturas, anúncios e commu-
das, em a última página

Leiria, 25 de Outubro de 1917
O MENSAGEIRO
Órgão dos entalhos do Distrito de Leiria
Director, Proprietário e Editor: P.ª José Ferreira do Lacerda
O MENSAGEIRO é o jornal de maior circulação e tiragem na comarca e distrito de Leiria

N.º 150
Redactores:
P.ª Julio Pereira Roque
(4º de 1º)
Antonio de Jesus e Silva
P.ª Manuel Pereira da Silva
P.ª Antonio Gomes S. Miguel
(Amari)
Composto e impresso na Imp. Commercial, de
Carlos Silva & Cia.—Leiria

Impressões de Fátima

Despovraram-se os logares, as aldeias, as cidades proximas.
Pelas estradas já nas vesperturas segalam grupos de romeiros a caminho de Fátima.
Pescadores da Vieira deitaram as casas de madeira negra assentes sobre o mar, na lida da arrumação da pescaria. Pelos pinhais, onde as casinhas maritimas parecem gotas de orvalho na verdura, pelos arcos onde giram as velas dos molinos, vieram a pôr os catanões de lá nas pernas murchas, as salas de agalho sobre as costas. A cabeça o ásico com o farnel, no passo meado e menado, que lhes fazia voltar a rodaria das saias, e agitar os lençóis alaranjados onde assentavam os chapéus pretos. Operários das Máquinas, lavadores de Monte Real, das Côrtes, dos Marrazes, serranas de longe — das serras gentes de toda a parte onde chegavam a 2 voz do milagre, deixavam as cascas e os campos, e vinham pôr ali fora a cruzado, de carro ou a pé, cruzando as estradas, atravessando montes e pinhais, de longada pelos caminhos, que durante dois dias se animaram do rodar dos carros, do choro dos jumentos, do vozeiro dos grupos dos romeiros.
O outono avermelhava as vinhas vindimadas. O vento do nordeste, fino e constante, anunciando o inverno, fazia tremor os choupos transparentes das bordas dos rios, que desmanjavam saldosos do sol, em tons amarellos de rendas alianas.
Nos arcaes gravam as velas brancas dos molinos. Nos pinhais curvam-se ao vento os cimos verdes dos pinheiros.
As nuvens iam cobrindo o céu. Amontava-se o nevoeiro em illos verdes e macios.
O mar, na vastidão da praia da Vieira, espumava, bramava, enrolava-se em ondas altas, e pelos campos lá-se ouvidos, num clamor sinistro, a sua voz!
Toda a noite, toda a madrugada choveu, uma chuva miudinha, persistente, que enchurava os campos, que entrecia a terra, que lá trespassando até aos ossos, de uma humidade fria, as mulheres, as crianças, os homens e os animais, que cruzavam as estradas lamacentas, no caminho apressado para a Serra do Milagre.
A chuva caiu, caiu, macia e fêmeosa, as salas grossas d'estanheira, e riscadillo pigramem, pezavam como chumbo, nas fitas das cinturas. Os barretes e os chapéus largos escorriam agua sobre as jaquetas, nos calções, das mulheres, as botas ferradas dos homens, chapinhavam nas poucas largas do lodçal das estradas. Mas a chuva parecia que não molhava, parecia que não sentiam a chuva!
Caminhavam sempre, subindo a serra, iluminados de fé, na ancia do milagre que Nossa Senhora promettera do Sol, pela uma hora, a parava de tres creanças que appareçavam!
Iam ficando para traz, perdidos na nevoa, estafados na transparência da chuva, pinheiros, choupos, cavalleiras, machas vermelhas de vinhas, casais, campos lavados de terra escureca. Os campos eram desertos. As aldeias eram fechadas. Havía um silencio estranho nos campos desertos, de cegos e de poddos, havia um ar de espera, e de êmoção na attitude das cousas, das cas-

As aparições de Fátima

Do nosso illustre collega o *Diário Nacional* recortamos o que segue:
O CASO DE FÁTIMA — Interrogado por um redactor do *Seculo* acerca das perturbacoes solares observadas ha dias em Fátima, o distincto astrónomo sr. Francisco Oom respondeu:
«A ser um phenomeno natural, eu hesitaria em affirmar, e nem a ser o contrario eu regularia. E se eu hesitasse eu não hesitaria em affirmar que se trata de um phenomeno natural.»
Em seguida, e coberto da praxe, o illustre homem de agencia avestiu a hypotesis da suggestão collectiva.
Em todo o caso é interessante a constatação de que o phenomeno presenciado em Fátima por algumas dezenas de milhares de pessoas — e até descripto no *prophet* — seguiu pelo seu redactor sr. Antonio Alvarado — «não só não foi visto em Lisboa ou noutros pontos, mas nem detido neppure por apparatus astronomicos e meteorologicos, como teria de ser se se tratasse d'um phenomeno natural.»
A Egreja é a primeira a reconhecer a natureza da suggestão collectiva.
«Esta ordem, mas não ha duvida de que o que acaba de passar e bem de modo a dar que pensar nos fiéis.»

A Senhora da Fátima

Bem applicavel ao sr. Miguel Pinto me parecem as palavras do insuspeito Gioberti.
Na verdade o sr. Miguel Pinto teria sido bem mais feliz escolhendo outro assumpto para afastar-nos o fêdo.
Fala de Nossa Senhora com muito menos respeito que falava da mais humilde e rustica das creaturas, põe em duvida e fala do poder divino com mais desprezimento ainda, apoda de ignorantes nada menos de quarenta mil pessoas e termina com a estulta pretensão de querer cognominar o christianismo reflectario a tudo que diga respeito ás letras e ao progresso, como se deduz d'este raco de presa — a chave de ouro com que fecha o seu artigo.
«A senhora da Fátima nunca mais voltará a fazer a sua aparição, se aquelles lugares for mandada contra-trair uma escola, onde o ensino seja ministrado aos adultos e adolecentes que são cegos de espirito.»
Bem cego de espirito me parece o sr. Miguel Pinto, e francamente, acho lido vulneravel o seu artigo que chego a hesitar a qual das chagas devo applicar primeiramente o caustico.
Antes de mais nada julgo, porém, dever meu acentuar alguns pontos de doutrina. Foi como já li disse a Fátima, presencié alguns phenomenos extraordinarios, mais ainda estou intimamente convencido de que o sobrenatural ali se manifestou, mas, enquanto a Santa Egreja, mestra infalivel da verdade o não fizer, eu não venho proclamar a realidade do milagre. Sob este ponto de vista a minha opinio é mesmo muito pessoal.

O nosso anniversario

Agradecemos as felicitações que recebemos de varias partes a propósito do nosso anniversario.
Igualmente ficamos honrados por nos termos amistosos com o que a imprensa se refere ao «Mensageiro».
Seriamos lido destacar as palavras do grande orador catolico, a *Liberdade*, do Porto e que são para nós motivo de orgulho e intima satisfacção, como prova de que trilhamos, nestas asperas lutas, o caminho recto, apesar de ás vezes sermos o contrario de toda a gente... Valha-nos Deus com tanto prurido de superioridade e independência.

As Aparições de Fátima

Curiosa entrevista com as meninas Lucia e Jacinta e com o menino Francisco Marto, os três que affirmam ter visto o Fátima com Nossa Senhora do Rosário.
A fim de bem informar os leitores d'este jornal, o director do MENSAGEIRO visitando o local da aparição, após os ultimos successos falou com cada um dos videntes.
O que lhe foi narredo di-lo-o o MENSAGEIRO nos proximos numeros.

ELEIÇÕES

O governo ainda não publicou decreto algum adiendo as eleições, devendo por isso estas realizarem-se nos dias 4 e 11 do proximo mês.
As eleições camarárias são disputadas no concelho de Leiria pelos catholicos, aliados aos monarchicos, contra os varios partidos republicanos.
Tem sido tão secreto as resoluções tomadas, que não foi possivel colher os nomes que vieram a compôr qualquer das listas.

NOVO CENTRO CATÓLICO

Fundouse mais um centro catolico, a freguezia de Chãos, do concelho de Ferreira do Zêzere, acaba de dar o exemplo ás suas limitrophas, criando os catholicos daquela freguezia um centro, que contando elementos de valor se propõe disputar a proxima eleição da Junta de Paroquia.
O Mensageiro cumprimenta os catholicos de Chãos pela sua iniciativa e deliberação.
«Avante! Por Deus e pela Patria!»

Colossal sortido de fazendas pretas e de côr, lá e algodão, — cores finas, Fernandes & Irmao — LEIRIA.

MARKA MAGDALENA

Redactores:
P.ª Julio Pereira Roque
(4º de 1º)
Antonio de Jesus e Silva
P.ª Manuel Pereira da Silva
P.ª Antonio Gomes S. Miguel
(Amari)
Composto e impresso na Imp. Commercial, de
Carlos Silva & Cia.—Leiria

As Aparições de Fátima

Curiosa entrevista com as meninas Lucia e Jacinta e com o menino Francisco Marto, os três que affirmam ter visto o Fátima com Nossa Senhora do Rosário.
A fim de bem informar os leitores d'este jornal, o director do MENSAGEIRO visitando o local da aparição, após os ultimos successos falou com cada um dos videntes.
O que lhe foi narredo di-lo-o o MENSAGEIRO nos proximos numeros.

ELEIÇÕES

O governo ainda não publicou decreto algum adiendo as eleições, devendo por isso estas realizarem-se nos dias 4 e 11 do proximo mês.
As eleições camarárias são disputadas no concelho de Leiria pelos catholicos, aliados aos monarchicos, contra os varios partidos republicanos.
Tem sido tão secreto as resoluções tomadas, que não foi possivel colher os nomes que vieram a compôr qualquer das listas.

NOVO CENTRO CATÓLICO

Fundouse mais um centro catolico, a freguezia de Chãos, do concelho de Ferreira do Zêzere, acaba de dar o exemplo ás suas limitrophas, criando os catholicos daquela freguezia um centro, que contando elementos de valor se propõe disputar a proxima eleição da Junta de Paroquia.
O Mensageiro cumprimenta os catholicos de Chãos pela sua iniciativa e deliberação.
«Avante! Por Deus e pela Patria!»

Colossal sortido de fazendas pretas e de côr, lá e algodão, — cores finas, Fernandes & Irmao — LEIRIA.

MARKA MAGDALENA

Ano VI

Leiria, 23 de Abril de 1920

N.º 274

ADMINISTRADO:
José Antonio da Silva
 Oupressaria Zúquete
 LEIRIA

Toda a correspondência
 relativa á redacção deve ser en-
 viada a P.º José F.º Lucena
 Leiria - Milagros

Assinaturas, annuncios e commenda-
 das, só a silva pagas

O MENSAGEIRO

Orgão dos católicos do Districto de Leiria
 Director, Proprietario e Editor: P.º José Ferreira de Lucena
 Tiragem: 1800 exemplares

Redactores:
 P.º Julio Pereira Roque
 (Japão)
 Antonio de Jesus e Silva
 P.º Manuel Pereira da Silva
 P.º Francisco X. da Silva
 (F. da Ponta)

Composto e impresso na Imp. Commercial de
 Carlos Silva de São-Leiria

Católicos e habitantes da cidade e diocese de Leiria! A Sé Catedral de Leiria, coberta de lucto ha tantos anos, veste-se de galas com a nomeação do seu novo Prelado — Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. José Alves Corrêa da Silva!

«O MENSAGEIRO» saudando o novo Prelado, saúda-vos tambem a vós!
Viva a Diocese de Leiria!

Te Deum Laudamus!

Durante seis annos de lucto jamais sentimos um momento de desanimo ou desesperimo de ver sentido na cadeira de D. Manuel d'Aguiar um Prelado, que viesse a ser um seu digno successor.

Foi grande o lapso de tempo decorrido entre o inicio da nossa campanha e a victoria final? Não importa, para que seja agora maior o regoizo de toda a diocese, jamais experimentamos o desanimo, o que sentamos era a ansiedade.

Se nos fosse possível, não litamos aos mais reconditos lugares da nossa diocese soltar este brado, que desde o primeiro numero deste jornal temos agitado: **Viva a Diocese de Leiria!** Católicos e habitantes da cidade e diocese de Leiria! eis-nos quasi chegados ao fim da nossa jornada? Restaurada e eleito bispo para a diocese de Leiria, só falta que se faça a solenne aboboda da Sé Catedral, os filhos entusiasticos á entrada triunfal do seu novo Prelado!

Ah recebemos a agradável boa nova exultamos de contentamento e deixamos sair do peito este cantico de alegria: **Te Deum Laudamus!**

P.º Julio Pereira Roque (Japão)
 P.º José Ferreira de Lucena

D. José Alves Corrêa da Silva

Assim se chama o novo Prelado de Leiria. Quem estas linhas escreve já teve a subida honra de ser recebido do pelo Bispo eleito de Leiria. A sua grande humildade, realça do seu modo de vida e da sua recusa em acceder aos desejos da Santa Sé em aceitar a nomeação para que se julgava indigno, para vossa honra e conforto do um caracter tão ilustre e tão luctuoso. Sente a Diocese do Porto a sua ausencia e de toda a parte tem recebido testemunhos de veneração e carinho.

De todos as classes acorrem á sua residencia centenares de pessoas a felicitar o novo Prelado de Leiria, lamentando-se por ver sahir do Porto quem all era tão conhecido e estimado e na frase ouvida a muitos necessaria á sua presença. Nalguns descorrimos nos lagrimas os sabermos-se privados de quem tanto trabalhava na Acção Social Catholica da cidade da Vigem.

A imprensa catholica refere-se com os maiores elogios ao ex.^{mo} Sr. D. Corrêa da Silva e ao do nosso prezado colega **O Debate**, o grande diario catholico do Porto, as seguintes palavras hierarchicas:

O sr. D. José Alves Corrêa da Silva, filho de lavradores abastados, nasceu em S. Pedro Para, no concelho da Maia, a 15 de Janeiro de 1872. Por mais de seu tio, o Conego José Antonio Corrêa da Silva, secretario do Ex.^{mo} Cardeal D. Américo, foi orientado nos estudos que fez primeiramente no Porto e depois em Braga. Ao Seminario dos Carvalhos foi apenas estudar philosophia, reppellido o exame logo no lyceu do Porto, onde, já formado, foi professor interino durante 5 annos. Susten-



D. José Alves Corrêa da Silva (Bispo eleito de Leiria)

tando, no exame, doutrina contraria á da professor de então, Sr. Conego Theo Costa e Almeida, deu echo este exame, e, quando professor interino, succedeu ao sr. Costa e Almeida na cadeira de philosophia. Fez o curso theologico no Seminario do Porto desde 1899 a 1902, merecendo no 1.º anno a classificação de distincto e accessit no 2.º e 3.º. Em todos os annos foi premiado em merito moral, civil e religioso. Em outubro de 1902 matriculou-se em Coimbra, na faculdade de Theologia, que cursou, merecendo sempre a classificação de accessit.

Celebrou a sua primeira missa em agosto de 1894. Tendo falecido seu tio antes de entrar no curso theologico, foi orientado nas suas estudos pelo Ex.^{mo} Sr. Conego Manoel Gonçalves Corrêa e Sá, seu primo e amigo.

Em 16 de Setembro de 1897 foi nomeado professor de sciencias ecclesiasticas por proposta do Ex.^{mo} Sr. Cardeal D. Américo.

Desde então são relevantes os serviços prestados como professor, intelligente e sabedor, examinador de preparatorios, theologo, confessor, pregador, exames sinodales e de concurso.

Durante muitos annos foi a alma do movimento da Associação Catholica e das grandes conferencias e festas que all se fizeram. Fez parte da Comissao organisa-dora do congresso catholico realisado em 1900, como tambem parte activa nos Congressos das irmandades catholicas do Porto, Braga, Covilha e diocessano do Algarve, realisado sob o episcopado do Sr. D. Antonio Barbosa Leão.

Em 1900, como tambem parte activa nos Congressos das irmandades catholicas do Porto, Braga, Covilha e diocessano do Algarve, realisado sob o episcopado do Sr. D. Antonio Barbosa Leão.

Com toda a justiça damos parabens á nova diocese de Leiria, onde a actividade do nomeado se vai exercer. Mais uma vez deve orgulhar-se o Seminario do Porto, com toda a diocese e a Universidade de Coimbra por um tão ilustre filho ser accollido para o episcopado, sentindo todos a sua ausencia, visto a sua presença dar vida e calor á mu-

tas obras. A imprensa catholica deve-lhe muitissimo e sobretudo quando da organização da «Palavra» e da «Liberdade».

Podemos nós falar da sua dedicação inextinguivel. Pela saída do sr. Concededor Cortes, não acabou a «Palavra» devido precianamente aos esforços do sr. dr. Corrêa da Silva que com alguns amigos em poucos dias colheram por uma subscrição que deu brado no Porto, os meios necessarios para que a «Palavra» continuasse e fosse o grande jornal que foi.

Vimos depois o sr. dr. Corrêa da Silva a quando da fundação e dos primeiros mezes da «Liberdade», desenvolver a sua enorme actividade sempre coronada do melhor exito. A Liga da Boa Imprensa contou entre os seus melhores impulsores e «O Debate» conta entre os seus melhores amigos.

Sabemos que desde o principio de fevereiro empregou todos os esforços para declinar as honras do episcopado, mas debalde.

Sabemos que alguns amigos vão promover uma subscrição destinada a oferecer ao nomeado objectos de utilidade para si e para a nova diocese.

Sabemos que alguns particulares e condiscipulos oferecerão donativos e objectos. Bom era, porém, que tudo se fizesse sem repetições e sem inutilidades. Lembramos, pois, que todos se entendam com a comissao a organisação de modo a tirar-se o maior proveito para o nomeado e para a sua diocese que é nova e portanto com necessidade de adquirir muitos objectos necessarios.

Precedendo estas notas diz o nosso prezado colega o seguinte:

«O Debate» saúda os novos Prelados Portuguezes. São eles, como diz o orgão official do Centro Catholico Portuguez, nomes de tres succedotes com prestigio, largamente sabedores do meio em que vivam e das necessidades sociaes do seu tempo, tendo o azar fazer dos postos dirigentes e todo o facto da vida ecclesiastica que, por experiencia aprenderam, e cultivaram com zelo.

Certos estamos, pois, de que as Sées de Leiria, Braga e Algarve ficarão preenchidas com os Prelados que as suas necessidades espirituais e sociaes requeriam e requerem, e que as suas tradições episcopales vão ser honradas.

Desse humilde e bom aspirio os novos Prelados Portuguezes! Que a Patria, que lhes deve muito já, lhes seja reconhecida no futuro!

Eis os nossos votos, juntos ás saudações calorosas e á affirmação de dedicada obediencia, que endereçamos aos novos Bispos de Portugal.

Subscrição

O nosso prezado colega, **O Debate**, successor **A Liberdade** em caixas colunas a campanha deste jornal a favor da restauração do missado encontrou sempre o melhor acolhimento, abriu a predica de amigos do novo Prelado uma subscri-

ADMINISTRADOR
JOSE ANTONIO DA SILVA
 Contador de Leiria e Silva, Lda.
 LEIRIA

Toda a correspondência relativa a redacção deve ser enviada a D. José F. Lacerda
 LEIRIA - MILAGRES

ADMINISTRADOR
 GONCALVES 18000
 ANO 18000
 Pagamento representativo em dinheiro

O MENSAGEIRO

Orgão dos católicos do distrito de Leiria

Director, Proprietario e Editor: P. José Fôrreira da Lacerda
 TIRAGEM: 4.800 EXEMPLARES

REDACTORES
 — P. Julio Pereira Roque
 (Leiria)
 Antonio de Jesus e Silva
 P. Francisco X. da Silva
 (F. da Ponte)

Composto e impresso na Typographia Lacerda, Leiria. O Paquetão de cada dia deve ser dirigido a correspondência relativa a administração.

Provisão sobre os acontecimentos da Fátima

JOSE ALVES CORREIA DA SILVA, por graça de Deus e da Santa Sé, Bispo de Leiria:

As que esta nossa Provisão vem, sendo por intervenção de Jesus Christo, Nossa Senhora e São Pedro:

Entre todas as provas com que Nosso Senhor Jesus Christo demonstrou a divindade da sua missão sobre a terra está em primeiro lugar os milagres. Imperou aos ventos e da tempestade (1), dominou as ondas do mar (2); resuscitou mortos (3); curou leproso (4); deu vista a cegos (5); curou aos surdos (6); fez andar aos paralíticos (7) e apelinou frequentemente para esse prodígio a fim de justificar a sua doutrina (8).

A Santa Igreja tem sido sempre favorecida com milagres. A sua rápida expansão apesar de tantos obstáculos, a sua estabilidade quando tudo mudou no meio do mundo, a sua resistência ás perseguições em que ha todos os requintes da ferocidade, os effeitos admiráveis produzidos pela sua acção social, e a constancia dos martyres através dos mais atrozes supplicios — além dos milagres e appareços extraordinarios realizados pelos seus apóstolos e pelos seus santos — são outras tantas provas da sua origem e assistência divina.

O milagre, de si raro, é um signal sensível excedendo, absolut e relativamente, as forças da natureza visível ou invisível — não podendo, por consequencia, ser attribuido senão a Deus.

Por exemplo: a constancia dos martyres em todos os seculos e edades é superior ás leis naturais; a resurreição d'um morto derogar as leis da ordem physica, assim como as prophécias sobre os futuros vizes e contingentes não se explicam pelas leis intellectuaes.

Para que um facto da ordem physica, moral ou intellectual seja miraculoso — ou seja ter a Deus por author. Não são milagres, no sentido rigoroso da palavra, a criação do mundo, a criação das almas ou ainda os effeitos sobrenaturaes dos sacramentos, porque todos estes factos — embora produzidos directamente por Deus — são phenomenos naturaes, não excedendo a ordem natural.

Numa palavra, o milagre ha de distinguirse de tal maneira das forças da natureza creada, que, ao precederem-nos, não sejam como os phenomenos a vista dos milagres de Moysés — está aqui o decro de Deus (9).

E porquê Deus li contra as leis inicialmente sabias que impoz aos seres? Ha leis, fundadas sobre a propria essência das cousas — e, como tales, immutaveis, abstractas, as que o proprio Deus não pode abrogar. São d'elles especie as leis mathematicas e geometricas: repugna um circulo quadrado, como repugna que a intelligencia que indifferente perante a evidencia peribede.

Mas não sendo d'essas leis necessarias e essenciaes ha a considerar as leis physicas cujo caracter é contingente. Isto é, não podendo supôr a sua não existencia, medeada ou modificada por imposição d'orden superior.

Todos as maravilhas da industria humana consistem precisamente em modificar as leis da natureza, demuldas ou dirigir o seu curso.

Por outro lado, o milagre que é uma manifestação do poder de Deus, concorre para o esplendor de sua gloria e bondade, vindo testemunhar a sua veracidade ou pretexto que o Senhor quer fazer acreditar ou prancar pe a creatura.

É certo que o Senhor desdobra continuamente diante de nós as maravilhas da sua Omnipotencia e Sabedoria. — Vemos a Deus na luz dos astros, nos pé, nas ondas que se agitam no abismo dos mares, no raso que se na humilde flor dos valles... Os leuz e a terra, caem a gloria de Deus, da Dand (10).

Mas essas maravilhas do mundo, por serem communs, não nos commoem como os factos extraordinarios chamados milagres.

É não se diga que o milagre transporia a ordem da natureza e da Igreja e muito raro, d'outro lado accree que as modificações, introduzidas scienciaes scientificas. — Não só os homens mas também os elementos da natureza deusão todos introduzidos no mundo material, e contudo não destruíram as leis naturaes.

Se é certo que o campo dos conhecimentos humanos é muito restricto, não se devesse esperar que a natureza e a Igreja se alterem por causa de descobertas scientificas. — Se ha factos que rasionalmente não podem deixar de admitte-se como verdadeiros n'um d'um morto etc...

A Santa Igreja tem sido sempre d'uma grande exigencia na verificacão dos milagres. — O santo Pápidas Bento XIV escreveu um livro cheio de regras administrativas introduzidas no novo Direito Canonico — para que o bispo logo na d'elucidacão do caracter sobrenatural dos factos apontados como milagrosos.

É conhecida a historia d'um senhor inglês, protestante, que, de passa-

rem em Roma, foi apresentado ao illustre Cardeal Lambertini, mais tarde Papa. O protestante apreciava os d'ouvidos sobre os milagres. O Cardeal attentamente este processo de saneamento. O senhor inglês leu e estudou milagres fossem verificados como estes, nada se poderia objectar. — Para bem, respondeu o Cardeal, a Santa Igreja não julga essas provas sufficientes.

Todas estas generalidades vêm a proposito do muito que se tem dito a este scriptio sobre certos factos passados na Cova de Iria, freguesia da Fátima, vizinhança e s'outhern d'Ourense.

Não é nem pode ser indifferente a acção pastoral que fomos chamados a desempenhar nesta diocese de Leiria qualquer facto que se ligue com o culto da nossa Santa Virgem.

Mais ou menos todos os dias, mas especialmente no dia 13 de cada mes, ha na Fátima grande concorrencia de pessoas vindas de toda a parte, pessoas de todas as categorias sociais que vão ali orar e agradecer a Senhora do Rosario benedicto que, por seu intermedio, têm recebido.

Conta-se que no ano de 1917 houve ali uma serie de phenomenos presenciados por milhares de pessoas de todas as classes da sociedade e pela a quem, dizem, a Senhora appareceu e fizez setias reconhecimentos.

Dali em diante não mais deixam de haver concorrencias. Das três creanças que se dizem favorecidas pela Apurificação, faleceram duas antes da nossa entrada nesta Diocese.

Interrogamos varias vezes a unica sobrevivente.

A sua narraçao e as suas respostas são simples e austeras — nella não descobrimos nada contra a fé e moral. Poderia exercer auctoridade sobre a fé e moral. Poderia exercer auctoridade sobre a fé e moral. Poderia exercer auctoridade sobre a fé e moral.

Demais a mais a pequena saia da terra, nunca mais ha appareço — e não obtive o povo acorre ainda em maior numero a Cova da Iria.

Explicar por ventura este affluente o avarajamento e pirotico do local? Não. É um sitio ermo, vulgar, sem arborisacão, sem agua, longe do caminhar de ferro, perdido nas dobras d'uma serra, despidido de todos os atractivos da natureza.

Irá o povo por causa da Capela? As pessoas devotas tinham edificad ali uma pequena ermida, de bequeenna que nem se podia celebrar a Santa Missa dentro d'ella.

No mes de fevereiro d'este ano, uma infelizes cuja má acção a Virgem Santaissima perdoe, foram ha de poze e com bombas de dinamite destruíram-na, lançando-lhe em segurar o fogo.

Conselheiros a que não se reedificasse — não são na previsão de novos factos, mas também porque queriamos experimentar os motivos que levam ali tanto o avarajamento de povo.

Pois bem. Longe de diminuir a multidão é de cada vez mais numerosa.

A Auctoridade ecclesiastica tem-se mantido na expectativa. O Rev. Clero desde o principio absteve de tomar parte em qualquer manifestação, apenas ultimamente permittimos que houvesse a esta Missa rezada e sermão nos dias de grande concorrencia popular.

A Auctoridade civil tem empregado todos os meios — inclusive as medidas religiosas naquelle lugar. Todos estes esforços têm sido infructuosos. E ninguém poderá afirmar que a Auctoridade ecclesiastica impulsionou a exploracão, parcciosos se nossa obrigação estudar e mandar estudar este caso.

Para este effeito nomeamos a seguinte Comissão:
 Rev. João Quaresma, Vigario Geral da Diocese
 Rev. Faustino José Jacinto Ferreira, Prior do Olival e Vigario da Vara de Ourense
 Rev. Dr. Manuel Marques dos Santos, Professor do Seminario
 Rev. Dr. Manuel Cordeiro Pereira, Prior da Batalha
 Rev. Dr. Manuel Nunes Pomagão Junior, Professor do Seminario Pastoral com auctorisacão de S. Em.^o

Rev. Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra
 Rev. Agostinho Marques Pereira, Párocho da Fátima

Esta Comissão agredará a si ou proporá a nomeação de peritos (c. 2088, § 3, 2118 § 1 e 2).

Nomeamos o Rev. Dr. Manuel Marques dos Santos promotor da Fé, quanto possível (collator c. 2090).

Para auxiliar o R. Promotor da Fé nomeamos como notario, o R. Manuel Pereira da Silva, Professor do Seminario.

Ordencamos a todos os páridas da nossa Diocese (c. 2023-2025) e pedimos a favor contra as appareções ou factos extraordinarios que lhes digam respeito, e testifiquem especialmente se nella houve ou ha qualquer exploracão, supersticão, doutrina ou cousas deprimidas para a nossa Santa Religião.

Qualquer dos membros da Comissão fica auctorisado a receber os nomes dos que devem ou querem depor, os quaes serão chamados na devada altura.

corrigir os nossos costumes — se não fallos, conveniente é que se descubra a sua fidelidade.

Nos tempos de duvida e desorganização que atravessamos, é de tal importancia julgarmos e estar de posse da verdade que esta consciencia e vencer todos os obstáculos.

A duvida entera e mata a verdade de acerta e verifica.

A verdade é a grande força que a Igreja tem possuido sempre, e sempre poderá ser.

Podem servir contra ella as perseguições e fazer correr rias de sangue, podem arrastar-lhe os bens materiais e reduzi-la a mendicância — e não a necia e ludibria. A Igreja de posse da verdade, fica de pé no meio do tumulto dos seus perseguidores.

Continuemos a invocar a Virgem Mãe do Céu, sejamos exactissimos em primeiro dos nossos deveres christãos, sejamos catholicos de palavra e de obras, capitalmente a Virgem S. Rosario e esperemos pelo Juizo da Santa Igreja, certos de que este será o echo do Juizo de Deus.

Esta nossa Provisão será lida em todas as igrejas e capellas da Nossa Diocese para que d'ella todos tomem perfeito conhecimento.

Leiria, 3 de Maio, dia da Immaculacão da Santa Cruz, de 1922.

JOSE, Bispo de Leiria

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

Em Maio de 1922, em Leiria, em nome do Bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, Bispo de Leiria, e do Vigario Geral da Diocese, João Quaresma, Vigario Geral da Diocese, e do Promotor da Fé, Manuel Marques dos Santos, e do Notario, Manuel Pereira da Silva, e do Secretario, Joaquim Ferreira Gonçalves das Neves, Prior de Santa Catharina da Serra.

O Mensageiro

A moda

Uma aneddotica... historica. Francisco e Idalina, recém-casados...

Está que dá apêreço extaticamente. Te decolada, braços nus, saia curta...

Quero assim? E ainda vou mais vestido de que tu, minha boboeta...

Ignatas

Pelo conceito de leiria

Mercado semanal—Regularizar os preços...

Mês de S. C. de Jesus—Esta devoção...

Neve mercada—Pelo que se lê na imprensa...

Como achava T. A. pensa que encontra...

Recrutamento militar—Os matriculos...

DECRETO DO ÚLTIMO NÚMERO

NOTA ALEGRE

Um valelet!

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

Para fazer tal favor...

As Aparições da Fátima

A Comissão nomeada pela autoridade eclesiastica para inquirir sobre...

COBRANÇA DE ASSINATURAS

Esta em cobrança as recibos das seguintes...

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

BARROSA—Ao Rev. Nomes.

Correspondencias

LISBOA, 4.—Muito um indolente em...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

Este é o meu edificio do Estado, inabitado...

CINEMA LIZ

Joana Vaubertier, a travessa modicissima...

Numa deliciosa película, de grande...

Quatro final, representando a vida...

Em virtude do elevado custo do aluguer...

ESPECTACULOS PELA COMPANHIA DRAMÁTICA

DE ERNESTO RODRIGUES

COM AS PEÇAS

AGRADECIMENTO

Antiquidades

Quereis uma boa capa a alemtejana?

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

COMARCA DE LEIRIA

Pelo Juiz de Direito da Comarca de Leiria...

Quereis uma boa capa a alemtejana?

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

DENTISTA

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Estimado de Silva Carvalho

Cambios em 9 de Junho

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Compra Venda

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Preço

Mobilis de Quarto

Agua-raz

Propriedade em Leiria

Anexo 13

Comunicado do padre Lacerda sobre a revista *Fátima* (DCF IV 4, 314-315).

FATIMA - REVISTA MENSAL

Como foi anunciado devia aparecer no dia 13 de Outubro corrente esta Revista. Motivos imperiosos não deixaram que a mesma se publicasse. Até à direcção e administração chegaram centenas de pedidos de assinaturas, acompanhados da respectiva importância, que ascende a alguns milhares de escudos. Não se podendo publicar a Revista FATIMA, agradecemos a êsses centenas e até milhares de subscritores a prova de confiança que depositavam no humilde nome que dirigiria essa Revista, que só teria por fim difundir o culto a Nossa Senhora.

FATIMA também tinha encontrado o melhor acolhimento entre o clero, que nos enviou, além de assinaturas, valiosa colaboração. Até os poetas nos enviaram as suas composições. Inutilizar êsses trabalhos seria uma falta. O humilde nome que estava à frente da Revista dirige um semanário – O Mensageiro – onde sairão em NUMERO ESPECIAL, a sair no dia 13 de cada mês – publicando-se o primeiro em 13 de Novembro próximo – essas produções, bem como quaisquer outras que nos sejam enviadas, desde que sejam destinadas a propagar o culto que deve ser prestado á Mãe de Deus.

Enviaremos esse numero especial a todos os que nos honraram com o pedido de assinatura da revista, tendo essa remessa não o fim de impor a sua assinatura mas dando conhecimento da não publicação da revista conhecemos do que nos cumpre fazer – que é ir de encontro á vontade daqueles que só levados pelo anuncio no-las enviaram tão generosamente. A devolução dêsse número determinará à administração o envio imediato da quantia recebida. Tomamos esta deliberação para evitar qualquer despeza àqueles que tão generosa e espontâneamente desejavam assinar a revista Fátima. Não devolvendo o número especial ser-lhe há enviado o mesmo todos os meses. Como não desejávamos interêsse algum pessoal da revista, sendo o preço de assinatura o mínimo, vamos de acôrdo com a administração da mesma, ver quanto poderá custar a assinatura do número especial de O Mensageiro, que intitularemos **O MENSAGEIRO EM FATIMA**, para assim informarmos os nossos prezados subscritores.

O MENSAGEIRO EM FATIMA, será impresso no papel destinado à Revista, que já estava adquirido e inserirá em todos os números belíssimas gravuras. Reitero a todos os beneméritos subscritores os protestos da minha mais profunda gratidão.

Leiria, 12-Outubro de 1926

Pe. José Ferreira de Lacerda
Director de “O Mensageiro”

Anexo 14

Carta de D. José Alves Correia da Silva ao padre Lacerda (DCF IV 4, 353).

Rev.^{mo} Snr.

Tive pena que V. Rev.^{cia} hontem, depois de receber o meu officio, não passasse pela residencia episcopal.

Para de futuro não se repetirem estes incidentes que prejudicam V. Rev.^{cia} e me incomodam, entendo, como Prelado, ter obrigação de lhe dizer o seguinte:

1º. V. Rev.^{cia}, como Paroco, tem o seu campo d'ação. Assim como não consinto que os outros Rev. Parocos ou Sacerdotes se vão intrometer na direção da sua freguezia, tambem não permito que V. Rev.^{cia} se vá intrometer em assumptos de que não o encarreguei: Tal o caso de Fatima.

2º. Não consinto que V Rev.^{cia} no seu jornal = O Mensageiro = censure qualquer membro do R. Clero seja elle quem fôr, pois a direção do R. Clero pertence-me e não abdicó d'esse direito em ninguem.

3º. Fica V Rev.^{cia} prohibido de publicar qualquer artigo de elogio á minha pessoa.

4º. Aceito do melhor grado e agradeço qualquer lembrança de V. Rev.^{cia} ou doutrem que possa concorrer para o bem das almas e da Diocese, mas a sua execução depende das ordens que eu dér.

5º. V. Rev.^{cia} disse-me que queria empreender a publicação da projectada = Revista = a pedido do Rev. Clero. Aceitando como verdadeira essa afirmação, tenho a dizer a V. Rev.^{cia} que na S. Igreja não se admitem essas democracias (c.1386)

Para terminar devo assegurar-lhe a minha estima, como até aqui.

Deus guarde a V. Rev.^{cia}

Leiria, 5 de novembro de 1926

Rv.^{mo} Sr. P^e. José Ferreira de Lacerda

Paroco dos Milagres

† José, Bispo de Leiria